

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

# ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

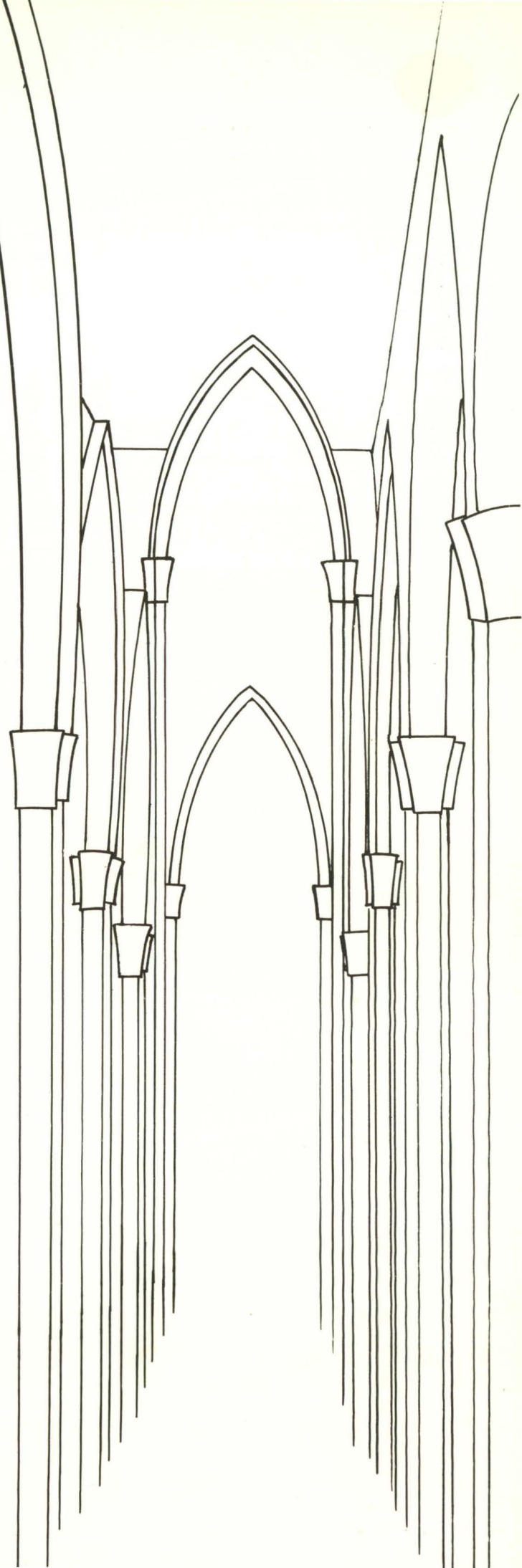
NÚMERO COMEMORATIVO  
DO  
125.º ANIVERSÁRIO



SÉRIE X • VOLUME III

1993

LISBOA



**ARQUEOLOGIA  
E  
HISTÓRIA**

**NÚMERO COMEMORATIVO  
DO  
125.º ANIVERSÁRIO**

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

# ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

NÚMERO COMEMORATIVO  
DO  
125.º ANIVERSÁRIO



SÉRIE X • VOLUME III

1993

LISBOA



## ADVERTÊNCIA

*Que uma instituição cultural atinja 125 anos é, sem dúvida, digno de registo. Sobretudo se, com altos e baixos, com períodos de maior actividade e outros de algum apagamento, esse longo período é de ininterrupto funcionamento.*

*Sublinhar a importância do facto a diversos poderá competir. Mas, sobretudo, à própria instituição, que encontrará no passado, no seu passado, um dos estímulos para confiadamente rasgar os caminhos do futuro.*

*Côncsia de tal, a Direcção aprovou o projecto de se publicar um número da nossa revista comemorativo da efeméride que se aproximava. Que constituísse um orgulhoso marco em meritória caminhada, que permitisse o olhar retrospectivo que nos ajudasse a melhor nos conhecermos para melhor sermos, que fosse mais um sinal da recuperação que, em termos editoriais, começava a verificar-se após demasiado longa interrupção, que consolidasse a nossa presença nos domínios da produção historiográfica.*

*Se toda a Direcção então em exercício fez seu este projecto, ninguém mais entusiasmadamente que o Dr. Eduardo Serrão, com todo o empenhamento e toda a vivacidade que caracterizavam a sua postura existencial e de que beneficiava esta Associação. Mas impedimentos vários retardaram o aparecimento do número da revista comemorativo do 125.º aniversário e, entretanto, verificou-se o falecimento do Dr. Cunha Serrão. O texto destinado a abrir este número de Arqueologia e História, número planeado ainda durante a sua vida e a sua última presidência, justo seria que fosse da sua autoria. Creio que chegou a ser redigido, mas não apareceu no seu abundante espólio. Foi encontrado, todavia, o texto que serviu de base à sua intervenção na sessão comemorativa do 125.º aniversário. Reproduzi-lo, como agora se faz, constitui mais uma forma de homenagem, modesta embora, ao Homem, ao dirigente associativo e ao arqueólogo.*

*Considerando, portanto, que o verdadeiro pórtico deste volume é constituído pelas palavras do Dr. Eduardo Serrão, mais não cabe ao*

*signatário que fazer menção breve do que nele se enfeixa.*

*Há a considerar em primeiro lugar um conjunto notável de artigos de carácter científico nos domínios da Arqueologia. Regista-se também a inclusão de alguns (todos os de que nos foi entregue original) dos trabalhos apresentados em 1988, por ocasião de um ciclo de conferências organizado pela Secção de História com o qual, a pretexto de nesse ano ocorrerem o 80.º aniversário do regicídio e o sesquicentenário do nascimento de D. Luís e, no ano seguinte, os centenários do falecimento deste monarca e do nascimento de D. Manuel II, se procurou efectuar uma releitura das últimas décadas da Monarquia Constitucional.*

*Mas neste número especial adensam-se, por razões óbvias, os textos respeitantes à própria Associação e a peças dos seus Museu e Arquivo. E, neste domínio, temos: Catálogo das inscrições lusitano-romanas do Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, As moedas muçulmanas do Ándalus no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Memória de Simão Correia, governador de Amazor, no Museu do Carmo, Armas heráldicas de um infante-almirante numa espécie pertencente à Associação dos Arqueólogos Portugueses e Subsídios para a história do Museu da Associação dos Arqueólogos; também aqui são enquadráveis a recolha de elementos efectuada pelo signatário e o relatório das escavações efectuadas no carneiro da segunda capela do lado da Epístola.*

*Além de referência brevíssima ao que este número contém quer também deixar-se aqui o registo de algo que nele se não encontra: um índice do conteúdo dos números da revista até agora publicados. Planeou-se fazê-lo mas não permitiram as circunstâncias que este escopo fosse atingido. Valha esta menção como compromisso de que o faremos publicar em próximo número de Arqueologia e História. E, assim, encerra esta Advertência com uma promessa de trabalho e uma manifestação de esperança.*

FRANCISCO SANTANA

PALAVRAS PROFERIDAS PELO DR. EDUARDO DA CUNHA SERRÃO  
NA SESSÃO COMEMORATIVA DO 125.º ANIVERSÁRIO DA A. A. P.

*1863 — Reina D. Luís desde 1861; a população do reino ainda não atinge os 4 milhões; neste ano é definitivamente extinto o morgadio e o caminho de ferro já atinge Vila Nova de Gaia, Évora e a Fronteira Espanhola, e, em 22 de Novembro, a futura Associação dos Arqueólogos Portugueses realiza a sua primeira reunião.*

Uma análise perfeita do que é e do que produziu uma instituição como esta que funciona há tanto tempo e sobre assuntos tão diversificados (Pré-história, História, Heráldica, Arte antiga-sacra principalmente, Epigrafia, Numismática, etc.), ocuparia várias sessões ou um grosso volume, procedimentos incompatíveis com o escassíssimo tempo de que dispomos. Neste momento não mais é possível do que apresentar-vos alguns instantâneos desses 125 anos em que tantas pessoas se movimentaram por milhares de motivações que lhes foram sugeridas pela A. A. P.

Estamos comemorando o 125.º aniversário da Associação dos Arqueólogos Portugueses (a mais antiga associação arqueológica da Península Ibérica), interessando principalmente averiguarmos se esta instituição, durante um período tão longo, deu ou não provas positivas quanto à defesa e valorização do património arqueológico português, compromisso que assumiu quando foram redigidos os seus actuais Estatutos e Regulamento (artigos 1.º a 3.º).

Esta questão foi tratada na alocução do então seu Presidente, o Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, quando da comemoração do I Centenário, e consta do Vol. nessa altura publicado (1966), alocução que contém abundantes provas de eficiente e dinâmica actuação, durante 100 anos.

Portanto, é novidade hoje, apenas, o comportamento da Associação durante os 25 anos que se seguiram ao ano de 1963 (centenário); mas, em primeiro lugar estamos comemorando o 125.º aniversário da Associação na globalidade; em segundo, muitos dos presentes não assistiram à cerimónia do centenário; em terceiro, há que estabelecer confrontos, para se sa-

ber se houve progressos ou retrocessos, e porquê. Portanto convém voltar a 1863 recordando alguns factos e pessoas que, como que em instantâneos, descrevem esse 1.º século em que a Associação nasceu e evoluiu.

Nunca é demais recordar que foi principal estimulador da fundação da Associação o sábio e dinâmico arquitecto da Casa Real Joaquim Possidónio Narciso da Silva, o qual, durante muito tempo, foi a alma deste organismo e cuja personalidade foi desenhada exaltadamente por Alfredo da Cunha, Brito Aranha, Sá Vilela, J. Leite de Vasconcelos em artigos que constam do tomo XIII, quinta série, número 2, do Boletim da A. A. P. dedicado ao quinquagésimo aniversário. Em tais artigos estão expostas as múltiplas virtudes do fundador da Associação como artista, arqueólogo e até benemérito (esteve na base da criação do Albergue dos Inválidos do Trabalho).

Por sua vez a Associação propriamente e o seu significado foram sublinhados no vol. do primeiro Centenário por uma personalidade muito prestigiada no mundo da Arqueologia de então (1963), homem incapaz de recorrer a elogios balofos para mais se pôr em evidência a si próprio do que ao objecto do elogio, personalidade que foi o coronel Mário Cardoso, presidente da Sociedade Martins Sarmento, mais jovem cerca de vinte anos do que a nossa Associação.

Ora, na sua conferência, Mário Cardoso definiu assim a A. A. P. no decurso de uma análise sobre a génese de ambas as instituições e paralelismo entre os objectivos de ambas:

«A Associação dos Arqueólogos pode pois considerar-se a *Alma Parens*, a Mãe criadora de quantos museus e outras instituições de finalidade protectora das nossas

antiguidades posteriormente se organizaram em Portugal. O seu exemplo frutificou e desde a sua formação foi-se irradiando entre nós o respeito pelos vestígios de um passado milenário e o crescente interesse pelos monumentos comprovativos das nossas raízes etnológicas.

Cabe à A. A. P. a honra de ter sido a 1.<sup>a</sup> instituição portuguesa a salvar da destruição e da ruína muitas das nossas mais preciosas antiguidades e de, com o seu exemplo, ter despertado novos estímulos no sentido dessa missão patriótica.»

Não se poderia apresentar outra melhor argumentação favorável à utilidade da A. A. P. e isto apenas no âmbito do salvamento e valorização do nosso património arqueológico, pois outras muitas mais realizações estão no activo da A. A. P., as quais irão aparecendo à medida que este modesto artigo se for desenvolvendo.

Como consequência da determinação com que a Associação se aplicou à protecção das nossas antiguidades, numa época em que quase não tinha competidores, ela tornou-se como que um banco hospitalar para socorro de emergência das mais variadas antiguidades nacionais como túmulos, espécimes de arte sacra, azulejos, moedas, elementos arquitectónicos, etc., cuja sobrevivência estava ameaçada como aconteceu, por exemplo, com um túmulo romano com baixos relevos, do séc. III ou IV, que servia, em Alfeizerão, de pia de porcos; a tampa nunca foi encontrada, prova do pouco respeito que no passado se prestava às obras de arte antigas.

Portanto, o museu (a enfermaria arqueológica da Associação), não foi organizado em obediência a um plano que apontasse a um tema específico como poderia ter sido o de «Museu Nuno Álvares Pereira», ou, dada a escassez das suas relíquias, que evocasse a época tumultuosa em que viveu e se notabilizou: a Revolução de 1383-85. Como resultado temos hoje um museu politemático, heterogéneo, como muitos o consideram desdenhosamente por não conhecerem as suas origens.

Outros fenómenos ainda prejudicaram a coerência e boa apresentação das peças expostas: a instalação oferecida pelo Estado à Associação, magnífica estrutura, sim, mas como cenário evocativo da época em que foi construída e da tragédia que a derrubou, pouco favorável era para instalação de um museu; as peças salvas, na

maioria volumosas e pesadas, eram colocadas onde cabiam e melhor ficavam, sem obediência a grupos por espécies, cronologias, estilos, etc. homogéneos; cada vez menos a Associação dispunha dos fundos que aos outros museus do Estado não faltavam para correcção, beneficiação e actualização.

Não obstante, possui uma qualidade não de menosprezar: ser hoje um excelente e raro exemplo dos museus do séc. XIX nascidos em condições equiparáveis como considerou o arqueólogo E. Anati quando o visitou na década de 60, acompanhando um grupo de artistas e arqueólogos italianos, que opinaram não devermos modificá-lo (a não ser no aspecto da conservação e beneficiação das peças expostas), pois (textual) constituía uma peça rara e bela, digna de ser integrada num museu dos museus europeus.

Embora rico em espécies dos tempos históricos, principalmente em epigrafia, havendo alguns exemplares que são verdadeiras raridades (o referido túmulo romano de Alfeizerão, o 1.<sup>o</sup> busto de D. Afonso Henriques, uma rara colecção de peças sul-americanas, pré-colombianas, os baixos relevos de alabastro de Nottingham, por exemplo), o Museu é pobre em colecções pré-históricas, com excepção do espólio de Vila Nova de S. Pedro (Castro neolítico e calcolítico) que foi quase integralmente entregue à Associação pelo arqueólogo Afonso do Paço, membro da nossa direcção. Este aspecto á talvez resultante de a Associação só se ter tardiamente comprometido com a arqueologia (1872, portanto há 116 anos) quando a grande antiguidade do homem, questão levantada com mais poder de convicção que alguns anteriores por Boucher de Perthes, era ainda teoria algo controversa nos meios de antropologia e da arqueologia pré-histórica europeia, e os arqueólogos portugueses estavam ainda muito virados para os problemas da antiguidade oriental e clássica e posteriores, não obstante Portugal ser bastante rico em monumentos megalíticos e castros proto-históricos. Curiosamente, foi um futuro sócio da Associação, o n.º 292, Carlos Ribeiro, quem descobriu em 1862 os célebres eólitos da Ota (Vale do Tejo), considerando-os artefactos terciários produzidos por hominídeos a que Quatrefages, que os estudou, denominou o *Homosímus* Ribeiroi.

Só mais tarde se reconheceu que a jazida não era terciária mas estava num estrato quaternário.

Esta audácia de C. Ribeiro em, tão cedo, não se perturbar com uma hipótese de uma tão grande antiguidade do homem, não representa uma precocidade de conceitos por parte da nossa Associação, tanto mais que em 1862 ainda não tinha sido fundada. O caso apenas nos interessa, para mostrar a qualidade e arrojo dos seus primeiros sócios, pois 1863 foi precisamente o ano em que Boucher de Perthes encontrou artefactos junto de ossos do seu homme antédiluvien, tendo lançado a sua obra «Antiquités Celtiques et antédiluviennes» entre 1841 e 1864.

Recordo ainda que foi também C. Ribeiro quem descobriu os primeiros concheiros de Muge que tão famosos ainda são no mundo da arqueologia, e o povoado neolítico e calcolítico de Liceia, só hoje em plena exploração.

No entanto, nem os eólitos da Ota, nem os espólios de Muge ou de Liceia se encontram no nosso Museu.

A recolha de peças em perigo e consequente criação de um museu, não foram as únicas preocupações dos primeiros tempos da Associação dos Arqueólogos Portugueses; por si só ou de colaboração com o Estado, interveio na elaboração de medidas legislativas respeitantes à protecção do nosso património cultural, organização de cursos sobre arqueologia, relatórios e estudos sobre monumentos notáveis, muitos publicados no nosso boletim.

Já em 1920, elaborou o projecto de lei sobre protecção dos nossos monumentos, e mais tarde foi membro da extinta Junta Nacional da Educação.

Uma das suas secções apontava apenas à Arqueologia da Capital, era a Secção de Arqueologia Olisiponense hoje extinta, e o Museu foi considerado, por algum tempo, Museu da Cidade de Lisboa, factos estes que entre outros lhe deram posição de destaque na vida cultural lisboeta e terão estado na origem da concessão, pela C.<sup>a</sup> Municipal de Lisboa, em 1938, da Medalha de ouro de mérito municipal.

O reconhecimento dos seus méritos já em 1918 lhe havia valido o título de «Instituição de Utilidade Pública», e, em 1932, a concessão da Comenda da Ordem Militar de Santiago da Espada.

Com uma folha de serviços tão relevante, não espanta que 4 soberanos tivessem sido seus membros: D. Fernando II, nomeado Presidente perpétuo da Associação, os Reis D. Luís e D. Car-

los I, e o Imperador do Brasil D. Pedro II e que tenham sido seus sócios efectivos, correspondentes ou honorários os melhores da nossa Arqueologia e muitos célebres estrangeiros que não refiro para não ser muito mais extenso.

A nossa mais destacada realização nestes últimos 25 anos (1963-88), consistiu, a meu ver, na realização de *três Jornadas arqueológicas* que assumiram a categoria de outros tantos congressos nacionais de tal especialidade; jornadas cuja razão de ser se explica na acta da reunião da Direcção em que foram propostas (21 de Abril de 1969):

«A Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, tendo em conta o facto de terem passado 10 anos sobre a realização do único *Congresso Nacional de Arqueologia*, e cinco anos sobre o último *Colóquio de Arqueologia do Porto*, e não estar prevista para breve nova reunião de arqueólogos, decidiu propor à Assembleia Geral a organização bial de *Jornadas Arqueológicas*.»

Esta proposta foi aprovada e a primeira dessas Jornadas teve lugar de 3 a 7 de Novembro de 1969. As segundas, em Outubro de 1972, tendo-se aproveitado a ocasião para se inaugurar uma exposição bibliográfica sobre a obra de Joaquim Fontes, destacado arqueólogo, descobridor, aos 18 anos, das importantes jazidas paleolíticas do Casal do Monte.

As Jornadas de 1977, foram as terceiras e últimas, em muito consequência da indomável inflação que também cortou a sequência da nossa prestigiada revista «Arqueologia e História» e outras iniciativas dependentes do dispêndio de quantias elevadas; e não seria correcto que se iniciassem a IV Jornadas sem a garantia da publicação das suas actas.

Para avaliação da utilidade destas 3 Jornadas leiam-se as respectivas actas, pelas quais se pode verificar, além do interesse e variedade das comunicações, a crescente adesão à Arqueologia por parte de uma nova geração de jovens investigadores portugueses, promissores do progresso entre nós desta ciência.

Em 1967 a A. A. P. instituiu o «Prémio General França Borges» em homenagem ao seu «grande amigo e benemérito» como o considerava, General França Borges, que foi Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

O prémio seria atribuído anualmente por escolha da Direcção, ao melhor trabalho inédito versando temas sobre Arqueologia ou História (e também Heráldica, Genealogia ou Numismática), comprometendo-se a Associação a publicar o trabalho premiado.

E assim publicou as seguintes obras cujos autores também recordamos:

Em 1969 — *Um Fidalgo Português da Renascença (D. Luís da Silveira, 1.º conde da Sortelha)* por D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora (Marquês de Abrantes e de Fontes);

Em 1970 — *Arqueologia Romana do Algarve* — pela Dr.<sup>a</sup> Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos;

Em 1971 — *O Rei D. Sebastião na Igreja dos Jerónimos* — por Dr. José Timóteo Montalvão Machado;

Em 1973 — *O Monumento Pré-histórico de Pai Mogo (Lourinhã)* — pelos Drs. Gretel Gallay, Konrad Spindler, Leonel Trindade e O. da Veiga Ferreira.

Em 1970 e 1971 a Associação também publicou em 2 volumes os Trabalhos de Afonso do Paço, esforçado arqueólogo, já então falecido, que pertenceu à Direcção da A. A. P., e realizou numerosas escavações, particularmente do Castro de Vila Nova de S. Pedro cujo espólio depositou quase integralmente no Museu do Carmo como já se referiu.

A publicação da nossa revista «Arqueologia e História» foi grandemente afectada quanto à sua regularidade em consequência do já referido elevado preço de custo de todas as publicações. O último número publicado respeita a 1974, e só decorridos vários anos, vamos brevemente editar o vol. 1 da 10.<sup>a</sup> série, em homenagem ao falecido Presidente Prof. Doutor D. Fernando de Almeida (está no prelo) em parte sob o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Nunca a Associação se recusou a intervir na realização de trabalhos de campo por intermédio dos seus sócios.

O de maior impacto, espectacular, até, consistiu nos trabalhos de salvamento de um extraordinário conjunto de gravuras rupestres encon-

tradas em 1971 por estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa, os quais se me dirigiram para a resolução dos problemas que o caso levantava. Como Vice-Presidente que era então da Secção de Pré-História, acompanhado pelo Presidente da Associação, D. Fernando de Almeida, levámos o assunto à Junta Nacional da Educação que numa das suas reuniões se compenetrrou do ineditismo e importância do problema pré-histórico.

Este momento foi decisivo para obtermos todas as facilidades para o estudo do problema, subsidiados pelo Ministério da Cultura e Fundação Calouste Gulbenkian. O Estado entregou-me a orientação dos trabalhos como representante da A. A. P.

O complexo de arte pré-histórica em causa consistia num conjunto de cerca de 20 000 unidades de gravação produzidas nas rochas das margens do Tejo, numa extensão de cerca de 40 km entre os afluentes Ocreza e Sever.

Tratava-se, portanto, do maior conjunto de arte pré-histórica do nosso território e dos maiores da Europa.

As primeiras publicações relativas a este caso arqueológico constam da nossa revista *Arqueologia e História* e das *Actas das II Jornadas Arqueológicas*.

E houve ainda outros casos que não refiro por falta de tempo, demonstrativos de que a A. A. P. também tem concretizado trabalhos de campo quando para tal lhe é chamada a atenção ou lhe pedem colaboração.

Também não é raro termo-nos associado a homenagens de personalidades, de projecção nos âmbitos da história e ciência, organizando ciclos de conferências como por exemplo aconteceu quando dos centenários da morte de Camões e do Marquês de Pombal, do tratado de Pequim sobre Macau, de Frei Luís de Granada, sobre o Regicídio, etc. Nestes últimos anos também prestámos homenagens ao falecido Presidente D. Fernando de Almeida, ao arqueólogo Leonel Ribeiro ao heráldista Marquês de São Paio, etc.

Quando é oportuno, temos permitido a realização de espectáculos de reconhecido valor cultural, predominando a realização de concertos, utilizando-se para tal efeito as naves da antiga Igreja que muito procuradas são pelo magnífico cenário que as ruínas oferecem.

Principalmente nestes últimos anos tem sido possível introduzir alguns retoques na valoriza-

ção das instalações do Museu, aproveitando a cedência por parte da GNR (Maio 1970) da sacristia da antiga Igreja à qual, desde que entramos na posse das ruínas, tínhamos direito.

Aproveitámo-la para instalar a nossa sala de sessões e ampliação da nossa valiosa biblioteca.

E não são para desprezar ainda termos finalmente iniciado o ficheiro das unidades museológicas, e ainda a identificação das peças expostas por meio de legendas (tabelas) para facilitar o esclarecimento dos visitantes, a publicação de um guia em inglês e a aquisição de mostruários especiais para destaque e protecção das peças que o merecem. Todos estes empreendimentos continuam em curso e em parte foram subsidiados pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Como se viu, a A. A. P. não entrou em decadência depois de ultrapassar um século; assim:

- a) realizou jornadas arqueológicas, simpósios, comemorações e centenas de comunicações apresentadas nas suas secções de Pré-História e História e Comissão de Heráldica;
- b) enquanto a sua situação financeira e auxílios complementares o permitiram, publicou vários volumes da sua revista, além de outras publicações científicas;

c) manteve, e manterá sempre, patente ao público o seu museu, um dos mais conhecidos e visitados de Lisboa, o qual valorizará sempre que para tal obtiver meios financeiros próprios ou concedidos por outras entidades;

d) por intermédio de alguns dos seus sócios tem-se responsabilizado por trabalhos de campo e gabinete, alguns da máxima importância para a Pré-História e História do nosso território;

e) tem facilitado espectáculos culturais realizados por entidades idóneas nos seus espaços livres, contribuindo principalmente para a divulgação da boa música.

Nestes termos a A. A. P. continuou e continuará a ser uma valiosa unidade da cultura nacional que merece, no presente e futuro, todo o apoio por parte do Estado, Câmara Municipal de Lisboa e de outras instituições que nos seus programas tenham como objectivo o estímulo ao desenvolvimento da investigação arqueológica, ciência que abrange o importante leque de especialidades indispensáveis ao conhecimento do homem.

## O ACHEULENSE NO VALE DO TEJO, EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

Luís RAPOSO

M. Margarida SALVADOR

João P. PEREIRA \*

### RÉSUMÉ

*L'Acheuléen dans la vallée du Tage, au Portugal, est connu depuis la fin du XIX<sup>ème</sup> siècle, bien que les plus importants travaux sur ce sujet datent des années 40, quand le littoral et les terrasses fluviales de l'intérieur ont été intensivement prospectés par G. Zbyszewski et H. Breuil. D'une façon générale, les travaux postérieurs n'ont rien fait d'autre qu'accumuler des découvertes, souvent peu significatives, en se rapportant aux mêmes cadres de référence théorique et méthodologique.*

*D'ailleurs, l'histoire de la recherche doit aussi être envisagée en fonction des différentes régions qui constituent la grande unité géomorphologique définie par le bassin hydrographique du Tage. En effet, on y peut considérer: le moyen Tage, le bas Tage (divisé en rive droite et rive gauche) et la zone de l'estuaire (divisée elle aussi en rive nord et rive sud). À l'intérieur de chacune de ces régions, on a traditionnellement référé l'existence d'un Acheuléen archaïque («Abbevillien»), d'un Acheuléen plein, lui-même parfois divisé en deux ou trois stades évolutifs, et d'un Acheuléen final («Micoquien»), particulièrement représenté aux environs de la ville d'Alpiarça.*

*La problématique générale soulevée par les industries acheuléennes de la vallée du Tage se compose par des questions concernant son intégration régionale (soit à l'intérieur de la Péninsule Ibérique, soit en rapport avec le nord d'Afrique) et l'éventuelle définition de «provinces culturelles» spécifiques, sa datation, son origine et développement supérieur, son évolution interne, enfin, son interprétation (fonctionnelle vs. culturelle), ainsi que celle de quelques types particuliers.*

*Dans l'avenir il faudra orienter la recherche dans ce domaine vers la révision profonde des cadres de référence géochronostratigraphiques traditionnels et la fouille archéologique en surface d'horizons d'occupation in situ (et en place même). Il faudra aussi, finalement, repenser l'analyse des industries dans le cadre d'une vision typologique élargie, tenant compte des particularités des assemblages locaux, notamment en ce qui concerne l'économie des matières premières.*

O presente texto resulta da recolha de dados realizada aquando da elaboração de uma comunicação de teor idêntico para o Colóquio Internacional sobre «l'Acheuléen dans l'Ouest de l'Europe», organizado em Abbeville e Saint Riquier, pelo Centro de Estudos e de Pesquisas Pré-históricas da Universidade de Ciências e Técnicas de Lille Frandres Artois e pela Direcção de Antiguidades da Picardia, em Junho de 1989 <sup>(1)</sup>.

As características próprias daquele tipo de reunião científica, fazendo apelo à apresentação de sínteses muito breves, levaram a que se tivesse mantido inédito o trabalho de pesquisa que então realizámos — o qual nos parece agora útil dar a conhecer.

Nestes termos compreender-se-ão algumas características do texto que se segue, entre as quais o teor didáctico de muitas das referências

\* Museu Nacional de Arqueologia, Praça do Império, 1400 Lisboa, Portugal.

<sup>(1)</sup> *L'Acheuléen dans l'Ouest de l'Europe*, dir. de A. Tuffreau, «Publications du Centre d'Études et de Recherches Pré-historiques», n.º 4, 1992 (no prelo).

que nele se fazem (caso da breve história das pesquisas que nos pareceu indispensável a quem pretenda introduzir-se à temática nele abordada) e principalmente a contenção crítica relativamente aos elementos recolhidos na bibliografia, aceitando como boas classificações, atribuições culturais e propostas de datação que muitos autores, e nós próprios, colocamos sob forte reserva. No entanto, verificar-se-á que esta componente crítica não está de todo ausente do texto que se segue, encontrando-se patente, a cada passo, na formulação de sínteses parciais e nas breves conclusões gerais com que o encerramos.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. HISTÓRIA DAS PESQUISAS

O conhecimento de uma ocupação humana paleolítica do vale do Tejo, em território português, remonta aos finais do séc. XIX, ocasião em que diversos investigadores da «Comissão dos Trabalhos Geológicos» ali procederam à descoberta e descrição de utensílios diversos em pedra lascada a que atribuíam uma datação muito antiga. Na altura, este tipo de observações incluiu-se na discussão sobre os «eólitos» e o suposto «Homem Terciário Português» — tema central do IX Congrès d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique, reunido em Lisboa em 1880 (v. Ribeiro, C. 1884). E muito embora tenha vindo a ser mais tarde claramente esclarecida a não atribuição terciária daqueles conjuntos líticos, e mesmo o seu carácter não artefactual em muitos casos, alguns deles mantêm-se hoje com os mais antigos achados paleolíticos desta região, a avaliar pela revisão feita por Henri Breuil e Georges Zbyszewski, que neles detectaram elementos «clactonenses» e «tayacenses», «mustierenses», do «Paleolítico Superior e posteriores» (v. Breuil e Zbyszewski 1942: pp. 9-28). Os verdadeiros artefactos recolhidos por Carlos Ribeiro corresponderiam, ainda segundo os mesmos autores, «a épocas diversas indo desde o Acheulense até à Idade dos Metais» (*id.*, *ibid.*: 12).

Mais tarde, os estudos sobre a Pré-História Antiga do Vale do Tejo centraram-se na análise dos concheiros mesolíticos da região de Muge, igualmente descobertos pelas mesmas equipas da «Comissão dos Trabalhos Geológicos» (v.

Ribeiro, C., 1884a), e ulteriormente objecto de atenção e de escavação nos anos 30, por parte do Instituto da Antropologia da Universidade do Porto, dirigido por Mendes Corrêa (sobre a história das pesquisas nos concheiros de Muge v. Roche, 1966). Em estreita relação com os trabalhos nos concheiros de Muge, são então identificados na mesma área diversos locais com indústrias acheulenses. Todavia, na época, essas indústrias foram objecto de grandes discussões, prevalecendo em muitos a ideia da sua atribuição a um momento inicial do Mesolítico (eventualmente anterior ao dos concheiros), no âmbito do «Asturiense», ao qual eram assimilados muitos dos triedros, unifaces e bifaces, considerados como «picos» (v. Jalhay e Paço, 1941: pp. 76 e segs.) Alguns autores procuraram distinguir no conjunto destes sítios indústrias de «morfologia paleolítica», «estações epipaleolíticas (concheiros)» e «peças de morfologia asturiense (picos)» (Corrêa, 1940: pp. 117-118). Nesse contexto, a estação do Cabeço da Mina surge como especialmente importante para a definição da existência efectiva de uma ocupação acheulense, por se tratar de um horizonte *in situ* onde «os instrumentos líticos têm uma tipologia paleolítica, não se intercalando até agora nesse conjunto verdadeiro picos. São numerosos os bifaces, algumas lascas e raspadores de quartzite, e alguns calhaus lascados numa só face, mas nenhum perfeitamente identificável com o pico asturiense» (*id.*, *ibid.*: pp. 120-121). Desta interpretação da existência de diferentes complexos industriais viria finalmente a surgir a hipótese de que «do paleolítico inferior meridional nasceu *in loco* um pré-asturiense, talvez sincrónico com o paleolítico superior e em qualquer caso anterior à época dos concheiros mesolíticos da região. Esse pré-asturiense teria emigrado para norte, dando o asturiense propriamente dito e cedendo lugar, na região, a outra população e cultura, as dos referidos concheiros» (*id.*, *ibid.*: p. 126).

Hoje, e desde os trabalhos de Henri Breuil e Georges Zbyszewski dos anos 40, esta fase de pesquisa e as interpretações por ela propostas apenas têm um valor histórico, já que se tem por definitivamente esclarecida e inexistência de um «Asturiense» no vale do Tejo, muito embora subsistam dúvidas quanto à possível ocorrência e características específicas de indústrias

de base macro-lítica epipaleolíticas, eventualmente anteriores ao desenvolvimento dos concheiros (questão que se inscreve na problemática mais geral do chamado «Languedocense». V. Raposo e Silva, 1984).

Os trabalhadores dos anos 40 referidos constituem sem dúvida a mais importante fase do estudo do Paleolítico do vale do Tejo até hoje ocorrida. Contrariamente aos seus antecessores, Breuil e Zbyszewski (especialmente o segundo), começaram por dar especial importância ao enquadramento geológico — e por via disso à datação — das indústrias líticas detectadas. Deve notar-se que nessa altura o Quaternário do vale do Tejo era quase desconhecido, apesar dos trabalhos pioneiros de Carlos Ribeiro, no séc. XIX. Georges Zbyszewski, em 1946 e retrospectivamente, dá-nos bem conta dessa situação:

«Quand en 1940 nous avons commencé l'étude des terrasses du Tage, nous éprouvions le sentiment de l'explorateur qui entre pour la première fois sur un terrain vierge, qui n'a été foulé par aucun homme. En effet l'énorme développement des terrasses qui s'étendent depuis Chamusca jusqu'à Alcochete était marqué, sur l'ancienne carte au 1:500.000 ème, publiée en 1889, sous la rubrique de «Pliocène». Il y avait donc là un travail nouveau à réaliser: la séparation du Quaternaire, qu'il fallait délimiter et du Pliocène vrai qu'il fallait rechercher et séparer à son tour du Miocène continental» (Zbyszewski, 1946: p. 146).

E o mesmo autor faz também o balanço dos trabalhos efectuados:

«A l'heure actuelle, l'impulse est donnée. Le travail d'équipe que nous avons toujours préconisé s'organise enfin grâce à la collaboration de géographes, géologues, paléobotanistes et préhistoriens. Ainsi nous pensons que dans un proche avenir, le Portugal pourra s'aligner lui aussi aux côtés des pays qui ont contribué le plus à l'étude et à la connaissance des temps quaternaires» (*id.*, *ibid.*: p. 147).

Os anos de 40 foram, pois, marcados por uma prospeção sistemática de terreno em todo o baixo Tejo e por uma cartografia, muito rigo-

rosa para a época, de diferentes formações: planalto terciário, terraços plistocénicos (superiores: 70-95 m, altos: 50-65 m, médios: 20-35 m e baixos: 8-15 m) e aluviões modernas (da planície de inundação do Tejo e dos vales afluentes). No conjunto da vasta região percorrida, uma área mereceu então atenção especial: a zona de Alpiarça. Neste local se reuniam três condições que o tornavam particularmente interessante:

- 1 — «l'existence d'importantes carrières, dont l'argile est exploitée pour la fabrication des briques et les galets pour la construction;
- 2 — l'existence d'argiles grises et de tripoli des végétaux fossiles;
- 3 — l'existence d'industries paléolithiques trouvées en place dans les dépôts géologiques de ces carrières» (*id.*, *ibid.*: p. 147-148).

Por outro lado, poderia acrescentar-se que é também nesta zona que se encontram melhor representados os terraços médios: aqueles a que se associa a quase totalidade dos conjuntos líticos do Paleolítico inferior. Com efeito, tal como salientava Georges Zbyszewski:

«Aucune pièce paléolithique n'a été recueillie jusqu'ici, en place dans les formations plus anciennes des hautes terrasses et des terrasses supérieurs de la région, dont les bonnes coupes sont rares» (*id.*, *ibid.*: p. 185).

Entre as numerosas sequências sedimentares descritas para estes terraços médios merece especial referência a do Vale do Forno, que deles se veio a constituir em sequência-tipo. Aí se encontra (da base para o topo) (*v. id.*, *ibid.*: pp. 166-167):

- C. 1 et 2 — Areias e cascalheiras «de idade mindeliana» («soliflução 3»), derivadas dos terraços altos, com indústrias «clactono-abevilenses roladas»;
- C. 3 — Areias e depósitos lenticulares de cascalheiras de «início de ciclo» («pré-Riss»; «solifluxão 4»), com

«Acheulense antigo com algumas peças de técnica abevilense»;

- C. 4 a 6 — Argilas e um complexo de areais argilosas, correspondendo ao «interglaciar tirreniano» (Mindel/Riss), com indústrias do «Acheulense Médio» e «Superior»;
- C. 7 — Areias correspondendo ao «escavamento do Riss I» («solifluxão 5»), com «Acheulense Superior (Micoquense)»;
- C. 6 a 10 — Areias, seixos e cascalheiras do «periglaciar Riss II» («solifluxão 6»), com o mesmo tipo de indústrias;
- C. 11 — Areias superficiais, do «periglaciar würmiano», com «indústrias mustieróides mais ou menos desgastadas e um Languedocense de arestas vivas» (Zbyszewski, 1945: p. 344).

A sequência acabada de referir, assim como o conjunto das formações sedimentares da zona em que ela se insere constituem uma base de dados da maior importância para o estudo do Paleolítico do vale do Tejo. Todavia, e tal como já expressámos em diversas outras ocasiões (*v.* por exemplo Raposo *et. al.*, 1985), julgamos que todo o modelo de interpretação geomorfológica e de datação que lhe foi aplicado se encontra em grande medida ultrapassado. De facto, ele decorre de uma aplicação mecanicista dos princípios glácio-eustáticos, tendo por base a consideração das quatro grandes glaciações alpinas convencionais. Ao vale do Tejo mais não se fez, nos anos 40, do que procurar aplicar o modelo anteriormente desenvolvido por Henri Breuil para o vale do Somme, modelo que, no dizer de François Bordes, entre outros, conduziu a «importantes erros para a cronologia do Paleolítico».

A propósito metodologia seguida na caracterização tipológica e individualização das diferentes indústrias líticas é bastante problemática (*v.*, por exemplo, Raposo, 1989). Os «factores intervenientes na definição» daquelas indústrias e com-

plexos industriais são resumidos por um dos dois autores que temos vindo a citar da seguinte forma:

- «1 — a tipologia dos instrumentos e especialmente dos «coup-de-poing» comparada com os instrumentos do mesmo tipo conhecidos noutros países da Europa ocidental e especialmente em França
- 2 — a posição estratigráfica das estações (praias ou terraços fluviais) e a cronologia dos diversos níveis arqueológicos;
- 3 — as características físicas das peças (grau de usura, pátinas, etc.) em função dos diferentes tipos de estações (estações de superfície ou estações de interesse estratigráficos);
- 4 — os talhes sucessivos de diferentes idades realizados sobre os mesmos objectos (Zbyszewski, 1976: p. 96).

Como se vê, excluída a referência à «posição estratigráfica das estações», a qual aponta para os modelos geocronoestratigráficos já referidos, a análise tipológica propriamente dita traduz-se no emprego de um método baseado na observação de «peças características» e de pátinas. Trata-se de uma tipologia pré-estatística, alicerçada em «fósseis-directores». E daí talvez a longa lista de rotulações culturais que surge na bibliografia dos anos 40 para classificar cada conjunto lítico concreto, frequentemente apenas séries individualizadas principalmente na base do aspecto físico exterior dos poucos artefactos que se propõem integrá-las (veja-se a coluna «designação original» dos quadros I a V, adiante incluídos).

No fundamental, os trabalhos desde então realizados sobre o Acheulense do vale do Tejo português têm-se limitado a repetir — e esquematisar até — os princípios geológicos e arqueológicos anteriores, apenas acrescentando a identificação de novos sítios, por vezes em sectores do vale onde antes não se tinham feito descobertas significativas, já que a pesquisa dos anos 40 se limitara ao baixo vale do Tejo.

Um ou outro estudo, excepcional, procurou melhor explicitar e fundamentar os princípios metodológicos tradicionais, sobretudo no plano tipológico (*v.* Cardoso e Zbyszewski, 1978); mas

poucos têm efectivamente aplicado novas perspectivas, mesmo apenas tipológicas, e nenhuns existem que tenham proposto alguma visão de conjunto geológica e arqueológica alternativa à dos anos 40. Sintoma evidente do atraso verificado no desenvolvimento dos estudos neste período e região (tanto mais claro quanto se tenham presentes os importantes avanços de conhecimentos ocorridos nos últimos 10 a 15 anos no interior da Meseta, em Espanha, incluso no mesmo vale e bacia fluviais: *v.* Querol, 1984) é a circunstância de numa zona tão importante como a de Alpiarça só nos anos 80 se terem pela primeira vez realizado escavações arqueológicas em alguns dos horizontes acheulenses que de há muito se sabia ali existirem e até então somente tinham sido observados em perfis estratigráficos, para a obtenção de artefactos *in situ*, verdadeiros «fósseis-directores» (*v.* Raposo, *et al.*, 1985: p. 54).

Em todo o caso, desejaríamos insistir em que não consideramos desprovidos de interesse os estudos, interpretações e classificações dos anos 40. Muito pelo contrário: julgamos que eles constituem um todo coerente e uma base possível de trabalho, sendo também certo que muitas das observações então feitas mantêm alguma actualidade. Como se verá adiante, estamos portanto longe de partilhar ideias demasiado radicais, como as de L. G. Freeman (1975), que julgamos relevarem de uma apreciação dos dados existentes justamente crítica, mas superficial. Neste texto mesmo, porque se trata de fazer um ponto de situação acerca do estado actual dos conhecimentos, iremos ter em consideração, e registar, os mais importantes elementos que provêm dos anos 40. Mas temos consciência da revisão profunda de que carecem e, por esse motivo também, daremos maior atenção aos poucos trabalhos recentes que de alguma forma os puseram em causa ou completaram.

## 1.2. O VALE DO TEJO

Duas grandes unidades geomorfológicas podem ser definidas no vale do Tejo, em território português: o médio e o baixo Tejo (*v.* Ribeiro, *et al.*, 1979, Penalva, 1987: p. 51, Ribeiro, *et al.*, 1987).

Ao entrar em Portugal, originário do território espanhol, e até próximo da vila do Gavião,

o Tejo corre numa direcção NNE-SSO, muito encaixado entre afloramentos de xisto-grauvácicos paleozóicos. Por vezes, atravessa outro tipo de afloramentos: granitos hercínicos, como na localidade de Amieira, cirstas quartzíticas ordívicias, como em Ródão, ou depósitos detríticos do Paleogénico e Miocénico indiferenciados, como é o caso das chamadas «arcoses da Beira», em Ródão também. Os afluentes mais importantes do Tejo neste sector são, de montante para juzante, o Erges (margem Norte) e o Sever (margem Sul), que estabelecem fronteira e de que se não conhecem em território português nem formações quaternárias, nem indústrias líticas paleolíticas, e ainda o Ponsul (margem Norte), cujo leito está condicionado por uma importante falha e conserva algumas superfícies de terraço com indústria lítica paleolítica. Entre Gavião e Constância, o Tejo muda de direcção, correndo sensivelmente no sentido E-O, descreve alguns meandros relacionados com a morfologia local do «Maciço Hespérico» e atravessa diferentes tipos de rochas metamórficas, de natureza porfiróide e idade pré-câmbrica e paleozóica. Inicia também neste sector, com que termina o «médio Tejo», a travessia de um vasto preenchimento detrítico neogénico que se estende principalmente a SE do rio e constitui a chamada «bacia do Tejo»: uma planície aluvial do rio e dos seus tributários, local de depósito dos materiais provenientes tanto do «Maciço Hespérico» como dos complexos carbonatados paleogénicos e mesozóicos situados mais a Oeste. Nesta região já, e sobretudo encaixados nos depósitos detríticos referidos, verifica-se a ocorrência de uma sequência espacialmente mais desenvolvida de terraços plistocénicos (que antes apenas tinham surgido nas bacias sedimentares da região de Ródão), escalonados a diferentes níveis: altos (75-95 m), médios (25-40 m) e baixos (8-15 m). Os afluentes mais importantes neste sector são o Ocreza e o Zêzere, ambos na margem Norte, mas de que somente no segundo, e especialmente no subafluente Nabão, se reconhecem terraços plistocénicos com indústria lítica paleolítica, na área da cidade de Tomar.

Na passagem para o chamado «baixo Tejo», assinala-se uma importante mudança de rumo, novamente na direcção NNE-SSO. Aqui o Tejo corre encostado, na margem Norte, a um complexo de formações que incluem, para além dos calcários, arenitos e argilas paleogénicos e meso-

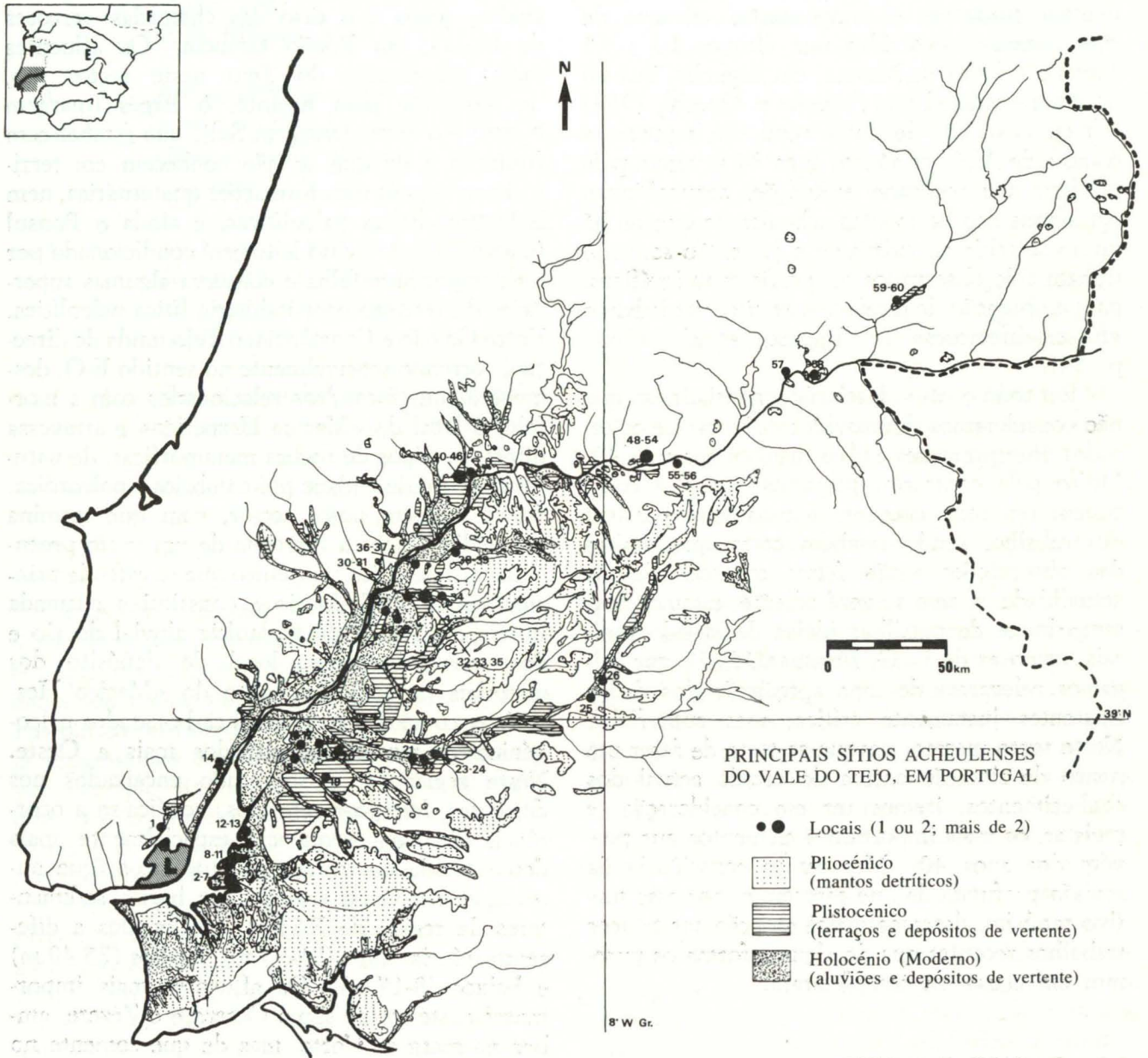


Fig. 1 — Carta geológica simplificada do vale do Tejo, com a indicação dos principais sítios acheulenses (a numeração corresponde àquela que se utiliza nos Quadros I a V, incluídos no texto)

zóicos já assinalados, outros depósitos carbonatados, de idade neogénica, constituídos em ambientes marinhos e lacustres. Na margem Sul, desenvolve-se a ampla bacia sedimentar já referida, onde os depósitos detríticos miocénicos são sobrepostos por outros depósitos também detríticos, geralmente grosseiros, que indicam uma retoma da sedimentação fluvial durante o Pliocénico. A sequência pliocénica que se encaixa nesta cobertura detrítica do Terciário alarga-se progressivamente, na margem Sul, desde Alpiarça até Norte de Alcochete. Entre Benavente e Samora Correia chega a atingir entre 15 a 20 km de largura. Na margem Norte, os terraços ocupam um sector limitado, próximo da Golegã, e apenas surgem esporadicamente mais a Sul, em locais como o Carregado ou Alverca. De salientar que os terraços baixos e médios são os mais desenvolvidos espacialmente, surgindo os terraços altos muito retalhados e ocupando estreitas faixas na periferia da bacia pliocénica do Tejo. Os afluentes do Tejo neste sector são numerosos. Na margem Norte os mais importantes são o Almonda e o Rio Maior, ambos com alguns terraços conservados e o segundo deles com uma importante ocupação paleolítica na área da vila que lhe dá nome, a qual deriva tanto da abundância local de matéria-prima lítica (silex), como principalmente de sua posição orográfica situada entre as Serras de Montejunto e dos Candieiros, num autêntico «corredor» de passagem entre as terras baixas do Tejo e a faixa litoral, a altitudes que não chegam aos 200 metros. Na margem Sul, registam-se a Ribeira de Muge, o Rio Sorraia e a Ribeira de Sto. Estêvão. Especialmente o segundo, que terá constituído um importante afluente do Tejo, deu origem a uma sequência de terraços que se estende muito para o interior e se prolonga, na região de Montargil, até Ponte de Sor, por um subafluente (o Sôr), sem que no entanto aqui sejam conhecidos até hoje (certamente por falta de prospecção) mais do que alguns achados pouco significativos.

Uma última zona que importaria referir, constituindo assim uma subdivisão no «baixo Tejo», é a zona do estuário, cujos limites exactos são difíceis de definir e variam consideravelmente ao longo do tempo. Nela se verifica, na margem Sul, o desaparecimento quase completo das formações pliocénicas, cobertas por espessas sequências aluvionares modernas (que, aliás, se prolongam bastante para montante, dando forma

a uma planície aluvial muito extensa). Na margem Norte e para além de algumas praias elevadas (como a do Alto de Leitão, onde se descreveu a existência de um suposto horizonte, cultural e cronologicamente pré-acheulense, aliás em relação com idênticas observações na margem Sul (v. Raposo e Carneiro, 1986), para além de pequenas bacias sedimentares, como a do rio Trancão, merece sobretudo referência o chamado «manto basáltico de Lisboa», um complexo eruptivo do Terciário, flanqueado por bancadas sucessivas de formações carbonatadas atribuídas ao Cenomaniano, nas quais se encontra em abundância sílex, e um complexo conglomerático heterogéneo, e idade paleogénica, o chamado «Complexo de Benfica». Estas condições particulares, e sobretudo a existência local duma matéria-prima que se encontra ausente em quase todo o restante vale do Tejo (à excepção das regiões situadas a Norte, em maciços calcários, como é o caso de Rio Maior ou de Tomar) fazem desta zona um caso à parte no estudo do Paleolítico do vale do Tejo. De tal forma que dela não retivemos neste texto senão o sítio arqueológico considerado mais importante: o sítio do Casal do Monte, sobre a bacia hidrográfica do rio Trancão, descoberto por Joaquim Fontes em 1909, e onde, através da aplicação dos princípios de análise tipológica acima enunciados (e especialmente do das pátinas), Henri Breuil e Georges Zbyszewski estabeleceram uma sequência cultural-tipo que posteriormente se tem aplicado sistematicamente a numerosos outros sítios na mesma zona (v. Breuil e Zbyszewski, 1942: pp. 53-207). Julgamos do maior interesse a crítica aprofundada dos achados e interpretações geológicas e arqueológicas feitas nesta zona; assim como a sua comparação com áreas circundantes, no vale do Tejo e no litoral. Mas estamos certos que ao considerarmos uma tal problemática daríamos início a toda um outro debate que ultrapassaria em muito o restrito quadro geográfico e temporal em que este texto se situa.

## 2. OS SÍTIOS E OS CONJUNTOS LÍTICOS

### 2.2. O ACHEULENSE ARCAICO («ABEVILENSE») E O ACHEULENSE ANTIGO

Deixando de lado a referência já feita, e a discussão, acerca de alguns supostos (e raros)

achados pretensamente pré-acheulenses encontrados no vale do Tejo, especialmente na zona do estuário, achados a cuja datação, individualização e caracterização colocamos fortes reservas (v. Raposo, 1985; Raposo e Carreira, 1986), deve reconhecer-se que são também os momentos mais

de sítios em que os diferentes autores (com natural destaque para dos anos 40) pretenderam existir horizontes culturais «clactono-abevilenses», «abevilenses-clactonenses», «abevilenses», «abevilenses?», «abevilenses-acheulenses» ou «abevilenses-acheulenses antigos»:

ABEULENSE

QUADRO I

| REGIÃO | ZONA     | SUB-ZONA      | IDENTIFICAÇÃO |               |                |             |                     |                 |           |           |                      |                     | BIBLIOGRAFIA | TIPOLOGIA |           |                |          |          |         |        | MATÉRIAS-PRIMAS |          |          |      |   |   |   |
|--------|----------|---------------|---------------|---------------|----------------|-------------|---------------------|-----------------|-----------|-----------|----------------------|---------------------|--------------|-----------|-----------|----------------|----------|----------|---------|--------|-----------------|----------|----------|------|---|---|---|
|        |          |               | MARGEM TEJO   | RIBEIRA       | MARGEM RIBEIRA | NUMERO MAPA | DESIGNAÇÃO ORIGINAL | DATAÇÃO (AUTOR) | FORMAÇÃO  | CAMADA    | CAMADA VALE DO FORNO | CONDIÇÕES DE JAZIDA |              | BIFACES   | UNIFACES  | SEXOS TALHADOS | TREDDROS | MACHADOS | NUCLEOS | LASCAS | TOTAL           | QUARTIZO | QUARTIZO | SILE |   |   |   |
| BAIXO  | ESTUÁRIO | LISBOA        | N             | -             | -              | 1           | CA                  | -               | -         | 124 m     | -                    | -                   | -            | S         | 2.54-207  | +++            | +        | -        | ++      | +      | +++             | +++      | +++      | +    | + | + |   |
|        |          |               | N             | -             | -              | 1           | AC                  | -               | -         | 124 m     | -                    | -                   | -            | S         | 2.54-207  | +++            | ++       | +        | -       | ++     | +++             | +++      | +++      | +    | + | + |   |
|        |          |               | N             | -             | -              | 14          | AA                  | MINDEL-RISS     | -         | -         | T.20 m               | -                   | -            | -         | S         | 3.565-570      | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | ?    | - | - | - |
|        | ALLUVIAL | BENAVENTE     | S             | PAUL DE MAGOS | S              | 15          | A                   | -               | -         | -         | -                    | -                   | -            | S         | 3.451-454 | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - | - |
|        |          |               | S             | PAUL DE MAGOS | N              | 16          | CA                  | MINDEL          | T.20/25 m | 1         | 2                    | IS                  | 3.443-451    | -         | -         | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - | - |
|        |          |               | S             | PAUL DE MAGOS | -              | 16          | AAA                 | MINDEL          | T.20/25 m | 2         | 2                    | IS                  | 3.443-451    | -         | -         | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - | - |
|        |          |               | S             | LAMAROSA      | S              | 17          | CA                  | MINDEL          | T.50/70 m | -         | -                    | -                   | 3.455-461    | -         | -         | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - | - |
|        |          |               | S             | LAMAROSA      | S              | 18          | A                   | MINDEL          | T.50/70 m | -         | -                    | -                   | 3.463-466    | +         | -         | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - | - |
|        |          |               | S             | -             | -              | 28          | CA                  | -               | -         | -         | -                    | INFERIOR            | IS           | 3.433-441 | -         | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - | - |
|        |          | ALPIARÇA      | S             | ALPIARÇA      | -              | 31          | CA                  | MINDEL          | T.20/40 m | 2         | 2                    | IS                  | 3.343-385    | +         | -         | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - | - |
|        |          |               | S             | ALPIARÇA      | -              | 31          | AAA                 | MINDEL          | T.20/40 m | 2         | 2                    | IS                  | 3.343-385    | -         | -         | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - | - |
|        |          |               | S             | -             | -              | 32          | CA                  | MINDEL          | T.20/40 m | 1         | 2                    | IS                  | 3.387-415    | -         | -         | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - | - |
|        |          |               | S             | -             | -              | 32          | A                   | MINDEL-RISS     | T.20/40 m | 3         | 3                    | IS                  | 3.387-415    | +         | -         | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - | - |
|        |          |               | S             | ALPIARÇA      | S              | 34          | CA                  | -               | -         | -         | -                    | -                   | S            | 3.329-335 | -         | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - | - |
|        |          |               | S             | -             | S              | 38          | CA                  | -               | -         | -         | -                    | -                   | IS           | 3.417-432 | +         | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - | - |
| MÉDIO  | ABRANTES | ENTRONCAMENTO | N             | -             | -              | 41          | AAA                 | -               | -         | T.20/30 m | -                    | -                   | -            | S         | 26.5-11   | -              | -        | -        | ++      | +      | -               | -        | -        | -    | - | - |   |
|        |          |               | N             | -             | -              | 45          | A                   | -               | -         | -         | -                    | -                   | -            | -         | -         | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - |   |
|        |          | MAÇÃO         | N             | -             | -              | 49          | A                   | -               | -         | -         | -                    | -                   | -            | -         | -         | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - |   |
|        |          |               | N             | -             | -              | 50          | AAA                 | -               | -         | -         | -                    | -                   | -            | -         | -         | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - |   |
|        |          |               | N             | -             | -              | 52          | A                   | -               | -         | -         | -                    | T.20/40 m           | -            | -         | -         | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - |   |

OBS.  
MARGEM TEJO/MARGEM (RIBEIRA): N: Norte, S: Sul.  
CONDIÇÕES DE JAZIDA: S: Superfície, IS: In Situ.  
DESIGNAÇÃO ORIGINAL: CA: Clacto-Abevilense, AC: Abevilense-Clactonense, AA: Abevilense-Acheulense, A: Abevilense, AAA: Abevilense-Acheulense Antigo.  
TIPOLOGIA: Tipos de Peças: + = 1 a 5, ++ = 6 a 11, +++ = >11; MATÉRIAS-PRIMAS: Cálculo empírico da % de cada

antigos do Acheulense aqueles que nesta área se afiguram mais problemáticos. A consulta da bibliografia permite elaborar o seguinte quadro

A este quadro haveria que acrescentar os sítios em que foi considerada a existência de um «Acheulense Antigo»:

ACHEULENSE ANTIGO

QUADRO II

| REGIÃO | ZONA     | SUB-ZONA  | IDENTIFICAÇÃO |               |                |             |                     |                 |          |        |                      |                     | BIBLIOGRAFIA | TIPOLOGIA |            |                |          |          |         |        | MATÉRIAS-PRIMAS |          |          |      |   |   |
|--------|----------|-----------|---------------|---------------|----------------|-------------|---------------------|-----------------|----------|--------|----------------------|---------------------|--------------|-----------|------------|----------------|----------|----------|---------|--------|-----------------|----------|----------|------|---|---|
|        |          |           | MARGEM TEJO   | RIBEIRA       | MARGEM RIBEIRA | NUMERO MAPA | DESIGNAÇÃO ORIGINAL | DATAÇÃO (AUTOR) | FORMAÇÃO | CAMADA | CAMADA VALE DO FORNO | CONDIÇÕES DE JAZIDA |              | BIFACES   | UNIFACES   | SEXOS TALHADOS | TREDDROS | MACHADOS | NUCLEOS | LASCAS | TOTAL           | QUARTIZO | QUARTIZO | SILE |   |   |
| BAIXO  | ESTUÁRIO | LISBOA    | S             | -             | -              | 2           | ACLT                | -               | -        | -      | -                    | -                   | -            | -         | 5.09       | -              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - |
|        |          |           | S             | -             | -              | 3           | ACLT                | -               | -        | -      | -                    | -                   | -            | -         | -          | 5.17           | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - |
|        |          |           | S             | -             | -              | 6           | ACLT                | -               | -        | -      | -                    | -                   | -            | -         | -          | 5.15-16        | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - |
|        |          |           | S             | -             | -              | 9           | ACLT                | -               | -        | -      | T.20/25 m            | -                   | -            | -         | -          | 5.28-29        | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - |
|        |          |           | S             | -             | -              | 12          | ACLT                | -               | -        | -      | T.20/25 m            | -                   | -            | -         | S          | 3.515-536      | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - |
|        |          |           | S             | -             | -              | 13          | ACLT?               | -               | -        | -      | T.10/12m             | 2                   | -            | -         | ?          | 3.501-514      | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - |
|        | ALLUVIAL | BENAVENTE | S             | PAUL DE MAGOS | N              | 16          | ACLT?               | -               | -        | -      | T.20/25 m            | -                   | -            | -         | -          | 3.443-451      | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - |
|        |          |           | S             | LAMAROSA      | S              | 17          | ACLT                | -               | -        | -      | T.50/70 m            | -                   | -            | -         | -          | 3.455-461      | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - |
|        |          |           | S             | -             | -              | 19          | ACLT                | -               | -        | -      | -                    | -                   | -            | -         | -          | 3.489-500      | +        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - |   |
|        |          | ALPIARÇA  | S             | LAMAROSA      | ?              | 20          | ACLT                | -               | -        | -      | T.Tirreniano         | -                   | -            | -         | IS         | 28.111-127     | +        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - | - |
|        |          |           | S             | -             | -              | 28          | ACLT                | -               | -        | -      | -                    | 1                   | -            | ?         | 3.433-441  | +              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - |   |
|        |          |           | S             | ALPIARÇA      | ?              | 31          | ACLT                | -               | -        | -      | T.20/40 m            | 3                   | 3            | IS        | 3.343-385  | +              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - |   |
|        |          |           | S             | -             | -              | 33          | ACLT                | -               | -        | -      | T.20/40 m            | -                   | -            | -         | -          | 3.417-432      | +        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - |   |
|        |          |           | S             | -             | -              | 37          | ACLT                | -               | -        | -      | T.15/20 m            | -                   | -            | -         | IS         | 3.337-341      | +        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - |   |
|        |          |           | S             | -             | -              | 51          | ACLT                | -               | -        | -      | -                    | -                   | -            | -         | -          | 25.205-236     | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    | - |   |
| MÉDIO  | RODÃO    | RODÃO     | N             | -             | -              | 57          | ACLT                | MINDEL          | -        | -      | T.32 m               | D                   | -            | IS        | 13.153-178 | +              | -        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    |   |   |
|        |          |           | N             | -             | -              | 58          | ACLT                | MINDEL          | -        | -      | -                    | -                   | -            | -         | S          | 13.153-178     | +        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    |   |   |
|        |          |           | N             | -             | -              | 58          | ACLT                | MINDEL          | -        | -      | -                    | -                   | -            | -         | S          | 13.153-178     | +        | -        | -       | -      | -               | -        | -        | -    |   |   |

OBS.  
MARGEM TEJO/MARGEM (RIBEIRA): N: Norte, S: Sul.  
CONDIÇÕES DE JAZIDA: S: Superfície, IS: In Situ.  
DESIGNAÇÃO ORIGINAL: ACLT: Acheulense Antigo.  
TIPOLOGIA: Tipos de Peças: + = 1 a 5, ++ = 6 a 11, +++ = >11; MATÉRIAS-PRIMAS: Cálculo empírico da % de cada

Da análise dos Quadros I e II tornam-se patentes as seguintes observações:

- De todos os locais «abevilenses» e «acheulenses antigos» considerados, apenas um possui um conjunto lítico superior a 50 artefactos: o sítio do Casal do Monte, precisamente o único da região de Lisboa que considerámos e somente para efeitos de comparação de dados. Todos os restantes locais do vale do Tejo propriamente dito apresentam menores quantidades de objectos, mesmo menos de 10 em cerca de metade dos casos;
- Em contrapartida vários destes locais apresentam indústrias *in situ*, todos eles na zona de Alpiarça. Quando assim acontece as indústrias em referência situam-se nas camadas de base das sequências sedimentares de cada local, são correlacionadas com as camadas 2 e 3 do Vale do Forno e é-lhes atribuída sistematicamente uma datação ante-rissiana;
- Do ponto de vista espacial (e fazendo aqui também intervir a distribuição espacial destes sítios patentes nos mapas incluídos nas figuras 2.a e 2.b) verifica-se uma quase exclusiva representação «Abevillense» no baixo Tejo (com a única excepção dos sítios do Vale da Mata e do Outeiro da Mina, ambos em Mação, mas ambos também apenas com um número muito reduzido de lascas que só muito dificilmente poderão ser aceites como diagnósticas) e uma maior área de dispersão do «Acheulense Antigo», que chega à região de Ródão;
- Finalmente, do ponto de vista das rotulações culturais propostas desde os anos 40, parece haver uma tendência para considerar uma maior antiguidade de indústrias «clactoabevilenses», seguidas das «abevilenses» e só depois das «acheulenses antigas».

Não é nossa intenção, neste texto, proceder a uma discussão exaustiva das classificações e cronologias propostas tanto para estas como para as outras indústrias acheulenses que inventariámos. Tão-pouco pretendemos realizar um levan-

tamento pormenorizado, sítio por sítio, das características tipológicas dos conjuntos descritos. Reconhecemos que um tal tipo de análise poderia ter algum interesse, em estudo aprofundado sobre esta matéria, mas ao nível a que nos situamos seria algo despicienda, atentas as limitações introduzidas pelas metodologias seguidas na definição de sítios e colecções, de acordo com o que já expusemos anteriormente. Por outro lado, deixamos também para adiante (ponto 3. deste texto) uma problematização de conjunto acerca das questões, sobretudo culturais, sugeridas pelas indústrias acheulenses do vale do Tejo, em território português.

Em todo o caso, importaria talvez avançar desde já com algumas considerações, relacionadas com a questão das datações. Não existem até hoje elementos da cronologia absoluta e têm de considerar-se sob reserva aqueles que, de um ponto de vista geomorfológico e estratigráfico, permitem sugerir as exactas datações propostas. De um ponto geral, as mais antigas indústrias acheulenses no baixo Tejo, quando *in situ*, são associadas a depósitos, frequentemente cascalheiras com elementos de grandes dimensões, situadas na base das sequências sedimentares dos terraços médios e baixos e consideradas como tendo derivado dos terraços altos. Ora, embora se deva, em nossa opinião, pôr em dúvida a interpretação cronológica proposta para as sequências sedimentares dentro de cada formação, quando nelas se pretende verificar um *continuum* muitas vezes até ao Würm (caso da sequência-tipo do Vale do Forno já exposta neste texto), parece indiscutível, sobretudo no baixo Tejo, uma marcada componente eustática na formação dos terraços e o seu claro escalonamento em torno dos diferentes níveis de alturas já assinalados. Deste modo as propostas de datação antiga, ante-rissiana, para as indústrias encontradas *in situ* nas condições já referidas não se nos afiguram discutíveis, ao contrário, por exemplo, de L. G. Freeman que, de modo superficial, afirma que:

«In every case where diagnostic artifacts are present the collections could be assigned to the Late Acheulian; sometimes the pieces seem very modern indeed» (1975: p. 707).

Mesmo sem fazer intervir os achados ocorridos noutras zonas do mesmo vale do Tejo, em território espanhol (Pinedo, por exemplo), é

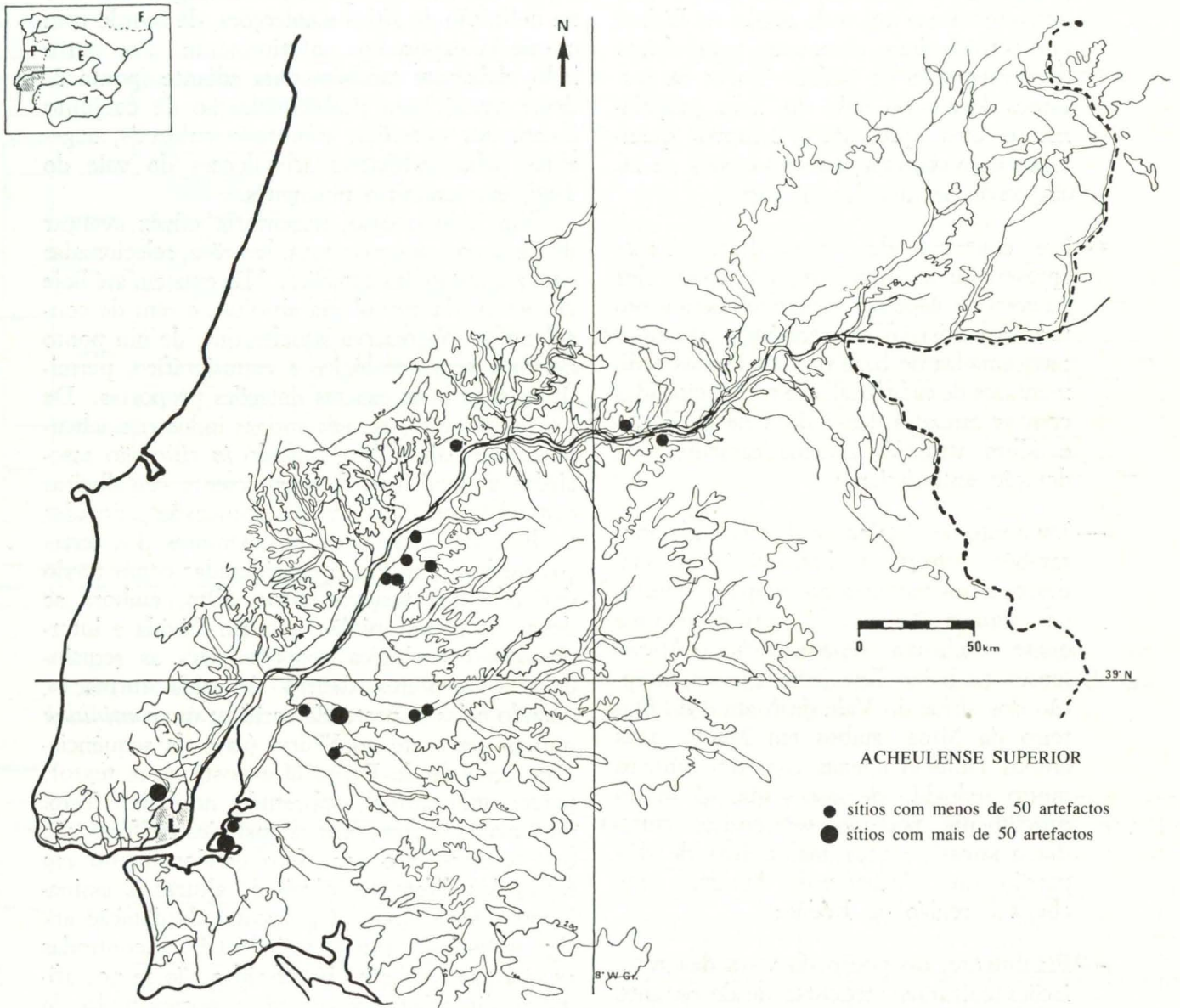


Fig. 2 — Cartas hipsométricas simplificadas do vale do Tejo, com a indicação dos sítios do «Abevilense» (2.a), do Acheulense Antigo (2.b), do Acheulense Médio a Acheulense «indiferenciado» (2.c), do Acheulense Superior (2.d) e do Acheulense Final («Micoquense») (2.e)

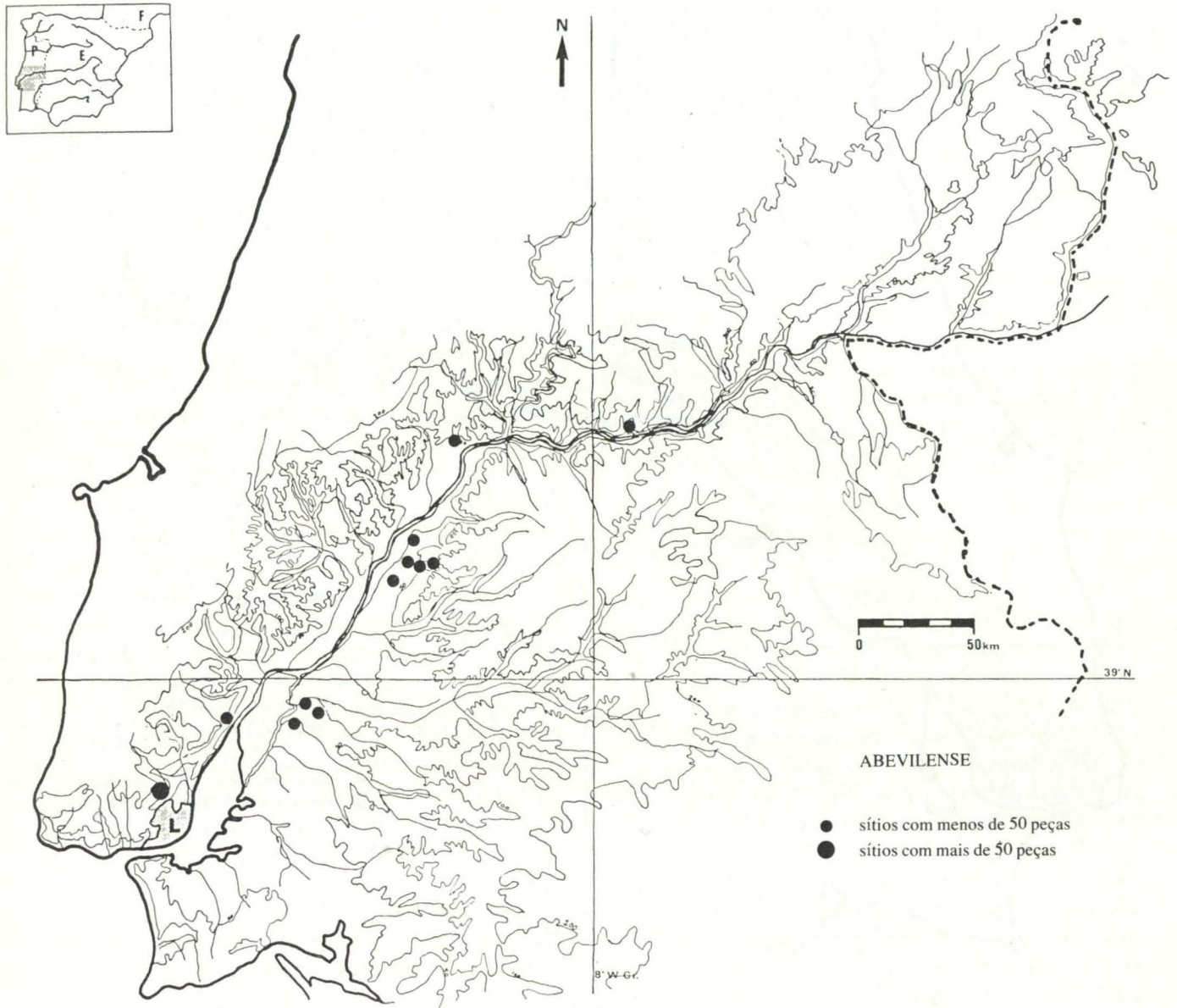


Fig. 2.b)

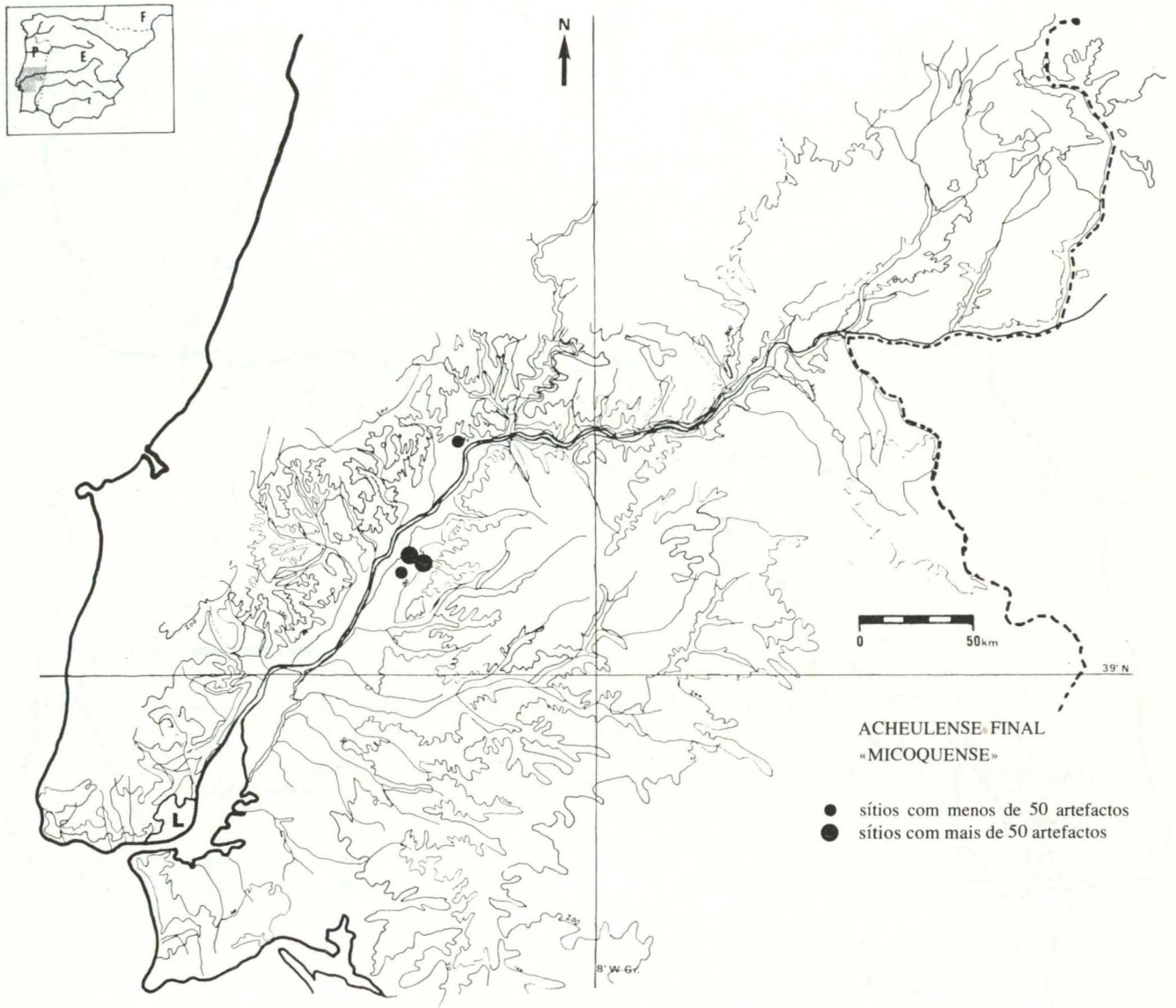


Fig. 2.c)

óbvio que alguns dos conjuntos líticos portugueses, ainda que reduzidos, são tipologicamente indicativos de um Acheulense Antigo (já a sua exacta definição como «abevilenses» pode ser mais discutível, como veremos adiante). Se é verdade que eles nunca foram até hoje objecto de revisão actualizada, também é certo que neles não existem apenas artefactos incaracterísticos e se percebem até traços tipológicos gerais semelhantes aos do mesmo tipo de indústrias noutros pontos da península, e especialmente na Meseta espanhola: presença significativa de triedros, bifaces de tipologia arcaica, núcleos globulosos com reduzido número de levantamentos não organizados, ausência quase total de utensilagem sobre lasca (devida também em parte, talvez, às próprias condições de recolha de materiais), etc.

Um dos raros sítios com uma indústria do Acheulense Antigo estudados mais recentemente, e que por isso merece referência particular, é o do Monte do Famaco, em Ródão (Raposo, 1987). Nesta área, muito próximo da fronteira com Espanha, detectaram-se também alguns pequenos conjuntos do Acheulense Antigo em três outros locais (especialmente no de Vilas Ruivas, onde alguns artefactos se encontraram *in situ* num nível de terraço de 32 m). No Monte do Famaco, e para além de uma vastíssima série não rolada atribuível ao Acheulense Médio (conforme se referirá adiante), regista-se a ocorrência de uma pequena série rolada constituída por 34 artefactos, entre os quais bifaces, triedros, 1 «machado», seixos talhados, núcleos e alguns utensílios sobre lasca (fig. 3). As características tipológicas gerais desta indústria foram comparadas com as do sítio de Pinedo (Querol e Santoja, 1979: p. 180): ausência total de bifaces planos e exclusiva representação de formas arcaicas (abevilenses, amigdalóides), espessas e de superfícies consideráveis reservadas; presença importante, em número igual ao dos bifaces ou mesmo maior, de triedros, embora de tipo primitivo; presença de «machados» de tipo primitivo («0» de J. Tixier); presença significativa de seixos talhados, predominantemente de formas simples (gumes simples, unifaciais, com superfícies talhadas reduzidas e pequeno número de levantamentos); domínio de núcleos de tipos simples, com levantamentos pouco organizados; ausência de talhe levallois; presença significativa de utensílios sobre lasca, embora com ausência dos ditos

«de tipo Paleolítico Superior» (Raposo, 1987: p. 165). Trata-se de uma indústria atribuível a um Acheulense Antigo e, tal como a de Pinedo, datável por argumentos locais e regionais de natureza geomorfológica e pelo próprio paralelismo tipológico, de um período ante-rissiano, eventualmente de finais do Mindel convencional.

## 2.2. O ACHEULENSE MÉDIO E O ACHEULENSE «INDIFERENCIADO»

Contrariamente aos conjuntos líticos atribuídos e fases antigas do Acheulense ou ao «Abevilense», que são relativamente pouco abundantes e numericamente reduzidos, as indústrias para as quais se propuseram classificações de «Acheulense Médio», «Acheulense Pleno», «Acheulense» apenas, ou ainda «Acheulense Médico-Tayacense», «Tayaco-Acheulense», «Acheulense-Tayacense», etc. são numerosas e amplamente distribuídas, conforme se pode observar pelo Quadro III, da página seguinte, e pelo mapa da figura 2.c.

Com efeito, pela observação destes elementos pode considerar-se:

- Cerca de uma dezena dos locais ou séries listados apresentam mais de 50 artefactos e por vezes mesmo muito mais. Para além do caso do Casal do Monte, posto à parte pelas razões já indicadas, tal é o que se passa com o sítio do Monte do Famaco, que contém uma indústria de cerca de 1 milhar e meio de artefactos; com um ou outro sítio da zona do Entroncamento; e sobretudo com a zona de Alpiarça, onde no conjunto dos diferentes locais descritos se recolheram mais de 2 milhares de artefactos, aliás seleccionados muitas vezes em função da sua tipologia, o que dá bem conta da enorme riqueza desta área;
- Todavia, somente em dois casos se refere e existência de indústrias *in situ*: Paúl da Goucha (Almeirim) e Vale do Forno (Alpiarça). Em ambos os casos a cronologia proposta é a de «Mindel/Riss». Noutros casos propõem-se para indústrias deste tipo datações mais recentes: «Riss» e mesmo «Riss-Würm»;

— Do ponto vista espacial, o Acheulense Pleno encontra-se amplamente distribuído ao longo de todo o vale do Tejo, estendendo-se também aos vales de diversos afluentes e subafluentes, entre os quais é de salientar o Ponsul, o Sorraia e o Sor;

— Finalmente, a grande variedade de rotulações propostas para este Acheulense Pleno ou «indiferenciado» não deve merecer especial atenção, uma vez que decorre de uma perspectiva tipológica que tende a valorizar tipos isolados e a conferir significado cultural pleno a aspectos puramente técnicos, aliás frequentemente mal descritos.

Entre as considerações que se poderiam fazer a propósito deste conjunto de dados salientamos as referentes às datações e às características tipológicas enunciadas. Relativamente à primeira questão, torna-se evidente que a proposta de uma cronologia «Mindel/Riss» para este tipo de indústrias é bastante duvidosa — e terá, aliás, implicações também no «envelhecimento» excessivo do Acheulense Superior e Final, conforme se assinalará adiante. Tal proposta resulta fundamentalmente da interpretação da sequência-tipo do Vale do Forno e mais especificamente das suas camadas 4 a 6, colocadas, de acordo com o modelo glácio-eustático seguido, como um «início de ciclo», na sequência directa da cascalheira «mindeliana» da base. Trata-se de uma

ACHEULENSE MÉDIO

QUADRO III

| REGIÃO  | ZONA     | SUB-ZONA      | IDENTIFICAÇÃO |               |                |             |                     |                 |           |               |                      |                     | BIBLIOGRAFIA | TIPOLOGIA  |           |                 |          |          |         |        | MATERIAS-PRIMAS |            |          |       |     |     |
|---------|----------|---------------|---------------|---------------|----------------|-------------|---------------------|-----------------|-----------|---------------|----------------------|---------------------|--------------|------------|-----------|-----------------|----------|----------|---------|--------|-----------------|------------|----------|-------|-----|-----|
|         |          |               | MARGEM TELJ   | RIBEIRA       | MARGEM RIBEIRA | NUMERO MAPA | DESIGNAÇÃO ORIGINAL | DATAÇÃO (AUTOR) | FORMAÇÃO  | CAMADA        | CAMADA VALE DO FORNO | CONDIÇÕES DE JAZIDA |              | BIFACES    | UNIFACES  | SERIOS TALHADOS | TREDDROS | MACHADOS | NUCLEOS | LASCAS | TOTAL           | QUARTIZITO | QUARTIZO | SELE. |     |     |
| BAIXO   | ESTUÁRIO | LISBOA        | N             | -             | -              | 1           | TA                  | -               | 124 m     | -             | -                    | S                   | 2:54-207     | +++        | +         |                 |          |          |         |        | ++              | +++        | +++      | +++   | +   | ++  |
|         |          |               | S             | -             | -              | 3           | AMS                 | -               | -         | -             | -                    | -                   | -            | 5:17       | +         | +               |          |          |         |        |                 |            |          |       | +   | +   |
|         |          |               | S             | -             | -              | 8           | AM                  | -               | -         | -             | -                    | -                   | -            | 5:35       |           |                 |          |          |         |        |                 |            |          |       | ?   | +   |
|         |          |               | S             | -             | -              | 9           | AM                  | -               | -         | -             | -                    | -                   | -            | 5:29       |           | +               | +        |          |         |        |                 |            |          |       | +   | +   |
|         |          |               | S             | -             | -              | 10          | AM                  | -               | -         | -             | -                    | -                   | -            | 5:37       |           |                 | +        |          |         |        |                 |            |          |       | +   | +   |
|         |          |               | S             | -             | -              | 12          | AT                  | RISS-WURM       | -         | -             | -                    | -                   | -            | S          | 3:515-538 | +               | ++       |          |         |        |                 |            | ++       | ++    | ++  | ++  |
|         | ALUVIAL  | BENAVENTE     | S             | PAUL DE MAGOS | S              | 15          | AM?                 | -               | -         | 2             | -                    | -                   | -            | 3:451-454  |           |                 | +        |          |         |        |                 | ++         | ++       | ++    | ++  |     |
|         |          |               | S             | PAUL DE MAGOS | S              | 16          | AT                  | -               | -         | T.20/25 m     | -                    | -                   | -            | 3:443-451  | +         |                 | +        |          |         |        |                 |            |          | +     | ++  | ++  |
|         |          |               | S             | LAMAROSA      | S              | 17          | AM?                 | -               | -         | T.50/70 m     | -                    | -                   | S            | 3:455-461  |           |                 |          |          |         |        |                 |            |          | +     | +   | ++  |
|         |          |               | S             | LAMAROSA      | S              | 18          | AQL                 | -               | -         | T.50/70 m     | -                    | -                   | -            | 3:463-466  |           | +               |          |          | +       |        |                 |            |          |       | +   | +   |
|         |          |               | S             | -             | -              | 19          | AMT                 | -               | -         | -             | -                    | -                   | -            | 3:489-500  | +         |                 | ++       |          |         |        |                 |            |          | +     | ++  | ++  |
|         |          |               | S             | LAMAROSA      | ?              | 20          | AM                  | -               | -         | T.Tirrenianos | -                    | -                   | IS           | 28:111-127 | +         | +               | ++       | +        | +       |        |                 |            | +        | +     | ++  | ++  |
|         |          |               | S             | SORRAIA       | S              | 21          | AM                  | RISS FINAL      | -         | -             | 2                    | -                   | -            | 21:96-104  |           |                 |          |          |         |        |                 |            |          |       | +   | +   |
|         |          |               | S             | SORRAIA       | S              | 24          | T?                  | RISS FINAL      | -         | -             | -                    | -                   | -            | 21:106     |           |                 |          |          |         |        |                 |            |          |       | +   | +   |
|         |          | MONTARGIL     | S             | SCR           | S              | 25          | AQL                 | -               | -         | -             | -                    | -                   | -            | 16:54      | ++        | +               | ++       | +        | +       | ++     | ++              | ++         | ++       | ++    | ++  | ++  |
|         |          |               | S             | SCR           | S              | 26          | AQL                 | -               | -         | -             | -                    | -                   | -            | 16:54      | ++        | +               | +        | +        | +       | ++     | ++              | ++         | ++       | ++    | ++  | ++  |
|         |          |               | S             | -             | -              | 28          | AMS                 | -               | -         | -             | -                    | -                   | IS           | 3:433-441  |           | +               | +        |          |         |        |                 |            |          | +     | +   |     |
|         |          |               | S             | -             | -              | 29          | AM                  | MINDEL-RISS     | -         | -             | ?                    | -                   | 5            | 29:211     |           |                 |          |          |         |        |                 |            |          |       | ?   | ?   |
|         |          |               | S             | ALPARÇA       | ?              | 31          | AP                  | MINDEL-RISS     | T.20/40 m | 5             | 5                    | IS                  | 3:343-385    | +          |           |                 |          |          |         |        |                 |            |          | +     | +   |     |
|         |          |               | S             | -             | -              | 32          | AM                  | MINDEL-RISS     | T.20/40 m | 4             | 5                    | -                   | 3:387-415    | ++         | ++        | +++             |          | +        | +       | +++    | +++             | +++        | +++      | +++   | +++ | +++ |
| ALPARÇA | S        | -             | -             | 33            | AMS            | MINDEL-RISS | T.20/40 m           | 5               | 5         | -             | 3:417-432            | ++                  |              | ++         |           |                 |          |          |         |        |                 | ++         | ++       |       |     |     |
|         | S        | ALPARÇA       | ?             | 34            | AQL            | MINDEL-RISS | T.50/60 m           | -               | 5         | S             | 3:329-335            | ++                  | ++           | +++        |           |                 |          |          |         |        |                 | ++         | +++      |       |     |     |
|         | S        | -             | -             | 38            | AQL            | -           | -                   | -               | 2         | -             | -                    | 29:211              |              | +          | +         |                 |          |          |         |        |                 | +          | ++       |       |     |     |
|         | S        | -             | -             | 39            | AQL            | RISS        | T.60/70 m           | ?               | 3         | S             | 29:211               |                     |              |            |           | +               |          |          |         |        |                 | +          | +        |       |     |     |
|         | N        | -             | -             | 40            | AQL            | -           | -                   | -               | -         | -             | -                    | 16:55               | ++           | ++         | ++        | +               | +        | +        | ++      | +++    | +++             | +++        | +++      |       |     |     |
|         | N        | -             | -             | 41            | AM             | -           | -                   | T.20/30 m       | -         | -             | S                    | 26:5-11             | ++           | +          | ++        | +               | +        | ++       | ++      | ++     | ++              | ++         | ++       | ++    |     |     |
|         | N        | -             | -             | 43            | AQL            | -           | -                   | -               | -         | -             | -                    | 16:55               | ++           | ++         | +++       | +               | +        | ++       | +++     | +++    | +++             | +++        | +++      | +++   |     |     |
|         | N        | ALVELA        | ?             | 44            | AQL            | -           | -                   | T.50/65 m       | -         | -             | -                    | 19:42               |              |            |           |                 |          |          |         |        |                 | ?          | ?        |       |     |     |
| MÉDIO   | ABRANTES | ENTRONCAMENTO | N             | -             | -              | 46          | AQL                 | -               | -         | -             | -                    | 16:55               | ++           | ++         | ++        | +               | +        | +        | ++      | +++    | +++             | +++        | +++      |       |     |     |
|         |          |               | N             | -             | -              | 47          | AQL                 | -               | -         | -             | -                    | -                   | 16:55        | ++         | ++        | +++             | +        | +        | +       | ++     | +++             | +++        | +++      | +++   |     |     |
|         |          |               | N             | ERAS          | ?              | 48          | AQL                 | -               | -         | T.50/65 m     | -                    | -                   | -            | 9:9-113    | +         |                 | +        |          |         |        |                 |            | +        | +     |     |     |
|         |          |               | N             | -             | -              | 49          | AM                  | -               | -         | -             | -                    | -                   | -            | 25:205-236 |           |                 |          |          |         |        |                 |            |          | +     | +   |     |
|         |          |               | N             | -             | -              | 50          | AM                  | -               | -         | -             | -                    | -                   | -            | 25:205-236 |           |                 |          |          |         |        |                 |            |          | +     | +   |     |
|         |          |               | N             | -             | -              | 51          | AM                  | -               | -         | -             | -                    | -                   | -            | 25:205-236 |           |                 |          |          | ++      |        |                 |            |          | +     | ++  |     |
|         | FODÃO    | FODÃO         | N             | -             | -              | 53          | AQL                 | -               | -         | T.40 m        | -                    | -                   | -            | 25:205-236 |           |                 | +        |          |         |        |                 |            | +        | +     |     |     |
|         |          |               | N             | CONDOURHOFFRÓ | ?              | 54          | AQL                 | -               | -         | T.160 m       | -                    | -                   | -            | 25:205-236 |           |                 |          |          |         |        |                 |            |          | +     | +   |     |
|         |          |               | N             | AÇAFAL        | N              | 58          | AM                  | RISS            | T.32 m    | -             | -                    | S                   | 13:153-178   | +++        | +++       |                 |          |          |         | +++    | +++             | +++        | +++      | +++   |     |     |
|         |          |               | N             | PONSUL        | N              | 59          | AM                  | -               | -         | QUATERNARIO   | -                    | -                   | -            | 23:1'      |           |                 |          |          |         |        |                 |            |          | ?     | +++ |     |
| N       | PONSUL   | N             | 60            | AM            | -              | -           | QUATERNARIO         | -               | -         | -             | 23:1'                |                     |              |            |           |                 |          |          |         |        |                 | ?          | +++      |       |     |     |

OBS.: MARGEM TELJ/MARGEM (RIBEIRA): N: Norte, S: Sul. CONDIÇÕES DE JAZIDA: S: Superfície, IS: In Situ.

TIPOLOGIA: Tipos de Peças: + = 1 a 5, ++ = 6 a 11, +++ = > 11; MATERIAS-PRIMAS: Cálculo empírico da % de cada

DESIGNAÇÃO ORIGINAL: TA: Taysaco-Acheulense, AMS: Acheulense Médio Superior, AM: Acheulense Médio, AT: Acheulense Taysaco, AQL: Acheulense, AMT: Acheulense Médio Taysaco, T: Taysaco, AP: Acheulense Pleno.

\* - Informação recolhida em relatórios de trabalho de campo.

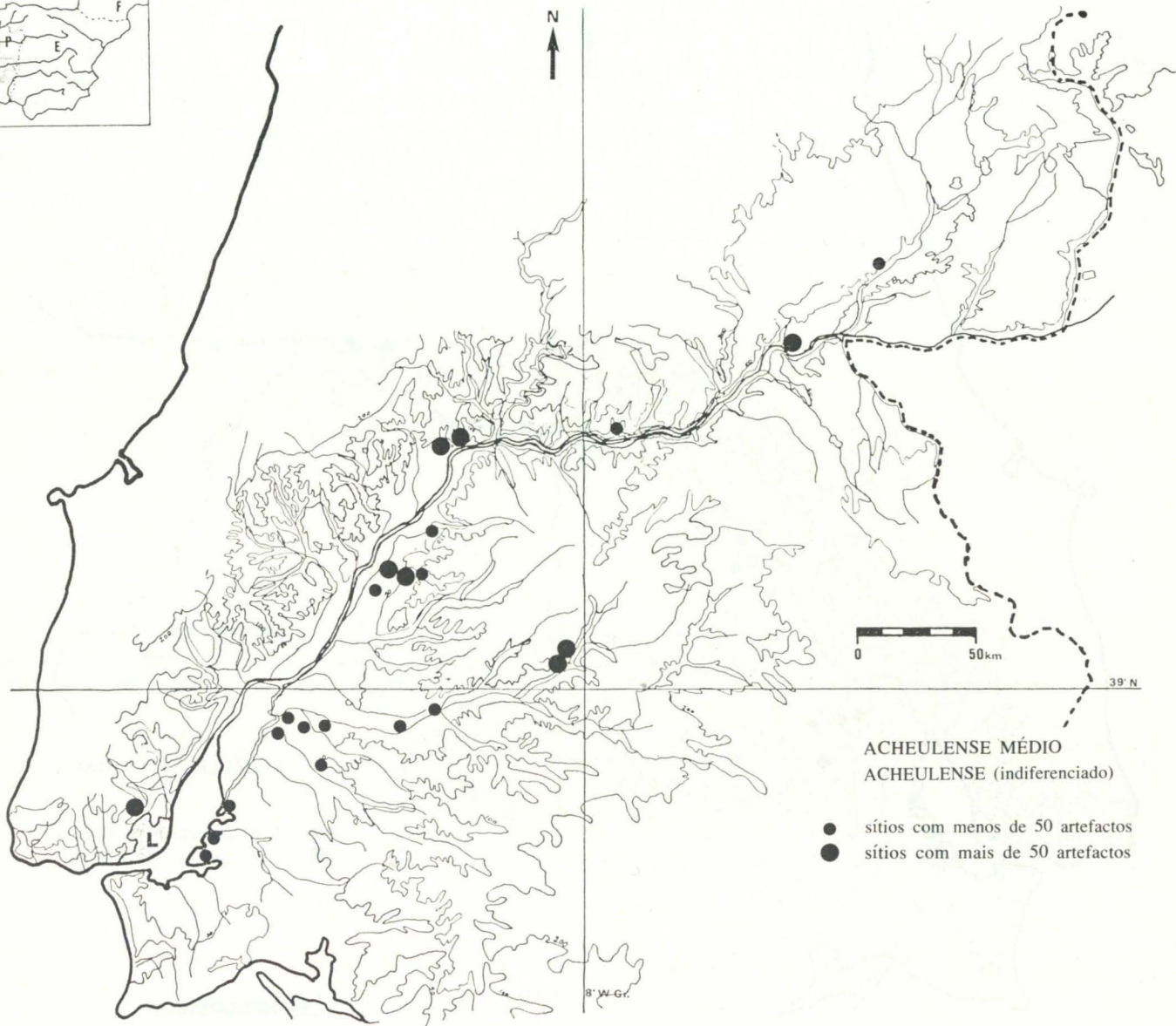
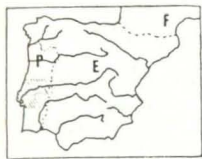


Fig. 2.d)

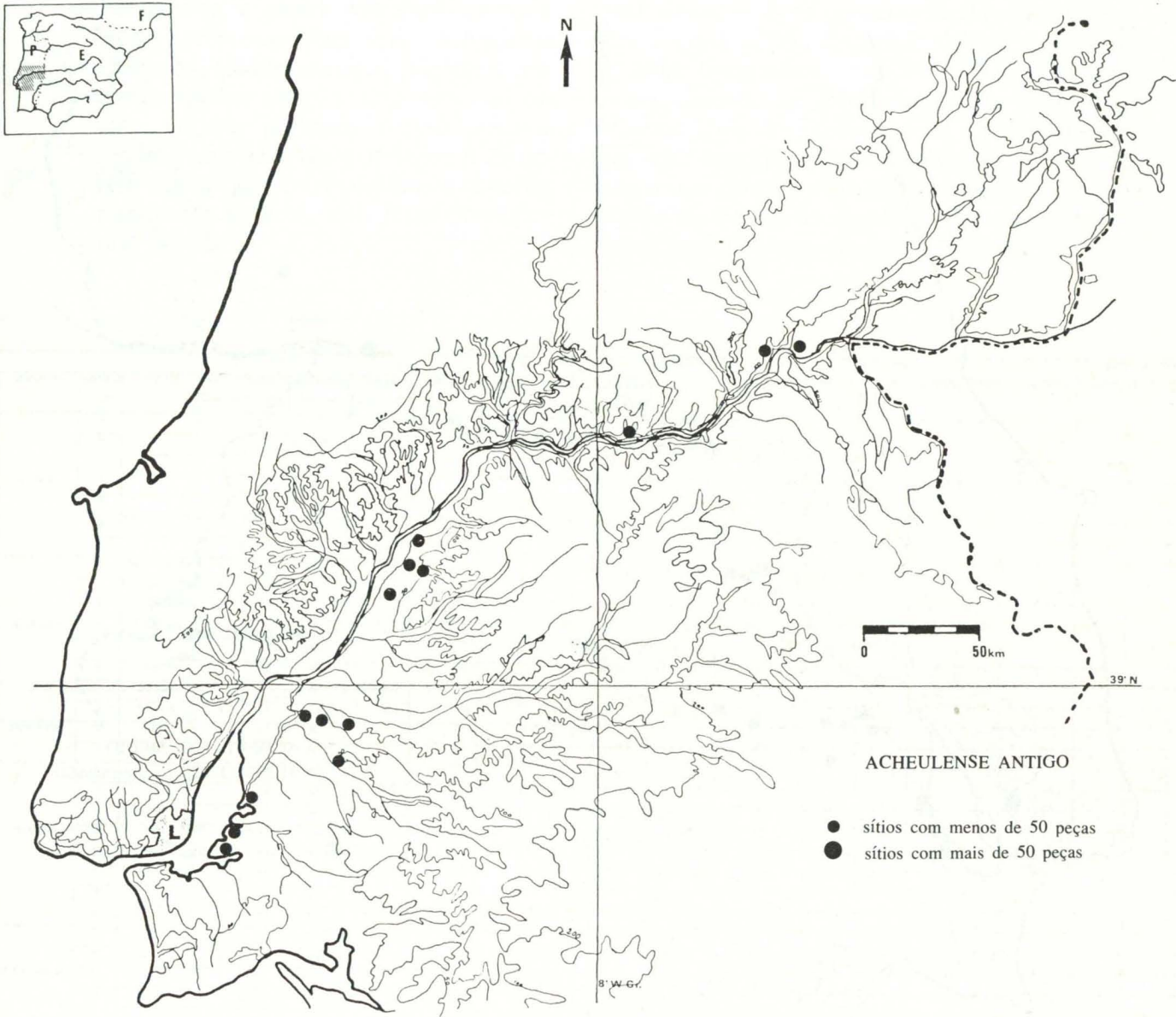


Fig. 2.e)

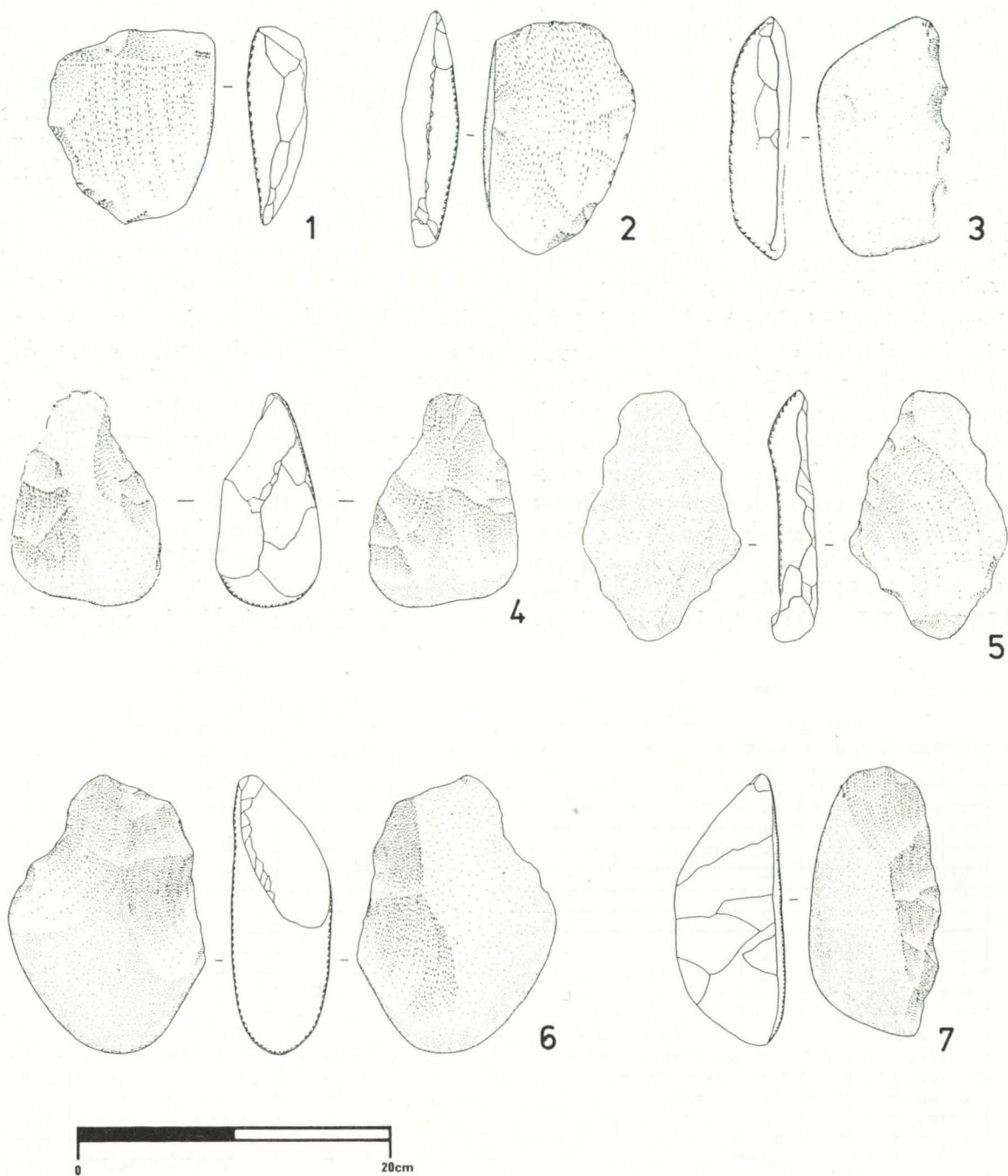


Fig. 3 — Acheulense Antigo. 1 e 2: «machados de mão» («hachereaux»); 3: denticulado; 4 e 6: bifaces; 5: raspador e denticulado; 7: seixo talhado. Proveniência: 1, 3 a 7: Monte do Famacó (V. V. de Ródão); 2: Celulose do tejo (V. V. de Ródão)

suposição que carece por inteiro de prova e que, no contexto do conhecimento que se tem das indústrias líticas registadas e da datação que se lhes atribui geralmente em toda a Península Ibérica e no próprio vale do Tejo noutros locais, se deve ter por errónea.

De resto, a existência de uma acentuada ruptura tipológica entre as indústrias «abevilenses» e «acheulenses antigas», por um lado, e as indústrias «acheulenses plenas» e «superiores», por outro lado é um argumento adicional em apoio da ideia que expusemos. Com efeito, a leitura atenta da bibliografia dos anos 40 é elucidativa desta circunstância. As indústrias dos níveis inferiores são aí consideradas como «limités presque toujours aux objets piriformes, fusiformes et condiformes» com «une technique très primitive» (Zbyszewski, 1946: p. 229), enquanto que as indústrias dos níveis superiores «sont marquées par l'épanouissement de formes infiniment plus variées, de techniques de plus en plus évoluées» (*id. ibid.*). Observação confirmada em especial no caso dos bifaces das séries IIB (Acheulense Médio) e IIIa e IIIb (Acheulense Supe-

rior/Micoquense) (*id. ibid.*: p. 230). A proximidade tipológica entre as indústrias do Acheulense Médio e Superior é tal que em certos casos elas apenas se distinguem por algumas características físicas secundárias («presença ou ausência de traços ferroginosos»), eventualmente indicadoras de diferentes posições estratigráficas (em função das camadas argilosas cinzento-esverdeadas, com vegetais fósseis, que servem de «niveau repère») e pela exclusiva presença nas segundas de «formas micoquenses» (*id. ibid.*: p. 225).

A problemática mais global que se pode extrair das considerações anteriores será abordada adiante. Em todo o caso, interessa ter em conta que o quadro evolutivo patente em Alpiarça poderá talvez não ser extensível a todo o vale do Tejo, onde se pode admitir ocorrerem indústrias que estabeleçam uma transcrição gradual entre todos os momentos do Acheulense. Um exemplo particularmente sugestivo desta possibilidade é o do vasto conjunto lítico do sítio do Monte do Famaco, em Ródão. Neste local, que se encontra por publicar *in extenso*, regista-se a ocorrência de uma indústria atribuível a um

ACHEULENSE SUPERIOR

QUADRO IV

| REGIÃO   | ZONA     | SUB-ZONA      | IDENTIFICAÇÃO |                 |                |             |                     |                 |           |                      |                      |                     | BIBLIOGRAFIA | TIPOLOGIA |          |                 |          |          |         | MATÉRIAS-PRIMAS |       |           |        |     |    |    |
|----------|----------|---------------|---------------|-----------------|----------------|-------------|---------------------|-----------------|-----------|----------------------|----------------------|---------------------|--------------|-----------|----------|-----------------|----------|----------|---------|-----------------|-------|-----------|--------|-----|----|----|
|          |          |               | MARGEM TEJO   | RIBEIRA RIBEIRA | MARGEM RIBEIRA | NUMERO MAPA | DESIGNAÇÃO ORIGINAL | DATAÇÃO (AUTOR) | FORMAÇÃO  | CAMADA VALE DO FORNO | CAMADA VALE DO FORNO | CONDIÇÕES DE JAZIDA |              | BIFACES   | UNIFACES | SEIXOS TALHADOS | TRIÉDROS | MACHADOS | NUCLEOS | LASCAS          | TOTAL | QUARTZITO | QUARTZ | SIL |    |    |
| ESTUARIO | LUSOIA   | N             | -             | -               | 1              | AQLMU       | -                   | 124 m           | -         | -                    | -                    | 2:54-207            | +++          | +         | +        |                 |          | ++       | +++     | +++             | +++   | +++       | +      | +   |    |    |
|          |          | S             | -             | -               | 2              | ASMU        | -                   | -               | -         | -                    | -                    | 5:9-12              | +            | +         |          |                 |          |          |         |                 |       |           |        |     |    |    |
|          |          | S             | -             | -               | 3              | ASMU        | -                   | -               | -         | -                    | S                    | 5:18-19             | +            | +         |          |                 |          |          | ++      | +               | ++    | ++        |        |     |    |    |
|          |          | S             | -             | -               | 4              | ASMU        | RISS-WURM           | -               | 2         | -                    | S                    | 20:547-611          | +++          | ++        |          |                 |          |          | ++      | +++             | +++   | +++       | +++    |     |    |    |
|          |          | S             | -             | -               | 5              | ASMU        | -                   | -               | -         | -                    | -                    | 5:13                | +            |           |          |                 |          |          |         |                 |       |           |        |     |    |    |
|          |          | S             | -             | -               | 7              | AS          | -                   | -               | -         | -                    | -                    | 5:16                |              | +         |          |                 |          |          |         |                 |       |           |        |     |    |    |
|          |          | S             | -             | -               | 8              | ASMU        | -                   | -               | -         | -                    | -                    | 5:35-36             | +            | +         |          |                 |          |          |         |                 |       |           |        |     |    |    |
|          |          | S             | -             | -               | 10             | AS          | -                   | -               | -         | -                    | -                    | 5:37-38             | +            | +         |          |                 |          |          |         |                 |       |           |        |     |    |    |
|          |          | S             | -             | -               | 11             | ASMU        | -                   | -               | -         | -                    | -                    | 5:32-33             |              |           | +        |                 |          |          |         |                 |       |           |        |     |    |    |
|          |          | BADIO         | ALLUVIAL      | S               | UL DE MAC      | N           | 16                  | AQLMU           | -         | T.20/25 m            | -                    | -                   | -            | 3:443-451 | +        |                 |          |          |         |                 |       |           |        |     |    |    |
|          |          |               |               | S               | LAMAROSA       | S           | 17                  | AS              | -         | T.50/70 m            | -                    | -                   | -            | 3:455-461 |          |                 |          |          |         | ++              |       |           |        |     |    |    |
| S        | -        |               |               | -               | 19             | AS          | -                   | -               | -         | -                    | -                    | 3:489-500           | +            |           |          |                 |          |          |         |                 |       |           |        |     |    |    |
| S        | LAMAROSA |               |               | ?               | 20             | AS          | -                   | T. Tirrenianos  | -         | -                    | IS                   | 28:111-127          | +++          | +++       | +++      |                 |          |          | +++     | +               | +++   | +++       | +++    |     |    |    |
| S        | SORRAIA  |               |               | S               | 21             | AS          | RISS FINAL?         | -               | -         | -                    | -                    | 21:96-104           | +            | +         | +        |                 |          |          |         |                 |       | ++        | ++     | ++  |    |    |
| S        | SORRAIA  |               |               | S               | 21             | ASMU        | RISS FINAL?         | -               | -         | -                    | -                    | 21:96-104           | +            | +         | ++       |                 |          |          |         |                 |       | ++        | ++     | ++  |    |    |
| S        | SORRAIA  |               |               | S               | 22             | AS          | RISS FINAL          | -               | -         | -                    | -                    | 21:105-106          |              |           |          |                 |          |          |         |                 |       |           |        |     |    |    |
| S        | SORRAIA  |               |               | S               | 22             | ASMU        | -                   | -               | -         | -                    | -                    | 21:105-106          |              |           |          |                 |          |          |         |                 |       |           |        |     |    |    |
| S        | -        |               |               | -               | 27             | ASMU        | -                   | -               | 3         | -                    | IS                   | 17:99-108           | +            | +         | ++       |                 |          |          |         |                 |       |           | ++     | ++  |    |    |
| S        | -        |               |               | -               | 29             | AS          | -                   | -               | -         | 7?                   | -                    | 3:343-385           | +            |           |          |                 |          |          |         |                 |       |           |        |     |    |    |
| S        | ALPIARÇA |               |               | ?               | 31             | AS          | MINDEL-RISS         | T.20/40 m       | 6         | 6                    | IS                   | 3:343-385           | ++           |           | ++       |                 |          |          |         |                 | +++   | ++        | +++    |     |    |    |
| S        | ALPIARÇA | ?             | 34            | AS              | MINDEL-RISS    | T.50/60 m   | -                   | 6               | S         | 3:329-335            | +                    | +                   | ++           |           |          |                 |          |          |         | ++              | ++    | ++        |        |     |    |    |
| S        | -        | -             | 37            | AS              | -              | T.15/20 m   | ?                   | -               | IS        | 3:337-341            |                      |                     |              |           |          |                 |          |          |         |                 | +     | +         | ?      |     |    |    |
| MÉDIO    | ABRANTES | ENTRONCAMENTO | N             | -               | -              | 41          | AS                  | -               | T.20/30 m | -                    | -                    | S                   | 26:5-11      | +         | +        | +               |          |          |         |                 |       |           | ++     | ++  |    |    |
|          |          | N             | -             | -               | 49             | AS          | -                   | -               | -         | -                    | -                    | 25:205-236          |              |           |          |                 |          |          |         |                 |       |           |        | ++  | +  |    |
|          |          | N             | -             | -               | 50             | AS          | -                   | -               | -         | -                    | -                    | 25:205-236          |              |           |          |                 |          |          |         |                 |       |           |        |     | ++ | ++ |
|          |          | N             | -             | -               | 51             | AS          | -                   | -               | -         | -                    | -                    | 25:205-236          | +            | +         | +        |                 |          |          |         |                 |       |           | +      | +++ | ++ |    |
|          |          | S             | -             | -               | 55             | AS          | -                   | T.40 m          | -         | -                    | S                    | 25:205-236          |              |           | ++       |                 |          |          |         |                 |       |           | +      | +++ | +  |    |
|          |          | S             | -             | -               | 56             | AS          | -                   | CASCALHEIRA     | -         | -                    | S                    | 24:83-99            |              |           |          |                 |          |          |         |                 |       |           | +      | +   |    |    |

OBS: MARGEM TEJO/MARGEM (RIBEIRA). N: Norte, S: Sul.  
 CONDIÇÕES DE JAZIDA. S: Superfície, IS: In Situ.  
 TIPOLOGIA. Tipos de Peças: + = 1, ++ = 5, +++ = 11, ++++ = >11; MATÉRIAS-PRIMAS: Cálculo empírico da % de cada  
 DESIGNAÇÃO ORIGINAL. AQLMU: Acheulense-Musterense, ASMU: Acheulense Superior-Musterense, AS: Acheulense Superior.

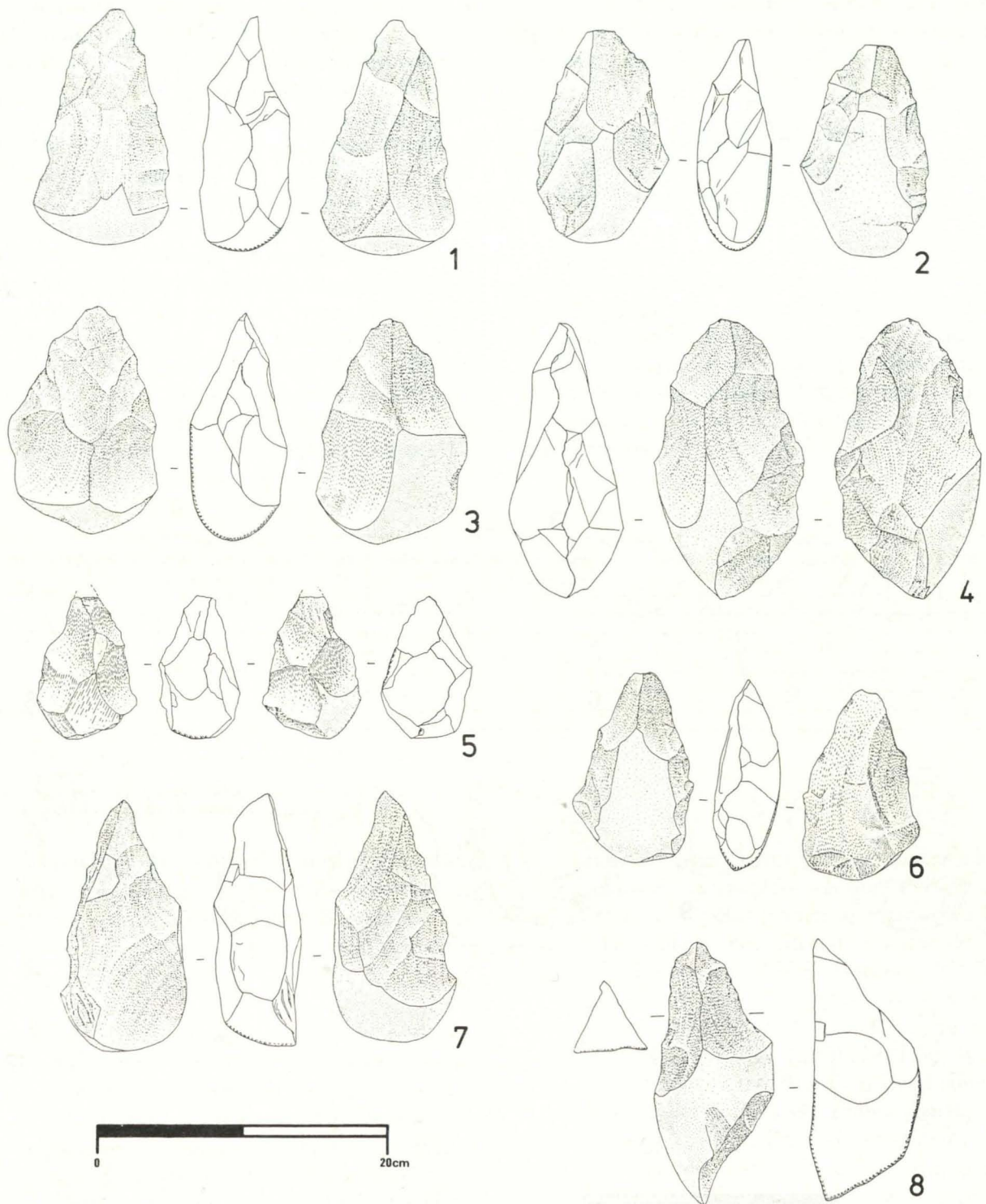


Fig. 4 — Acheulense Médio. 1 a 5: bifaces; 6 a 8: triédros. Proveniência: Monte do Famaco

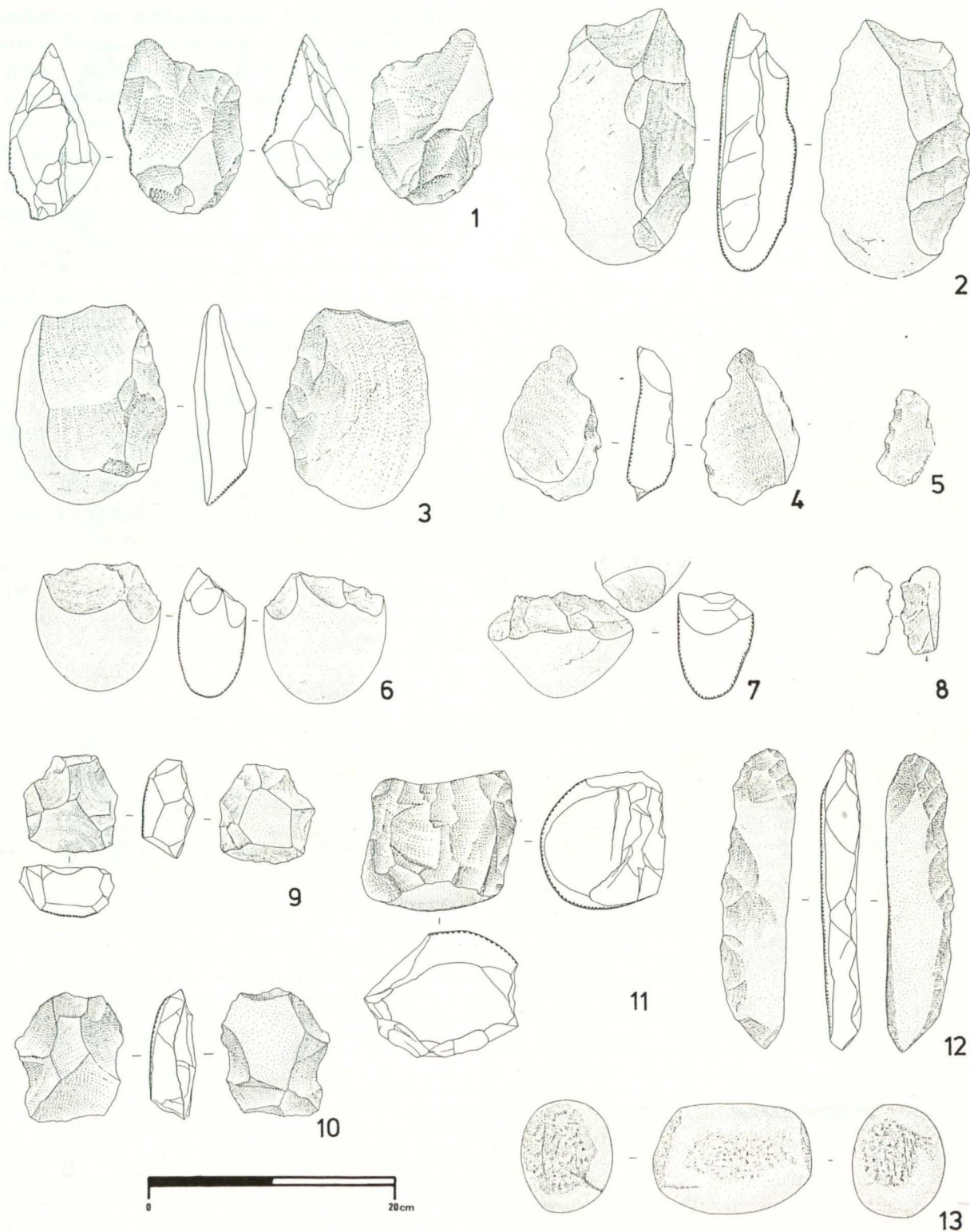


Fig. 5 — Acheulense Médio. 1: biface de bisel terminal; 2: «machado-biface» sobre seixo; 3: «machado de mão»; 4 e 5: denticulados; 6 e 7: seixos talhados; 8: faca de dorso; 9 e 10: núcleos proto-levallois; 11: núcleo com um plano de lascamento preferencial; 12: raspador sobre plaqueta; 13: percutor. Proveniência: Monte do Famaco

Acheulense Médio ou Médio evoluído, de acordo com os padrões estabelecidos pelos trabalhos recentes realizados na Meseta espanhola. A recolha sistemática e o posicionamento cartográfico da indústria recolhida à superfície neste sítio permitiu reconhecer a existência de uma ocupação local, em torno de dois núcleos de concentração de achados, com características específicas, que podem ser devidas a factores funcionais ou cronológicos. A partir de uma observação preliminar e empírica dos materiais é de registar a grande quantidade de bifaces, espessos e de diferentes tipos (mais de uma centena) e de «machados» (em número também muito elevado, próximo do dos bifaces), assim como o menor número de triedros e uma quantidade relativamente reduzida de seixos talhados. Os utensílios sobre lasca encontram-se também representados (raspadores,

denticulados e alguns de «tipo Paleolítico Superior»). Entre os núcleos merecem destaque alguns de tipo «proto-levallouis» (veja-se as figuras 4 e 5).

### 2.3. O ACHEULENSE SUPERIOR E O ACHEULENSE FINAL («MICOQUENSE»)

Finalmente, devem considerar-se as indústrias classificadas originalmente como «Acheulense Superior» ou «Acheulense Superior e Mustierense», conforme se documenta no Quadro IV.

E ainda aquelas que são especificamente atribuídas a um «Acheulense Final», «Micoquense» ou mesmo «Micoquense-Mustierense Antigo», apresentadas no Quadro V:

ACHEULENSE FINAL

QUADRO V

| REGIÃO | ZONA     | SUB-ZONA      | IDENTIFICAÇÃO |         |                |             |                     |                 |           |        |                      |                     | BIBLIOGRAFIA | TIPOLOGIA |          |                 |          |          |         |        | MATÉRIAS-PRIMAS |           |         |       |  |
|--------|----------|---------------|---------------|---------|----------------|-------------|---------------------|-----------------|-----------|--------|----------------------|---------------------|--------------|-----------|----------|-----------------|----------|----------|---------|--------|-----------------|-----------|---------|-------|--|
|        |          |               | MARGEM TEJO   | RIBEIRA | MARGEM RIBEIRA | NÚMERO MAPA | DESIGNAÇÃO ORIGINAL | DATAÇÃO (AUTOR) | FORMAÇÃO  | CAMADA | CAMADA VALE DO FORNO | CONDIÇÕES DE JAZIDA |              | BIFACES   | UNIFACES | SEIXOS TALHADOS | TRIEDROS | MACHADOS | NÚCLEOS | LASCAS | TOTAL           | QUARTZITO | QUARTZO | SILEX |  |
| BAIXO  | ALLUVIAL | ALPIARÇA      | S             | -       | -              | 28          | AF                  | -               | -         | -      | -                    | -                   | 3:433-441    |           |          | +               | +        |          |         | +      | +               | ++        |         |       |  |
|        |          |               | S             | -       | -              | 30          | MUA                 | RISS            | -         | -      | 7                    | -                   | 3:387-415    | +         | ++       | +               | +        |          |         | ++     | ++              | ++        |         |       |  |
|        |          |               | S             | -       | -              | 31          | MI                  | RISS            | T.20/40 m | 7      | 7                    | IS                  | 3:344        | +++       | +        | ++              |          | +++      | ++      | +++    | +++             | +++       |         |       |  |
|        |          |               | S             | -       | -              | 32          | AF                  | RISS            | T.20/40 m | 6      | 7                    | IS                  | 3:387-415    | ++        | ++       | +++             |          |          | ++      | ++     | +++             | +++       | +       |       |  |
|        |          |               | S             | -       | -              | 33          | AF                  | RISS            | T.20/40 m | 7      | 7                    | IS                  | 3:417-432    |           | +        | +               |          | +        |         | ++     | ++              | ++        |         |       |  |
|        |          |               | S             | -       | -              | 35          | MI                  | RISS            | T.20/40 m | A2     | 7                    | IS                  | 14:41-60     | +++       |          | +++             |          | ++       | +++     | +++    | +++             | +++       |         |       |  |
| MÉDIO  | AGRANTES | ENTRONCAMENTO | N             | -       | -              | 41          | AF                  | -               | -         | -      | -                    | -                   | 26:5-11      |           |          | ++              |          |          |         | +      | ++              |           |         |       |  |

MARGEM TEJO/MARGEM (RIBEIRA): N: Norte, S: Sul.

CONDIÇÕES DE JAZIDA: S: Superfície, IS: In Situ.

TIPOLOGIA: Tipos de Peças: + = 1 a 5, ++ = 6 a 11, +++ = >11; MATÉRIAS-PRIMAS: Cálculo empírico da % de cada

DESIGNAÇÃO ORIGINAL: AF: Acheulense Final, MUA: Micoquense-Mustierense Antigo, MI: Micoquense.

O conjunto das indústrias aqui consideradas constitui certamente um dos mais interessantes aspectos da ocupação acheulense do vale do Tejo português. Vejamos algumas das observações que elas sugerem:

- São vários os locais onde se regista a ocorrência de séries de instrumentos numerosas e entre eles, para além do Casal do Monte, merecem referência uma vez mais os da região de Alpiarça. Acrescenta-se-lhes, todavia, o importante sítio do Cabeço da Mina, a que já nos referimos na introdução do presente texto;
- Por outro lado, também se assinalam horizontes *in situ* e mesmo «en place» (dadas as condições de jazida descritas em certos casos) nas mesmas áreas. Com toda a evidência alguns dos níveis incluídos

nestas fases correspondem a verdadeiros solos de ocupação — o que aliás se comprovou já pelas primeiras escavações levadas a efeito em diferentes sítios do Vale do Forno, em 1987 (Raposo, 1989b) e 1988. As datações propostas para o conjunto de sítios incluídos nos quadros supra vão do «Riss inicial» ao Riss/Würm, mas com claro perdomínio das primeiras. Este facto resulta em grande parte, mais uma vez, da atribuição cronológica dada à sequência-tipo do Vale do Forno, e neste caso especialmente à camada 7, atribuída ao Riss I. O vício de interpretação já antes referido atinge aqui um epílogo verdadeiramente insustentável, se tivermos em conta todas as datações propostas para o Acheulense Final e o «Micoquense» na Meseta espanhola e, de um modo geral, em toda a Europa ocidental;

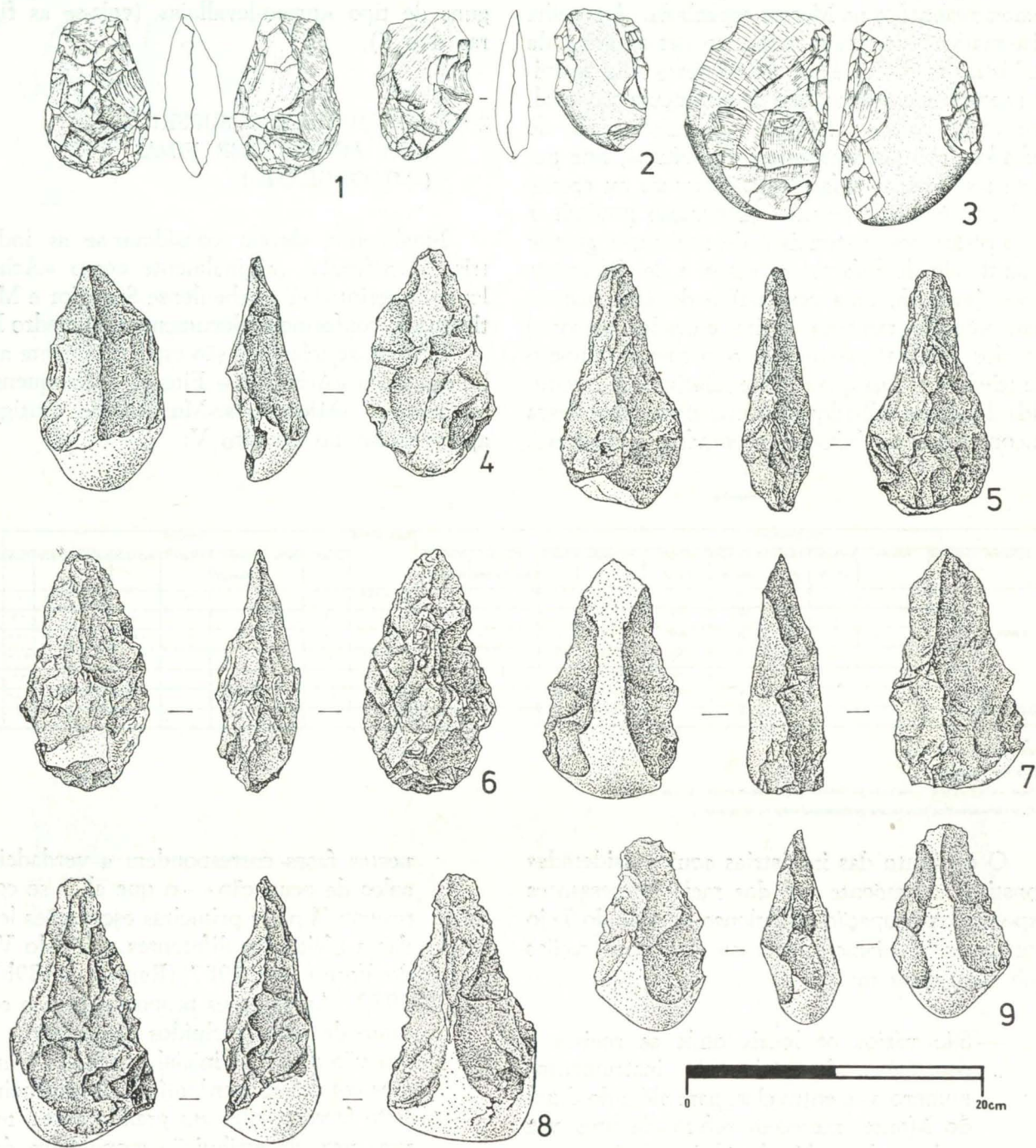


Fig. 6 — Acheulense Superior, 1: biface de bisel terminal; 2 e 3: «machados de mão»; 4 a 9: bifaces.  
 Proveniências: 1 a 3: Samouco (apud CARDOSO E ZBYSZEWSKI 1978); 4: Grancho; 5: Cucharrinho; 6: Vale de Pegos; 7 a 9: Cabeço da Mina (apud CORREIA 1940)

— Espacialmente, o Acheulense Superior parece apresentar uma área de distribuição menor do que a do Acheulense Médio. No entanto, deve ser-se prudente a este respeito e considerar que se pode estar perante uma mera falta de dados. Já no que diz respeito ao Acheulense Final/«Micoquense» a situação é diferente e tudo indica que a forte concentração deste tipo de indústrias na zona de Alpiarça (com a única excepção do sítio do Casal do Conde, aliás nada significativo, dado que o conjunto lítico nele detectado e atribuído a esta fase é diminuto, pouco característico, sendo a classificação cultural sugerida baseada no estado físico das peças, de «arestas vivas», e na presença de um «núcleo levalloiso-mustierense». V. Zbyszewski e Ferreira, 1979: pp 11-12) tenha um significado cultural real, de que por agora apenas se pode suspeitar e sugerir vagas hipóteses explicativas;

— As classificações culturais propostas, enfim, têm de avaliar-se à luz da reserva metodológica geral com que este tipo de rotulações deve ser encarada. Em todo o caso, três tipos de designações poderão talvez ser consideradas: as de «Acheulense Superior» ou «Acheulense Final» indiferenciado, as de «Acheulense-Mustierense» e as de «Micoquense» ou «Acheulense Final com elementos micoquenses».

A referência acabada de fazer aos termos e expressões utilizados na classificação destas indústrias merece um primeiro comentário adicional. As primeiras designações indicadas serão porventura as mais imprecisas, porque se baseiam na observação empírica e sumária de um ou outro tipo de peça, sem acrescentarem elementos específicos verdadeiramente diagnósticos. É frequente as indústrias nelas contidas ou serem inexpressivas quantitativa e qualitativamente, ou confundirem-se demasiado com as do «Acheulense Médio», como já vimos no ponto anterior deste texto. As segundas levantam toda uma problemática que excede largamente o âmbito deste trabalho e tem a ver com a própria definição do «Mustierense» e das indústrias do

«Paleolítico Médio», em geral. Deve notar-se, todavia, que a grande maioria dos sítios onde este tipo de indústrias se diz ocorrer se situam na zona do estuário ou no sector mais a jusante do baixo Tejo aluvial. Finalmente, as indústrias «Micoquenses» ou «com elementos micoquenses» são certamente as melhores definidas, o que é facilitado pela própria tipologia dos instrumentos que as integram, e especialmente dos bifaces. São também, como vimos, as que acrescentam a essa individualização tipológica a circunstância de uma forte concentração geográfica. E, nestes termos, constituem um dos mais interessantes e originais núcleos do Acheulense peninsular, só paralelizável com idênticas indústrias em diversos afluentes do Tejo, na região de Madrid.

Três sítios merecem referência particular neste ponto. Um deles, o do Cabeço da Mina, por ter sido um dos raros exemplos de horizonte acheulense escavado, no vale do Tejo, em 1939, ainda antes da actividade de Henri Breuil a Georges Zbyszewski e publicado em Corrêa, 1940. Trata-se de um horizonte de desenvolvimento espacial sub-horizontal, no interior de uma «formação argilosa, mais ou menos limonítica» (*id.*, *ibid.*: p. 122). O conjunto lítico ali recolhido, que aliás se encontra hoje disperso por várias instituições, nunca foi publicado extensivamente, nem ulteriormente revisto segundo metodologias mais actualizadas. Em todo o caso, quer pelas descrições sumárias efectuadas, quer pelos desenhos de peças publicadas (*v.* figura 6), quer pelo próprio conhecimento directo que dele temos parece evidente a sua atribuição a um Acheulense Médio evoluído ou Superior, sendo de esperar que futuramente seja revisto e, eventualmente, se realizem novas escavações no local.

O segundo sítio que importa citar é o do Samouco, já na zona estuarina da margem Sul do Tejo. Dele importa aqui reter a «série I», «Acheulense Superior e Mustierense», constituída por um total de 368 peças, das quais cerca de 10 % são bifaces, 3,8 % são unifaces («coup-de-poings» unificiais), 1 % são «machados» e a mesma percentagem são bifaces de bisel terminal (*v.* figura 6), 30 % são seixos talhados, 25 % são núcleos (dos quais 10 % de tipo discóide), 1 % são utensílios diversos sobre lasca e 20 % são lascas não retocadas e residuais, nenhuma levallois. Trata-se de uma indústria do maior interesse, até porque o estudo que

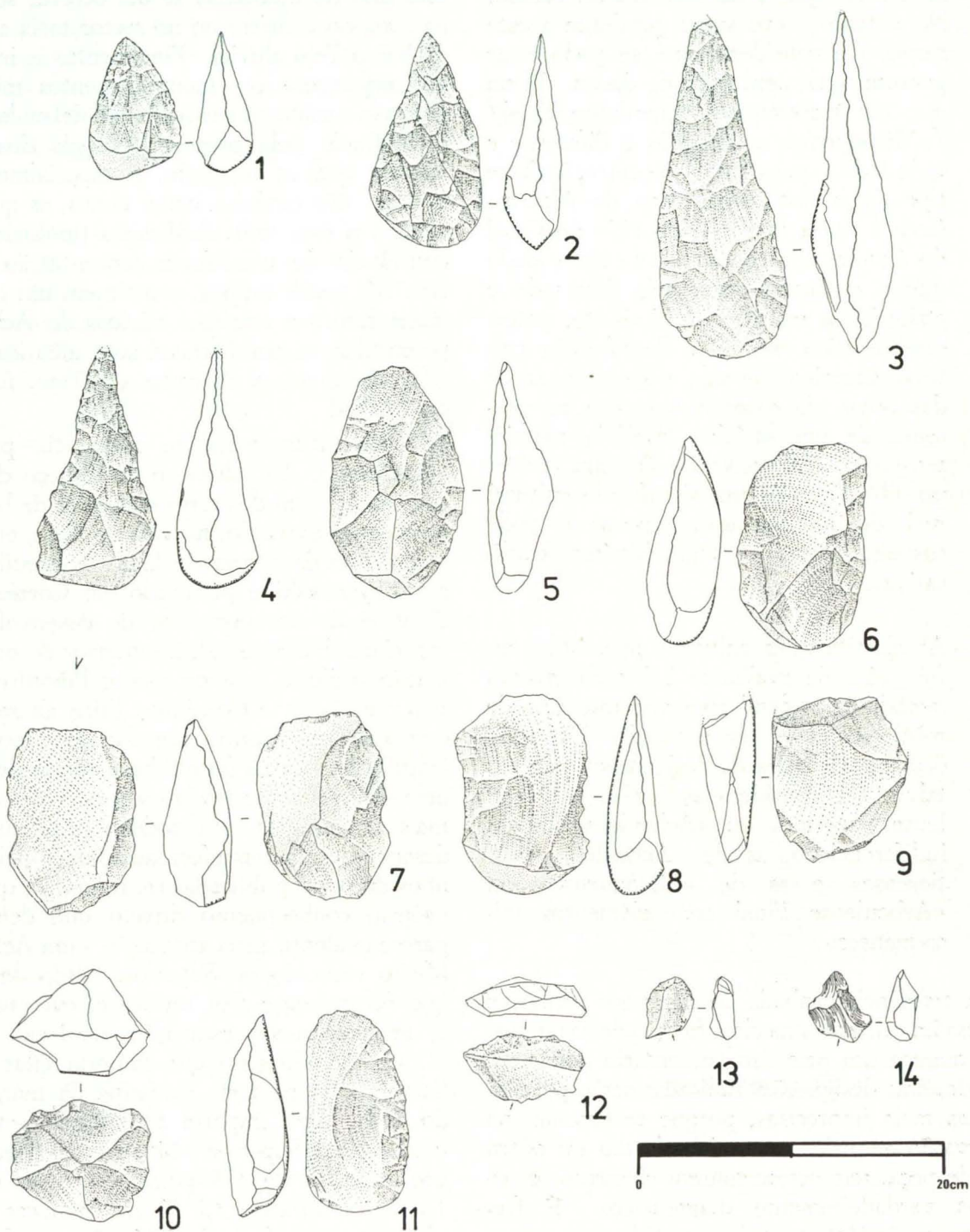


Fig. 7 — Acheulense Final («Micoquense»). 1 e 2: bifaces lanceolados; 3 e 4: bifaces micoquenses; 5: biface proto-limande; 6 a 8: «machados de mão»; 9: «machado de mão transformado em seixo talhado»; 10: núcleo prismático duplo, assimétrico; 11 e 12: raspadores; 13: raspadeira; 14: percutor

dela foi feito (Zbyszewski e Cardoso, 1978) constitui, na linha da metodologia que remonta aos anos 40, um dos raros casos em que se procurou efectuar uma reflexão, explicitação e fundamentação das categorias de análise utilizadas, indo mesmo ao ponto de elaborar algumas sínteses dos dados referentes aos trabalhos dos anos 40 na zona de Alpiarça. O comentário detalhado das características postas em evidência neste estudo, onde se procuram definir linhas evolutivas do Acheulense Médio ao Acheulense Superior e ao «Languedocense» do baixo Tejo não cabe no âmbito de um texto como o presente. Em larga medida, embora interessantes, elas parecem-nos insuficientemente ou ilegitimamente fundamentadas. Limitamo-nos, pois, a resumir algumas das considerações ali feitas: no grupo dos bifaces regista-se uma diminuição do seu número e percentagem ao longo daquele processo evolutivo, embora se documente um aumento relativo das formas evoluídas (lanceolados); dos unifaces se afirma aumentarem até ao final do Acheulense (o sítio do Samouco é, neste aspecto uma excepção); ao contrário, os machados tenderiam a diminuir; os seixos talhados são sempre muito numerosos; nos núcleos regista-se a relativa estabilidade dos discóides, ditos «mustierenses ou mustieróides»; os instrumentos sobre lasca decresceriam consideravelmente.

Por fim, o terceiro sítio a referir é o da Milharós, um dos mais importantes sítios «micoquenses» do Vale do Forno, em Alpiarça, publicado modernamente (Raposo, *et. al.*, 1985). Aí se recolheu uma indústria lítica numerosa (338 artefactos no total), reunida a partir de recolhas de superfície e de escavações arqueológicas, na qual se verifica a ocorrência de bifaces (13,5 % do total dos instrumentos, com exclusão das lascas não retocadas), «machados» (7,3 %), raspadores (15,7 %), seixos talhados (25,2 %), utensílios diversos sobre lasca (15,7%) e núcleos (22,4 %). As lascas não retocadas constituem somente 42,3 % do total das peças, e delas apenas 12,9 % são lascas de eixo maior morfológico inferior a 5 cm, o que por si só revela que se não está perante um local de fabrico, nem sequer talvez um verdadeiro solo de ocupação conservado «en place». Globalmente a indústria deste local apresenta um conjunto de características muito interessantes: por um lado, predomínio dos bifaces evoluídos (lanceolados e micoquenses) sobre os de formas mais

arcaicas (amigdalóides), grande qualidade técnica de fabrico (simetria bilateral e bifacial, arestas finamente retocadas, emprego do percutor elástico, obtenção de lascas-suporte muito estandarizadas, utilizadas sobretudo no fabrico de bifaces e de «machados», etc.), mas, por outro lado, relativa inexpressividade do grupo de utensílios sobre lasca (observação já feita por G. Zbyszewski, *v.* 1946: p. 231), ausência quase total do emprego do método levallois, evolução «regressiva» dos seixos talhados (observação também feita em diversos sítios espanhóis e franceses) (*v.* figura 7). As implicações histórico-arqueológicas e os paralelos regionais e inter-regionais que este tipo de indústria sugere serão abordados no ponto seguinte deste texto.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de dados apresentado no capítulo anterior, e alguns dos comentários que a propósito deles fomos realizando, dão lugar a toda uma problemática de pesquisa que deve servir de orientação para o estudo e aprofundamento dos conhecimentos sobre o Acheulense do vale do Tejo.

Seria deslocado, no presente texto, atentos os objectivos que lhe estabelecemos, desenvolver tal problemática — e para tanto se remete para algumas sínteses deste tipo que recentemente um de nós (L.R.) produziu: Raposo, 1989, 1989a, 1990. De igual modo se chama a atenção para a mais recente visão de conjunto sobre o Acheulense português, feita na linha metodológica e segundo o enquadramento teórico que vem desde os anos 40, da autoria de Carlos Penalva (Penalva, 1987) e para a síntese moderna referente ao vale do Tejo, em território espanhol, da autoria de Maria A. Querol e Manuel Santonja (Querol, 1984).

No seu conjunto os trabalhos indicados sugerem um conjunto de interrogações que passa por questões relativas à integração regional, origem, datação, «províncias culturais», evolução interna e evolução superior do Acheulense.

Mas vão mesmo mais longe ao começar por colocar o problema da própria definição de Acheulense, aliás na sequência do Colóquio Internacional a que nos referimos no início deste texto. Embora nos pareça (*v.* Raposo, 1989c) que a discussão em torno deste tema seja um tanto

estéril, ela permitirá fazer recuar até ao Paleolítico Inferior certas preocupações relativas à definição cultural *v.s.* funcional das indústrias líticas, que de há muito constituem objecto de controvérsia em períodos mais recentes.

Todavia, num plano mais concreto e imediato, o conjunto de observações críticas que decorrem dos elementos que a bibliografia faculta devem sobretudo dar origem a uma orientação metodológica que passa por:

- 1 — uma revisão completa dos quadros de referência geocronostratigráficos até aqui utilizados na datação e explicação da morfogénese e datação das diferentes formações geológicas quaternárias;
- 2 — a escavação arqueológica em superfície de horizontes arqueólogos que o justifiquem (caso de diversos sítios do Vale Forno, em Alpiarça);
- 3 — o estudo tipológico alargado das indústrias líticas, nele incluindo não apenas a descrição de «peças características», mas a consideração técnica, morfológica e tipológica da totalidade dos artefactos de cada conjunto lítico, tendo dos

utensílios a concepção de um elo que há que inscrever numa cadeia de gestos técnicos, que vai do momento da procura de matéria-prima até ao momento do seu abandono.

A primeira destas linhas de orientação será porventura a de mais difícil concretização no estado actual da organização disciplinar portuguesa, sobretudo no domínio da geologia do Quaternário onde se reconhece uma preocupante carência de especialistas, formados segundo perspectivas teóricas e metodológicas actualizadas. Experiências recentes de colaboração com quaternaristas francesas, espanhóis e italianos poderão talvez abrir a via para a colaboração interdisciplinar que neste domínio se impõe. Quanto às duas restantes, a sua plena prossecução estará sobretudo dependente da conjugação de esforços, circunstâncias e interesses que permitam aos pré-historiadores portugueses interessados no Paleolítico Inferior ultrapassar o plano do estudo avulso de peças e das recolhas de superfície. Havendo já alguns exemplos desta evolução, resta esperar que eles convirjam para o vale do Tejo, o qual, juntamente com os do Guadiana-Gaia, constitui certamente o espaço geográfico potencialmente mais rico e promissor no estudo do Acheulense português.

## BIBLIOGRAFIA

(Os números que precedem algumas referências bibliográficas dizem respeito à simbologia utilizada nos Quadros I a V, incluídos ao longo do texto).

- (2) BREUIL, H. e ZBYSZEWSKI, G. (1942) — *Contribution à l'étude des industries paleolithiques du Portugal et leurs rapports avec la géologie du Quaternaire*, «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», tomo XXIII, vol. I, pp. 54-207, Lisboa.
- (3) BREUIL, H. e ZBYSZEWSKI, G. (1945) — *Contribution à l'étude des industries paleolithiques du Portugal et leurs rapports avec la géologie du Quaternaire*, «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», tomo XXVI, vol. II, pp. 329-335, Lisboa.
- (25) CARDOSO, J. L. (1987) — *A Jazida Paleolítica de Vale da Fonte (Belver)*, «Setúbal Arqueológica», vol. IV, Assembleia Distrital de Setúbal. pp. 7-30.
- (4) CARDOSO, J. L. (1987) — *No estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro*, «Aqueologia do Vale do Tejo», catálogo de exposição, pp. 69-81, Departamento de Arqueologia do IPPC, Lisboa.
- (24) CARDOSO, J. L. e CARVALHO, R. P. (1985) — *Contribuição para a Carta Arqueológica da Freguesia de Belver (Concelho de Gavião)*, «Actas das 1.ª Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano», pp. 83-99.
- (5) CARDOSO, J. L. e MONJARDINO, J. (1976-77) — *Novas Jazidas Paleolíticas dos Arredores de Alcochete*, «Setúbal Arqueológica», vols. II-III, M. A. E. D. S., Setúbal.
- (28) CORREIA, A. A. Mendes (1940) — *Novas Estações Líticas em Muge*, «Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso de Pré e Proto-História», Congresso do Mundo Português, vol. I, pp. 111-127, Lisboa.
- (6) FONTES, J. (1910) — *Estação Paleolítica de Casal do Monte*, «O Arqueólogo Português», vol. XV, pp. 93-96, Imprensa Nacional, Lisboa.
- FREEMAN, L. G. (1975) — *Acheulean Sites and Stratigraphy in Iberia and the Margreb*, «After the Australopithecines: Stratigraphy Ecology and Culture Change in the Middle Pleistocene», Butzer e Isaac, eds.), pp. 661-743, Mouton Publishers, Paris.

- (8) GEPP (1974-77) — *O Estudo do Paleolítico da Área de Ródão*, «O Aqueólogo Português», Série III, vols. VII e IX, pp. 37-40, Lisboa.
- (9) JALHAY, E. e PAÇO, A. do (1941) — *Páleo e Mesolítico Português*, «Anais da Academia Portuguesa de História», vol. IV, pp. 9-113, Lisboa.
- (16) PENALVA, C. (1987) — *Les Industries Acheuléennes du Portugal*, «L'Anthropologie», tome 91, n.º 1, pp. 45-68, Paris.
- (27) PEREIRA, M. A. H. (1970) — «Monumentos Históricos do Concelho de Mação», (pp. 35-53), ed. Câmara Municipal de Mação, Mação.
- (25) PEREIRA, M. A. H. (1970) — *Três Jazidas Paleolíticas no Concelho de Mação*, «Arqueologia e História», 9.ª Série, vol. II, pp. 205-236, Lisboa.
- QUEROL, M. A. e SANTONJA, M. (1979) — *El vacimiento achelense de Pinedo (Toledo)*, «Excavaciones Arqueológicas en España», n.º 106, Madrid.
- QUEROL, M. A. (1984) — *Le Paléolithique Inférieur dans le cours moyen du Tage (Espagne)*, «L'Anthropologie», tome 88, n.º 2, pp. 143-168, Paris.
- RAPOSO, L. (1983) — *As Comunidades de Caçadores-Recolectores do Paleolítico*, «História de Portugal», vol. 1, pp. 31-62, ed. Alfa, Lisboa.
- RAPOSO, L. (1985) — *Le Paléolithique inférieur archaïque au Portugal: bilan des connaissances*, «Bulletin de la Société Préhistorique Française», t. 82 (6), pp. 173-182, Paris.
- RAPOSO, L. (1986) — *New evidence about the Lower and Middle Palaeolithic in Tagus valley at Ródão (Portugal)*, «The World Archaeological Congress», Final Papers, vol. 1, Southampton.
- (12) RAPOSO, L. (1987) — *Os mais antigos vestígios de ocupação humana paleolíticas na região de Ródão*, «Da Pré-História, à História, Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira», pp. 153-178, Editorial Delta, Lisboa.
- (13) RAPOSO, L. (1987a) — *A Ocupação Humana Paleolítica do Vale do Tejo em Território Português*, «Arqueologia do Vale do Tejo» catálogo de exposição, pp. 11-16, Departamento de Arqueologia do IPPC, Lisboa.
- RAPOSO, L. (1989) — *Problemas Actuais do Estudo do Paleolítico Inferior e Médio Português*, «Revista Lusfada», n.º 2, pp. 5-28, Lisboa.
- RAPOSO, L. (1989a) — *The Lower and Middle Palaeolithic of Portugal: a general overview*, «Actas do Colóquio 'Recent Research on the European Palaeolithio'», vol. B. A. R. — International Series, Londres (no prelo).
- RAPOSO, L. (1989b) — *Campanha de Escavações de 1987 no Vale do Forno (Alpiarça)*, «Informação Arqueológica», n.º 9, Lisboa (no prelo).
- RAPOSO, L. (1989c) — *Sobre el concepto de Achelense*, «Raña», n.º 8, pp. I-VI, Sevilha.
- RAPOSO, L. (1990) — *O Paleolítico Inferior e Médio* «Arqueologia em Portugal — o fim do século», organizada pela Unidade de Arqueologia do Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa (no prelo).
- RAPOSO, L. e SILVA, A. C. (1984) — *O Languedocense — Ensaio de Caracterização Morfológica e Tipológica*, «O Arqueólogo Português», Lisboa, 4.ª Série, vol. 2, pp. 87-166, Lisboa.
- (14) RAPOSO, L., CARREIRA, J. R. e SALVADOR, M. (1985) — *A Estação Acheulense Final de Milbarós, Vale do Forno*, «Actas da 1.ª Reunião do Quaternário Ibérico», vol. II, pp. 41-60, Lisboa.
- RAPOSO, L. e CARREIRA, J. R. (1986) — *Acerca da Existência de Complexos Industriais Pré-Acheulenses no Território Português*, «O Arqueólogo Português, Série IV, vol. 4, pp. 7-90, Lisboa.
- (23) Relatório da «Prospecção das Formações Quaternárias do Rio Ponsul» (1988), Departamento de Arqueologia do IPPC, Lisboa.
- RIBEIRO, A., et al. (1979) — *Introduction à la Géologie Générale du Portugal*, ed. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- RIBEIRO, C. (1884) — *L'Homme Tertiaire en Portugal*, «Compte Rendu du IX Congrès d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques», pp. 81-118, Lisboa.
- RIBEIRO, C. (1884-a) — *Les Kioekkenmoeddings de la Vallée du Tage*, «Compte Rendu du IX Congrès d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques», pp. 279-290, Lisboa.
- RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H. e DAVEAU, S. (1987) — «Geografia de Portugal. I. A Posição Geográfica e o Território», ed. João Sá da Costa, Lisboa.
- ROCHE, J. (1966) — *Balance de un Siglo de Excavaciones en los Concheros Mesolíticos de Muge*, «Ampurias», vol. XXVIII, pp. 13-48, Barcelona.
- (17) ZBYSZEWSKI, G. (1943) — *La Station Préhistorique de Goucha (Alpiarça)*, «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», tomo XXIV, pp. 99-108, Lisboa.
- (29) ZBYSZEWSKI, G. (1946) — *Étude Géologiques de la Région d'Alpiarça*, «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», tomo XXVII, pp. 145-268, Lisboa.
- (18) ZBYSZEWSKI, G. (1946) — *Complementos de Estudio sobre el Paleolítico de la Región de Alpiarça*, «Archivo Español de Arqueología», n.º 65, tomo XIX, pp. 18-23 e 277-308, Octubre-Diciembre, Instituto Diego Velasquez, Madrid.
- (19) ZBYSZEWSKI, G., et al. (1971) — «Notícia Explicativa da Folha n.º 27-C», Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- ZBYSZEWSKI, G. (1974) — *O Paleolítico em Portugal*, «História Universal Meridiano. 1 — Pré-História», coord. Marie-Henriette Alimen e Marie-Joseph Steve, pp. 74-121, Editora Meridiano, Lisboa.
- ZBYSZEWSKI, G. (1976) — *Rapport sur les plus Anciennes Industries du Portugal*, «IX Congresso da U. I. S. P. P., Colóquio n.º 8», pp. 96-102, Nice.
- (20) ZBYSZEWSKI, G. e CARDOSO, J. L. (1978) — *As Indústrias Paleolíticas de Samouco e sua Posição Dentro do Conjunto Quaternário do Baixo Tejo*, «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», tomo LXIII, pp. 547-609, Lisboa.
- (21) ZBYSZEWSKI, G. e FERREIRA, O. V. (1967) — *Le Paleolithique des Terrasses du Sorraia à l'Est de Benavente*, «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», tomo LII, pp. 94-107, Lisboa.
- (22) ZBYSZEWSKI, G. e FERREIRA, O. V. (1979) — «Notícia Explicativa da Folha n.º 31-B», Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- (26) ZBYSZEWSKI, G. e FERREIRA, O. V. (1979) — *O Paleolítico do Casal do Conde, Quinta da Cardiga*, «Arqueologia», n.º 13, pp. 5-13, Lisboa.

# ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DA COMPLEXIFICAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA DO SUDOESTE PENINSULAR DURANTE O PRIMEIRO MILÉNIO a.C.

Teresa JÚDICE GAMITO

## ABSTRACT

*The archaeological research on the Iberian Peninsula has been changing. The diffusionist ideas of colonisation are being replaced by most vigorous and realistic arguments of local evolution and strong interaction between the different peoples involved. Although some especialistas still insist in explaining cultural and civilization features in the Iron Age, as the result of «Phoenician colonies» acting all over the area. What ought to be considered is rather the existence of exchange products for the trading activity and the consequent crescent exchange mechanism taking place in the area which enable its inhabitants to import rich, exotic items from different origins.*

*Aspects connected with site ranking and especialisation have always been difficult to detect in the archaeological record. Spatial analysis has given a relevant contribution in this respect, usually giving a sound support to the traditional archaeological approach and enabling the formulation of more explanatory hypothesis. It also is enabling the archaeologist to suggest which products might have been exchanged.*

*The oppida of Segóvia (Elvas) and Vaiamonte (Monforte) will here be considered under the above mentioned approach. The actual location of both oppida, dominating a vast zone of various resources will be here discussed and their relations of dependency and especialisation in connection with their nearest neighbours, as the possible archaeological evidence of social hierarchisation will also be discussed in this paper.*

## INTRODUÇÃO

A investigação arqueológica encontrou-se, durante largo período, dominada pelas ideias difusionistas e que se encontram claramente expressas na frase *Ex Orient Lux*. Nela transparecia o conceito de que os traços de evolução e civilização só podiam ser explicados no Ocidente pela acção colonizadora dos povos do Mediterrâneo Oriental. Estas ideias sofreram um pouco mais tarde uma certa evolução, exprimindo sentimentos de superioridade étnica, muito especialmente no que dizia respeito à Península Ibérica por investigadores do resto da Europa, e aqui muitos se encontrarão certamente ligados à escola alemã dos anos 50 e 60, e peninsulares a ela ligados. Assim, quaisquer traços evolutivos, ou que exprimissem um grau avançado de civilização, só podiam ser explicados através da acção directa de colonos Fenícios. Este é ainda o traço dominante entre alguns investigadores portugueses seguindo modelos estereotipados, cuja validade em relação

a estações arqueológicas concretas, geralmente não se discute. São o caso de Scalabis, Castro Marim ou o Cerro da Rocha Branca serem constantemente mencionados como «colónias fenícias», só por entre os seus materiais se terem encontrado alguns fragmentos que sugerem contactos comerciais com outras áreas, mais dentro do campo de acção dos povos mediterrânicos, e estes também não necessariamente «colónias fenícias», que, como se sabe, se limitaram às costas do sul de Espanha Mediterrânica, situando-se a mais a oriente na zona de Almunecar, e a mais a ocidente apenas Cadiz, já na costa atlântica.

Esta ideias, embora largamente seguidas, têm-se revelado ineficazes quando uma análise mais cuidada, e não meramente simplista, procura estudar o fundo das questões. Não é a presença de dois ou três fragmentos de um certo tipo de cerâmica, num povoado ou necrópole, que é

argumento suficiente para garantir tratar-se de uma «colónia fenícia» ou de «colónias fenícias». Talvez aqui, e não só, o pensamento de Dussaud exprima este aspecto do problema:

«La réalité est généralement plus complexe que le laisse entrevoir là penurie de notre documentation.» (Dussaud 1946-48, p. 36).

O que se tem encontrado em Portugal e em Espanha, com excepção das autênticas colónias fenícias da costa andaluza, são povoados indígenas que apresentam evidência de contactos com povos mercantis, portadores de vasos de cerâmica grega, fenícia ou imitações, e de outros objectos, através de transacções comerciais efectuados com esses mercadores, denunciando o poder de compra e a existência de produtos de troca da parte dos povos peninsulares. De reflectir e procurar determinar é exactamente que produtos poderiam servir de moeda de troca; que grau de prosperidade económica usufruíam; que condicionalismos geraram esses contactos. Neste contexto, é da maior importância a comunicação de Hermanfried Schubart no Colóquio «Phoenizier im West» efectuado em Colónia, e publicado integralmente em espanhol na Huelva Arqueológica VI, bem como todas as comunicações daquele colóquio. Aí Schubart chama a atenção para a enorme diferença existente entre o mundo das colónias fenícias propriamente ditas, e o dos povoados e necrópoles do SW peninsular, inclusivé o de Huelva (Schubart 1982; 1982). Também Niemeyer chama a atenção para essas diferenças existentes entre as colónias fenícias e o resto da Península Ibérica, do seu isolamento em relação ao seu imediato hinterland, da falta de um papel de aculturação que nunca faltou nas colónias gregas (Niemeyer, 1984, p. 83). As razões para o aparecimento de um fenómeno orientalizante como o que se observa no vale do Guadalquivir deverão ser procuradas noutros factores dominantes na área, nomeadamente a localização da região nuclear de Tartessos e de toda a complexidade do seu processo de formação e interacção dentro e fora do território onde se estabelecia (Júdice Gamito no prelo). Por outro lado, há a considerar a estratégia seguida pelos Fenícios na fundação das suas colónias, que nunca foi exporem-se excessivamente, sem hipótese de recuo, a ataques de povos

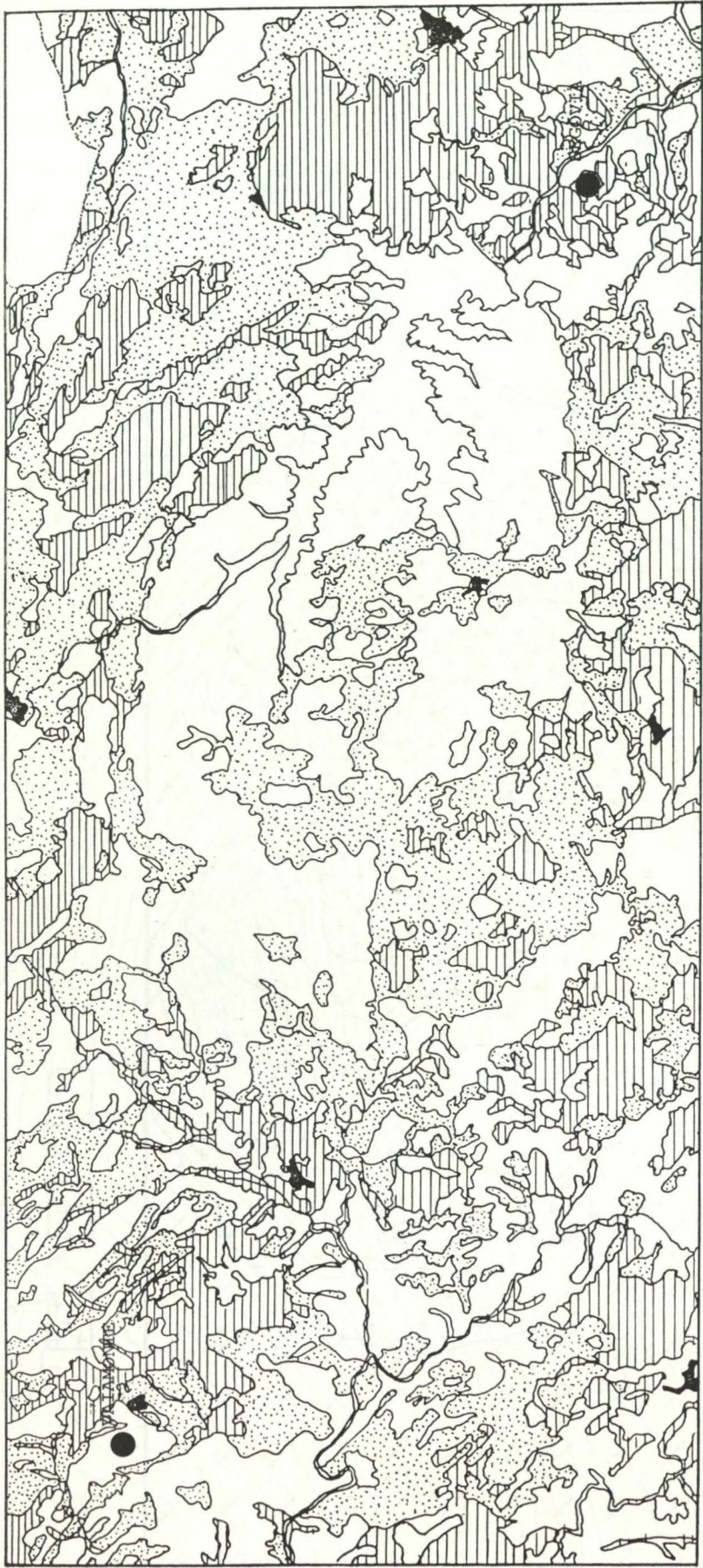
indígenas. Esse risco seria flagrante na Rocha Branca (Silves), em Sta. Olaia (Figueira da Foz), ou em *Scalabis* (Santarém), todos a vários quilómetros para o interior, e até mesmo em *Baesuris* (Castro Marim), pois ao tempo a barra do Guadiana prolongava-se profundamente pelo mar. É já tempo de abandonar notícias e conclusões sensacionalistas e apresentar propostas de trabalho verdadeiramente fundamentadas.

Recente investigação arqueológica considera o processo de complexificação social extremamente multi-facetado, devendo ser tomado em consideração todo o conjunto das diferentes variáveis que poderão ter contribuído para o seu estabelecimento e conseqüentemente para o seu esclarecimento. As correntes mais recentes da investigação arqueológica centram-se exactamente em aspectos de evolução, comunicação e inter-acção, relevantes na compreensão de estilos e ideias. Movimentações e fixações de pequenos grupos de povos, em breve assimilados, são admitidos, mas alterações sociais profundas só são introduzidas com a expansão imperialista de Roma, que, essa sim, vai provocar profundas alterações nas organizações sociais indígenas.

Assim, perante os vestígios arqueológicos observados há que atender a aspectos de evolução local, de contacto e conseqüente evolução e de interacção contidos no eco-sistema onde se inseriam. O meio ambiente e as fontes económicas têm, portanto e naturalmente, ainda um papel importante nestes estudos de sociedades complexas, justificando a existência e hierarquização de centros urbanos e de portos de comércio em zonas de passagem e de acesso, à exploração agrícola e mineira das terras circundantes. Neste contexto iremos observar aspectos de complexidade social e hierarquia de centros urbanos na sua distribuição espacial e ligados à exploração económica do seu eco-sistema.

#### OS CASTROS DE SEGÓVIA (ELVAS) E VAIAMONTE (MONFORTE)

Os castros de Segóvia e Vaiamonte encontram-se localizados no cimo de colinas sobranceiras a vastas paisagens onduladas, geologicamente idênticas, constituídas por solos ricos de xistos e dioritos (Mapa 1), rodeando uma zona central de granitos, a zona vulcânica de Sta. Eulália. Esta zona, pobre em solos agrícolas é,

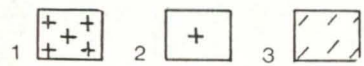
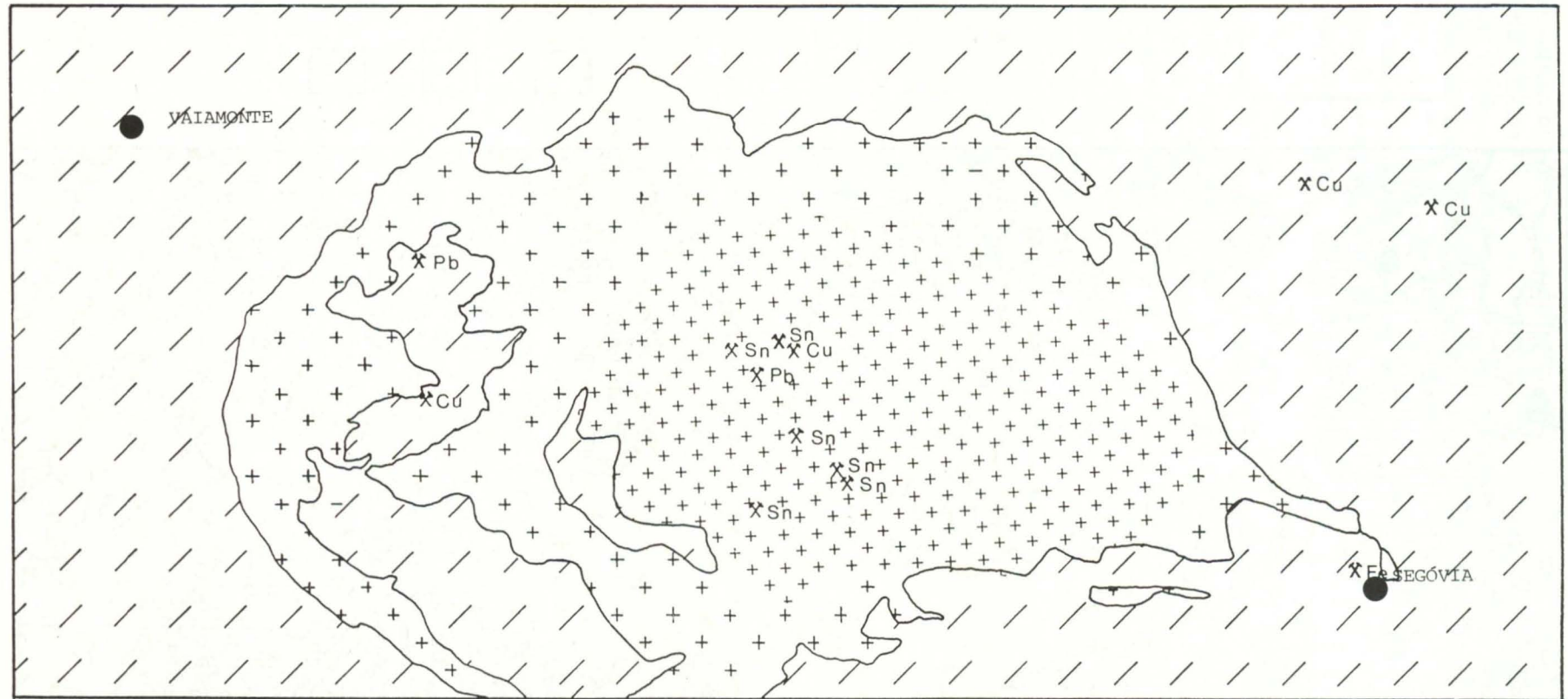


0 5 km



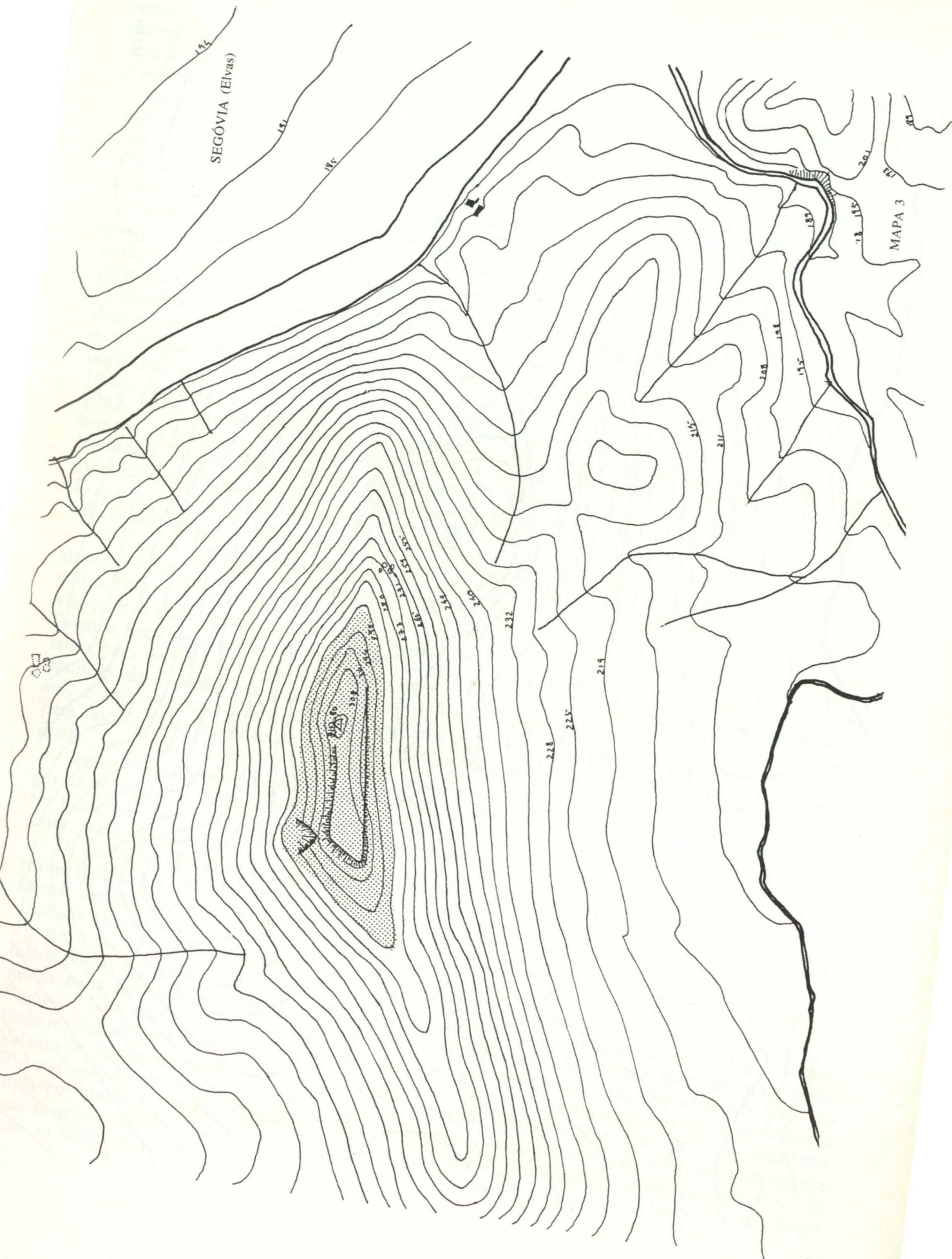
CAPACIDADE DE SOLOS: a) SOLOS A e B  
 b) SOLOS C  
 c) SOLOS D e E

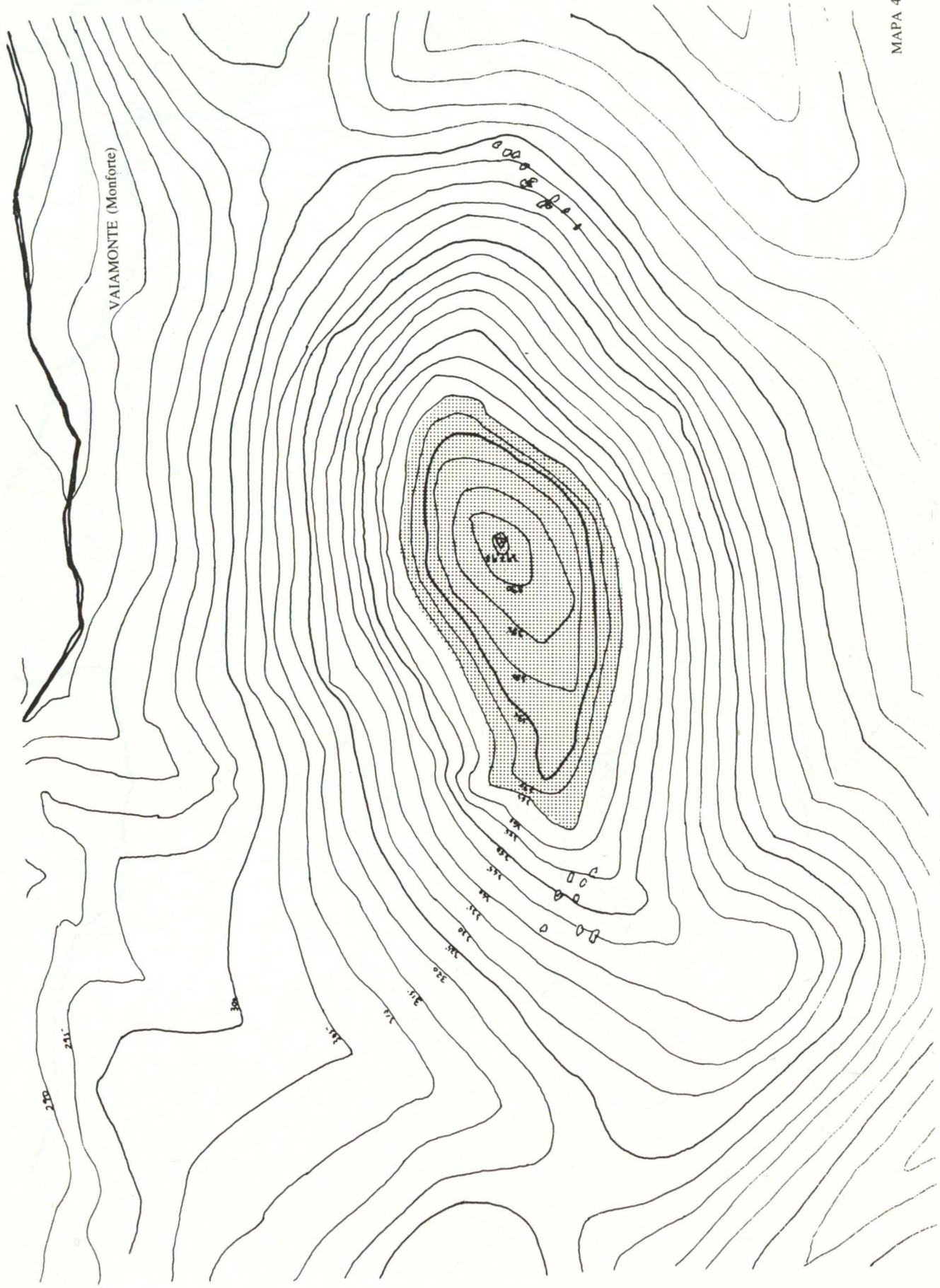
MAPA 1



0 5 km

- FORMAÇÃO GEOLÓGICA:
- 1) TERRENOS GRANÍTICOS ALCALINOS
  - 2) » » FERRAGINOSOS
  - 3) XISTOS; DIORITOS; QUARTEZITOS





porém, rica em recursos mineiros, tal como o testemunham as numerosas minas antigas que aqui se detectam: de cobre, ferro, prata, chumbo e estanho de aluvião (Mapa 2). Distantes um do outro em cerca de 40 km, estes dois vastos povoados da Idade do Ferro parecem dominar uma vasta área de cerca de 850 km<sup>2</sup>, onde também se encontram outros povoados de menores dimensões.

A área não apresenta quaisquer fronteiras geográficas ou acidentes naturais, isto é, montanhas ou rios profundos. No entanto, geologicamente existem diferenciações que ainda hoje condicionam o povoamento naquela zona. A unidade deste «nicho» natural é reforçada pela unidade da sua cultura material detectada nos seus povoados, que é bastante idêntica (Arnaud e Júdice Gamito, 1977; Júdice Gamito, 1979, 1982, 1986; Arnaud, 1968). Este aspecto levou-nos a formular a hipótese de que a esta identidade cultural poderia corresponder uma organização económica, social e política, próxima do que poderá ter constituído um pequeno reino ibérico, tal como os referem os autores clássicos.

O Castro de Segóvia (Elvas) encontra-se situado sobre a plataforma superior de uma colina isolada, a cerca de 12 km a norte de Elvas, junto à estrada para Campo Maior (Mapa 3). Domina uma vasta região com uma ampla vista tanto para oriente como para poente, sobre as planícies de Espanha e a cidade de Badajoz, a sul, e cobrindo uma vasta paisagem ondulada para norte. Elvas avista-se no horizonte, a ocidente.

Segóvia é um povoado fortificado, rodeado por duas muralhas defensivas, sobranceiro ao rio Caia, afluente do Guadiana, com o qual se junta perto de Badajoz.

O Castro de Vaiamonte (Monforte) encontra-se igualmente situado sobre a vasta plataforma superior de uma colina isolada, a uma distância de cerca 4 km da vila de Vaiamonte, e a cerca de 12 km de Monforte. A sua visibilidade sobre a paisagem circundante é, porém, muito mais limitada, se comparada com a de Segóvia. Não muito distante corre a Ribeira Grande, um afluente importante do rio Sorraia. Vaiamonte foi extensamente escavada nos anos 50, mas embora estas escavações se encontrem ainda por publicar, foi-nos possível estudar os seus materiais de 1974 a 1984, tendo alguns deles já sido publicados (Arnaud e Júdice Ga-

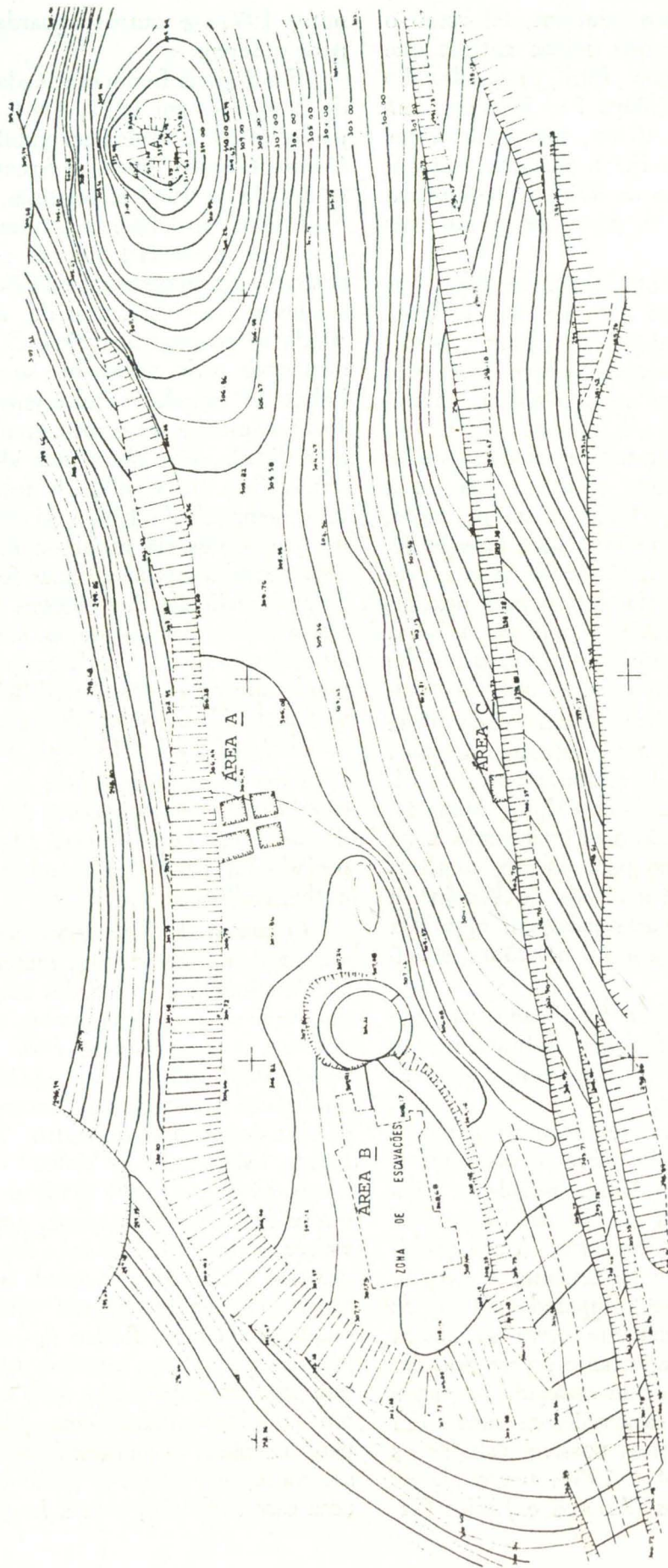
mito, 1977) e outros aguardam oportunidade para o serem.

Em Segóvia foram efectuadas três campanhas de escavações em 1972, 1981 e 1982. A campanha de 1972 deverá ser publicada brevemente (Júdice Gamito, Evans e Arnaud) e igualmente as de 1981 e 1982 se seguirão. Distinguiram-se duas áreas socialmente diferenciadas: *área A*, uma área residencial normal, e *área B*, onde se detectou um importante edifício (Mapa 5), possivelmente a residência da elite governante. Ainda se escavou uma *área C*, que atravessava uma zona onde claramente se notavam as duas linhas de muralhas envolventes. Em 1981 e 1982 as escavações continuaram na área B, com a finalidade de se obter uma ideia mais clara do seu edifício principal e da função que deveria ter desempenhado dentro do castro. A hipótese de que se deveria tratar da residência da elite governante começou a tomar forma (Est. 1) devido à qualidade dos bronzes e cerâmicas aqui encontrados, bem como as suas características arquitectónicas: o que ficou preservado corresponde apenas a parte do edifício, tendo o resto sido destruído pelo caminho de acesso a um depósito de água, que em 1979 ali se tentou construir.

Este povoado da Idade do Ferro apresenta cinco estratos de ocupação, desde o período do Bronze Final/Ferro inicial, Idade do Ferro, do período La Téné/Ibérico antigo, Ibérico pleno e Ibérico/Romano.

O castro de Vaiamonte apresenta idêntica sequência na sua cultura material.

Analisando a *área B* das escavações de Segóvia, nota-se que uma maior riqueza se pode observar nas cerâmicas finas e nos bronzes, relacionados com o largo edifício, e concluiu-se que muito provavelmente terá sido a residência da elite dominadora do castro. Tal como Gancho Roano (Maluquer de Matos, 1982, 1983; Almagro Gorbea, 1989) também aqui se observa um edifício rectangular, com um pátio que deveria ser frontal, virado a sul e desenvolvendo-se os diversos compartimentos sob uma forma igualmente rectangular, em sua volta (Fig. 1). Mas enquanto Gancho Roano apresenta uma configuração muito mais ampla e adequada à função que terá desempenhado, isto é, essencialmente um templo/santuário com possível residência para o senhor, que talvez fosse simultaneamente sacerdote, em Segóvia parece-nos tratar-se de uma casa senhorial, com a função de residência



LEVANTAMIENTO TOPOGRÁFICO PARCIAL  
CASTRO DE SEGOVIA



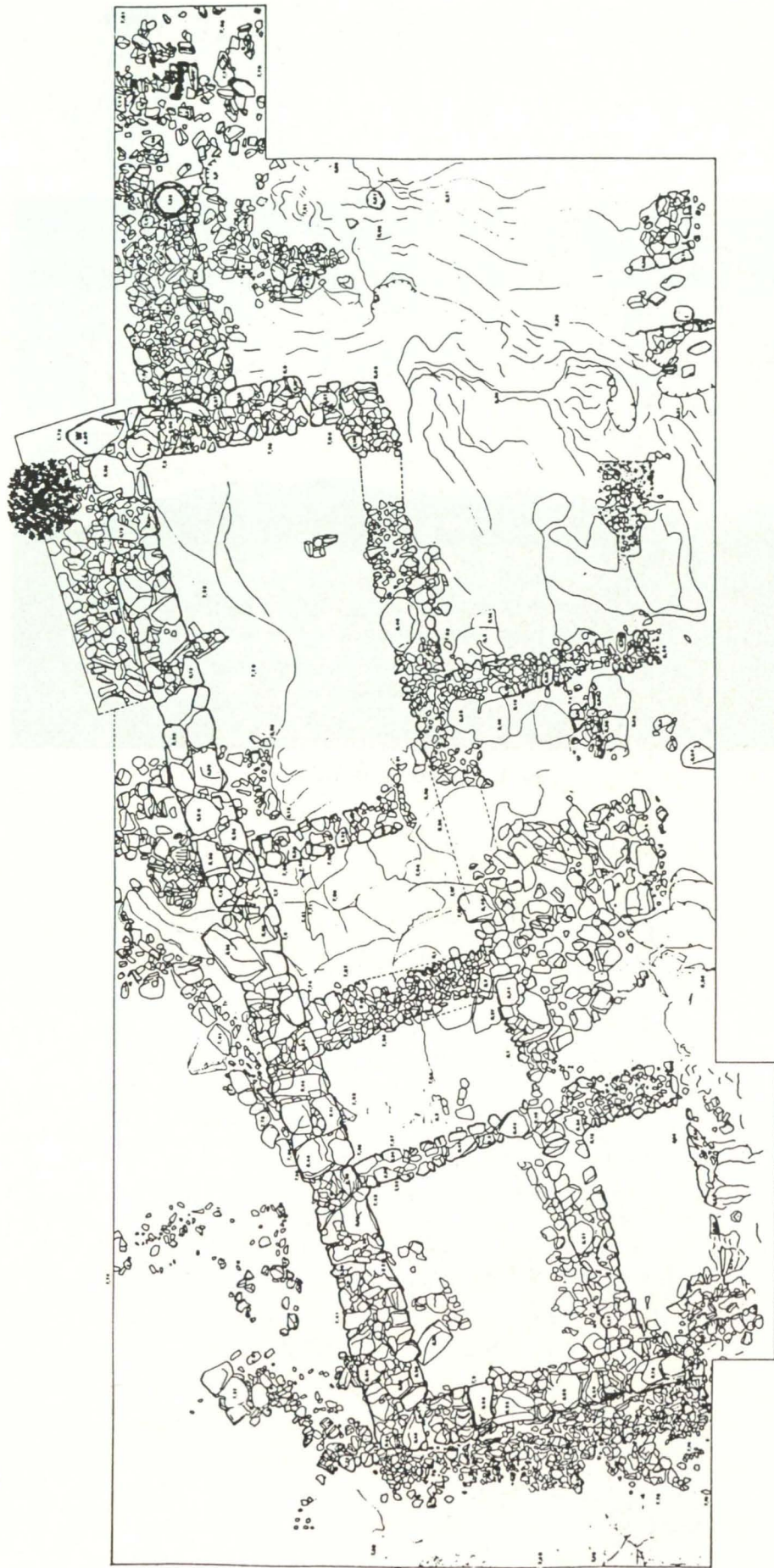
Fig. 1 CASTRO DE SEGÓVIA

+

+

+

+



EDIFÍCIO ÁREA B  
ESCAVAÇÕES DE 1982



SEGÓVIA, ELVAS  
1992

Estampa 1  
Cota de referência 300 m



Est. 1 - Aspecto da escavação da área B, campanha de 1981

do senhor do burgo, e integrada no próprio povoado. Na verdade, as principais actividades do povoado também se realizavam em seu redor, tal o caso do ferreiro e fundidor junto à parte norte do edifício, com numerosas lareiras e fornalhas, onde se recolheram diferentes tipos de escórias. Análises osteológicas efectuadas por Rowley-Conwy (Júdice Gamito, 1988, pp. 265-75) parecem confirmar esta hipótese, uma vez que 30 % dos ossos recolhidos eram de veados machos (*vervus elaphus*), de longe o maior número de animais abatidos e consumidos em Segóvia, na área B. Seguiu-se-lhes 25 % de bovinos (*bos domesticus*), de novo na sua maioria machos, e 25 % de porcos (*sus. sp.*). Este aspecto sugere uma área residencial de uma elite caçadora, isto é, exactamente definida por uma actividade desde sempre associada à nobreza. Na realidade, a comparação entre a análise osteológica de Segóvia e idênticas investigações sobre a evidência osteológica de outros povoados da Idade do Ferro do sul e sudoeste Peninsular, histogramas do Quadro 1, sugerem que se terá praticado a criação de gado bovino e porcino, pastorícia de ovio-caprinos e praticado a arte de cavalgar. Tal se verifica em Medellin, Cabezo de San Pedro, Saladares, Toscanos e Tortuga (von dem Driesch, 1973, Uerpmann, 1973). A comparação entre os respectivos histogramas sugere porém um comportamento diferente de caso para caso, possivelmente associado a diferenças sociais e ecológicas. Segóvia apresenta, de longe, maior percentagem de veados machos, assim como de cavalos, o que de facto nos parece conduzir à presença de vestígios de uma elite caçadora. Este aspecto é ainda salientado pelo facto destes ossos serem provenientes de uma área onde se situa o maior edifício do castro e recolhidos nas campanhas de 1981 e 1982. Os ossos da campanha de 1972, essencialmente provenientes da área A, encontravam-se muito fragmentados e impossíveis de identificar. Da comparação com os outros povoados da Idade do Ferro (Quadro 1) apenas Tortuga (Malaga) apresenta uma percentagem alta de *cervidae*, sugerindo estarmos também na presença de idênticas actividades de uma determinada camada social ou perante idênticas condições ecológicas.

O edifício apresenta três fases distintas de ocupação, com construção, destruição e nova reconstrução, tendo tido, aparentemente, o seu

início no século IV/III a.C., confirmada pela data de carbono 14 obtida para esta área pelo Laboratório do British Museum: BM-2287 e  $2140 \pm 130$  cal 530-205.

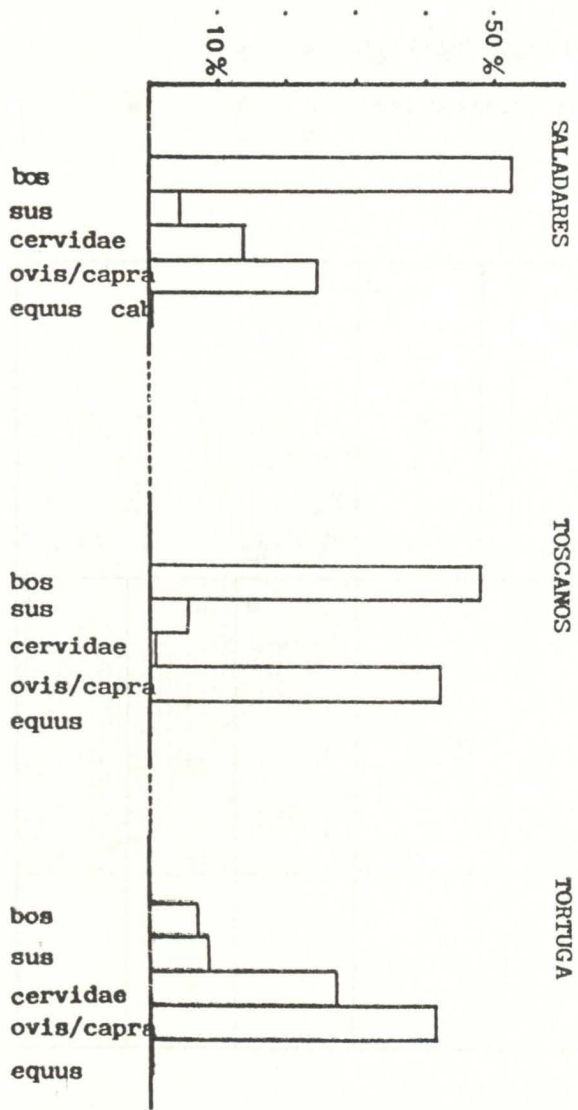
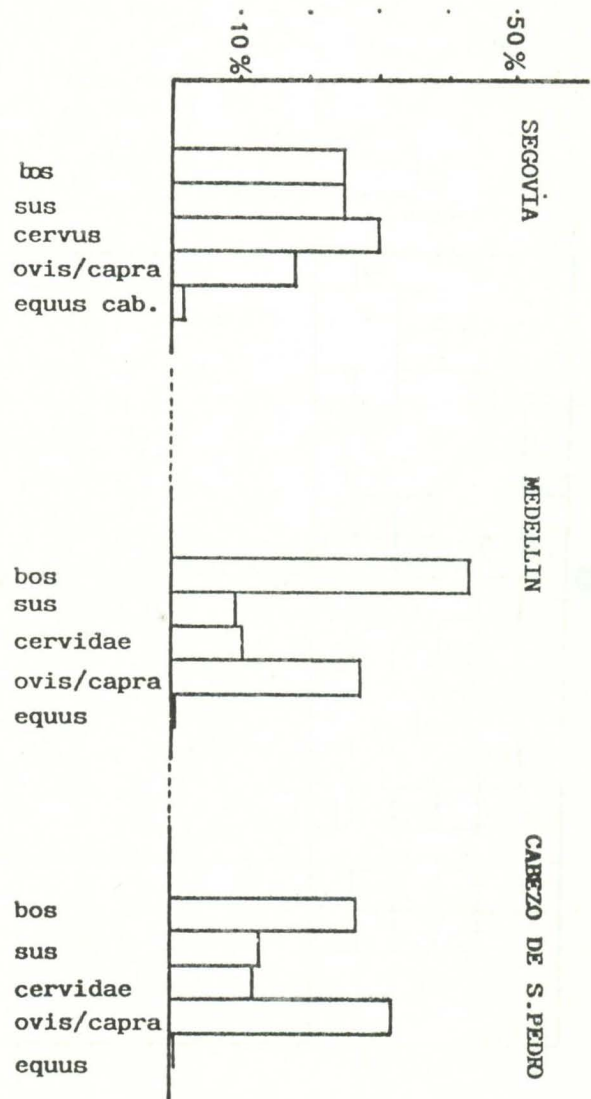
#### CARACTERÍSTICAS E LIMITES TERRITORIAIS

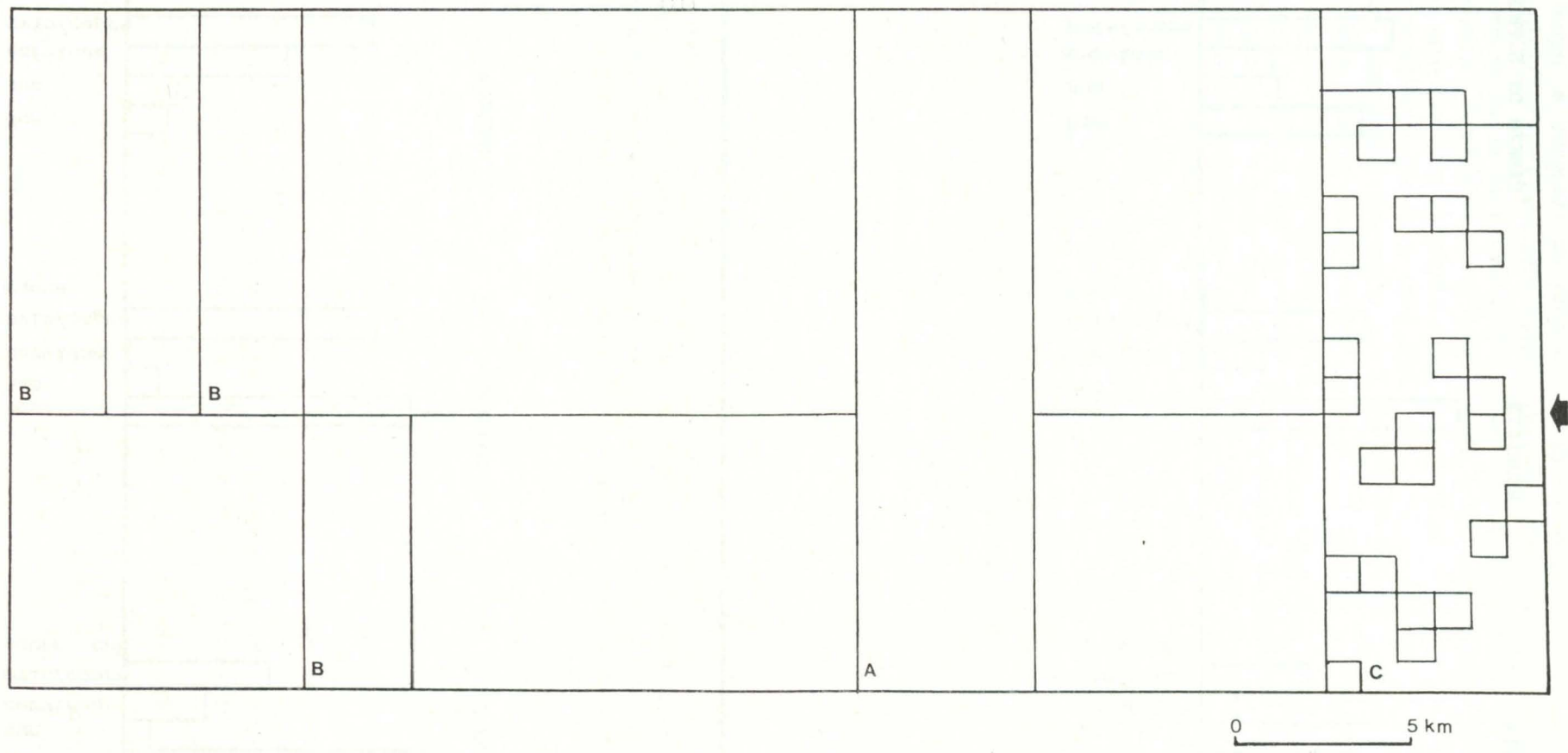
Tendo observado as afinidades entre a cultura material de Segóvia e de Vaiamonte, bem como a de outros povoados menores da Idade do Ferro da região, resolvemos desenvolver um largo projecto de prospecção de campo, tentando relacionar estes castros e descobrir as suas eventuais relações de dependência e de hierarquia.

Embora as características geográficas da área, tal como mencionado na introdução, não apresentassem quaisquer fronteiras naturais, as semelhanças entre a cultura material dos dois *oppida* e dos outros pequenos castros do Baldio, Ruivo, Vitória, Careira, Rico, Safara e Almuro, bem como o *oppidum* de Veiros, ligeiramente fora da área, mas pertencendo ao mesmo sistema, eram de facto notáveis. Pareciam rodear uma área central, rica em aluviões de estanho e outros minérios, a zona de Sta. Eulália, e formando entre si uma grande unidade.

Sta. Eulália é uma formação geológica subvulcânica constituída por um núcleo central de granitos alcalinos, que desenvolveu em sua volta, e como que em arco, outras formações graníticas, a sua maioria constituídas por uma alta percentagem de feldspato ferruginoso (Mapa 2). Estes granitos são atravessados por outros filões metálicos, que foram explorados desde a Pré-História pelo seu cobre, ferro, chumbo e possivelmente estanho, prata e ouro, tal como aparece registado no mapa 2. Hoje ainda se explora o estanho (Júdice Gamito, no prelo).




Esta formação granítica de Sta. Eulália encontra-se rodeada por uma vasta zona essencialmente constituída por xistos alterados, dioritos e quartzitos (Carvalho, 1972), cujas áreas de contacto parecem ter sido especialmente ricas em cobre puro, pirite, calcopirite, magnetite, hematite e chumbo, sendo também frequentes os «gossans», também chamados «chapéus de ferro», formações particularmente ricas em minérios diversos. Esta é também a área que apresenta melhores solos agrícolas, enquanto que na zona de granito, os solos são geralmente pobres ou










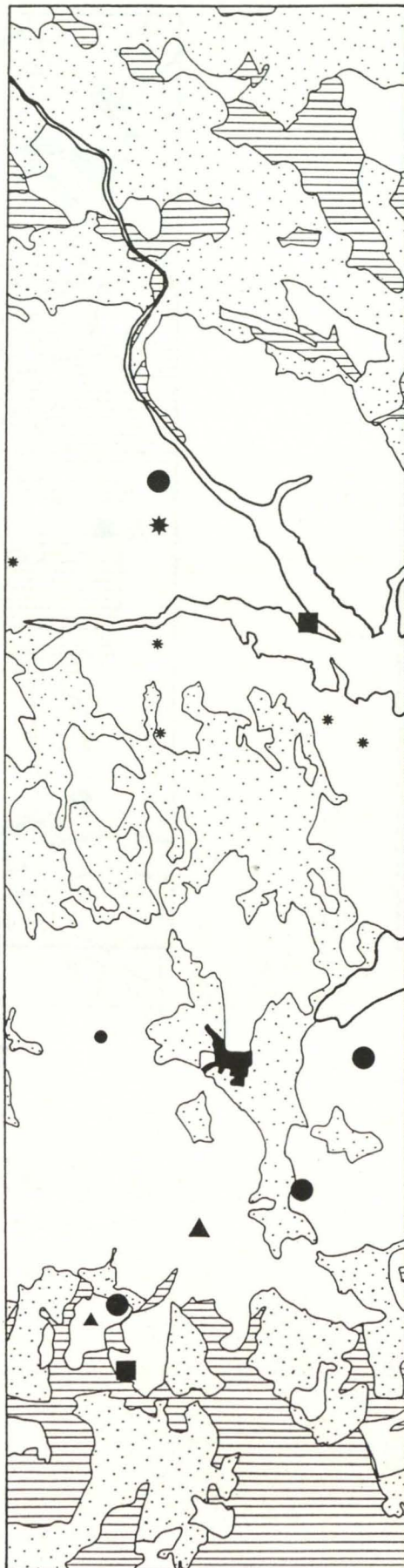
ÁREAS PROSPECTADAS:

TRANSECTOS A e B, QUADROS ALEATÓRIOS C

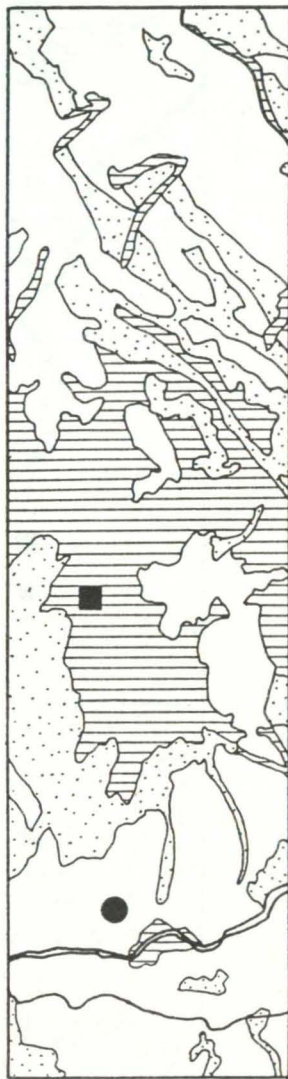
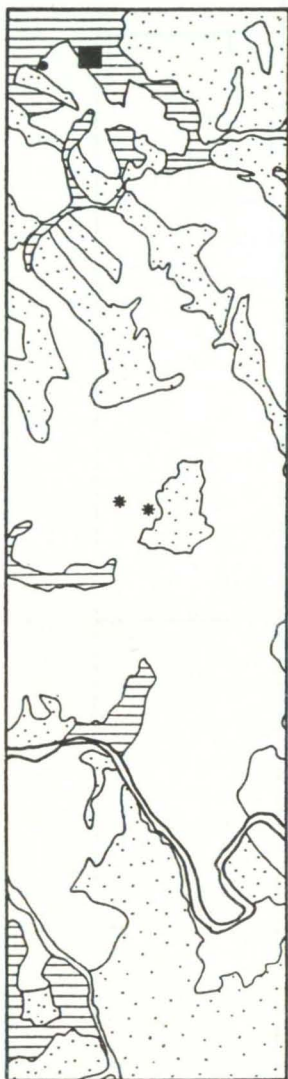
- 1  solos A e B
- 2  solos C
- 3  solos D e E

-  Neolítico
-  Idade do Ferro
-  Romano
-  Medieval
-  Moderno

0  2 km



TRANSECTO A  
MAPA 7



TRANSECTOS B  
MAPA 8

1  solos A e B

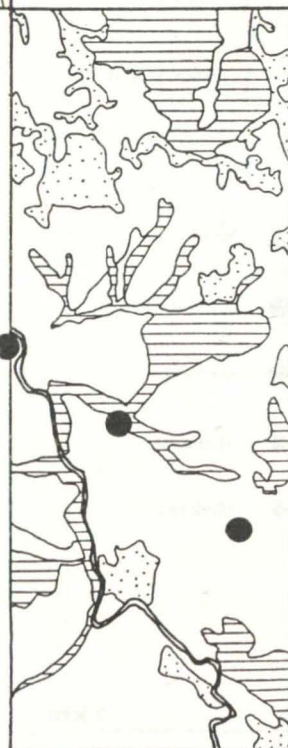
2  solos C

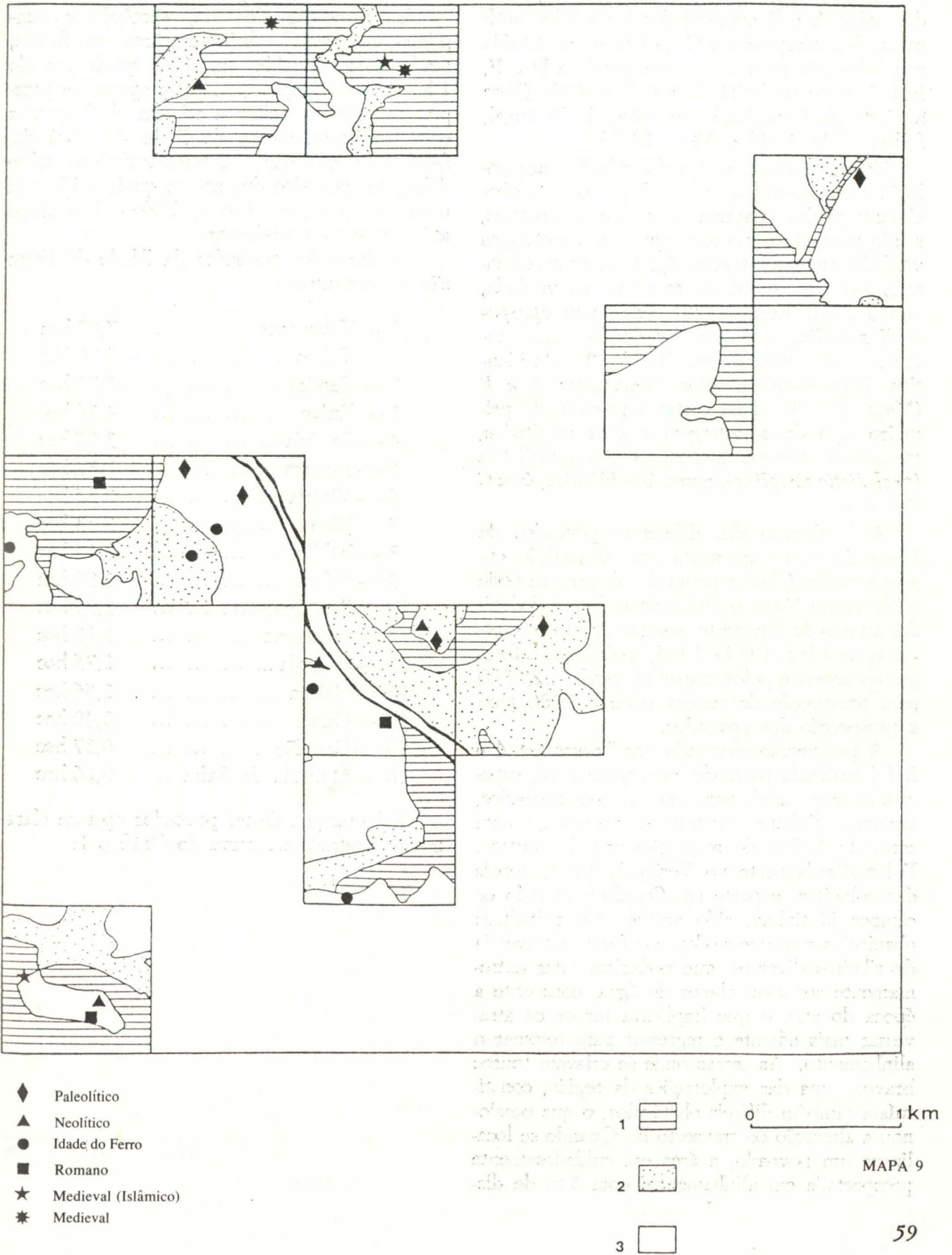
3  solos D e E

 Idade do Ferro

 Romano

 Medieval





mesmo muito pobres. No Mapa 2 pode-se observar uma versão concisa desta divisão de solos em A, B e C, em que A corresponde à junção dos solos A e B considerados bons solos agrícolas, B corresponde a C, portanto constituída por solos razoáveis, e C, corresponde a D e E, isto é, solos de baixíssimo teor agrícola (Base a Carta de Capacidade de Solos de Portugal, folhas 32-D, 1976 e 33-C, 1965).

Tendo há muito efectuado trabalhos arqueológicos na zona tínhamos logo de início um conhecimento profundo acerca das suas características, sendo portanto o nosso projecto e amostragem verdadeiramente intencional, isto é, muito orientado para um problema concreto, na verdade, aquilo a que Read (1975) denominou «*purposeful sampling*». A área foi dividida em transectos com a mesma área (100 km<sup>2</sup>) e de idêntica diversidade de solos. *Transectos A e B* (Mapas 7 e 8). Para testar a precisão do primeiro tipo de amostragem e seus resultados, também se efectuou uma prospecção probalística (*probalistic sampling*), numa área idêntica, *área C* (Mapa 9).

A localização dos diferentes povoados da Idade do Ferro apresenta uma disposição em aglomerações (cluster pattern), tal como se pode observar no Mapa 6, cujas áreas foram deduzidas através da intensa prospecção de campo efectuada em 1983, 1984 e 1985, apoiada pelas fotografias aéreas e pelos mapas na escala 1:25.000 para prospecção de campo, e de 1:5.000 para a prospecção dos povoados.

A prospecção efectuada nos *Transectos A e B* foi realizada parte de jeep, parte a pé, especialmente orientada para a detecção de povoados, seguindo alinhamentos traçados no mapa, e com cerca de 100 m de separação uns dos outros. Foi realizada parte no Verão de 1983, depois das colheitas, e parte em Outubro, quando os campos já tinham sido arados. Os principais obstáculos com que se deparou foram a travessia de ribeiros diversos, que poderiam estar extremamente secos ou cheios de água, consoante a época do ano, o que implicava ter de os atravessar mais adiante e regressar para retomar o alinhamento. As cercas onde se criavam touros bravos, uma das explorações da região, constituíam também difíceis obstáculos, o que ocasionou a alteração do transecto B. Quando se localizava um povoado, a área era cuidadosamente prospectada em alinhamentos com 5 m de dis-

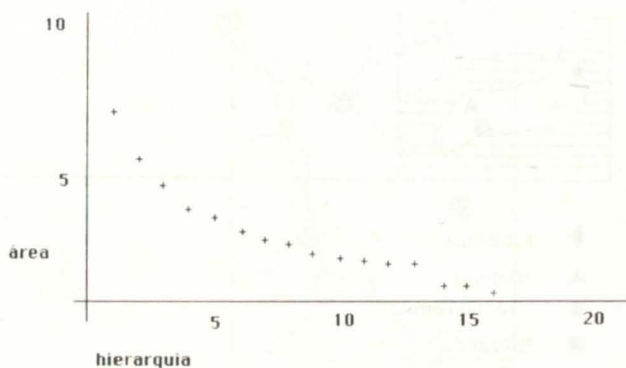
tância uns dos outros. Foram localizados povoados do Calcolítico, Idade do Bronze, Romanos e Medievais (Mapa 7, 8 e 9).

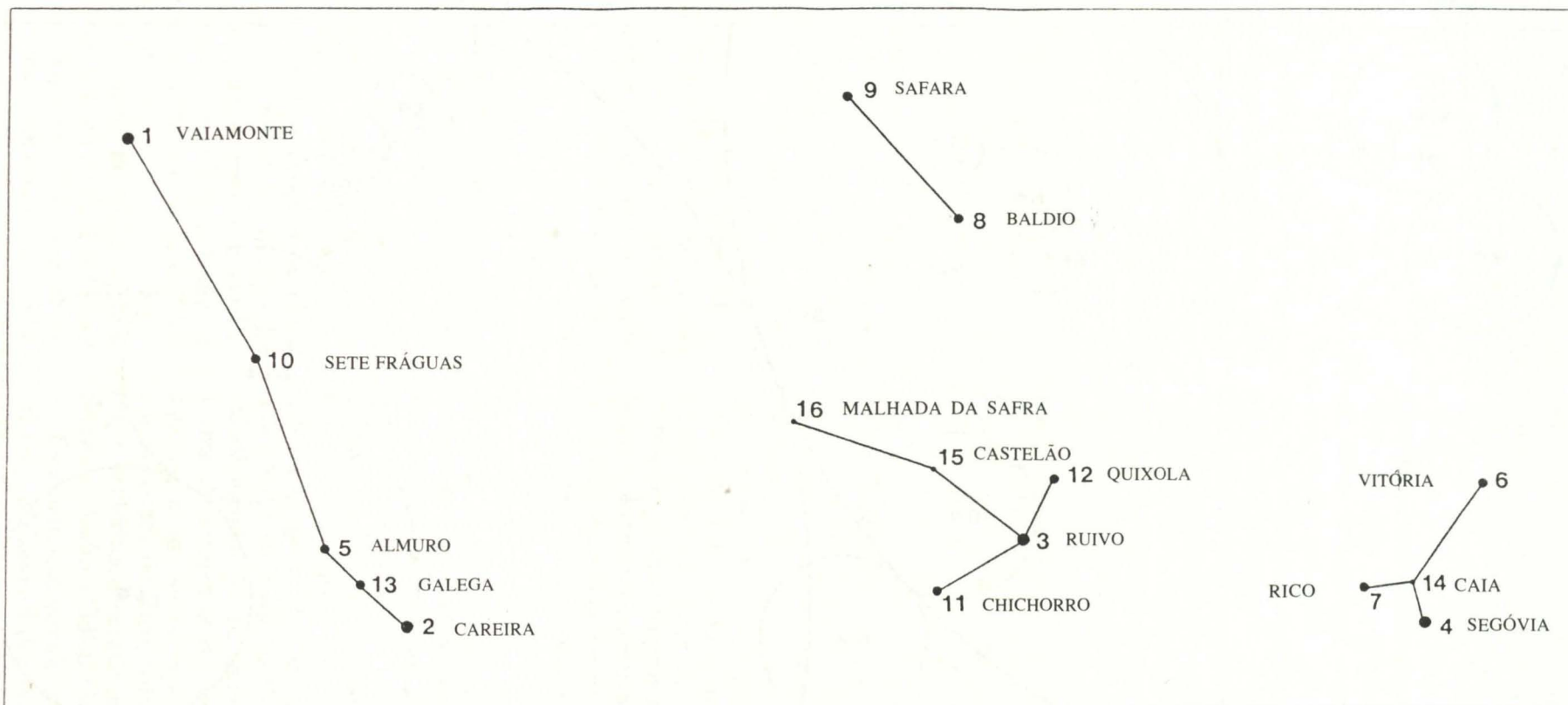
A prospecção aleatória, «*probalistic sampling*», no *área C* cobria uma área semelhante, tendo sido dividida em 100 quadrados de 1 km x 1 km (Mapa 9). Destes apenas se prospectaram 10 %, feitos a pé, em alinhamentos com o distanciamento de 50 m de distância, facultando informações interessantíssimas sobre diferentes períodos durante os quais o Homem usou esta paisagem, isto é, desde o Paleolítico até aos tempos modernos.

As áreas dos povoados da Idade do Ferro são as seguintes:

|                           |          |
|---------------------------|----------|
| 1 — Vaiamonte ... ..      | 7,88 hec |
| Veiros ... ..             | 6,29 hec |
| 2 — Careira ... ..        | 5,70 hec |
| 3 — Ruivo ... ..          | 4,36 hec |
| 4 — Segóvia ... ..        | 3,55 hec |
| 5 — Almuro ... ..         | 3,37 hec |
| 6 — Vitória ... ..        | 2,83 hec |
| 7 — Rico .. ... ..        | 2,33 hec |
| 8 — Baldio ... ..         | 2,15 hec |
| 9 — Safara ... ..         | 1,98 hec |
| 10 — Sete Fráguas . ...   | 1,95 hec |
| 11 — Chichorro ... ..     | 1,82 hec |
| 12 — Quixola ... ..       | 1,75 hec |
| 13 — Galega ... ..        | 1,56 hec |
| 14 — Caia .. ... ..       | 0,40 hec |
| 15 — Castelão .. ...      | 0,37 hec |
| 16 — Malhada da Safra ... | 0,26 hec |

A hierarquia destes povoados aparece claramente ilustrada na curva do Gráfico 1:

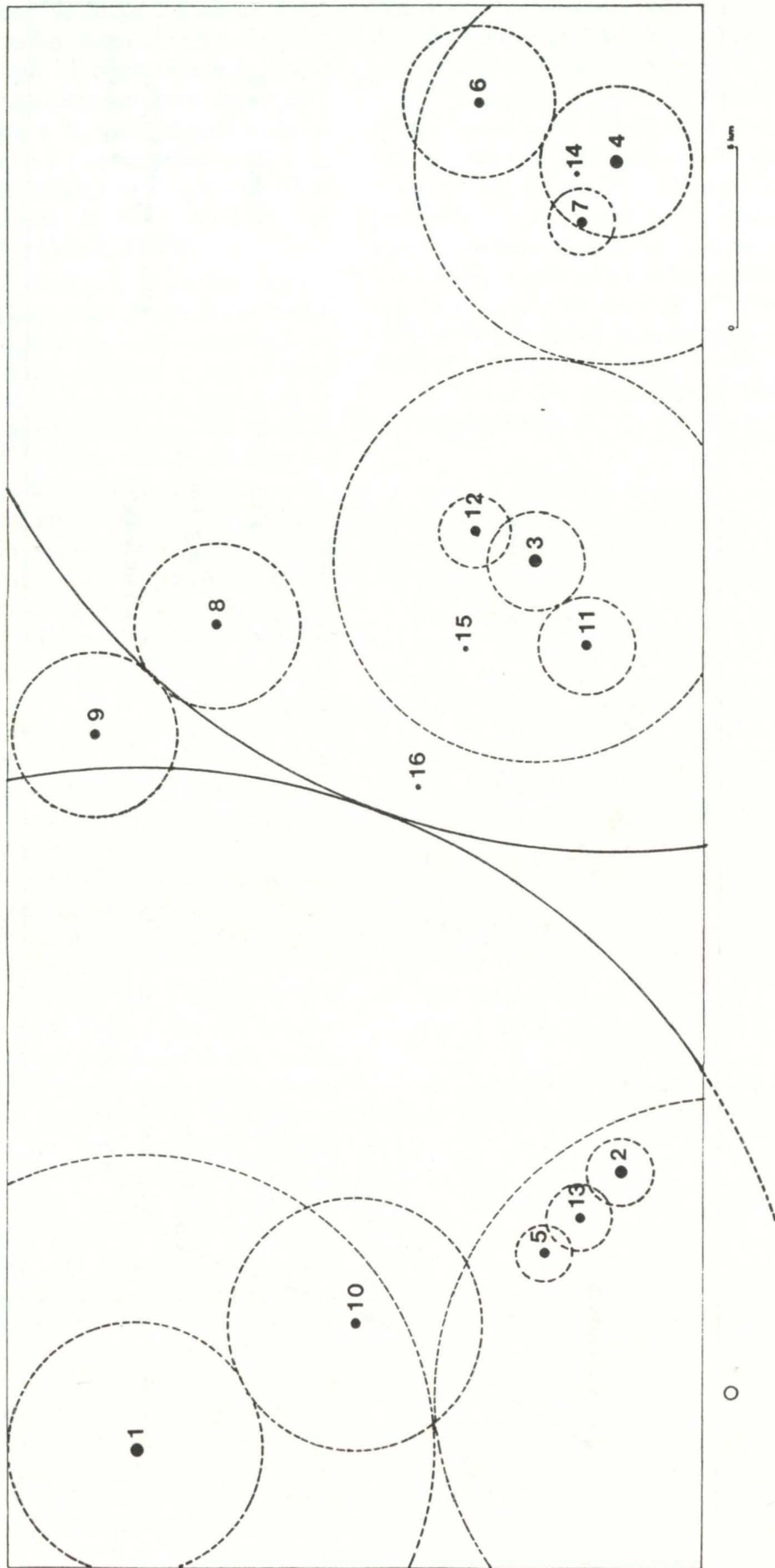




VEIROS

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS POVOADOS DA IDADE DO FERRO

MAPA 10



MAPA 11

O teste do «vizinho mais próximo» (nearest neighbour) (Hodder e Orton, 1976, pp. 39-46) aqui aplicado, indica que se trata, na verdade, de uma distribuição aglomerada de sítios, dado que ratio  $R$  obtida é menor do que 1:

| área total | $n$ | $p$   | $r-e$ | $r-o$ | $R$   |
|------------|-----|-------|-------|-------|-------|
| 809,25     | 16  | 0,018 | 3,73  | 2,80  | 0,774 |

Embora já fora da área deste grupo de povoados, mas tão próximo que certamente fazia parte do mesmo sistema sócio-económico, encontra-se o povoado fortificado de Veiros. Os materiais aqui encontrados (Arnaud, 1968), pela sua semelhança com os dos outros povoados, vêm também confirmar esta hipótese.

#### DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

De acordo com a teoria do «Lugar Central» a organização social do espaço deverá mostrar a existência de povoados maiores, na primeira categoria e de povoados menores na segunda e na terceira categorias. Nesta série, e de acordo com as suas áreas, Vaiamonte (Mapa 10: 1), parece ter ocupado a primeira categoria, seguido por Careira, Ruivo e Segóvia (Mapa 10: 2, 3 e 4) na segunda categoria, Almuro, Vitória, Rico, Baldio, Safara, Sete Fráguas, Chichorro, Quixola e Galega (Mapa 10: 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13) na terceira categoria, devendo os pequenos montes de Caia, Castelão e Malhada da Safra (Mapa 10: 14, 15 e 16) não serem aqui considerados, pois as suas diminutas dimensões levam-nos a concluir que o seu papel não foi relevante, e se encontravam na directa dependência dos grandes povoados mais próximos dentro das aglomerações de povoados de que faziam parte.

Mapa 11 apresenta círculos delimitando as áreas de acção, influência e intervenção de cada povoado, de um modo um pouco subjectivo, em círculos, em vez dos habituais polígonos de Thiesen, pela razão de que a própria distribuição das aglomerações de povoados apresentaria grandes distorções se se usassem os polígonos, enquanto que a forma circular se aproxima mais da ideia que se pretende transmitir.

A cultura material sugere porém uma situação diferente. Segóvia, embora sendo o número 4 na seriação dos povoados segundo as suas áreas, apresenta-se como o mais importante de todos

eles. É um povoado verdadeiramente impressionante, dominando uma vasta região (Fig. 2), podendo conceder abrigo numa área mais vasta do que aquela delimitada pelas suas próprias muralhas. É o único povoado que apresenta traços monumentais entre os seus edifícios: o edifício da zona B, aparentemente uma residência da elite dominadora, aspecto que não aparece nos outros povoados. É tão rico em artefactos como Vaiamonte, apresentando evidência de ter sido habitado desde o Neolítico. Careira deveria ter sido um povoado muito importante durante a Idade do Bronze, mas os materiais da Idade do Ferro são relativamente escassos, sugerindo que Veiros, deverá então ter sido preferido pela sua situação e melhores condições de utilização. Ruivo, embora com uma óptima situação estratégica e dominando a vasta planície de Sta. Eulália, é também relativamente pobre. Segóvia e Vaiamonte parece terem sido os povoados dominantes na zona desde 600 a.C.

A concentração de serviços nos centros maiores atrai a população de distâncias maiores e reduz facilidades que os centros menores possam oferecer. Portanto, centros mais pequenos são menos prováveis de aparecer e desenvolver na proximidade dos grandes centros do que na proximidade uns dos outros (Hodder e Orton, 1976, pp. 60-68). O Mapa 6 parece dar ênfase a esta hipótese: nenhum povoado de menores dimensões se situa na proximidade de Vaiamonte. Segóvia apresenta apenas alguns.

Considerando os recursos económicos de ambos os povoados, conclui-se que esta dicotomia entre Segóvia e Vaiamonte poderá ter sido apenas aparente, e eles poderiam ser complementares um do outro, constituindo as duas contrapartes de um mesmo sistema económico. Nota-se ainda que cada um destes povoados cobre dois territórios muito específicos em recursos económicos: Vaiamonte domina a zona de melhores solos aráveis, exactamente aqueles mais explorados pelos Romanos, como por exemplo o latifúndio de Torre de Palma, e nenhuma actividade metalúrgica ou mineira foi ali detectada, a área de influência de Segóvia é exactamente aquela que apresenta maior actividade mineira nos povoados de Rico, Safara e Malhada da Safra, e actividades metalúrgicas em Segóvia, Chichorro e Baldio (Júdice Gamito, 1986; 1988).

Especialização económica parece portanto ter existido: Vaiamonte dominando o grupo de po-

voados que concentrava a sua economia na exploração agrícola e na pastorícia, Segóvia, o lugar central do poder político de todo o sistema, controlando as actividades económicas ligadas à exploração mineira, à metalurgia e ao comércio. A localização de Segóvia perto da grande *Via interior*, conhecida e utilizada desde tempos remotos e mais tarde designada por «*Caminho da Prata*», um dos principais eixos norte-sul da Península (Roldan-Hervas, 1971), poderia, na verdade, ter favorecido a fixação de uma elite dirigente no seu topo, numa situação semelhante ao mencionado, mais uma vez, por Hodder e Orton:

«Unlike non-centralised economies, the elite is therefore localised at nodal centres which articulate the internal and external movement of goods and services.» (Hodder e Orton, 1976, p. 66).

Portanto, além das transacções estabelecidas entre si e com as comunidades vizinhas, e entre o centro político e os seus constituintes ou clientela, existiam ainda transacções comerciais, que aparecem também representadas em diferentes conjuntos da cultura material dos povoados em questão. Relações de dependência foram certa-

mente estabelecidas sob a forma de tributos em bens de subsistência, trabalho e serviço militar. Por seu turno, as clientelas locais recebiam em troca protecção militar, serviços jurídicos e apoio de substância em situações de emergência, de fome e de desastre, aspectos que foram largamente discutidos em algumas sessões da TAG (Theoretical Archaeological Group), que reuniu em Cambridge em 1984, publicadas em parte por Paul Halstead e John O'Shea em 1969, relacionadas com estratégias para controlo de situações de alto risco para a subsistência das comunidades.

Sugere-se assim que o *oppidum* de Segóvia poderia ter desempenhado um papel semelhante, como centro controlador das actividades económicas e políticas de maior vulto da comunidade e de contactos comerciais e político/diplomáticos com o exterior.

O modelo aqui sugerido poderá certamente ser aplicado em outras áreas da Península Ibérica, e possivelmente noutras regiões, com características sociais, económicas e culturais idênticas, e alcançada assim uma melhor compreensão sobre a complexidade dos pequenos reinos ibéricos dos séculos V/IV a.C., que certamente apresentavam tamanho e características semelhantes.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO GORBEA (1989) — *Residências Principescas Ibéricas*, «Arch. Esp. Arq.».
- ARNAUD, J. Morais (1968) — O Castelo Velho de Veiros (Estremoz) — Notícia da sua Identificação, *Revista de Guimarães*, LXXVII, pp. 61-76.
- ARNAUD, J. Morais (1970) — O Castelo Velho de Veiros — Campanha Preliminar de Escavações, *I Jorn. Arqueológicas Ass. Arq. Port.*, pp. 309-326, Lisboa.
- BINFORD, L. (1964) — A Consideration of Archaeological Research Design, *American Antiquity*, n.º 29, pp. 425-444.
- CARVALHO, D., GOINHAS, J. A. C. e SCHERMERHORN, L. J. G. (1972) — *Principais Jazigos Minerais do Sul de Portugal*, Lisboa, Dir. Ger. Minas e Serv. Geo.
- CLARKE, D. L. (1972) — *Models in Archaeology*, London, Methuen & C. Ltd.
- Carta de Capacidade de Solos de Portugal*, 1965.
- DUSSAUD, R. (1946-48) — L'Origine de l'Alphabet et son Evolution Première, *Syria*, n.º 25, pp. 36-52.
- FLANNERY, K. V. (1976) — Sampling on the Regional Level, *The Early Mesoamerican Village*, ed. K. V. Flannery, New York, Ac. Press, pp. 131-136.
- HALSTEAD, P. e O'SHEA, J. (1989) — *Bad yer Economics*, «Cambridge Univ. Press».
- HODDER, I. and ORTON, C. (1976) — *Spatial Analysis in Archaeology*, «Camb. Univ. Press».
- JÚDICE GAMITO, T. (1982) — A Idade do Ferro no Sul de Portugal — Problemas e Perspectivas, *Arqueologia*, Dez., 1982, pp. 65-78.
- JÚDICE GAMITO, T. (1986) — *Social Complexity in Southwest Iberia (8th to 3rd Centuries B.C.) — Aspects of Evolution and Interaction*, «Ph. D. Dissertation», Univ. of Cambridge.
- JÚDICE GAMITO, T. (1988) — *Social Complexity in SW Iberia (800-300 B.C.) — The Case of Tartessos*, «Oxford», BAR.
- JÚDICE GAMITO, T. (no prelo) — O Castro Metalúrgico do Baldio (Arronches, Portugal), *Festschrift a D. Fernando de Almeida*, Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1982) — *El Santuario Protobhistórico de Zalamea la Serena*, I, Badajoz.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1983) — *El Santuario Protobhistórico de Zalamea la Serena*, II, Badajoz.
- MUELLER, J., ed. (1979) — *Sampling in Archaeology*, Tucson, Univ. of Arizona Press.
- NIEMEYER, H. G. (1984) — Die Phoenizier und die Mittelmeerwelt im Zeit Homers, *Jahrbuch des Roemisch-Germanischen Zentral Museum*, Mainz, pp.3-94.
- READ, D. W. (1975) — Regional Sampling, *Sampling in Archaeology*, ed. J. W. Mueller, Univ. do Arizona Univ. Press, pp. 45-60.
- REDMAN, C., ed. (1973) — *Research and Theory in Current Archaeology*, New York, Wiley & Sons.
- REDMAN, C. (1974) — *Archaeological Sampling Strategies*, An Addison, Wesley Module in Anthrology, n.º 55.
- REDMAN, C. (1979) — *Productive Sampling Strategies for Archaeological Sites*, Sampling in Archaeology, J. W. Mueller ed. Tucson, Univ. of Arizona Press.
- ROLDAN HERVAS, J. M. (1971) — *Iter ab Emerita Astricam — El Camino de la Pdata*, Univ. de Sadamanca.
- ROWLEY-CONWY, P. (1986) — Segóvia Bones Identified, App. 4, Ph. D. Dissertation of T. Júdice Gamito, *Social Complexity in Southwest Iberia (8th to 3rd Centuries B. C.) — Aspects of Evolution and Interaction*, Univ. of Cambridge.
- ROWLEY-CONWY, P. (1988) — Animal Bones from Segóvia Oppidum (Eastern Portugal — Preliminary report), App. 4, *Social Complexity in SW Iberia — the case of Tartessos*, T. Júdice Gamito, ed. Oxford, BAR.
- SHENNAN, S. J. (1967) — *Quantifying Archaeology*, London, AC. Press.
- SCHUBART, H. (1982) — Phoenizische Niederlassungen an der Iberischen Sudkuste, *Phoenizier im West*, ed. H. G. Niemeyer, M.B. 8, Mainz, Ph. Zabern, pp. 207-236.
- UERPMMANN, H. P., e M. (1973) — *Tierknochenfund aus der Phoenizischen Factorei von Toscanos und andere Phoenizischbeeinflußten Funder der Provinz Malaga in Sudspanien*, «S.T.I. H.», 4, Munchen, p. 35.
- VON DEM DRIESCH, A. (1973) — *Tierkonochen von Westphoenizischen und Phoenizischen Beeinflussten Ansiedlungen im Sudspanischen Kusten-Gebiet*, «S.T. I. H.», 4, Munchen.

INSCRIÇÕES LUSITANO-ROMANAS DO MUSEU DO CARMO

(Associação dos Arqueólogos Portugueses)

Leitura, tradução e comentário

por

*Justino Mendes de Almeida*

(Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa)

e

*Maria Isabel Pestana de Mello Moser*

(Professora da Universidade Autónoma de Lisboa)

LISBOA

1993

## NOTA PRÉVIA

*A pedido do saudoso arqueólogo Dr. Eduardo da Cunha Serrão, então ilustre Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, pedido reiterado pelo actual Presidente, Dr. Francisco Santana, procedemos ao estudo dos 21 monumentos lusitano-romanos (tantos são os que se encontram expostos) actualmente existentes no Museu desta mais que centenária instituição cultural.*

*Apresentaremos primeiro os 10 monumentos dispersos por um dos canteiros do jardim (fots. 1 a 10); depois, o núcleo exposto na sala chamada «do sarcófago», por nela se encontrar a notável peça arqueológica, por muito tempo tida como única na Península, que é o Sarcófago das Musas, proveniente de uma «quinta da Estremadura», como se diz nm registo antigo, ou mais exactamente, como nos informou o Dr. Cunha Serrão, de Alfeizerão (fots. 11 a 21).*

*Aproveitamos para esclarecer um equívoco existente no espírito de algumas pessoas. Pensa-se que há no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses uma inscrição romana, encontrada na Argélia, em 1870, com referência aos*

*Brácaros da 4.<sup>a</sup> coorte da XII legião «Fulminata», que participaram na campanha da Capadócia. Ora tal inscrição nunca ali esteve: como deduzimos de registos antigos, o que houve, sim, foi um fac-símile dessa inscrição, depositado pelo Senhor Possidónio da Silva, que o recebera directamente do Governo francês (muito provavelmente terá sido levantado por aquele Senhor ou por seus herdeiros, ou então ainda lá se encontrará, sem que saibamos onde — se é que não foi destruído).*

*Uma parte destas inscrições foi já por nós publicada em volume de homenagem ao saudoso arqueólogo Professor Doutor Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, iniciativa do Instituto de Investigação Científica Tropical. Saiu, porém, com tão graves erros de texto e até de apresentação e troca de fotografias, que consideramos a primeira publicação anulada por esta.*

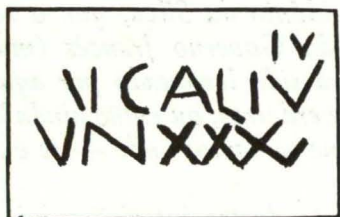
*Participaram no estudo de alguns monumentos os alunos Maria José de Castro e Sola Brandão, Maria Rita Robles Monteiro Garnel, Pedro Miguel Nunes de Oliveira e Sandra Maria Fernandes Catarino, do curso de Epigrafia da Universidade Autónoma de Lisboa.*

## I

Fragmento de cipo funerário, de calcário, de proveniência não registada nos catálogos do Museu (1876 e 1891). Terá sido encimado por estátua ou busto (fot. 1).

Estudado por Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa (*Arqueologia e História*, vol. VI, Lisboa, 1927-8, p. 22).

Reutilizado em obras, foi boleado e do texto, profundamente alterado, é possível ler hoje:



Dimensões presentes:

Largura: 49 cm.

Altura: 41 cm.

Letras: 5,5 x 6,5 cm.

Incorrecta a leitura, tradução e comentários até hoje feitos.

Ao certo, só poderá dizer-se que se trata do epitáfio de um indivíduo da *tribo Galéria*, falecido com mais de 30 anos. As duas primeiras letras do cognome não permitem um desenvolvimento seguro.

Ausência de sinais ou símbolos de separação.

Monumento dos finais do séc. I ou começos do séc. II.



Fot. 1

## II

Estela de grés, de proveniência não registada, com esculturas e insculpturas na frente e nos lados (uma cruz e agulhas de *pinus*, símbolo de perenidade no Além, ou esquemática representação antropomórfica), já estudada, com deficiências de leitura, por Leite de Vasconcellos (*Religiões da Lusitania*, III, pp. 407, 410 e 420) e por Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa (*op. laud.*, p. 20) (fot. 2).



Fot. 2

O texto não oferece dificuldades:

L·I·V·I·V·S·L·  
F·REBBILV·S·  
H·S

L(ucius) IVLIVS L(ucii)  
F(ilius) REBBILIVS  
H(ic) S(itus)

O cognome *Rebbilius*, variante gráfica e fonética de *Rebellius*, é raro. Se a alternância vocálica *e/i* é frequente, nada justifica, porém, o uso da consoante *b* dobrada ou geminada, terminologia inexata, mas cómoda e universalmente adoptada (Niedermann, *Phonétique*, p. 112), a não ser talvez por uma representação compensatória da redução do *l*, que este, sim, deveria ser dobrado — ou então mero erro do lapicida.

Os epigrafistas antes mencionados não se aperceberam da inclusão de um *I* no *V* da 2.<sup>a</sup> linha.

Os sinais de separação são pontos.

Dimensões actuais:

Altura: 142 cm.

Largura: 42,5 cm.

Espessura: 20 cm.

Letras: 6,5 cm.

Versão portuguesa:

L. Iulius Rebbilius, filho de Lucius, aqui (*está*) sepultado.

Ou com adaptação do onomástico ao português:

Lúcio Júlio Rebílio, filho de Lúcio, aqui (*está*) sepultado.

O monumento, do séc. II d. C., sofreu recentemente uma fractura do lado esquerdo, que não atingiu, felizmente, nem a decoração nem o texto.

### III

Cipo cupiforme, de calcário, cobertura de sepultura, proveniente do lugar do Livramento, próximo de Mafra, numa propriedade do Senhor João José da Costa e por este oferecida ao Museu (*Catalogo*, 1891, p. 121) (fot. 3).



Fot. 3

O texto, bem lido por Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa (*op. laud.*, p. 23), não oferece dificuldades:

C·IVLIO·C·F·CAL  
MAXSVMO

C(aio) IVLIO C(aii) F(ilio) CAL(eria tribu)  
MAXSVMO

No texto, apenas há a notar a representação da oclusiva velar surda C com valor fonético de

oclusiva velar sonora G, o que é corrente. Mais interessante é a grafia do cognome: antes de mais, a representação da consoante dupla X (k+s) por XS, bizzaria do gravador; depois, o vocalismo *u* que merece uma reflexão.

Quanto aos superlativos em *-imus*, *-umus*, o gramático Quintiliano ensina-nos que a vogal apofónica representava um som intermédio entre *i* e *u* (*Retórica*, I, 4, B: *medius est quidam u et i litterae sonus: non enim sic optimum dicimus uel optimum: «existe um som intermédio entre u e i, porque a nossa pronúncia não corresponde exactamente à grafia *optumus*, nem a *optimus*»)*

e que *u* era a grafia arcaica e *i* a clássica: *iam optimus maximus ut mediam i litteram, quae ueteribus u fuerat acciperent, Gai primum Caesaris in scriptione traditur factum: «segundo a tradição, o uso das escritas *optimus maximus*, com *i* medial em vez do *u* dos antigos, foi adoptado pela primeira vez na grafia de Gaio César.»*

A observação de Quintiliano é confirmada, de modo geral, pela grafia das inscrições e dos melhores manuscritos. Note-se, porém, que numa palavra como *minimus* a variante em *-umus* não aparece registada, o que leva a pensar numa influência do vocalismo inicial *i* no timbre da vogal da segunda sílaba (Niedermann, *Phonétique*, p. 24).

Os sinais de separação são triângulos.

Dimensões actuais:

Altura: 48 cm.

Largura: 52 cm.

Comprimento: 105 cm.

Letras: 4 x 4,5 cm.

Versão portuguesa:

A C. Iulius Maxumus, filho de Caius, da tribo Galéria.

Ou com adaptação do onomástico ao português:

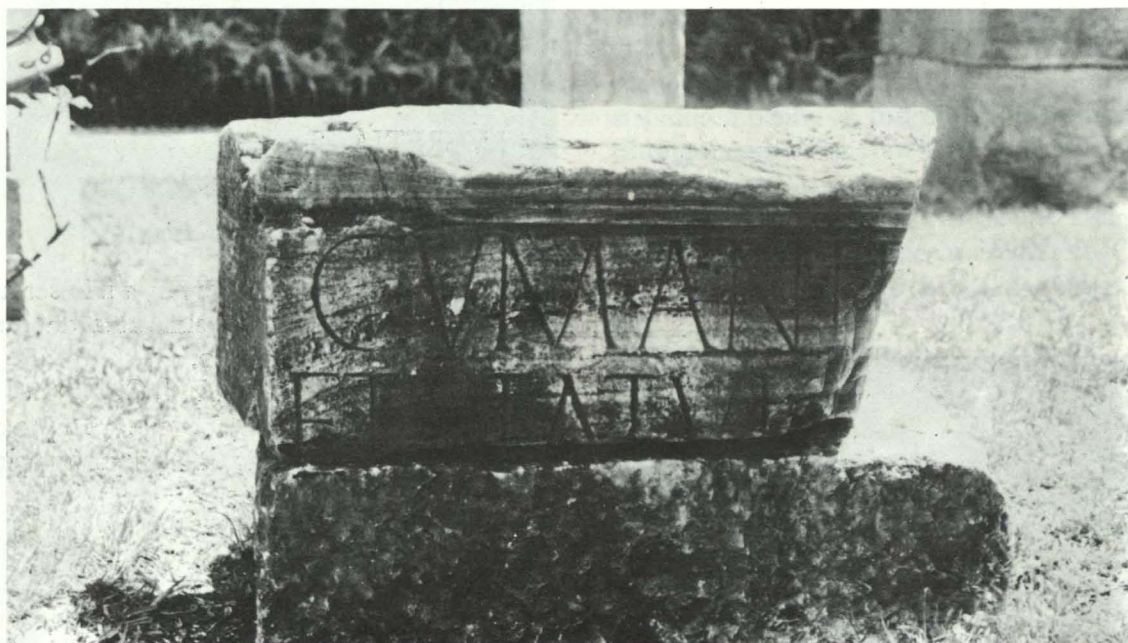
A Gaio Júlio Máximo, filho de Gaio, da tribo Galéria.

Monumento do séc. I d. C.

IV

Grande fragmento de entablamento, de mármore, encontrado por Estácio da Veiga na Quinta das Antas, próximo de Tavira, proveniente da cidade pré-romana de Balsa (Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, *op. laud.*, p. 24) (fot. 4).

Nada de especial a observar neste trecho (v., a propósito, A. Rich, *Dictionnaire des Antiquités Romaines et Grecques*, s. vv. *antefixa* e *antepagmentum*).



Fot. 4

Foi estudado por Hübner no vol. I da *Revista Archeologica e Historica*, p. 35, parecendo de aceitar a interpretação do sábio epigrafista alemão, segundo o qual resta do texto primitivo, fosse muito mais extenso, apenas a referência aos *antepagmenta* e às *statuæ* com que o ofertante contribuía, à sua custa, para o edifício a que pertenciam. Contudo, o desenvolvimento *antefixa* talvez fosse de ponderar também.

Texto hoje restante:

CVMANT  
FT STATVI

Dimensões actuais:

Altura: 21 cm.

Largura: 56 cm.

Espessura: 27,5 cm.

Letras: 10 cm.

Versão portuguesa:

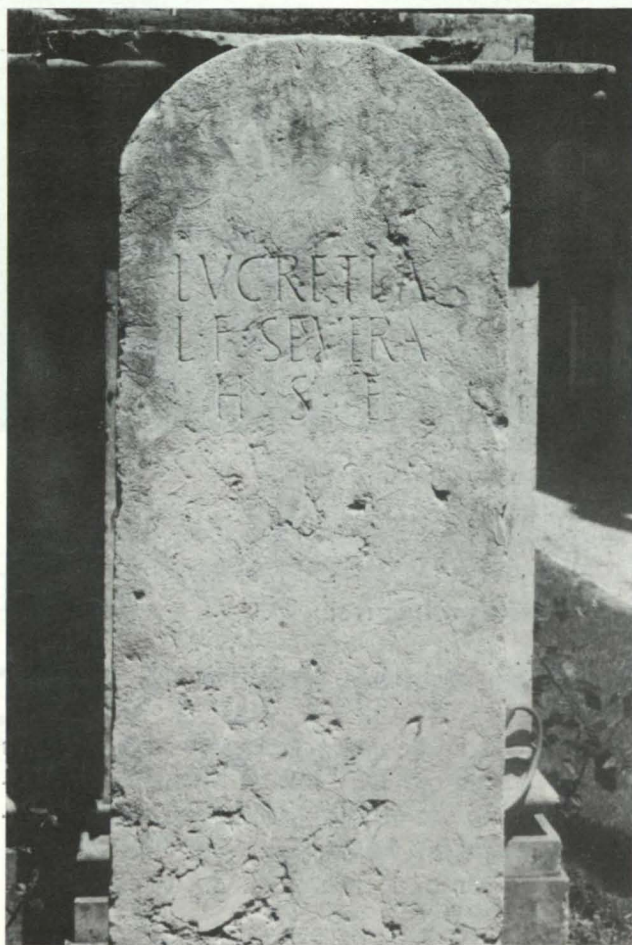
... com ombreiras e estátuas...

A tradução de *antepagmentum* por *ombreira* é-me sugerida por D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, no seu erudito estudo *Em volta da Palavra Gonzo*, p. 14, n. 22.

Monumento do séc. I d. C.

V

Estela de calcário, proveniente de Olhalvo, Alenquer (Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, *op. laud.*, pp. 20-21), depositada no Museu pelo Senhor J. M. Feijó (*Catalogo*, 1876, p. 55) (fot. 5).



Fot. 5

O texto lê-se sem dificuldade:

LVCRETIA  
L·F·SEVERA  
H·S·E

LVCRETIA  
L(*ucii* F(*ilia*) SEVERA  
H(*ic*) S(*ita*) E(*st*)

Nada de especial a observar, a não ser a preocupação de representação simétrica de linhas e letras no campo epigráfico.

Monumento do séc. II d. C.

Os sinais de separação, que se aproximam da forma triangular, são, no entanto, pequenas heras (*hederæ*) estilizadas.

Dimensões actuais:

Altura: 184,5 cm.

Largura: 39 cm.

Espessura: 26 cm.

Letras: 5,5 cm.

Versão portuguesa:

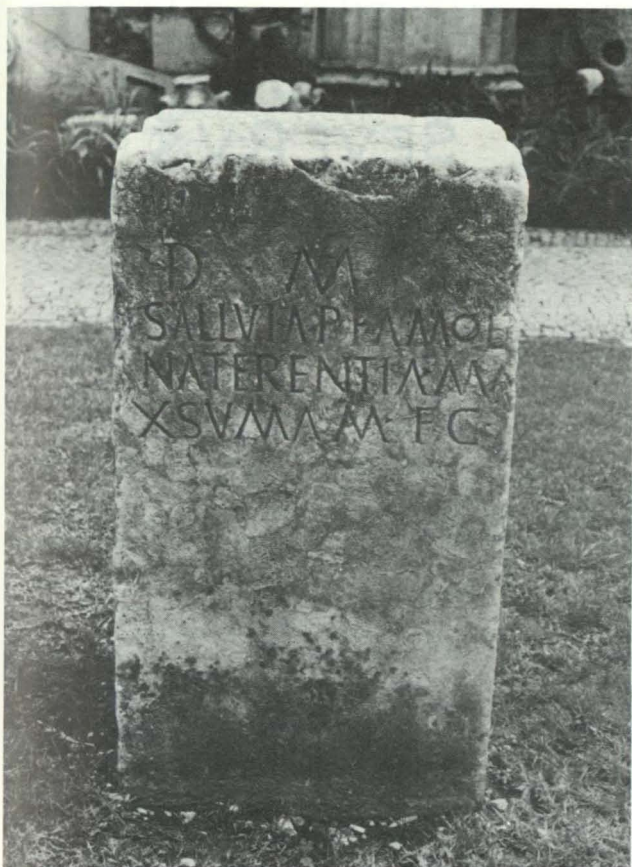
Lucretia Seuera, filha de Lucius, aqui está sepultada.

Ou com adopção do onomástico ao português:

Lucrécia Severa, filha de Lúcio, aqui está sepultada.

## VI

Cipo funerário, de calcário, proveniente de Ílhavo (Alenquer), oferecido pelo sócio, Senhor Visconde de Alenquer (*Catálogos*, 1876, p. 57, 1888, p. 117, e Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, *op laud.*, p. 18) (fot. 6). o



Fot. 6

Leitura errada nos *Catálogos*:

D • M •  
SALLVIA • P • F • A M O E  
N A T E R E N T I A M A  
X S V M A M • F • C •

D(iis) M(anibus)  
SALLVIA P(ublii) F(ilia) AMOEN-  
NA TERENTIA MA-  
XSVMA M(ater) F(aciendum) C(urauit)

Merecem comentário as formas SALLVIA e MAXSVMA: a primeira, além de representar um nome raro, oferece um L dobrado ou geminado, quando menos se esperava; trata-se, pensamos nós, de um caso de geminação expressiva, ou seja, de um L velar, à semelhança do que vamos encontrar, muito mais tarde, no português antigo *allma* (conservado na pronúncia de certas formas do português do Brasil), quando o *l* desempenha a função de disjuntiva de um ditongo, com valor fonético que o aproxima de *u*.

Quanto à segunda, MAXSVMA, remetemos o leitor para o comentário da inscrição n.º III, a propósito do superlativo MAXSVMO.

Os sinais de separação são triângulos.

Dimensões actuais:

Altura: 106,5 cm.

Largura: 58,5 cm.

Espessura: 51 cm.

Letras: 5 x 6,5 cm.

Versão portuguesa:

Aos deuses Manes.

Salluía Amoena, filha de Lucius.

Terentia Maxuma, (*sua*) mãe, mandou fazer.

Ou com adaptação do onomástico ao português:

Aos deuses Manes.

Sálvia Amena, filha de Lúcio.

Terência Máxima, (*sua*) mãe, mandou fazer.

O monumento, afectado no texto por uma ligeira fractura no lado direito, é do séc. II d. C.

## VII

▲ Cipo funerário, de calcário, encontrado «nas ruínas da parede da capela-mor da igreja do mosteiro de Chelas, em 23 de Junho de 1603, ou enterrada por trás da capela-mor, a pouca profundidade, cobrindo uma sepultura.

■ Foi mudada depois para o muro do quintal da sacristia, da banda da capela-mor da igreja. Quando aí se fizeram obras, nos fins do séc. XIX, foi a lápide levada para o Museu do Carmo» (A. Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo*, pp. 200-201, com bibliografia) (fot. 7).



Fot. 7

▲ A lápide encontra-se danificada, sobretudo no lado direito, de maneira que os treze autores que a mencionam apresentam leituras diversas.

■ Texto actual:

IVLIA QFFVI  
QIVLIVSQFC  
SEVERVS  
HS SVNT

IVLIA Q(*uinti*) F(*ilia*) FV(...)  
Q(*uintus*) IVLIVS Q(*uinti*) F(*ilius*) C(...)  
SEVERVS  
H(*ic*) S(*iti*) SVNT

Atingido o texto na parte superior direita, não é possível saber exactamente como estaria grafado o cognome, que, com grande probabilidade, seria FVNDANA. Na 2.<sup>a</sup> linha, a designação da tribo seria por CAL.

Sinais de separação, pequenas heras estilizadas, apenas na última linha.

Dimensões actuais:  
Altura: 107 cm.  
Largura: 54 cm.  
Espessura: 28,5 cm.  
Letras: 7 x 9 cm.

Versão portuguesa:  
Iulia Fu(...), filha de Quintus,  
Q. Iulius Seuerus, filho de Quintus, da tribo  
Galéria, aqui estão sepultados.

Ou com adaptação do onomástico ao português:

Júlia Fu(...), filha de Quinto,  
Quinto Júlio Severo, filho de Quinto, da  
tribo Galéria, aqui estão sepultados.

Monumento do séc. I d. C.

## VIII

Cipo funerário, de calcário. «Estava visível no último quartel do séc. XVI, mas perdeu-se a lembrança do seu lugar.

Foi descoberto em 1924 na parede exterior, que deitava para um pátio do palácio que foi dos condes de Coculim, do lado do Beco dos Armazéns do Linho, perto do Arco de Jesus, quando se fizeram obras no Armazém de Ferro da firma Orey Antunes & C.<sup>a</sup> (v. Vieira da Silva, *op. laud.*, p. 211) (fot. 8).



Fot. 8

Ainda que o monumento esteja fracturado a meio, o texto lê-se sem dificuldade:

Q·CAECILIO  
GAL·RVFOAN  
XXVII·ANTISTIA  
Q·F·MAELA·MAT  
E·R·F·C

Q(uinto) CAECILIO  
GAL(eria tribu) RVFO AN(norum)  
XXVII ANTISTIA  
Q(uinti) F(ilia) MAELA MAT  
ER F(aciendum) C(urauit)

Citado pelo *Anónimo Napolitano*, por Hübner, por Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa e por Vieira da Silva, o texto não oferece comentário especial, nem no aspecto gráfico, nem no aspecto fonético: formas correntes na epigrafia latina.

Sinais de separação: pequenos triângulos ou minúsculas heras estilizadas.

Dimensões actuais:

Altura: 84 cm.

Largura: 50 cm.

Espessura: 28 cm.

Letras: 5 x 7,5 cm.

Versão portuguesa:

A Q. Caecilius Rufus, da tribo Galéria, de 27 anos, Antístia Maela, filha de Quinto, (*sua*) mãe, mandou fazer.

Ou com adaptação do onomástico ao português:

A Quinto Cecílio Rufo, da tribo Galéria, de 27 anos, Antístia Mela, filha de Quinto, (*sua*) mãe, mandou fazer.

Monumento do séc. I d. C.

Grande cipo funerário, de calcário, destruído em parte do lado direito, com prejuízo do texto, encontrado «em Julho de 1922, na escavação a que se procedeu no solo da loja do prédio n.º 13 a 19 da Rua das Canastras, por trás do prédio n.ºs 96 e 98 da Rua dos Bacalhoeiros, para a construção de um armazém subterrâneo» (v. Vieira da Silva, *op. laud.*, pp. 215-216), (fot. 9).



Fot. 9

O estado actual do monumento permite a seguinte leitura:

D · M ·  
L · LVCRET  
GAL · NEP  
ARRIA · Q · F · QVINTI  
ET LVCRETIA · LFAVI  
F (

D(*iis*) M(*anibus*)  
L(*ucio*) LVCRET(*io*)  
GAL(*eria tribu*) NEP(...)  
ARRIA Q(*uinti*) F(*ilia*) QVINTIL(...)  
ET LVCRETIA L(*ucii*) F(*ilia*) AVI(*ta*)  
F(*aciendum*) C(*urauerunt*)

A destruição do texto prejudica a leitura do nome na 2.<sup>a</sup> linha, e dos cognomes na 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> linhas: se o nome na 2.<sup>a</sup> linha e o cognome na 5.<sup>a</sup> são facilmente restituíveis, LVCRETIO e AVITA, respectivamente, o mesmo já não diremos quanto aos cognomes da 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> linhas, NEPOTIANO (Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa e Vieira da Silva) e QVINTILLA (Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa) ou QVINTILIA (Vieira da Silva).

Sinais de separação: pequenas heras estilizadas.

Dimensões actuais:

Altura: 185 cm.

Largura: 94 cm.

Espessura: 90 cm.

Letras: 5 x 14,5 cm.

Versão portuguesa:

Aos deuses Manes.

A Lucius Lucretius Nep(...),

da tribo Galéria,

Arria Quint(...), filha de Quintus,

e Lucretia Auita mandaram fazer.

Ou com adaptação do onomástico ao português:

Aos deuses Manes.

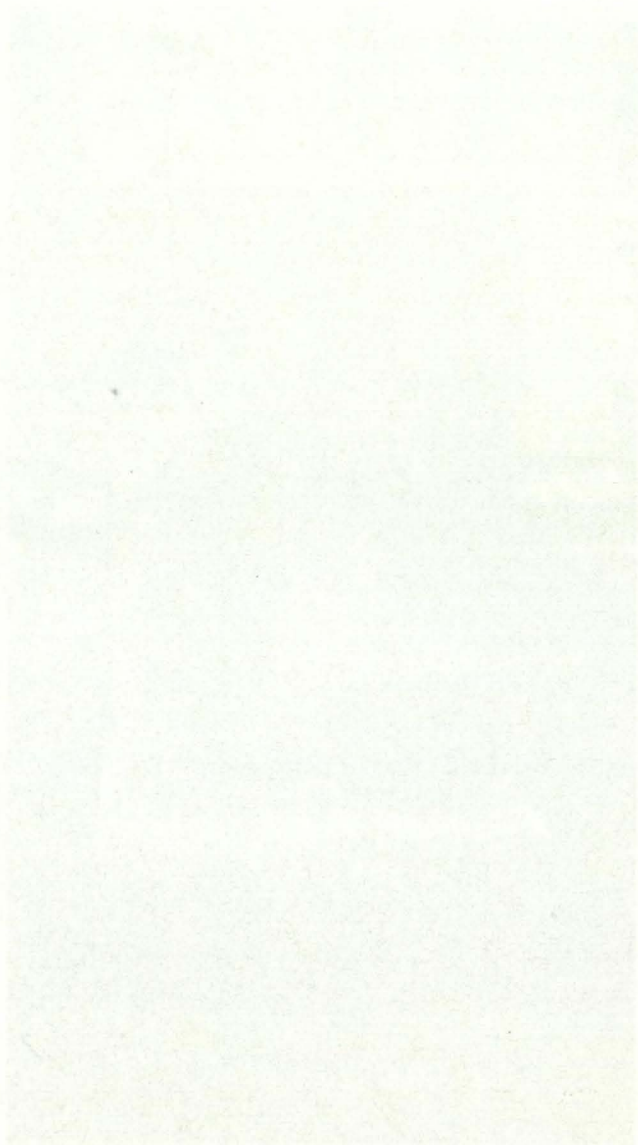
A Lúcio Lucrécio Nep(...),

da tribo Galéria,

Árria Quintil(...), filha de Quinto,

e Lucrécia Avita mandaram fazer.

Monumento dos finais do séc. I ou começos do séc. II.



Fragmento de cipo funerário, de mármore, de proveniência não registada, estudado por Leite de Vasconcellos, Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa e por Vieira da Silva (*op. laud.*, com bibliografia) (fot. 10).



Fot. 10

X

O texto, ainda que incompleto, reconstitui-se facilmente:

LVCRETIVS  
L. GAL.  
SEVERVS  
C. E

L(*ucius*) LVCRETIV(s)  
L(*ucii*) F(*ilius*) GAL(*eria tribu*)  
SEVERVS  
[H(*ic*)] S(*itus*) E(*st*)

Nada de especial a observar quanto ao onomástico, que é corrente.

Sinais de separação: pequenos triângulos.

Dimensões actuais:

Altura: 47 cm.  
Largura: 42 cm.  
Espessura: 25,5 cm.  
Letras: 7 cm.

Versão portuguesa:

L. Lucretius Seuerus,  
filho de Lucius, da tribo Galéria,  
aqui está sepultado.

Ou com adaptação do onomástico ao português:

Lúcio Lucrécio Severo,  
filho de Lúcio, da tribo Galéria,  
aqui está sepultado.

Monumento do séc. II d. C.

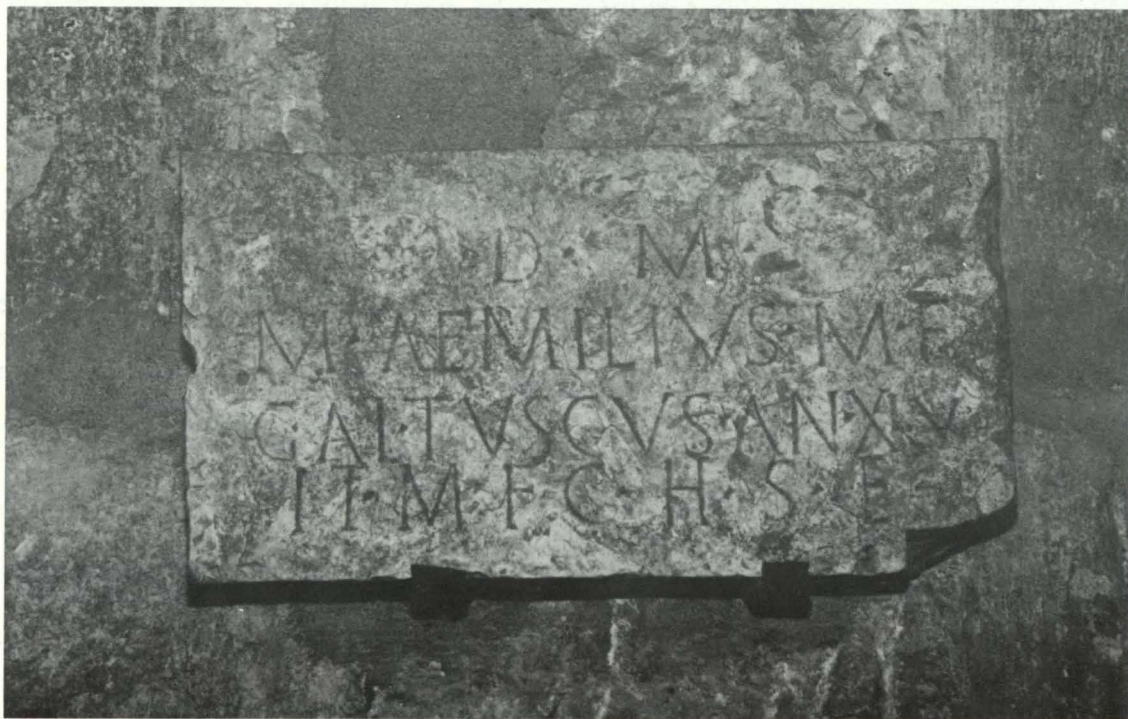
D(iis) • M(anibus) / M(arcus) • AEMILIVS •  
 M(arci) • F(ilius)/GAL(eria tribu) • TVSCVS •  
 AN(norum • XLV / I(dem) • T(estamento) •  
 M(onumentum) • F(aciendum) • C(uravit) •  
 H(ic) • S(itus) • E(st) •

Trata-se de uma placa funerária, ou epitáfio, de calcário, proveniente das Ómnias, Santarém, onde teria sido achada em 1860 (segundo Hübner, por informações de Levy Maria Jordão), que, pela paleografia e pelo formulário, situaríamos nos finais do século I ou começos do século II (fot. 11).

vol. iv (Lisboa, 1927-1928), pp. 16-24. Há aqui inexactidões na tradução, nas dimensões (22 x 40 x 7 cm) e na proveniência.

Na bibliografia pertinente, além deste trabalho, são de referir os estudos de W. Gurlitt (p. 695, cit. por Hübner, CIL II, p. xxxi) e, sobretudo, de Hübner, CIL II 326 e 5229, e ainda deste autor, e por si citada, *Eph. Epigr. I*, n.º 292.

Trata-se de um texto de particular interesse, que mereceu ainda a intervenção de T. Mommsen. Não pelo onomástico, que é corrente na Lusitânia, mas sim pela forma particular de registo do numeral e ainda pelo uso de uma fórmula,



Fot. 11

O monumento foi estudado, ou melhor, reproduzido, sem comentários, e traduzido por F. A. Garcez Teixeira e J. M. Cordeiro de Sousa em *Inscrições Romanas do Museu do Carmo*, trabalho revisto pelo Doutor José Leite de Vasconcellos e publicado em *Arqueologia e História*,

na 4.ª linha, um pouco diversa das usuais (para traduzirmos o latim de Hübner).

Como dissemos, por duas vezes se ocupou Hübner, no CIL, deste monumento; no n.º 326, onde diz, além da reprodução do texto, que o mesmo lhe foi comunicado por Levy Maria Jor-

dão, que foi achado no ano de 1860, perto de Santarém, num lugar chamado *Onias*. A reprodução do texto, ainda que não contenha grandes inexactidões, pela distribuição das letras da 1.<sup>a</sup> linha e pelo registo de um estranho sinal na 4.<sup>a</sup> linha, ressentem-se, como tantas vezes aconteceu, de Hübner não ter visto o original. Daqui que tenha escrito em latim que traduzimos: «O nome de quem pôs (o monumento) esconde-se nas abreviaturas da linha 4.»

Hübner teve de voltar a estudar o monumento, o que fez sob o n.º 5229 do CIL II (no *Suplemento*, é óbvio), agora com mais amplas considerações, baseado num calco, que lhe enviara Augusto Soromenho, e na interpretação de Gurlitt, a qual, no entanto, não era inteiramente exacta, pela troca de um F por um E na última linha (se está correcta a citação de Hübner). O erudito germânico propõe então o desenvolvimento, que veio a ser adoptado, ainda que, também desta vez, a transcrição do texto não tenha saído exacta, por omissão da dedicatória aos deuses Manes. Registe-se igualmente que Hübner rejeitou, talvez por ser menos corrente, uma proposta de lição apresentada por Mommsen: *i(ussi)... c(urauerunt)*.

Hübner aproveitou este momento para corrigir a opinião de eruditos portugueses e espanhóis que viam em representações de numerais do tipo de XLV a explicação para uma certa forma do X que aparece em monumentos hispânicos a partir do século VI; pretendiam eles que o L, de dimensões mais reduzidas que o X anterior, estava sempre ligado a este, o que determinava nova representação para o X simples: o exemplo

da nossa inscrição mostra claramente que o L está, com nitidez, separado do X.

Anote-se ainda que Hübner preferiu a lição *f(aciundum)* a *f(aciendum)*, o que, sendo possível, não nos parece a mais aconselhável em monumentos da Lusitânia. Na verdade, o desenvolvimento *f(aciendum)* parece-nos aqui mais razoável, porque a forma em *-undum*, proveniente de + *-o-n-dom*, é típica da época arcaica, que também usa a final *-endum*; esta até se generalizou por influência do particípio do presente em *-ens*. A sobrevivência de formas em *-undus* verifica-se na linguagem jurídica arcaizante e em adjectivos do tipo de *oriundus* e *secundus* (Ernout, *Morphologie*, p. 173). Em epigrafia, as formas em *-undus*, *-undum* são de adoptar quando a sua lição é inequívoca.

Versão portuguesa:

Aos deuses Manes.

M. Aemilius Tusucus, filho de Marcus, da tribo Galéria, de 45 anos, aqui está sepultado.

Ele mesmo mandou, por testamento, fazer [*este*] monumento.

Ou com adaptação do onomástico à língua portuguesa:

Aos deuses Manes.

Marco Emílio Tusco, filho de Marco, da tribo Galéria, de 45 anos, aqui está sepultado.

Ele mesmo mandou, por testamento, fazer [*este*] monumento.

XII

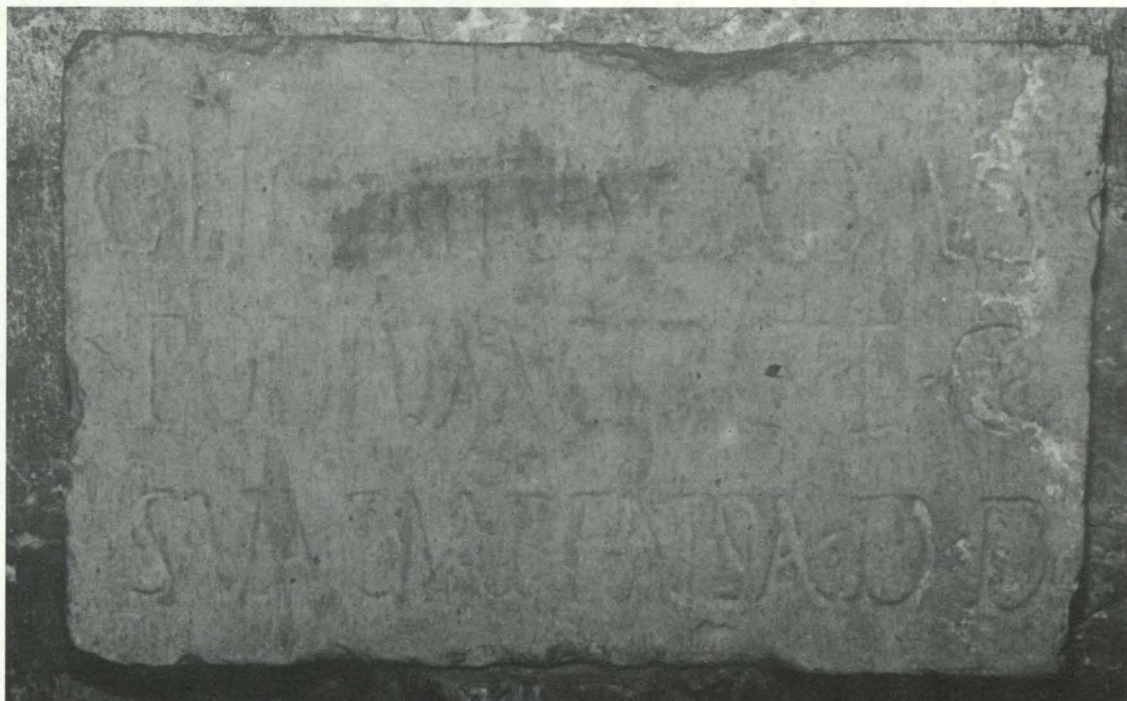
G(aius) • LICINIUS • BADIUS / PODIVM •  
 CIRCI • P(edes) • C(entum) / SVA •  
 IMPENSA • D(ono) • D(edit)

Placa comemorativa, de calcário, encontrada por Estácio da Veiga na «Quinta das Antas, concelho de Tavira, no meio de umas vastas ruínas descobertas pelas águas do Guadiana». É proveniente da cidade pré-romana de Balsa. Dimensões: 40 x 65 x 12 cm; altura das letras: 7 cm (fot. 12).

e F. A. Garcez Teixeira e J. M. Cordeiro de Sousa, *op. laud.*, p. 23.

Entre a nossa lição e a dos nossos antecessores há apenas diferença, como dissemos, na sigla do prenome, que é G e não C.

A paleografia situa o texto no século II d. C. A lápide, que foi oferecida ao Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses pelo Sr. Francisco Rafael da Cruz Furtado, em 1878, tem a particularidade de referir a contribuição de um cidadão, muito provavelmente balsense, com 100 pés (ou seja, 29,6 m) para o pódio do circo.



Fot. 12

O texto não apresenta dificuldades de leitura; foi publicado por Borges de Figueiredo (*Revista Archeologica e Historica*, vol. I, p. 35), Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno* (s. v. Tavira), Hübner, *CIL* II, 5165 (= *Eph.*, IV, n. 1), segundo um calco enviado por Estácio da Veiga e um desenho de Augusto Soromenho (Hübner não deixa de anotar que Soromenho leu mal a sigla do prenome — o mesmo aconteceria ao erudito alemão, que viu um C onde está um G),

Versão portuguesa:

G. Licinius Badius ofereceu, à sua custa, 100 pés do pódio do circo.

Ou com adaptação do onomástico à língua portuguesa:

Gaio Licínio Bádio ofereceu, à sua custa, 100 pés do pódio do circo.

## XIII

IMP(erator) • CAES(ar) • / DIVI TRAIANI  
 PARTHI / CI F(ilius) DIVI NERVAE •  
 NEPOS • / TRAIANVS HADRIANVS /  
 AVG(ustus) • PONT(ifex) MAX(imus) •  
 TRIB(unicia) / POT(estate) • XVIII •  
 COS(ul) III P(ater) • P(atriciae) • REFECIT

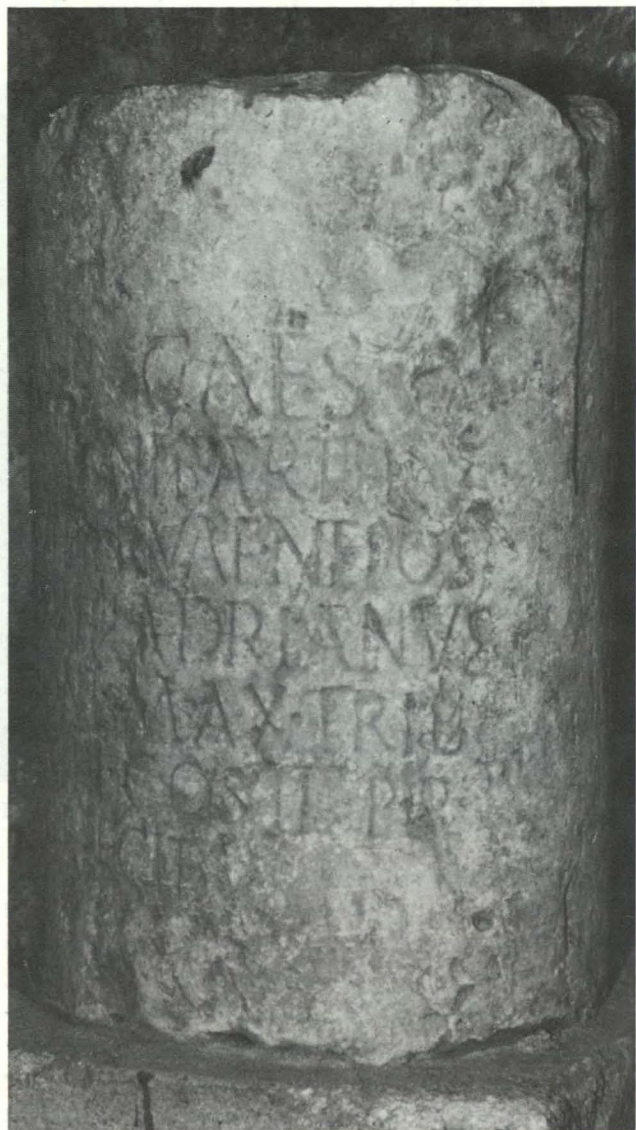
A indicação que conhecemos mais antiga deste monumento encontra-se no *Anno Noticioso e Historico*, por Luiz Montez Mattoso (1740). Hübner dá notícia dele, sob o n.º 4633, segundo informação recolhida no *Dicc. Geogr. Portuguez*, de Luiz Cardoso, I, p. 241. O velho *Catalogo do Museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* (Lisboa, 1891) refere-o, sob o n.º 47, de uma forma muito imperfeita, como oferta do Sr. José da Cunha Peixoto.

Sabemos, pela informação de Mattoso, que foi achado na Quinta de André Bravo, em Alenquer, que se encontrava depois na horta chamada de El-Rei, junto ao rio, donde é trazido para o Museu.

A leitura não oferece dificuldades, a não ser no numeral do *poder tribunicio*, que alguns lêem XVIII, não havendo dúvidas de que é XVIII.

Não se estranhe que mantenhamos o desenvolvimento COS(ul), em vez de CO(n)S(ul), de acordo com a consabida doutrina de Meillet e Vendryes: «... le group -ns- s'est alteré de bonne heure. Devant s, qui ne comporte qu'un rétrécissement de l'ouverture buccale dans la position de la dentale, l'occlusion dentale de n, faible par nature, tendait à disparaître. Les vibrations glottales de la nasale et sans doute aussi la nasalité se sont reportées sur la voyelle précédente qui en a été allongée. C'est un phénomène d'allongement compensatoire. De très bonne heure *consul*, *ensor* sont écrits *cosul* d'où l'abréviation *cos.*», *cesor...*» (*Grammaire Comparée des Langues Classiques*, pp. 88-89).

Trata-se não de um miliário, como Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, que também o estudaram, afirmam, mas de uma coluna de calcário fragmentada ou marco comemorativo do restauro de obra hoje impossível de determinar. Nestes casos, as formas usadas eram os perfeitos REFECIT ou RESTITVIT (fot. 13).



Fot. 13

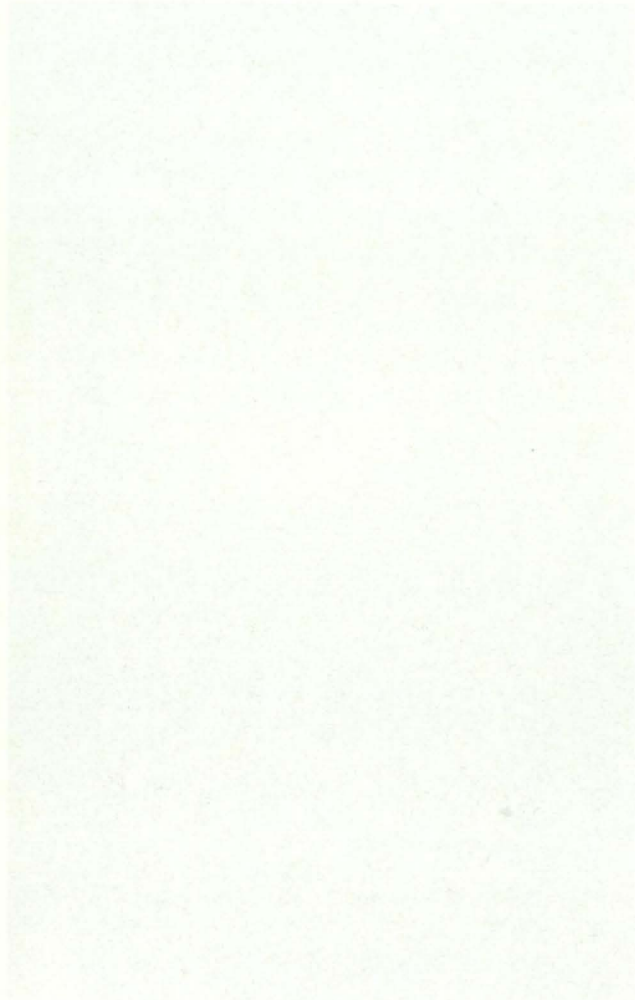
Para Hübner, o monumento seria de 135 d. C., para Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, de 133-134; nós, aceitando a cronologia de Cagnat, pensamos que será de 134 d. C.

Versão portuguesa, com adaptação do onomástico latino à nossa língua:

O imperador César Trajano Adriano, filho do Divino Trajano Pártico, neto do Di-

vino Nerva, Augusto, Pontífice Máximo, com poderes tribunícios pela 19.<sup>a</sup> vez, Cônsul pela 3.<sup>a</sup> vez, Pai da Pátria, procedeu a [este] restauro.

Altura do monumento: 60 cm; letras de 6 cm.



XIV

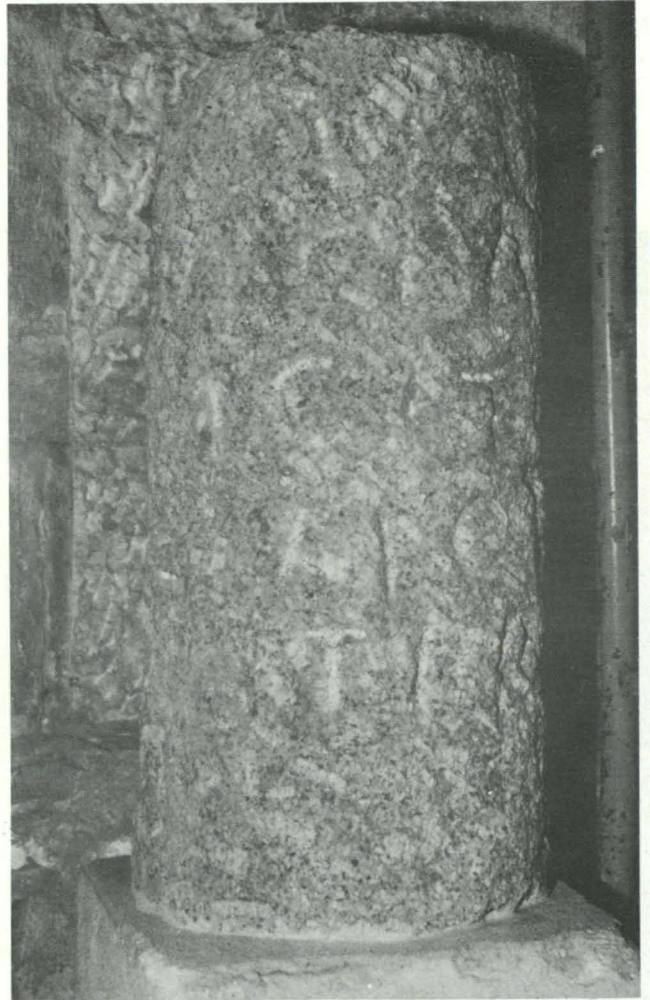
IMP(eratori) CA[ES](ari) / M(arco)  
 CLAVD[IO] / TACITO PIO F(elici) /  
 / [IN]VICTO AVG(usto) / [P](ontífici)  
 M(aximo) T(ribunicia) P(otestate) P(atri)  
 P(atriciae) [C]OS(uli)

Digamos, desde já, que os epigrafistas dão notícia de três milários de Tácito, como existentes no Museu da Associação dos Arqueólogos; presentemente, só lá encontramos dois: o que é objecto deste estudo, o que vem publicado por Hübner, sob o n.º 6197, e por Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa (estudado por nós adiante), *op. laud.*, p. 22, e um terceiro, publicado por Hübner, sob o n.º 4959, com variantes de leitura, também segundo Hübner, que não encontramos no Museu (chegámos a admitir que se trataria de lição errada de algum dos dois lá existentes, transmitida a Hübner por W. Gurlitt, por I. da Silva ou por Léon Renier, mas a altura indicada para o monumento, 0,94 m, exclui esta hipótese).

O monumento em apreço foi estudado, sim, por César Alves de Azevedo Pires, secretário da Secção de Arqueologia e História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, no trabalho intitulado «Milários Inéditos — Sua Descrição e Interpretação», publicado em *Arqueologia e História*, vol. VI (Lisboa, 1927-1928), pp. 150-153.

Proveniente da Quinta do Cadouço, Famalicão da Serra, segundo informação de Azevedo Pires, situamos este miliário no ano de 275 d. C. A forma como foi colocado, que não permite deslocá-lo para mais favorável observação, e o estado de degradação da inscrição dificultam melhor leitura, que não conseguimos fosse completa. Sabemos como, por vezes, se recorre à comparação com outros monumentos do mesmo imperador, para restituição de certas fórmulas que se têm por fixas; mas também sabemos que esse processo aleatório implica grandes riscos, que não corremos, e induz até em erros. Daqui que tenhamos preferido apresentar apenas aquilo que

conseguimos efectivamente ler sem margem para dúvidas (fot. 14).



Fot. 14

Versão portuguesa, com adaptação do onomástico à nossa língua:

Ao imperador César Marco Cláudio Tácito, Pio, Feliz, Invicto, Augusto, Pontífice Máximo, com o poder tribunício, Pai da Pátria, Cônsul ...

O monumento tem 72 cm de altura, e as letras são de 9 cm.

L(*ucius*) • CASSIVS • CELER / PODIVM  
CIRCI / PEDES • C(*entum*) • / SVA  
IMPENSA / D(*edit*)

Inscrição que se pode considerar símile da que estudámos sob o n.º XII. A ela se aplicam os comentários e a bibliografia ali referidos.

Dimensões: 36×40×16 cm; letras: 3,5-4 cm.

Hübner, 5166 (= *Eph.*, n. 2) — que, uma vez mais, troca a sigla do prenome: é L e não T —, comenta que as letras são mais pequenas e piores do que as usadas no outro monumento, mas não podem deixar de ser também do século II d. C. E, traduzimos do seu latim: «Pode ter acontecido que o cidadão aqui mencionado

tenha mandado fazer outra parte do pódio depois de Gaio Licínio Bádio.»

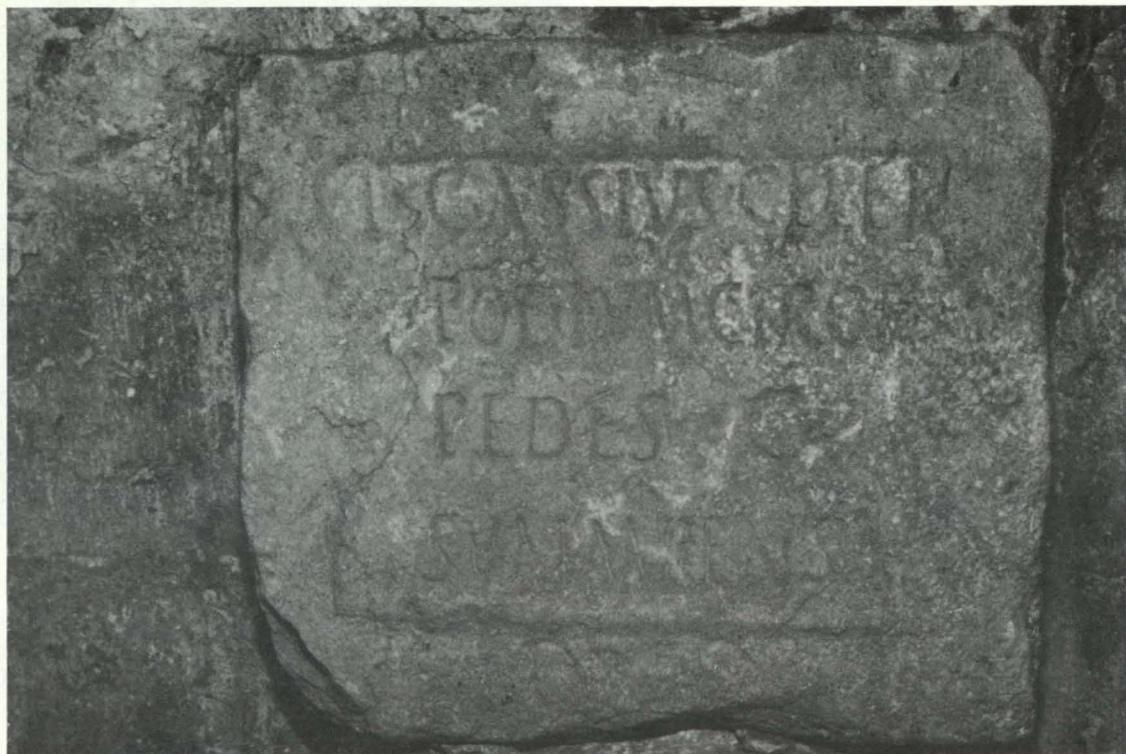
O ser designado este monumento como uma base por alguns não lhe retira a qualidade de placa comemorativa do acontecimento (fot. 15).

Versão portuguesa:

L. Cassius Celer ofereceu, à sua custa, 100 pés do pódio do circo.

Ou com adaptação do onomástico à língua portuguesa:

Lúcio Cássio Célere ofereceu, à sua custa, 100 pés do pódio do circo.



Fot. 15

SILVAN / [V]S • PELL / IONIS • F(*ilius*) /  
/ QVI V[IX](*it*)

Árula funerária de calcário, de proveniência desconhecida, com as seguintes dimensões: 30 × 14 × 9,5 cm; letras: 4 cm.

Texto incompleto, que a colocação do monumento não permite esclarecer. Foi estudado por Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, *op. laud.*, p. 17, com pouca exactidão.

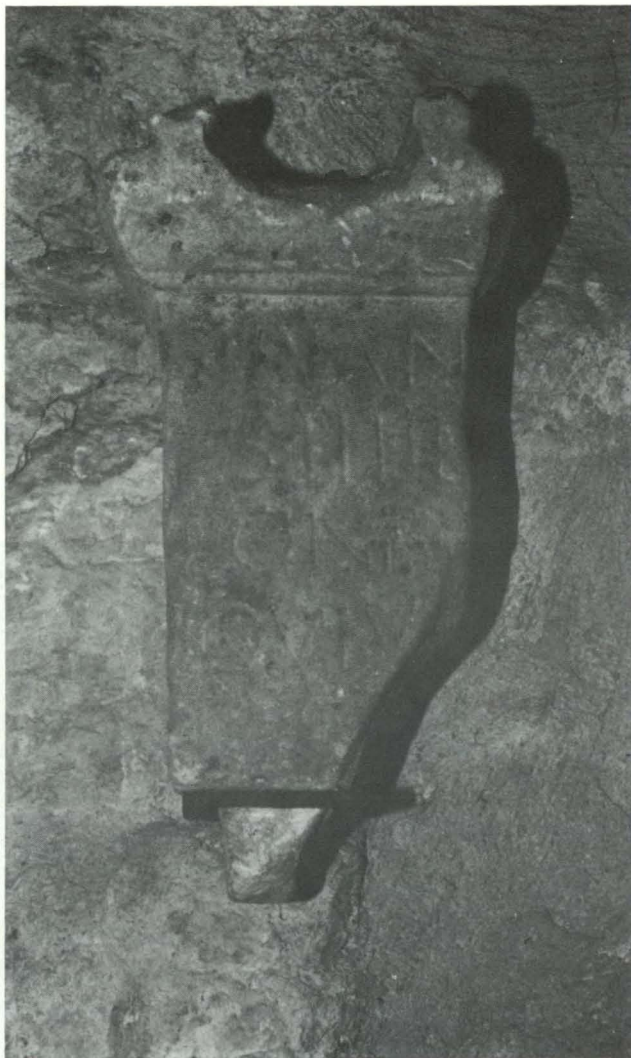
A paleografia da inscrição, em que o E de PELLIONIS está representado por dois traços verticais paralelos (o que não é raro) e o Q de QVI com formato invulgar, levam-nos a situar o monumento no século II d. C. (fot. 16).

Versão portuguesa:

Silvanus, filho de Pellion, que viveu...

Ou com adaptação do onomástico à nossa língua:

Silvano, filho de Pélion, que viveu...



Fot. 16

A / PR / AE / T / VOTV(m) / ARO  
L(ibens) / A(nimo) S(oluit)

Árula votiva de granito, encontrada em 1877 junto da ponte do rio Paiva, em Castro Daire, com as seguintes dimensões: 27 × 13 × 9 cm (fot. 17).

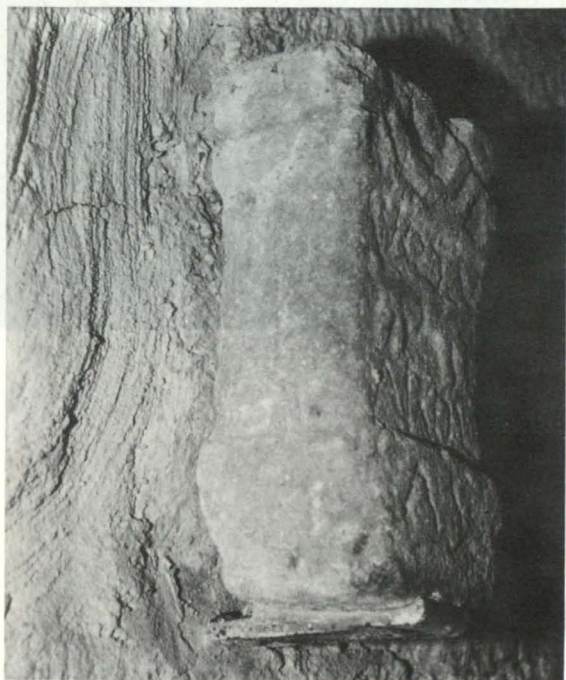
Estudada por Hübner, CIL II, n.º 5247; *Bol. da Ass. dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, série 2.ª, tomo III, n.º 4; em *O Liberal* (Viseu, n.º 23, de 3 de Outubro de 1885); na *Revista Archeologia e Historica*, I, n.º 4, p. 52; por Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitania*, II, pp. 314-315 (donde extraímos os desenhos que reproduzimos); e por Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, *op. laud.*, pp. 16-17.

A árula está inscrita no lado esquerdo, na face e no lado direito. Para o lado esquerdo, Hübner, sem grande convicção, propôs a lição *Aparet* que, ligada ao texto da face, resultaria assim: *aparet votu(m), Aro l(ibens) a(nimo) s(ol-*

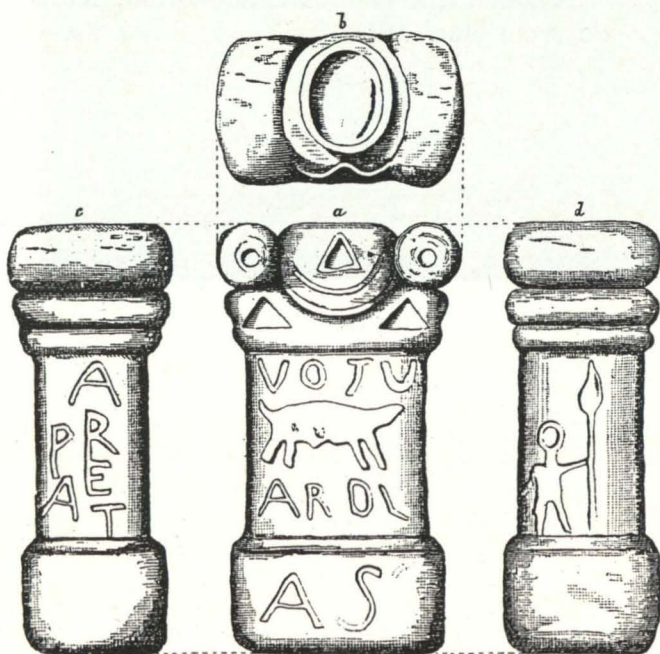
*vit)*; ou em alternativa: *votu(m) Aro l. a s. aprae T.*, advertindo que esta só seria possível se o vocábulo *apra* existisse a par de *aper* (ficando ainda por explicar a sigla T). Não mencionamos outras interpretações, por nos parecerem menos aceitáveis, mas, às que apresenta Hübner, preferimos a proposta de Leite de Vasconcellos, para quem, no texto do lado esquerdo, se contém o nome do dedicante, «embora elle seja difficil de se ler» (até hoje ainda não surgiu interpretação convincente. (Hübner admitia ainda que a figura da direita simbolizasse o deus Marte, enquanto para Leite de Vasconcellos seria de preferência uma representação do próprio dedicante (fot. 18).

Os anáglifos, e bem assim a paleografia da inscrição, levam-nos a situá-la no século II d. C.  
Versão portuguesa:

[...] cumpriu, de bom grado, um voto a Aro.



Fot. 17



Fot. 18

XVIII

IMP(eratori) C[A]ES(ari) M CLAV / DIO  
 TACITO PIO / FEL(ici) INVICTO  
 AVG(usto) / PONT(ifici) MAX(im)o  
 T(ribunicia) POT(estate)

Miliário estudado por Hübner, *CIL* II, 6197, em 1881, quando já se encontrava «com as letras muito sumidas». É proveniente de Tomar, e Hübner situa-o nos anos de 275-276; nós preferimos localizá-lo no ano de 275. Pela situação em que hoje se encontra, e o estado de degradação, não foi possível fazer da inscrição uma leitura tão completa como desejaríamos.

Publicado e traduzido também por Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, *op. laud.*, p. 22, com deficiências.

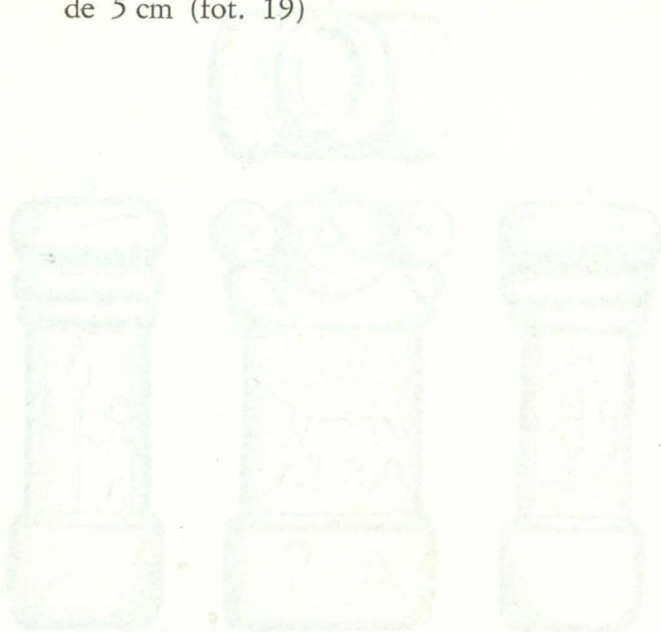
Versão portuguesa:

Ao imperador César Marco Cláudio Tácito, Pio, Feliz, Invicto, Augusto, Pontífice Máximo, com o poder tribunício [...]

Monumento com 85 cm de altura; letras de 5 cm (fot. 19)



Fot. 19



81 471

71 467

D(iis) M(anibus) / DVTIAE / TANGINI / •  
 F(iliae) / AMENA / SILVANI F(ilia) /  
 M(atri) / P(onendum) C(urauit)

Cipo funerário, proveniente de Valado de Frades, estudado por Hübner, *Noticias Archeologicas de Portugal* (Lisboa, 1871), pp. 54-55, com lapsos de transcrição, e por Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, *op. laud.*, p. 19, com deficiências de leitura e tradução.

Monumento de 70 × 30 × 23 cm e letras de 6 cm (fot. 20).

A paleografia do texto leva-nos a situá-lo no século II d. C., sendo de anotar os nexos, em particular na forma *Amena*, que por não ter sido observado, levou alguns a ler *Mena*; Hübner preferiu ler AM(o)ENA, o que nos parece desnecessário, porque a forma que lá se encontra efectivamente é a evolução normal da forma clássica.

Versão portuguesa, com adaptação do onomástico latino à nossa língua:

Aos deuses Manes de Dúcia, filha de Tangino. Amena, filha de Silvano, mandou fazer [este monumento] a [sua] mãe.



Fot. 20

C(aius) IVLIVS / G(aii) • F(ilius) •  
 GAL(eria tribu) / RVFINVS / AED(ilis) •  
 DESIG(natus) / H(ic) S(itus) E(st)

Cipo funerário de calcário, do século I d. C., ao que pensamos, proveniente, segundo registos antigos, de «alicerces da muralha da Porta do Ferro, em Lisboa.» Estudado por A. Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo* (Lisboa, 1944), pp. 144-145, Hübner, *CIL II*, 225, com muitos lapsos (transcreveu-a de um manuscrito de D. Tomás Caetano de Bem), Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, *op. laud.*, p. 19, com deficiências, e por F. Alves Pereira, *Antiquitvs in O Archeologo Português*, vol. xxvi, Lisboa, 1924), pp. 181-182, que foi quem melhor estudou o monumento em todos os seus aspectos (fot. 21).

Dimensões: 100 × 40 × 22 cm; letras de 6 cm.

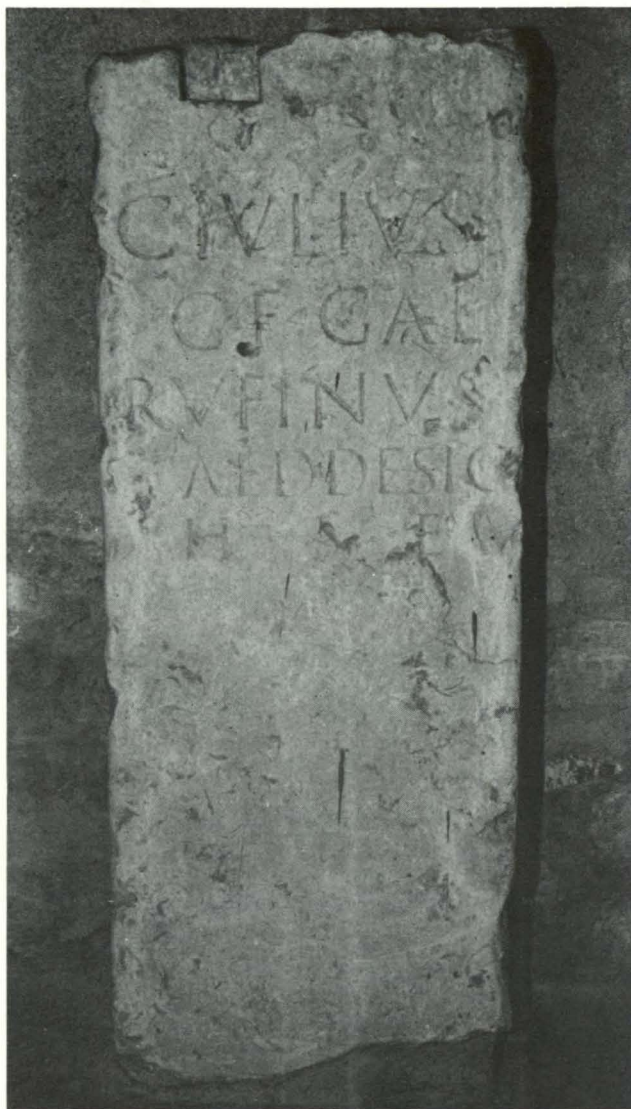
O comentário da inscrição encontra-se, como dissemos, suficientemente feito por Alves Pereira, incluindo a referência à magistratura municipal de *edil* e à sua qualidade de *designatus*, de forma que nos dispensamos de o referir aqui.

Versão portuguesa:

C. Iulius Rufinus, filho de Gaius, da tribo Galéria, designado edil, aqui está sepultado.

Ou com adaptação do onomástico latino à nossa língua:

Gaio Júlio Rufino, filho de Gaio, da tribo Galéria, designado edil, aqui está sepultado.



Fot. 21

IMP(erátor) CA[E]S(ar) / MARC(us)  
 AV[RE]LIVS / VALERIVS /  
 MAXSIMIANVS / INVICT(us) AVG(ustus)  
 • / PONTIF(ex) MAX(imus) / TRIB(unicia)  
 POT(estate) V[IIII] / COS(ul) IIII PAT(er)  
 / PATR(iae) [P]RO / COS(ul) / M(ilia)  
 P(assuum)

Trata-se do mais importante miliário existente na coleção do Museu. Por muito tempo considerado do imperador Marco Aurélio (v. *Catálogo* referido, n.º 45), é de Maximiano e situa-lo nos anos de 293-294.

Proveniente de Tomar, com as letras muito desgastadas, como já observou Hübner, que o publicou no *CIL*, 6198, com leitura sensivelmente idêntica à nossa, foi também publicado por J. de Laurière, *Bulletin Monumental*, sér. v, vol. ix, 1881, p. 633 e segs. (cit. por Hübner), e por Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, *op. laud*, p. 21.

Para nos darmos conta da importância deste texto, transcrevemos a seguinte nota do final do *Catálogo do Museu* antes referido:

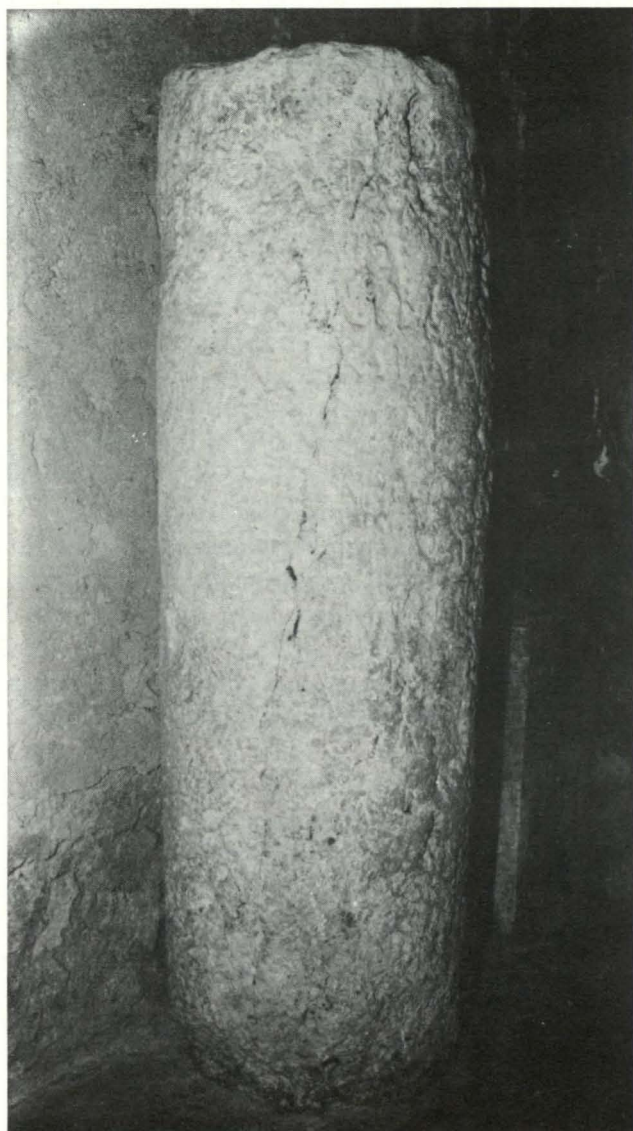
Este texto é notável, porque dá um exemplo de abreviação MARC em lugar de M por *Marcus*! Esta abreviação é de tal maneira rara, se não for *única*, que Mr. Leão Renver, distinto epigraphista francez que publicou a inscrição conforme uma copia dada pelo Sr. J. da Silva, chegou a persuadir-se de que era impossível abreviar d'aquella maneira a palavra MARCVS; e veiu a Lisboa um archeologo para ver o referido miliario.

(Extrahido do relatório de Mr. Jules de Laurière, publicado em Paris em 1881.)

Monumento de 1,20 m de altura, com letras de 6 cm, a sua colocação actual não permite o exame pormenorizado que desejaríamos fazer, o qual também não é facilitado pela deterioração dos caracteres (fot. 22).

Versão portuguesa:

Imperador César Marco Aurélio Valério Maximiano, Invicto, Augusto, Pontífice Máximo, com poderes tribunícios pela 9.<sup>a</sup> vez, 4 vezes Cônsul, Pai da Pátria, Procônsul [...] milhas.



Fot. 22

AS MOEDAS MUÇULMANAS DO ÂNDALUS  
NO MUSEU DA ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

José RODRIGUES MARINHO

Da dezena de moedas «arabico-hispanicas», descritas em 1907 por Manuel Francisco de Vargas como Apenso ao *Catálogo das moedas e medalhas do Museu do Carmo*, só metade se encontra presentemente no seu tabuleiro. Estas cinco moedas são da época do Emirado Independente, período histórico que vai do ano 138 — quando Abderramão I estabeleceu a independência territorial do Ândalus face ao poder califal do Oriente — até ao ano 300 da Hégira (756-912 JC).

Cerca de 45 anos antes deste período, a fé e o entusiasmo islâmicos tinham entrado na Península pela sua ponta Sul e rapidamente a dominaram; momentaneamente, ultrapassaram na mesmo além Pireneus.

Razões político-partidárias afastaram em 132 H (750 JC), numa das maiores hecatombes, a dinastia Omíada de Damasco, conquistadora, que em 711, pelo pé de um dos seus generais — Tārik ibn Ziyade —, escrevera, bem no sul da Hispânia visigoda, o nome actual da arriba sobranceira e do Estreito que ela domina — Gibraltar. Outra dinastia passa a imperar, a Abácida, de Bagdad, sanguinária mas também dos contos das mil e uma noites.

Seis anos passados, por ironia do destino, um Omíada, miraculosamente escapado à chacina, aquele Abderramão que ficará como o Imigrado, criará aqui, com a independência — a primeira dentro do colosso islâmico —, as raízes que conduzirão, após 912, ao famoso Califado de Córdova, que irá ofuscar Bagdad.

Timidamente, esse Omíada vai bater moeda, do tipo semelhante à do Império, mas com a indicação do Ândalus. Cerca de doze anos mais

tarde, em 150 H, é já em quantidade suficiente para aparecer nos nossos dias sem o grau de raridade.

Pouco antes do findar do século o controlo sobre o fabrico da moeda não obriga à perfeição da escrita. A leitura de uma qualquer peça torna-se tão difícil que, em 1950, George Miles, um impulsionador de novos estudos sobre as moedas dos Omíadas do Ândalus, escrevia<sup>(1)</sup>: «... by the late 2nd century of the Hijrah a deterioration in legibility sets in ... which at times reaches the absolute nadir of Arabic numismatic epigraphy. Indeed, by and large, the inscriptions on the dirhmes of the Umayyads of Spain are the most difficult to read of all Islamic coins legends ...».

Muitas das moedas islâmicas do Ândalus, até meados do século III da Hégira, como as aqui tratadas, não fogem a esta regra. Contudo, por todas terem, precisamente, as mesmas inscrições, com a excepção da data, mas terem também, quase em cada ano, uma evolução do desenho e, ainda, ser notada uma sequência estilística, permite, quando a data não pode ser lida, situá-las dentro de limites inferiores a uma década e até, por vezes, no ano exacto do seu batimento.

Não se afigura necessário voltar a descrever estas cinco moedas. O trabalho do Conselheiro Vargas em 1907 desce ao pormenor na leitura das legendas e para ele remetemos os interessados. Vargas só coloca dúvidas em duas datas, cujas palavras, respeitantes às unidades, estão truncadas ou amassadas. Uma delas trataremos pormenorizadamente. Mas, para estudos mais desenvolvidos, as moedas são aqui classificadas sumariamente, pelo *Corpus* de Miles, de acordo

(1) George C. Miles — *The Coinage of The Umayyads of Spain* — The American Numismatic Society, New York, 1950, p. 102.

com as variantes ao tipo geral, e o seu peso, em gramas, é também indicado.

- N.º 1 — Dirhem do ano 210 H (825/6 JC):  
Peso 2,07 g; cerceado entre as 4h00 e as 12h00.  
Tipo Miles 101 (a).
- N.º 2 — Dirhem do ano 220 H (835 JC):  
Peso 2,63 g.  
Tipo Miles 111 (b). Vargas interpretou o nome por cima da 3.ª linha da legenda do campo, como sendo 'Ali, mas é Yahyà.
- N.º 3 — Dirhem do ano 240 H (854/5 JC):  
Peso 2,40 g; cerceado das 10h00 às 6h00.  
Tipo Miles 132 (g).
- N.º 4 — Dirham do ano 249 H (863/4 JC):  
Peso 2,64 g.  
Tipo Miles 141.
- N.º 5 — Dirham do ano 24... (presumível 245 ou 248 H):  
Peso 2,56 g.  
Tipo Miles 137 ou 140 (a).

As moedas foram, entretanto, fotografadas e as fotos ampliadas cerca de três vezes, permi-

tindo uma melhor observação dos traços. Assim, das seis moedas do Emirado lidas por Vargas, falta o exemplar do ano 248. As três primeiras moedas não oferecem dúvidas na leitura da data, por as palavras designativas das dezenas e unidades estarem perfeitamente legíveis. Quanto à moeda n.º 4, o dígito tem os traços muito juntos, com letras quase sobrepostas. Com a ampliação fotográfica, vê-se que é a palavra nove, que Vargas admitiu como a mais provável.

Finalmente, a última moeda e a mais duvidosa, a actual n.º 5 (n.º 6 de Vargas): O tipo é o característico da década de 40 do século III da Hégira; da palavra designativa das unidades, amassada, vê-se apenas a cauda da letra final, indicativa (considerando a escrita da época) dos dígitos dois, cinco ou oito, com opção para o último, pelo estilo do desenho; quanto à palavra que representa as dezenas, vê-se que está amassada na parte superior das duas primeiras letras e também na copulativa que a liga à anterior; poderá parecer a palavra cuja tradução é «e cinquenta» (e assim a interpretou Vargas), mas a ampliação mostra ser «e quarenta». A data mais provável desta moeda, embora com reservas, será 248, e não pode haver confusão com a espécie que Manuel Francisco de Vargas classificou como desse mesmo ano, e agora em falta, pois se diz que ela estava cerceada e a actual n.º 5 não está.



ANVERSO



REVERSO

N.º 1



ANVERSO



REVERSO

N.º 2



ANVERSO



REVERSO

N.º 3



ANVERSO



REVERSO

N.º 4



ANVERSO



REVERSO

N.º 5

MEMÓRIA DE SIMÃO CORREIA, GOVERNADOR DE AZAMOR,  
NO MUSEU DO CARMO

Justino MENDES DE ALMEIDA (\*)

ABSTRACT

*The Author studies a Portuguese inscription of the 16th century included in a baptistery at the Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses referring to Simão Correia, governor of Azamor (North of Africa).*

A MEMÓRIA DO SENHOR  
MARQUÊS DE SÃO-PAIO

*Memória*, no sentido de *lembrança*, e não no de lápide sepulcral. Efectivamente, Simão Correia, capitão de África, governador de Azamor, está lembrado num belo monumento — singular monumento, exemplar único — do Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, comumente designado por Museu do Carmo.

1. A epigrafia portuguesa de Ultramar, ainda que seja hoje descurada pelos estudiosos, houve tempo em que foi objecto de especial atenção por parte de eruditos portugueses e estrangeiros. Não é o momento de citar essa bibliografia que, não sendo extensa, é, contudo, em número suficiente para comprovar que mereceu o cuidado dos investigadores de há décadas. Sempre nos recorda, por exemplo, o trabalho pioneiro de Luciano Cordeiro sobre *A Inscrição do Ielalla*, publicado em 1901, e, anteriormente, os estudos de Cunha Rivara, dedicados primeiro às inscrições de Diu e, depois, às da Índia portuguesa na globalidade, respectivamente de 1865 e de 1894.

Mais próximos do trabalho, que hoje nos ocupa, são os estudos que Robert Ricard dedicou às inscrições portuguesas de Mazagão e de Tânger, publicados no *Bulletin des Études Portugaises*, tomo II (1932-1934), pp. 154-176, e tomo V (1938), fasc. 2, pp. 15-24.

O estudo destes textos ajuda-nos a compreender melhor a apóstrofe do Gama, na estrofe 83 do canto VI de *Os Lusíadas*:

«Oh! Ditosos aqueles que puderam  
Entre as agudas lanças africanas  
Morrer, enquanto fortes sustiveram  
A santa Fé nas terras mauritanas;  
De quem feitos ilustres se souberam,  
De quem ficam memórias soberanas,  
De quem se ganha a vida com perdê-la,  
Doce fazendo a morte as honras dela!»

O conhecimento da epigrafia portuguesa nas praças de África e nas partes de Ásia e Américas muito interessaria aos investigadores da presença portuguesa nesses «novos mundos do Mundo», por se tratar de testemunhos autênticos, talvez os mais verídicos e mais duráveis, para esclarecimento de situações e factos histórico-sociais nem sempre documentados nas fontes manuscritas e impressas.

Creio que a historiografia portuguesa não tem dado, e não vem dando, ao estudo da Epigrafia a importância que lhe deveria merecer esta ciência histórica, que, quando bem aproveitada, contribui decisivamente para um melhor conhecimento da História, quer no que respeita a acontecimentos, quer no que se relaciona com

(\*) Universidade Autónoma de Lisboa

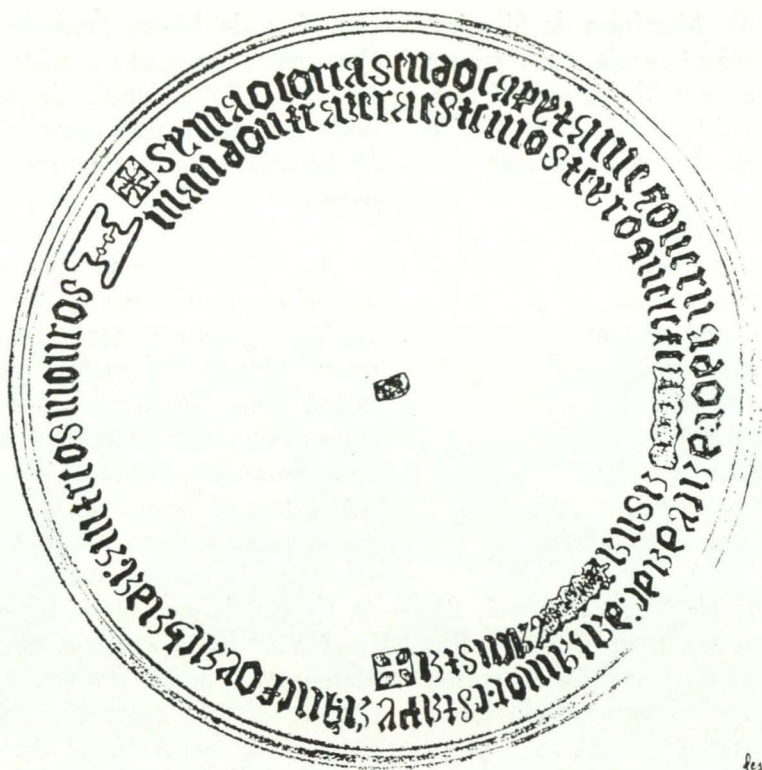
a acção das diferentes personagens históricas. Pretendo com isto significar que não vejo aproveitado pelos historiadores o imenso e importante material epigráfico disperso por monumentos ou recolhido em museus. E destes é inegável que o Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses contém um espólio preciosíssimo, que, se bem conhecido e estudado, muito aproveitaria à investigação da história portuguesa. Foi naturalmente com essa intenção que o grande e saudoso epigrafista, o académico da Academia Portuguesa da História, Senhor José Maria Cordeiro de Sousa, publicou os seus preciosos trabalhos tão conhecidos e tão úteis, sobre o património epigráfico daquele museu.

Revertendo ao estudo da epigrafia portuguesa no Ultramar, parece oportuna a organização do respectivo *corpus*, uma espécie de *Corpus inscriptionum Lusitanarum Ultramarinum*, da presença lusitana no mundo que o Português criou ou percorreu, já que há uma preocupação, cada vez maior, de explicar ao mundo de hoje a razão dessa multissecular permanência e integração, sempre que possível com a apresentação de documentos históricos irrefutáveis.

2. Pertence ao espólio do Museu do Carmo o monumento de que hoje nos ocupamos, e porque nele se fala de um capitão e governador de Azamor, é evidente o seu interesse para os estudos luso-árabes, como o é também para a Arqueologia ou para a História, de tal forma estes estudos se entrecruzam ou auxiliam. Não se trata de um documento inédito, pois, tanto quanto me foi possível averiguar, ocuparam-se dele dois eruditos investigadores da história portuguesa: Sousa Viterbo e Cordeiro de Sousa, o primeiro nos *Trabalhos Nauticos dos Portuguezes nos Seculos XVI e XVII* (Parte II, Lisboa, 1900, pp. 144-153); o segundo, em *Inscrições Portuguesas do Museu do Carmo* (Lisboa, 1923, pp. 48-50 da 2.<sup>a</sup> edição, 1936) e em *Inscrições Portuguesas de Lisboa* (Lisboa, 1940, p. 190).

Não estando inédito o texto, para além de se evocar, uma vez mais, a figura de Simão Correia, cremos que ainda é possível dizer algo de novo sobre o texto epigráfico, tal como hoje se observa no Museu do Carmo, e de que dá notícia a fotografia junta (fot. 1).





des. 1

des. Simão Correia

3. Diz o texto da inscrição (des. 1):

1.<sup>a</sup> linha: symao corea sendo capytam e  
gouernador: da cydade: dazamor.  
esta pya. que foy. achada: antre  
os mouros

2.<sup>a</sup> linha: mandou trazer a este mosteyro  
quele fez [todo] a sua [propya]  
custa

A inscrição, que se distribui por duas linhas em caracteres góticos minúsculos, está gravada no interior de uma grande pia de calcário e foi reproduzida, com alguns lapsos, por Sousa Viterbo: na 1.<sup>a</sup> linha, leu EM A CYDADE, em vez de *da cydade*; na 2.<sup>a</sup> linha, leu QUE ELE, em vez de *quele*, restabeleceu por *fundou* a palavra que se encontra intencionalmente raspada no original, e omitiu o vocábulo *fez*; além disto, não registou o *ponto* ou *dois pontos* que separaram algumas palavras. Cordeiro de Sousa estabeleceu a verdadeira leitura, apenas se esquecendo de assinalar a existência de uma *fivela* (registada por Sousa Viterbo, como que a ligar o fim da 1.<sup>a</sup> e o início da 2.<sup>a</sup> linhas), seguida de uma cruz, e bem assim de outra cruz no final da inscrição; não marcou também a existência

de dois pontos depois das palavras *gouernador*: e *cydade*:

Estes investigadores utilizam nas suas leituras caracteres maiúsculos, quando no original se usa o gótico minúsculo, diferença devida, sem dúvida, a dificuldades de composição tipográfica, até certo ponto ultrapassáveis, se se desejasse.

4. De Simão Correia apurou e publicou certa documentação o erudito Soua Viterbo: em 1516 era capitão de Azamor, não o sendo já em 1519 (talvez os dois anos de comissão obrigatória para os fidalgos em Marrocos), ano em que ocupava o cargo D. Álvaro de Loronha. Segundo Damião de Góis, fez parte da comitiva que acompanhou a infanta D. Beatriz, filha de D. Manuel, a Sabóia, onde foi por *veador da casa da infante*, tema que foi objecto de um pormenorizado e excelente trabalho do saudoso académico, Senhor Marquês de São-Paio (*Os Que Foram para Saboia com a Infanta Duqueza*. Lisboa, 1930), no qual se fica a conhecer o destino de Simão Correia, e de dois irmãos que o acompanharam.

A Garcia de Resende se deve também o saber-se hoje que Simão Correia foi poeta, ainda que no *Cancioneiro Geral* não tivessem ficado registados versos seus. Contudo, ali se podem

ler umas décimas «De D. Martinho da Silveira, estando em Arzila, a Simão Correia, em resposta de outras que lhe mandou de Alcácer», se é que, como tudo leva a crer, este Simão Correia é o mesmo de que tratamos. Eis a 1.<sup>a</sup> estrofe:

Estando neste lugar,  
onde muita guerra achei,  
sem com mouros pelejar,  
sem corrermos, sem entrar,  
depois que nele entrei,  
vossas trovas recebi.  
Gabá-las é escusado,  
que elas o fazem per si,  
mas direi novas de mi,  
como per vós me é mandado.

A Simão Correia, fidalgo da Casa real, fez D. Manuel mercê da pescaria da Costa e Rio do Ouro, com seus termos e limites, como apurou Sousa Viterbo, em recompensa dos bons serviços ao rei e à pátria.

5. Como veio o monumento a dar entrada no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses? Vejamos o que diz o respectivo catálogo, sob o n.º 3880:

«Grande bacia de pedra, estylo arabe, trazida de Azamor (Barbaria) em 1462, na conquista feita pelo general Simão Correia e que foi offerecida ao Infante D. Henrique no Algarve, o qual a deu á Sé de Faro para ter agua benta; passados muitos annos foi abandonada no cemiterio da igreja! Esta antiguidade é historica para Portugal, foi adquirida em 1869 pelo sr. Possidonio da Silva para ser conservada no Museu.»

Como já observou Sousa Viterbo, há nesta anotação muitos anacronismos e inexactidões. Dela se aproveita, em síntese, que veio do Algarve e foi adquirida, em 1869, por Possidónio da Silva (muito do que há de importante neste museu se deve a Possidónio da Silva!), sabido como é que o mosteiro, a que se refere a inscri-

ção, é o de Nossa Senhora da Esperança, em Portimão, começado a edificar por Simão Correia em 1530, depois de regressar de Sabóia, onde acompanhara, como dissemos, a infanta D. Beatriz, conforme os cronistas, oficiais e religiosos.

6. O monumento, que se encontra na parte ajardinada do Convento do Carmo, apresado em qualquer gaziva ou razia, passe o galicismo, contra os Mouros — pensa Cordeiro de Sousa que talvez fosse «proveniente da fonte central de algum desses característicos pátios moiriscos» —, apoia-se num pedestal de cimento e foi decorado, por certo na altura da gravação da inscrição, exteriormente, com curiosos ornatos, dos quais sobressaem brasões, carrancas, florões e cruces de Cristo, já um tanto imperceptíveis (fot. 2).

Na 2.<sup>a</sup> linha, como dissemos, foram raspadas as palavras *todo* e *propya*. Contudo, a restituição, tendo em atenção o espaço disponível, o contexto e os vestígios das letras, parece não poder ser diferente da que apresentamos, na linha de Cordeiro de Sousa. Alguém, que discordava do que se gravou, mandou depois suprimir essas palavras. Não é caso único na epigrafia esta raspagem de letras ou palavras.

Curioso é, porém, que esta inscrição é um testemunho mais do que afirmou Cordeiro de Sousa relativamente ao uso dos caracteres góticos minúsculos na epigrafia portuguesa: ainda que o movimento artístico, literário e filosófico, designado por Humanismo e Renascimento, chegado a Portugal ainda nos finais do séc. XV, tenha determinado um regresso às formas clássicas e a readopção dos antigos caracteres latinos, a substituição do gótico minúsculo na epigrafia portuguesa só se verificou, contudo, verdadeiramente, na 2.<sup>a</sup> metade do séc. XVI, não sendo assim de estranhar que este monumento tenha sido gravado em data posterior a 1530, ainda que próxima desta.

7. Sirva esta memória de evocação de um fronteiro de Azamor, já que as páginas consagradas a esta cidade nos vols. III e IV da edição monumental da *História de Portugal*, da Portucalense Editora, lhe não recordam o nome! <sup>(1)</sup>.

(1) Também não consta dos índices da obra de Robert Ricard, *Les Portugais et l'Afrique du Nord de 1521 à 1557*, publicados no tomo 7.º (1940), fasc. 2, pp. 249-263, do «Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal».



ARMAS HERALDICAS DE UM INFANTE-ALMIRANTE  
NUMA ESPÉCIE PERTENCENTE À ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

Dr. Francisco de SIMAS ALVES DE AZEVEDO (\*)

RÉSUMÉ

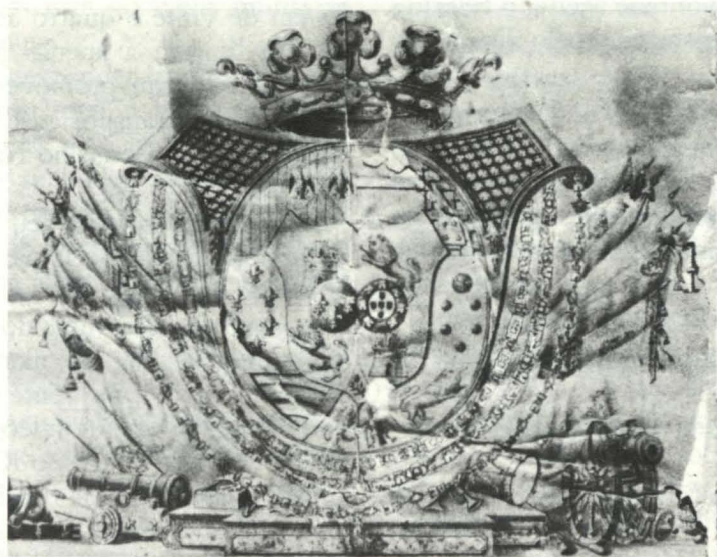
*Dans les archives de l'Associação dos Arqueólogos Portugueses existe une «carte des signaux faits par la forteresse de Santa Cruz de Rio de Janeiro, pendant l'année de 1810», dédiée a «l'infante» D. Pedro Carlos, amiral-général de la marine portugaise.*

*Ce D. Pedro Carlos, petit-fils du roi d'Espagne D. Carlos III et neveu du prince regent du Portugal, D. João (plus tard roi D. João VI) avait accompagné la famille royale portugaise au Brésil, a l'époque des invasions françaises.*

*A Rio de Janeiro il a épousé la fille de son oncle, lequel l'a nommé amiral-général.*

*L'en tête de la «carte des signaux» montre les armoiries de D. Pedro Carlos, que l'auteur considère du plus grand intérêt historique et héraldique. Il s'agit d'une curieuse — peut-être unique — association des armes du Portugal avec celles de l'Espagne, montrant les rapports de ce prince espagnol avec le Portugal.*

Durante arrumações no arquivo da nossa Associação, em boa hora empreendidas pelos prezados consócios Dr. Francisco Santana, Dr.<sup>a</sup> D. Elisabeth Cabral e Dr.<sup>a</sup> D. Maria Luísa de Abreu Nunes foi localizado um muito curioso *Mapa dos sinais que fez a fortaleza de Santa Cruz na Corte do Rio de Janeiro no ano de 1810, oferecido a S. A. o sereníssimo infante D. Pedro Carlos, almirante general da Marinha Portuguesa*, folha de grande formato, impressa.



O facto de tal espécie ostentar, em seu cabeçalho, complicado e aparatoso brasão de armas levou o nosso digníssimo então vice-presidente a ter a amabilidade — que muito se agradece — de a mostrar ao autor destas linhas o qual ao património heráldico da Associação dos Arqueólogos nunca estará indiferente, como sócio e... como heraldista!

Quis, também, o Dr. Francisco Santana, informar-me ter averiguado que o dito «Mapa dos sinais» estivera largo tempo exposto numa das

(\*) Vice-Presidente da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos; membro da Academia Internacional de Heráldica).

salas da nossa Sede, como depósito de João Maria Feijó, um dos fundadores da Associação, da qual foi, também, presidente. Depósito nunca levantado, já há muito que a referida espécie se pode considerar pertencer à Associação dos Arqueólogos, o mesmo é dizer ser dever moral e cultural de seus especialistas sobre ela se debruçarem.

Ora aludido brasão de armas — evidentemente o da pessoa a quem o «Mapa» é dedicado — pareceu-me francamente interessante, apresentando característica que julgo excepcional se é que não única.

Tal brasão é pois digno de estudo e comentário, quer, evidentemente, numa perspectiva de heraldista, quer — e sobretudo — numa perspectiva de valorização do que é português, sempre — e mais do que nunca — oportuna.

Entendi portanto dever inscrever-me para apresentar uma comunicação sobre o depoimento histórico-heráldico desta espécie pertencente à nossa Associação.

Comunicação que tive a honra de fazer na sessão da assembleia geral do dia 13 de Dezembro de 1988.

Posteriormente fui convidado a contribuir com esse pequeno trabalho para a publicação comemorativa dos 125 anos de fundação da nossa agremiação; da melhor vontade aceitei o referido convite que me era transmitido pelo Dr. Francisco Santana.

Entendo efectivamente que a localização e estudo do «*Mapa dos sinais*» é, sem dúvida, algo que se deverá inscrever no rol das realizações desta agremiação persistentemente efectuadas no cumprimento de dever cultural, embora, não merecendo em geral a divulgação que os meios de comunicação dão ... ao que entendem ...

Terminada a introdução, duas perguntas se formulam.

Quem era esse D. Pedro Carlos, esse infante-almirante?

Qual o interesse histórico de seu brasão de armas?

Nasceu o infante de Espanha D. Pedro Carlos em Aranjuez, a 18 de Julho de 1786, do casamento do infante de Espanha D. Gabriel — atraente figura de príncipe intelectual, pintor, escritor e académico, filho do Rei D. Carlos III — com a infanta D.<sup>a</sup> Mariana Vitória Josefa, primogénia de D.<sup>a</sup> Maria I, rainha de Portugal.

Acabara D. Pedro Carlos de completar os dois anos de idade quando prematuramente faleceram seus pais, ambos levados por fatal moléstia, em Dezembro de 1788.

Logo no ano seguinte, 1789, D. Pedro Carlos é trazido para Portugal e confiado aos cuidados da avó materna. Diz-me mesmo que a razão da transferência para Portugal do infante menino seria a esperança que a sua presença animasse a regia avó, a quem os desgostos das sucessivas mortes do marido (D. Pedro III), do filho primogénito (D. José), e da filha (D.<sup>a</sup> Mariana Vitória) iam empurrando para incurável loucura ...

Ao cuidado do tio materno D. João, regente de Portugal desde 1790, e da tia por afinidade (e prima-direita) D.<sup>a</sup> Carlota Joaquina ficará portanto o jovem príncipe espanhol cuja vinculação à família real portuguesa se afirmará.

Assim, acompanhá o futuro D. João VI ao Brasil, e, aí, a 13 de Maio de 1810, casará com a filha dos tios, a infante D.<sup>a</sup> Maria Teresa (algum tempo princesa da Beira).

No dia do casamento o tio, e sogro, o nomeará para cargo de que julgo terá sido único titular, o de almirante-general da Marinha portuguesa.

Chefe supremo da armada de Portugal, este jovem de vinte e quatro anos, nascido espanhol, não se limitou a apenas juntar mais um título aos seus. Assim promoveu o restauro das naus que haviam transportado a família real para o Brasil, criou o Conselho Naval, estabeleceu regulamentos.

O mesmo se não deu com a presidência da Academia das Ciências para qual fora eleito, em sucessão ao duque de Lafões, no cumprimento do estatuto determinando que tal cargo devia ser ocupado por um membro da família real. Aí, apenas foi presidente nominal.

D. Pedro Carlos faleceu prematuramente, a 26 de Maio de 1813, no Rio de Janeiro. Deixou um filho nessa cidade nascido, significativamente chamado D. Sebastião, o qual sendo infante de Espanha, foi, também, infante de Portugal por alvará de 9 de Janeiro de 1811.

Este D. Sebastião regressou posteriormente a Espanha, levado por sua mãe, a fim de reivindicar a herança paterna na qual se incluía o priorado de S. João de Jerusalém, de Castela e Leão.

Visitando Portugal muito depois, já no reinado do seu parente El Rei D. Luís, foi o infante

D. Sebastião recebido com consideração e estima justificadas pela sua qualidade de membro da família real portuguesa, que o era por força do alvará acima citado.

Deixou o infante D. Sebastião descendência da qual se podem destacar os duques de Marchena, os duques de Durcal e os duques de Ansola, *grandes* de Espanha, mas já não considerados membros da família real do país vizinho.

Existe pelo menos um retrato em pintura de D. Pedro Carlos; é no painel da Conceição da capela-mor da capela do paço da Bemposta, pintado em 1793. Aí se vê a infantil figura do príncipe hispano-português, o qual com seus oito anos de idade, dá a mão a D.<sup>a</sup> Carlota Joaquina que se encontra ao lado de D.<sup>a</sup> Maria I, a qual, por sua vez, dá direita ao futuro D. João VI; atrás as irmãs da «Piedosa».

No túmulo de D. Pedro Carlos, existente na capela de Nossa Senhora da Conceição da igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência do Rio de Janeiro, pode ver-se o busto do tumulado.

Este túmulo — fria obra neoclássica, decorada apenas, segundo julgo, com símbolos de mortalidade — é risco do eminente arquitecto José de Costa e Silva, execução, em Lisboa, do grande Machado de Castro. Neste sepulcro se lê que D. Pedro Carlos fora «Navalis militis in Lusitania dux supremus»...

Mas é tempo de responder à segunda pergunta formulada acima: qual o interesse histórico do brasão de armas de D. Pedro Carlos?

Para tal interesse se poder avaliar há que, ainda que brevemente, recordar os antecedentes de tais armas, a fim de devidamente apreciar o que terá de original e significativo a inovação de D. Pedro Carlos.

Eram suas armas — como nos mostra «*Mapa dos sinais*» — basicamente as de seu avô paterno, o rei D. Carlos III, o que não surpreenderá dada a pouco frequente utilização de diferenças heráldicas, na família real espanhola, na Idade Moderna.

As armas de Carlos III representam uma das últimas fases da evolução do brasão da monarquia espanhola.

O brasão da monarquia espanhola formara-se no princípio do século XVI, no reinado de D. Joana I, Joana a louca (rainha de Castela-Leão em 1505, conjuntamente com seu marido Filipe de Áustria (Filipe I de Castela) até 1506,

sob regência de seu pai Fernando de Aragão, até 1516, também rainha de Aragão e Sicília em 1516, associando-se-lhe seu filho Carlos I, de 1516 a 1555), primeira soberana única de toda a Espanha, pela combinação de dois grupos de armas.

O primeiro grupo é constituído pelas armas dos Reis Católicos (Isabel de Castela-Leão e Fernando de Aragão e Sicília), ou seja armas do reino de Castela (esquarteladas com as de Leão), e pelas dos reinos de Aragão, da Sicília (dinastia aragonesa) chamado pelos heráldistas «Aragão-Sicília», e de Granada.

O segundo grupo é constituído pelas armas do genro de Fernando e Isabel, Filipe, arquiduque de Áustria e soberano dos Países Baixos (filho de Maximiliano, senhor da Áustria e do Tirol, imperador romano-germânico, e de Maria, herdeira dos duques de Borgonha e dos senhores feudais do que é hoje a Belgica, a Holanda e o Luxemburgo), ou seja pelas armas dos arquidukes de Áustria, dos duques de Borgonha (Valois), o chamado pelos heráldistas «Borgonha-moderno», pelas armas dos duques de Borgonha (Capetos), o chamado «Borgonha-antigo», e pelas dos duques de Brabante, condes de Flandres e condes do Tirol.

A combinação dos dois grupos faz-se, mais frequentemente, por meio dum cortado (divisão horizontal do escudo) indo no I, as armas dos Reis Católicos, e no II as de Filipe de Áustria. Note-se que no I ocupam o primeiro lugar as armas de Castela-Leão, por ser Isabel rainha reinante, e seu marido, quando da subida ao trono dela, apenas rei associado na Sicília. No II ocupa o primeiro lugar Áustria, que era a varonia.

Recorda-se, ainda, que Filipe foi, por cabeça de sua mulher, rei de Castela-Leão, mas não de Aragão, pois o sogro sobreviveu-lhe.

Em 1700, com a extinção do ramo espanhol da Casa de Áustria, sobe ao trono de Madrid, Filipe, duque de Anjou, neto de Luís XIV de França, o qual será Filipe V de Espanha.

As armas descritas — com ligeiras modificações na localização de Granada e Flandres-Tirol — sobrepõem-se, então, as armas pessoais do príncipe francês, as reais de França, tendo por diferença uma bordadura de vermelho, o que, em Espanha, se chamará, discutivelmente, «Borbón», tal como à dinastia fundada por Filipe V, ainda hoje, felizmente, reinante.

Com a subida ao trono do 4.º «Borbón», Carlos III, dá-se, em 1761, nova modificação.

Este soberano antes de suceder ao irmão Fernando VI no trono espanhol, fora rei de Nápoles e Sicília e, ainda antes, duque de Parma (pelo direito de sua mãe Isabel Farnésio, herdeira dos duques daquele estado italiano) e reconhecido, internacionalmente, como herdeiro do grão-ducado de Toscana (dado sua mãe descender, também, dos Medicis, duques de Florença, e, depois, grão-duques daquela região italiana).

Imperativos do «equilíbrio europeu» obrigaram-no não só a renunciar ao ducado, como, também, à expectativa do grão-ducado.

Quis, porém, heraldicamente lembrar tais direitos, quer quando rei de Nápoles, quer como rei de Espanha.

Tal decisão levou-o a alterar muito as armas da monarquia espanhola.

Ficaram sendo: cortado de dois traços, partido (divisão do escudo por traça vertical) de um, o que dá seis quartéis:

- 1.º — partido de Aragão e Aragão-Sicília;
- 2.º — partido de Áustria e Borgonha-moderno;
- 3.º — de Farnésio;
- 4.º — de Medicis;
- 5.º — de Borgonha-antigo;
- 6.º — de Brabante;

embutido em ponta do partido Flandres-Tirol.

Sobreposto a tudo o esquartelado Castela-Leão, levando por sua vez, sobreposto um escudete de «Borbón» e tendo um embutido em ponta de Granada.

Esta modalidade das armas da monarquia espanhola, terá, sem mais modificações, existência oficial até 1868 e uso particular pela Casa Real até 1924.

Repare-se que o esquartelado do Castela-Leão ficou a ocupar lugar ainda mais destacado do que anteriormente passando do 1.º quartel para um sobreposto.

A explicação de tal facto (que nada tem com a introdução de Farnésio e Medicis) deverá ser

o uso de apenas tal esquartelado (com Granada) — em simultaneidade com as armas descritas acima — desde Joana a louca, por soberanos que já o são de toda a Espanha.

Tal uso explicar-se-ia, a princípio, pelo facto de Joana ter primeiro herdado, de sua mãe, os estados da coroa de Castela, e só anos depois os de coroa de Aragão, de seu pai.

Talvez também não seja errado vermos na escolha de tal lugar uma consequência do processo de castelhanização da Espanha, do triunfo do centralismo madrileno, situações contra as quais — como sabido — se reage actualmente.

E D. Pedro Carlos? Pois, segundo o «*Mapa dos sinais*», o nosso infante-almirante *em vez de usar, como descrito, nas armas do avô paterno Carlos III, como sobreposto ao sobreposto, apenas o escudete de «Borbón», usou dois escudetes, justapostos, um de «Borbón» e o outro do «reino de Portugal», ambos sobrepostos ao esquartelado de Castela-Leão.*

Forma correcta e eloquente esta pela qual D. Pedro Carlos manifestou — sem quebra de respeito pela emblemática da sua varonia e antepassados paternos, mais do que a sua ascendência portuguesa, a sua vinculação a Portugal, à família real portuguesa, às instituições portuguesas.

Combinação de que não conheço outro exemplo em armas dos príncipes estrangeiros filhos de senhoras da família real portuguesa, a não ser nos casos especiais seguintes.

A sobreposição das armas do reino de Portugal ao I do cortado das armas do ramo espanhol da Casa de Áustria, feita pelo neto materno de D. Manuel I, Filipe II de Espanha (I de Portugal), transmitia mensagem de soberania consumada.

A sobreposição das armas do reino de Portugal às armas ducais de Parma feita pelo neto materno do infante D. Duarte (filho do rei D. Manuel I), Rainúncio Farnésio (filho da senhora D.<sup>a</sup> Maria, irmã mais velha da senhora D.<sup>a</sup> Catarina, duquesa de Bragança, avó de El Rei D. João IV), transmitia mensagem de defensável pretensão.

Nas armas representadas no «*Mapa dos sinais*», o escudo é oval e assenta numa cartela, o escudo sobreposto de Castela-Leão é de tipo alemão, e os escudetes de «Borbón» e de Portugal

são circulares, tudo muito ao estilo da época. Tal como é própria da época a deficiente estilização das figuras das armas, algumas até em posição errada, fora inexactidões no quartel de «Borgonha-moderno».

A cartela é encimada por uma coroa aberta de 5 florões visíveis, em forma de trevo, e 4 pérolas, coroa cujo significado só poderá ser o de coroa de infante.

Os colares das ordens do Tosão de Ouro, de Carlos III e da Torre e Espada, suspensos da parte superior da cartela e colocados na ordem indicada, de dentro para fora (o que tem significado de precedência), emolduram o escudo acentuando a mensagem hispano-portuguesa da heráldica pessoal de D. Pedro Carlos.

Note-se que o infante-almirante D. Pedro Carlos foi efectivamente cavaleiro da Ordem do Tosão, grã-cruz das da Torre e Espada e de Carlos III, mas também das de Cristo e Aviz, cujas insignias não figuram no «*Mapa dos sinais*».

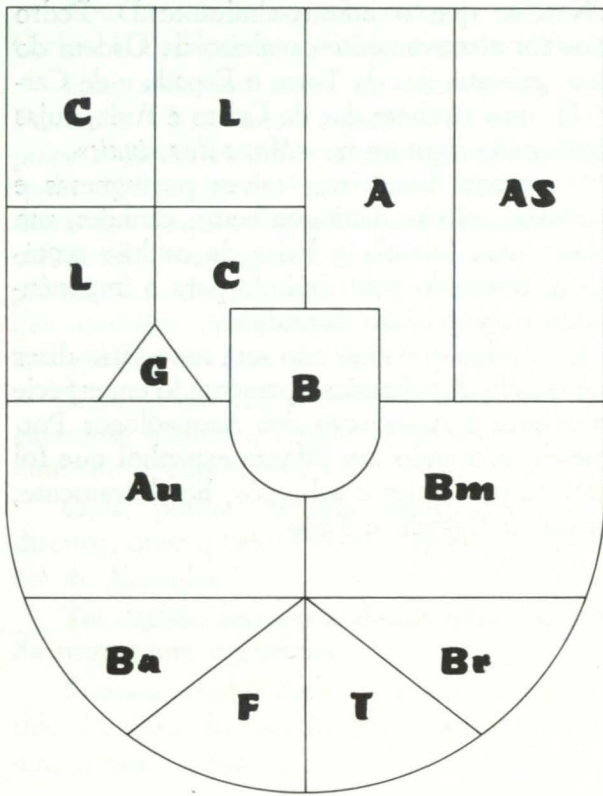
Numerosas bandeiras (talvez portuguesas e espanholas, não se distingue bem), canhões, um tambor, uma bússola e balas de canhão acompanham o escudo contribuindo para a imponência desta composição heráldica.

E ... julgo que mais não será necessário dizer neste estudo dum brasão representado em espécie pertencente à Associação dos Arqueólogos Portugueses, evocando um infante espanhol que foi almirante português e sobrepôs, heráldicamente, Portugal a Castela e Leão.

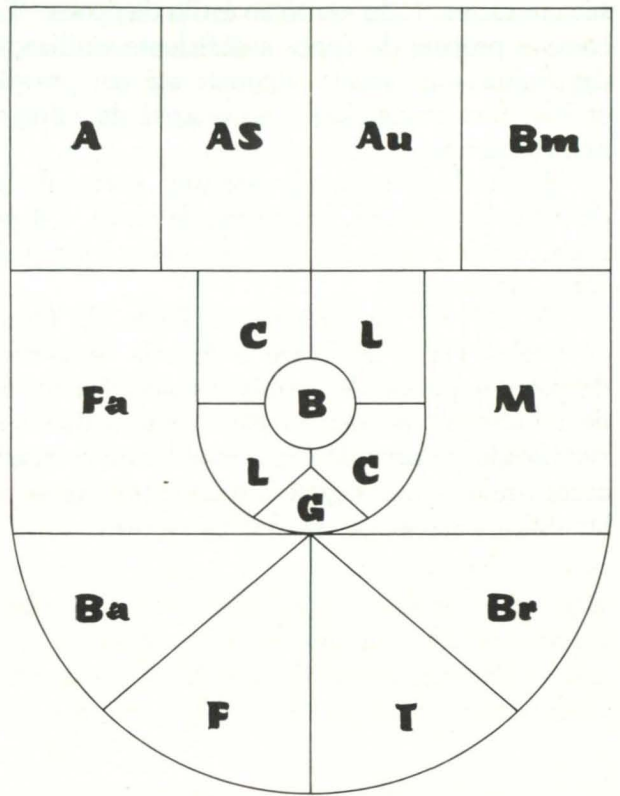
## BIBLIOGRAFIA

As obras mais consultadas foram:

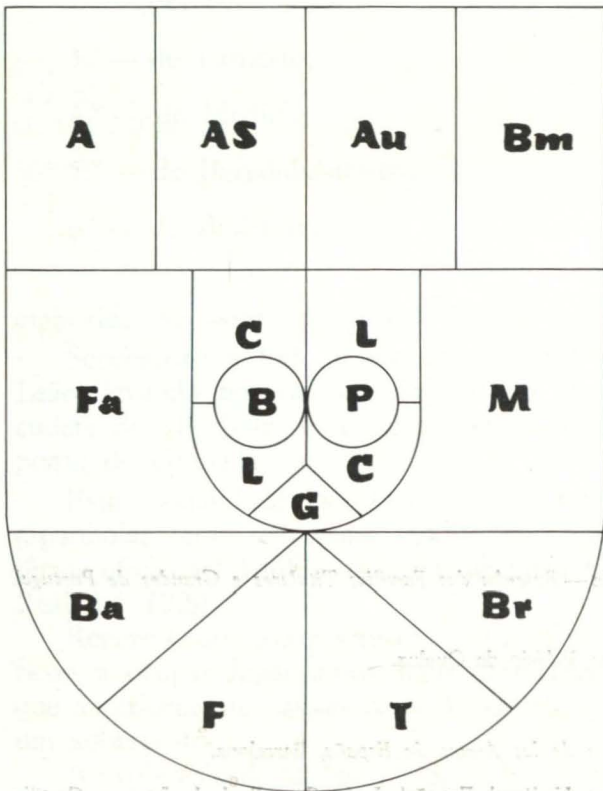
- SILVEIRA PINTO, Albano da e SANCHES DE BAENA, visconde de — *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal. Nobreza de Portugal*, publicação da Editorial Enciclopédia, Lda.  
Catálogo da exposição *D. Pedro d'Alcantara de Bragança, 1798-1834*, no Palácio de Queluz.
- SENTENACH, Narciso (1909) — *El Escudo de España*, Madrid.
- VICENTE CASCANTE, Ignacio (1956) — *Heraldica General y Fuentes de las Armas de España*, Barcelona.
- MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino (1982) — *Heraldica Medieval Española-I, la Casa Real de Leon y Castilla*, Madrid.



1



2



3

- 1 — Armas da monarquia espanhola de 1700 a 1761  
 2 — Armas da monarquia espanhola de 1761 a 1868/1924  
 3 — Armas de D. Pedro Carlos

- C — Castela  
 L — Leão  
 A — Aragão  
 AS — Aragão-Sicília  
 G — Granada  
 Au — Áustria  
 Bm — Borgonha moderno  
 Ba — Borgonha antigo  
 Br — Brabante  
 Fl — Flandres  
 T — Tirol  
 F — Farnésio  
 M — Medicis  
 B — Borbón  
 P — Portugal

# AS ORIGENS DA ARQUEOLOGIA PALEOLÍTICA EM PORTUGAL E A OBRA METODOLOGICAMENTE PRECURSORA DE J. F. NERY DELGADO

JOÃO ZILHÃO (\*)

## ABSTRACT

*The pioneering work of the nineteenth century geoarchaeologist Nery Delgado is reviewed in detail. At the cave site of Casa da Moura he found a skull of an anatomically modern human, a find made in 1865, three years before that of the better known Cro-Magnon burials. In order to correctly attribute the skull to the period later defined as the Upper Paleolithic, he approached the study of the deposits with a site formation perspective, investigating the processes of sedimentary deposition and the taphonomy of bone accumulation in a closed cave environment. At Gruta da Furninha, using the same approach, he extended his research to the issue of human cannibalism in Neolithic times.*

## 1. INTRODUÇÃO

Foi só nos meados do século XIX que o conceito da grande antiguidade do Homem foi plenamente aceite, tornando deste modo possível o aparecimento de uma Arqueologia paleolítica. Em Portugal, tal como no resto da Europa (Grayson 1983), esta aceitação foi em grande medida consequência de desenvolvimentos produzidos pela investigação geológica. No caso português, geólogos proeminentes como Carlos Ribeiro e Joaquim Filipe Nery Delgado foram assim também os primeiros investigadores do registo arqueológico paleolítico, actividade que foram realizando no contexto das actividades dos diversos organismos que antecederam os actuais Serviços Geológicos de Portugal, o primeiro dos quais criado no ano de 1848.

Destas duas importantes personalidades da Arqueologia e da Geologia portuguesas do século passado é talvez Carlos Ribeiro o mais conhecido, provavelmente devido à ressonância internacional do seu achado dos «eólitos» da Ota, de grande relevância, na época, para a polémica sobre a existência do Homem no período terciário (Grayson 1986). O trabalho de Nery Delgado, levado a cabo em jazidas de gruta e mais relacionado

com o Paleolítico Superior, é no entanto de grande relevância metodológica, apesar de não ter produzido achados tão espectaculares como os que ao longo da segunda metade do século passado foram sendo realizados em jazidas da mesma época situadas na região cantábrica ou no Périgord francês. Ao contrário do que sucedeu nessas regiões, as estações escavadas por Nery Delgado não revelaram com efeito longas estratigrafias contendo densas ocupações humanas de épocas sucessivas, com indústrias líticas e ósseas numerosas e acompanhadas de arte móvel; mas a forma como ele as escavou, e a metodologia com que abordou a interpretação dos vestígios encontrados, revestem-se de um carácter pioneiro nos campos de estudo relacionados com os processos de formação dos depósitos sedimentares de gruta e sua análise geoarqueológica e tafonómica. Estes estudos, que estão para a Arqueologia como a crítica dos documentos está para a História, ocupam hoje em dia um lugar central na investigação paleolítica, em consequência sobretudo dos diversos trabalhos despoletados pelas descobertas de homínidos do Plio-plistocénico realizadas em África nos últimos trinta anos. A este respeito, a obra de Nery Delgado, em particular a sua monografia sobre

(\*) Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa.

as grutas da Cesareda (Delgado 1867), bem como a sua comunicação sobre a Gruta da Furninha (Delgado 1884), é, do ponto de vista metodológico, inteiramente «moderna».

## 2. A ESCAVAÇÃO DA CASA DA MOURA E O SEU CONTEXTO TEÓRICO

Em Agosto de 1857, aos 22 anos de idade, e pouco depois de concluir a sua formação de engenheiro militar e de minas na Escola Politécnica, Nery Delgado foi nomeado para os Serviços Geológicos, para trabalhar como adjunto de Carlos Ribeiro (Choffat 1908). O seu primeiro trabalho independente foi a cartografia geológica da região de Peniche, no contexto da qual explorou diversas grutas situadas no planalto das Cesaredas, nomeadamente a da Casa da Moura (Delgado 1867, 1880 e 1884).

Segundo as suas próprias informações publicadas, a escavação desta importante jazida terá tido lugar durante o ano de 1866. No entanto, os seus cadernos de campo manuscritos, conservados na Biblioteca dos Serviços Geológicos, indicam a data de 19 de Janeiro de 1865 para o início dos trabalhos. O caderno de campo de 1865 refere ainda uma visita realizada no dia 23 de Janeiro à estação da Lapa Furada, igualmente situada no planalto das Cesaredas. Estas duas referências encontram-se separadas por diversas páginas contendo uma descrição completa da estratigrafia da Casa da Moura, pelo que estes primeiros trabalhos na gruta deverão ter sido realizados entre aquelas duas datas. A escavação da Casa da Moura é assim uma das primeiras explorações científicas de jazidas de gruta realizadas com fins arqueológicos na Península Ibérica, mais de uma década antes dos trabalhos realizados por Marcelino de Sautuola na região cantábrica.

A monografia em que os resultados destes trabalhos são pela primeira vez publicados é também a primeira publicação científica da carreira de Nery Delgado, a qual, posteriormente, haveria de ficar ligada sobretudo aos problemas do Paleozóico (Choffat 1908). O seu título (*Da existência do homem em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas*), no entanto, não deixa quaisquer dúvidas quanto à natureza do problema que o preocupava, como a toda a

comunidade de geólogos da época, neste estádio inicial da sua carreira. Tal como ele próprio assinalava (Delgado 1867:13), «este facto, por tanto tempo controvertido, da coexistência da nossa espécie com as espécies extintas de mamíferos, isto é, da existência do homem numa época geológica muito anterior a toda a tradição, está hoje inconcussamente adquirido para a ciência; não só o estudo das cavernas, mas também dos depósitos quaternários superficiais, o tem estabelecido de uma forma irrefragável; e as novas investigações que todos os dias se vão repetindo nos diversos países, não fazem senão fundamentá-lo cada vez de uma maneira mais decisiva». Era esta remota antiguidade do homem, já bem estabelecida no resto da Europa ocidental, que Nery Delgado pretendia documentar também em Portugal.

No entanto, nessa época, as provas derivadas da escavação de grutas eram ainda consideradas com pouca confiança, sobretudo devido a uma série de objecções, originalmente formuladas por Buckland, relacionadas com o modo de formação dos preenchimentos sedimentares de gruta. O papel decisivo na atribuição de uma grande antiguidade à espécie humana foi assim desempenhado pelos depósitos fluviais do vale do Somme (França). Estes, por sua vez, foram usados para validar algumas das associações entre artefactos e faunas extintas encontradas em diversas grutas da Alemanha, da Inglaterra, da França e da Bélgica a partir das descobertas feitas por Esper em Gailenreuth, nos finais do século XVIII. No entanto, como Prestwich assinalava ainda em 1866, um ano depois dos primeiros trabalhos de Delgado, as provas obtidas em grutas não podiam por si sós ser consideradas como suficientes (Grayson 1983:185).

Os argumentos contra a validade dos achados de gruta podem ser brevemente resumidos a dois: os depósitos de épocas diferentes podem facilmente misturar-se em consequência das inundações que frequentemente ocorrem nas grutas; o uso das grutas pelo homem como lugar de sepultura pode ter provocado a ocorrência de associações, aparentes, entre ossos humanos e restos de faunas extintas. A estes argumentos principais originalmente desenvolvidos por Buckland, podia acrescentar-se um terceiro, relacionado com o modo como eram realizadas as escavações. Como assinalava Maury em 1852 (Gray-

son 1983:170), os depósitos podiam encontrar-se intactos, as misturas resultando de uma investigação negligente.

Uma vez que o seu trabalho se baseava inteiramente na exploração de grutas, a aceitação das suas conclusões pela comunidade científica da época impunha a Nery Delgado que lidasse com estas objecções, o que permite seguramente explicar a característica mais notável da sua monografia: a de se tratar de um estudo geoarqueológico integrado, em que o problema

### 3. O CRÂNIO DA CASA DA MOURA: UM DOS PRIMEIROS ACHADOS DE FÓSSEIS HUMANOS PALEOLÍTICOS ANATOMICAMENTE MODERNOS

A Casa da Moura é uma cavidade de grandes dimensões compreendendo duas salas alinhadas segundo a direcção Este-Oeste. A entrada faz-se por pequena chaminé, com cerca de 4 m de altura, situada na extremidade ocidental da primeira sala (fig. 1). Na sua monografia de 1867

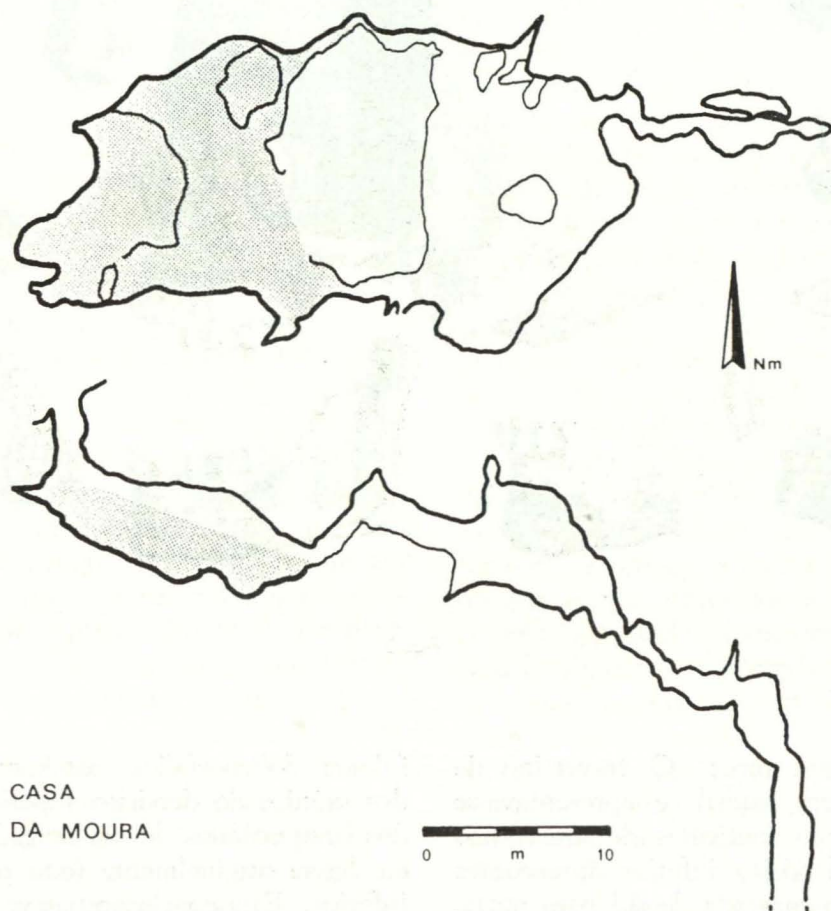


Fig. 1

das condições de jazida dos vestígios arqueológicos (o *site formation process* da terminologia anglo-saxónica) ocupa um lugar central. Por outro lado, o pormenor com que ele registou as suas observações estratigráficas, cuja correcção e precisão foram recentemente demonstradas pela escavação de um pequeno testemunho residual (Straus *et al.* 1988), está provavelmente relacionado com a preocupação de evitar quaisquer objecções baseadas na falta de cuidado dos trabalhos.

Nery Delgado descreve a estratigrafia observada numa vala de direcção norte-sul aberta na base da chaminé, diferenciando-a em três unidades. O «depósito superior», solto, remexido, de cor negra, posteriormente reconhecido como de época neolítica e calcolítica, era muito rico em restos humanos e continha cerâmica, machados polidos, placas de xisto, objectos de adorno e pequenas quantidades de restos faunísticos, incluindo espécies domesticadas. O «depósito inferior», era composto de blocos de calcário e seixos de

quartzito embalados em areias vermelhas, apresentava-se localmente concrecionado e continha lentículas de carvão e pequenas quantidades de artefactos de sílex. Era muito rico em fauna, especialmente em restos de aves e de coelho (*Oryctolagus cuniculus*), que, nalgumas zonas, constituíam a maior parte do depósito, mas os

crânio apresentava uma matriz de areias vermelhas concrecionadas em tudo idênticas às que compunham o depósito inferior *in situ*. A presença dessa matriz, juntamente com o facto de o crânio se apresentar completo (ao contrário do que sucedia no depósito superior, onde os crânios se apresentavam partidos), e apresentar uma mor-

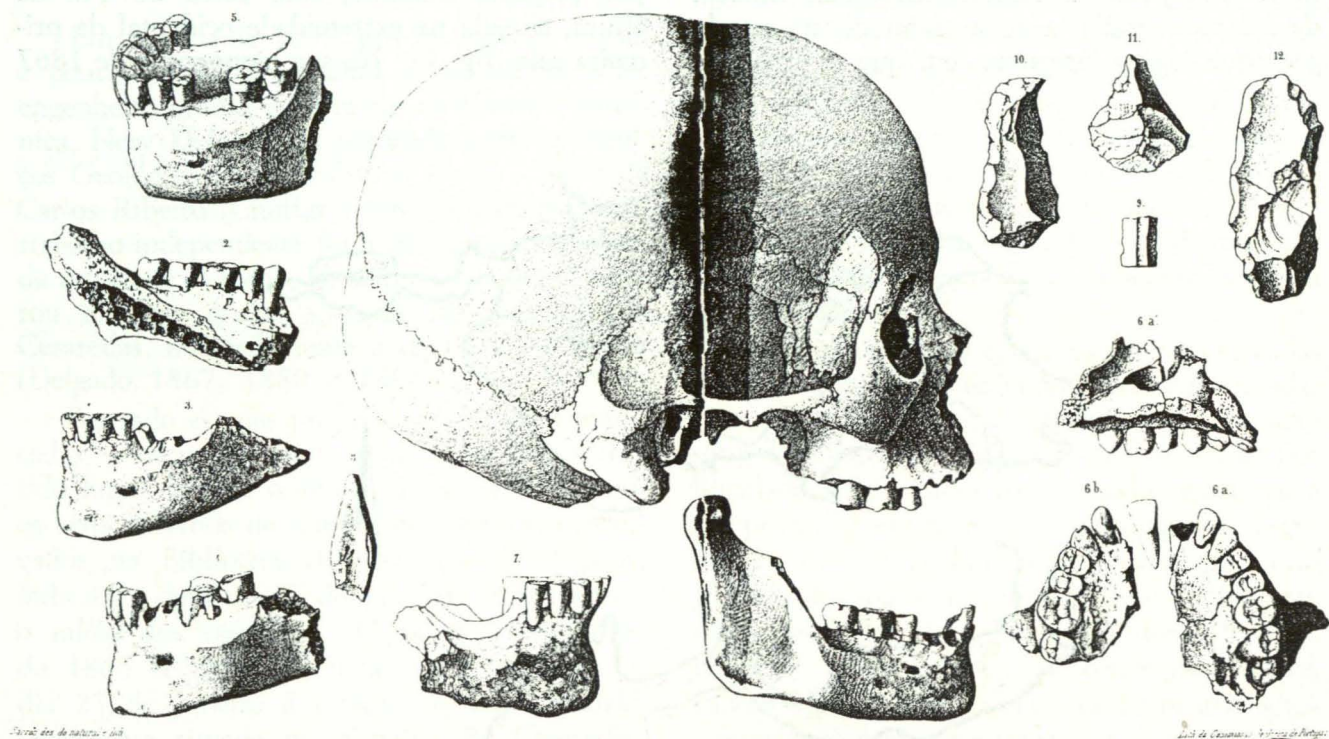


Fig. 2

restos humanos eram raros. O travertino de base, finalmente, era estéril, e apresentava-se interestratificado com lentículas de areias não consolidadas. O depósito inferior apresentava uma inclinação bem marcada de sul para norte, e no lado norte da vala era muito pouco espesso. Os enterramentos do depósito superior estavam localizados sobre tudo nesta zona, pelo que o contacto entre as duas unidades se apresentava algo perturbado. Como consequência, na base do depósito superior encontrava-se material claramente derivado das areias vermelhas subjacentes.

Era nomeadamente o caso de um crânio e mandíbula humanos (fig. 2), de que Nery Delgado (1867:73-74) fornecia uma descrição pormenorizada e medidas antropométricas. Este

fologia dolicocefálica, totalmente diferente da dos crânios do depósito superior, que eram todos braquicéfalos, levou Delgado a concluir que ele havia originalmente feito parte do depósito inferior. Esta conclusão parece inteiramente justificada. O crânio da Casa da Moura, que já aparece referido e descrito no caderno de campo manuscrito de 1865, deve portanto ser considerado, juntamente com outros fósseis mais conhecidos, como a *Red Lady* de Paviland (Inglaterra) ou o crânio adulto de Engis (Bélgica), como um dos primeiros achados de restos humanos do Paleolítico Superior, realizados antes da descoberta, em 1868, das sepulturas de Cro-Magnon. No entanto, ao contrário do que aconteceu nos outros casos, em que o estabelecimento da respectiva cronologia só foi feito recentemente,

a idade do crânio da Casa da Moura foi correctamente diagnosticada logo aquando da sua descoberta e publicação, como se demonstrará de seguida.

Os artefactos paleolíticos da gruta foram estudados pela primeira vez por Breuil (1918), que a partir dos materiais recolhidos nas «camadas com ossos de coelhos» da Casa da Moura triou uma série de utensílios de sílex de tipologia característica do Paleolítico Superior, por si atribuídos ao Magdalenense. Mais tarde, uma pequena colecção de pontas solutrenses foi acrescentada a esta série (França et al. 1961). Isto significa que a gruta continha duas ocupações do Paleolítico Superior recente, embora não se possa excluir que o conjunto destes materiais (e portanto o depósito inferior) seja de época solutrense (Zilhão 1987). O facto de Nery Delgado não se referir às pontas solutrenses na sua descrição dos artefactos do depósito inferior pode ter duas explicações alternativas: ou elas foram recuperadas em 1865, mas, tal como o crânio paleolítico, na zona onde o contacto entre as duas unidades estratigráficas se encontrava perturbado, e portanto misturadas com os vestígios de época neolítica, tendo sido consideradas como pós-paleolíticas; ou foram recuperadas apenas em escavações subsequentes. Na realidade, a monografia de 1867 refere-se apenas a uma vala de sondagem, e o artigo de 1880 confirma que anteriormente a gruta apenas tinha sido explorada de forma incompleta. No mesmo sentido apontam as informações fornecidas por Cartailhac (1886:81), que afirma claramente que a gruta só foi completamente escavada em ocasião posterior à da realização dos primeiros trabalhos: «*M. Delgado acheva seulement dans ces dernières années de vider ces gisements [Casa da Moura e Furninha], et les découvertes qu'il y fit excitent l'admiration de tous les visiteurs de la galerie préhistorique fondée par M. Ribeiro*».

No entanto, mesmo que as pontas solutrenses tivessem sido encontradas durante a escavação da primeira sondagem, teria sido impossível a Nery Delgado, na altura, reconhecer o seu significado cronológico preciso. O sítio epónimo de Solutré foi pela primeira vez escavado em 1866, um ano depois da Casa da Moura, e as investigações em França mal tinham ainda começado a abordar o problema da periodização do Paleolítico. Com efeito, tanto a cronologia

de Lartet, baseada na fauna, como a de Mortillet, baseada nos tipos líticos, só foram publicadas no quadro da primeira reunião do *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie préhistoriques*, a qual teve lugar em Paris, em 1867 (Smith 1966), precisamente o ano em que Delgado publicou os seus resultados. Foi nessa altura que Mortillet definiu pela primeira vez um «período de Laugerie-Haute», mais tarde rebaptizado de Solutrense.

No contexto teórico do tempo a única questão que fazia sentido era assim a de saber se o depósito inferior (e o crânio dele derivado), que sabemos datarem do Paleolítico superior, podiam ser considerados de idade quaternária. Os critérios usados na altura para o estabelecimento de uma tal antiguidade eram de natureza dupla: paleontológicos, ou seja a associação segura de restos humanos ou artefactos com faunas extintas; geológicos, ou seja a associação segura com depósitos indicando uma terra ainda não «moderna na forma», isto é, a associação com os extensos depósitos de areias e cascalho para os quais Buckland cunhou o termo *diluvium*. Mais tarde, após o abandono da equação entre esses depósitos e o dilúvio bíblico, foi igualmente proposto para eles o termo *drift*. Os depósitos de *drift* eram reconhecidos na época como uma unidade estratigráfica bem diferenciada, independentemente do debate sobre a sua origem diluvial ou glacial que atravessou a geologia de meados do século passado. Esta unidade era por outro lado geralmente considerada como associada com as faunas extintas, pelo que anterior a uma terra ainda não «moderna na forma» implicava, na época, anterioridade tanto em relação às últimas modificações da topografia da superfície terrestre como em relação às últimas extinções faunísticas (Grayson 1983:52, 70 e 203).

Para fundamentar a cronologia quaternária do depósito inferior da Casa da Moura, onde não haviam sido encontrados quaisquer restos de espécies claramente extintas, Nery Delgado foi assim obrigado a recorrer sobretudo a argumentos de natureza geológica. Observando que a matriz do depósito era muito semelhante à das areias diluviais que cobriam o planalto onde se abria a cavidade, preenchendo as suas fissuras cársicas, deduziu que os sedimentos da base da sequência estratigráfica da Casa da Moura eram derivados destes depósitos superficiais, e portanto mais recentes do que eles. Eles eram no

entanto, por outro lado, mais antigos que as últimas transformações geomorfológicas que haviam afectado a área, uma vez que não continham cerâmica. O facto de a ausência de cerâmica poder ser usada como indicando uma terra ainda não «moderna na forma» era demonstrado pelo achado de cacos em tufos lacustres cortados pelo vale da ribeira do Reguengo Grande. Isto mostrava que a cerâmica era muito antiga, «anterior às últimas transformações por que passou o nosso solo», «antes que os vales da localidade adquirissem a sua actual configuração» (Delgado 1867:39-44), sendo portanto o depósito inferior ainda mais antigo.

Este raciocínio geológico era completado mediante o recurso a argumentos retirados da análise comparativa dos materiais arqueológicos exumados do depósito inferior (Delgado 1867:39). A ausência de cerâmica e o carácter primitivo dos artefactos de sílex nele contidos indicavam assim que a sua formação devia datar de uma época anterior à da acumulação dos *kjokkenmoddings* dinamarqueses que, na época, eram considerados como datando do final do Quaternário. No mesmo sentido apontavam os hábitos alimentares dos grupos humanos que haviam habitado a Casa da Moura durante o processo de formação do referido depósito. A abundância de restos de coelho e a fragmentação sistemática dos ossos que aí se verificavam produziam com efeito um contraste marcante com o que se sabia sobre os concheiros, tanto no que respeita à Dinamarca como ao Cabeço da Arruda, onde, segundo Delgado, os ossos apareciam ou inteiros ou fracturados por acidente, e o coelho não era consumido. A caracterização de alguns dos sílices talhados como semelhantes a material idêntico recolhido por Carlos Ribeiro nos depósitos diluviais do vale do Tejo vinha também reforçar a argumentação, que era ainda apoiada pela comparação de um fragmento romboidal de osso (1867: fig. 8 da Estampa I), suposto intencionalmente afeiçoado, com as pontas de zagaia romboidais descobertas em Aurignac por Lartet (1861). Embora, em retrospectiva, este último paralelo seja certamente infundado, o que é certo é que Delgado estava basicamente correcto: o depósito inferior da Casa da Moura era efectivamente da mesma época que o de Aurignac (Paleolítico superior), e mais antigo que os concheiros epipaleolíticos da Dinamarca e de Muge. Apesar disso, há que assinalar que Nery Delgado foi

sempre extremamente cuidadoso e que, embora obviamente convicto da idade quaternária do crânio humano derivado do depósito inferior, não deixou de acentuar que a cronologia deste último não podia ser considerada como plenamente demonstrada para além de qualquer dúvida.

#### 4. A TAFONOMIA DOS DEPÓSITOS DE GRUTA

O recurso a argumentos de natureza geológica e arqueológica para estabelecer a cronologia do depósito inferior estava no entanto claramente dependente do pressuposto de que as areias vermelhas *in situ* constituíam um depósito intacto, não perturbado em época posterior à da sua deposição. A não ser que essa integridade fosse demonstrada, a contemporaneidade entre o crânio, os artefactos e os sedimentos do depósito inferior que os continha podia ser posta em causa com base nas objecções formuladas por Buckland. Delgado tinha por isso de abordar a questão da forma como se tinha processado o depósito das areias vermelhas, e a discussão desse problema, no contexto de uma exposição sobre o estado dos conhecimentos no que respeitava ao modo de formação das próprias grutas, constitui efectivamente uma parte significativa da monografia de 1867, e contém uma das mais interessantes contribuições de Nery Delgado para a ciência do Quaternário.

Começando por discutir os pontos de vista das diversas autoridades da época, Delgado afirmava o seu apoio à posição de Schmerling segundo a qual as grutas resultavam da erosão físico-química das rochas calcárias pelas águas correntes, que assim alargavam fracturas pré-existentes causadas pelos movimentos da crosta terrestre. De seguida, resumia as teorias então existentes quanto à forma como essas cavidades naturais podiam subsequentemente ser preenchidas pela acumulação de sedimentos transportados pelas águas, quer superficiais quer subterrâneas:

«Da comparação de todos os factos que temos apresentado, facilmente se concebe que o fenómeno do enchimento das cavernas, quando se efectuou por causas naturais, é inteiramente continental e devido: quer à acção das águas fluviais, que no penúltimo

período da história física do globo atingiam níveis muito mais elevados do que aqueles a que hoje podem subir; quer, em certos casos especiais, à acção de correntes que se ramificam dentro das cavernas; quer, enfim, à acção gradual da neve e das águas do degelo das geleiras carregadas de argila ...»

A componente óssea desses depósitos, quando presente, podia, no entanto, ser também introduzida por outros agentes que não a água:

«Algumas cavernas podem ter sido cheias por mais de uma destas causas que temos apontado, obrando em tempos diversos: que uma gruta, por exemplo, que primeiramente recebeu depósitos de transporte nos quais iam misturados ossos de mamíferos, viesse depois a servir de covil a animais carnívoros, ou a ser habitada pelo homem numa época posterior, e vice-versa» (Delgado, 1867: 14-15).

Nery Delgado considerou no entanto que nenhum destes processos, seja agindo separadamente seja em conjugação, podia explicar as características do depósito inferior da Casa da Moura. Com efeito, se ele tivesse sido acumulado por enxurradas, então os artefactos, os ossos e os carvões que continha também deviam existir nos depósitos diluviais existentes à superfície nas imediações da cavidade, de onde presumivelmente era derivado o depósito inferior, o que não se verificava. Além disso, este último também devia então existir na segunda sala, situada a uma cota mais baixa, o que tão-pouco sucedia. Por outro lado, seria ainda necessário explicar como é que tal acumulação natural podia ter produzido a representação diferencial das diferentes partes do esqueleto dos animais cujos restos haviam sido recolhidos no depósito inferior. Uma outra hipótese de explicação possível, a de um uso como necrópole que pudesse ter provocado uma associação, que seria apenas aparente, entre artefactos e restos humanos, por um lado, e restos faunísticos depositados anteriormente, por outro, podia ser também rejeitada em virtude da raridade dos ossos humanos encontrados no depósito inferior. Finalmente, a hipótese de covil de carnívoros era difícil de aceitar em virtude de o acesso à gruta se fazer pela vertical. Este ponto era muito importante, porque

embora a gruta fosse considerada como de acesso difícil para o homem, Delgado pensava que a vertical de entrada teria constituído uma barreira inultrapassável para os animais (Delgado, 1867-10-15).

Baseando-se nestas objecções, Delgado concluía portanto que não havia nenhuma causa natural conhecida na época que pudesse explicar a acumulação simultânea no interior da gruta das areias, dos blocos, dos ossos e dos artefactos que constituíam o depósito inferior, pelo que desenvolveu uma proposta de explicação alternativa. Segundo esta, a formação do depósito teria sido um processo lento e gradual, não o resultado de um ou de vários episódios catastróficos de inundação. De outro modo não seria possível explicar nem a presença de ossos em toda a espessura do depósito nem a existência de descontinuidades verticais e horizontais no concrecionamento das areias. A associação de ossos, artefactos e carvões sugeria por outro lado que a gruta teria efectivamente sido usada como lugar de habitação pelo homem, tendo aqueles vestígios desses habitats sido gradualmente incorporados no depósito à medida que ele se ia acumulando. Dado que a matriz arenosa deste depósito era concebida como proveniente dos depósitos diluviais exteriores, e que nenhum processo natural era referido pelas autoridades da época como causa possível de um tal enchimento gradual da cavidade por sedimentos de origem externa, Nery Delgado atribuiu este processo também à acção humana: as areias teriam sido acumuladas intencionalmente pelo homem como forma de elevar o chão da gruta e, deste modo, facilitar o respectivo acesso através da entrada vertical. Embora esta explicação esteja seguramente errada no que respeita ao agente específico invocado (o homem), está por outro lado muito mais próxima das ideias modernas sobre a natureza do processo descrito (lento e gradual) do que as teorias correntes no seu tempo.

Uma outra característica notável da monografia de Delgado é a atenção dada à discussão da tafonomia dos restos faunísticos. Como acima se referiu, observações desta natureza haviam sido já parte integrante da argumentação sobre o modo de formação do depósito inferior. Elas desempenhariam porém um papel igualmente importante na avaliação feita por Delgado do agente acumulador do respectivo conteúdo ósseo. No que respeita aos coelhos, Delgado assinalou

por exemplo que a maioria dos restos eram constituídos por mandíbulas e ossos longos fracturados, havendo muito menos vértebras e pelves do que corresponderia ao número de indivíduos representado pelas mandíbulas (1000 — Delgado 1885:239), e as costelas eram praticamente inexistentes. Quanto aos grandes mamíferos, Delgado observou que os ossos esponjosos estavam muito mal representados, e que os mais fracturados eram precisamente os mais ricos em tutano. Por outro lado, ao contrário do que sucedia com os dos herbívoros, os ossos dos carnívoros encontravam-se de um modo geral intactos, mas não mostravam quaisquer sinais que indicassem terem sido transportados e acumulados por águas correntes. Neste grupo predominavam as mandíbulas e a maioria dos restos correspondia a indivíduos jovens.

Estas observações eram interpretadas como confirmando a conclusão de que o agente responsável pela acumulação dos ossos animais era o homem. Na época, com efeito, não se conheciam causas naturais que pudessem explicar a aparente triagem das diferentes partes do esqueleto e a preservação diferencial dos ossos de herbívoros e de carnívoros. A hipótese da toca de carnívoros tinha por outro lado sido rejeitada com base nos problemas de acesso. As características do espólio faunístico fornecido pelo depósito inferior, nomeadamente a fragmentação dos ossos de herbívoros e lagomorfos só podiam ser explicadas como resultado dos hábitos alimentares dos habitantes da gruta. O facto de a maior parte dos restos de carnívoros pertencer a indivíduos jovens era por seu lado explicável pela tecnologia primitiva da época, que não permitia aos caçadores matar o animal adulto, «mais forte e artilheiro». Este argumento implica também que a caça aos carnívoros não se fazia para fins alimentares (senão, devido aos hábitos acima referidos, os seus ossos também apareceriam fracturados), embora Nery Delgado não explicitasse qualquer explicação alternativa para a sua presença. O facto de a densidade de artefactos no depósito inferior ser muito baixa levou-o por outro lado a sugerir que a gruta teria sido habitada de forma episódica, e que devia portanto ser caracterizada, do ponto de vista funcional, como um abrigo temporário utilizado no contexto de expedições de caça.

Vistas com o distanciamento crítico possível hoje em dia, é evidente que estas conclusões não

podem ser integralmente aceites. Como já foi assinalado por Altuna (Straus *et al.* 1988), a variedade de carnívoros, pequenos, médios e grandes, especialmente de lobos (*Canis lupus*), representados nos depósitos (Harlé 1910-11), sugere que a gruta terá efectivamente funcionado como toca de carnívoros, o que explicaria bem a fragmentação dos ossos de herbívoros, lagomorfos e aves, em contraste com o facto de os de carnívoros aparecerem geralmente intactos (como seria de esperar se resultassem de mortes naturais nas tocas). O que é importante, no entanto, é assinalar que, para fundamentar a sua interpretação comportamental do sítio, Delgado adoptou a atitude científica correcta. Isto é, tentou deduzir, a partir das características dos conjuntos ósseos exumados, critérios objectivos que permitissem levar à identificação do agente ou dos agentes responsáveis pela sua deposição e modificação:

«Para muitas [grutas], que têm um acesso fácil e nas quais os ossos de certas espécies de animais, que poderiam servir de pasto aos carnívoros, tais como hienas, por exemplo, se apresentam roídos e misturados com os excrementos destes animais, é evidente que eles as habitaram temporaria ou permanentemente, e que aí arrastavam a sua presa inteira ou aos pedaços, para a tragarem comodamente, reendo-lhes os ossos depois de devorarem as carnes. Quando os restos de esqueletos de carnívoros são muito abundantes e os ossos conservam ainda as suas relações naturais de posição, pode porventura presumir-se que estes animais vivessem nas cavernas por gerações sucessivas, ou que aí se tivessem refugiado quando uma causa natural ou um acidente qualquer os surpreendeu. Noutras cavernas a confusa associação de objectos que encerram, entre os quais predominam restos pertencentes à nossa espécie e produtos de uma indústria grosseira remontando aos primeiros tempos da arte humana, não pode compreender-se senão atribuindo-a à acção exclusiva do homem, supondo que essas grutas foram utilizadas como lugares de habitação ou sepultura, e representando os restos de animais que ali se acham os resíduos das refeições ou das consagrações funerárias que nelas se fizeram.» (Delgado 1867:14-15).

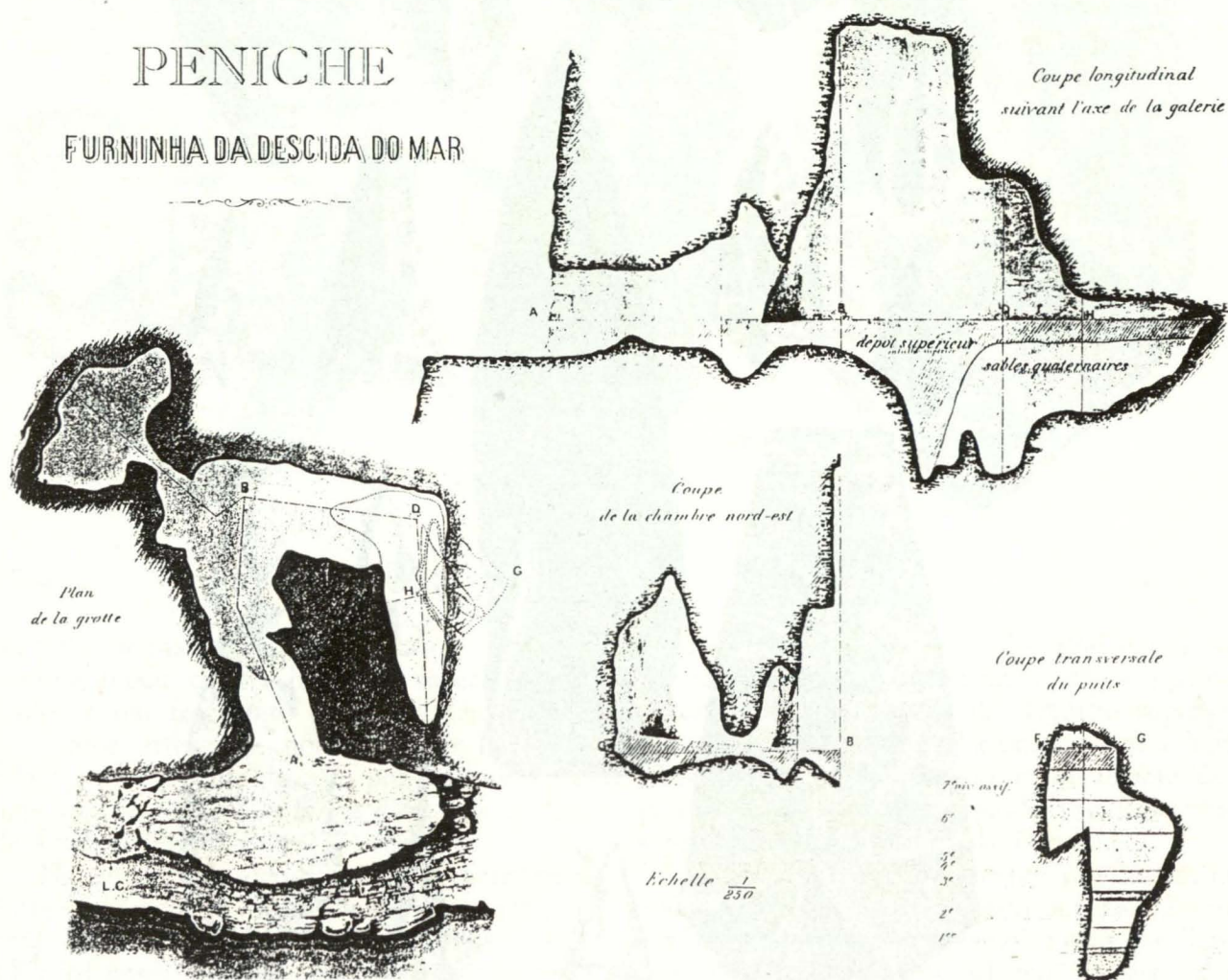
O que faltava na época era um conjunto de estudos actualísticos de referência que pudessem fornecer padrões seguros com os quais confrontar as propriedades do registo arqueológico e assim validar ou invalidar as conclusões propostas a partir do seu estudo. Os erros de diagnóstico em que Nery Delgado terá incorrido deveram-se assim sobretudo a esta deficiência, embora também seguramente, pelo menos em parte, a uma certa predisposição para favorecer a acção do homem como explicação para as características do espólio exumado no depósito inferior da Casa da Moura, predisposição que não deixava de ser muito compreensível se tivermos em conta o objectivo da sua investigação, que era precisamente o de provar a antiguidade da presença humana no território português.

O espólio ósseo humano do depósito superior foi também analisado por Delgado da mesma

forma metodologicamente precursora. A sua grande fragmentação, a triagem das diferentes partes do esqueleto e o facto de alguns ossos apresentarem o que ele supunha serem marcas de corte com utensílios levaram-no a concluir que a acção pós-deposicional dos carnívoros sobre os enterramentos não era suficiente para explicar um tal conjunto de características, e que, sendo a sua causa ligada à acção humana, podia pôr-se a hipótese de as populações da época terem praticado o canibalismo. Este era um comportamento que nos meados do século XIX era frequentemente atribuído aos povos «celtas» que habitavam a Europa nos tempos pré-romanos, como o próprio Delgado não deixou de frisar, citando em defesa do seu ponto de vista a opinião de autores como Boucher de Perthes, Layling, ou Huxley e Spring, cujas escavações em Chauvaux tinham levado a conclusões semelhantes.

## PENICHE

### FURNINHA DA DESCIDA DO MAR



Photographie de M. D. Santos

Fig. 3

Photographie de J. Lapôud - Larchonne

5. FURNINHA:

A PRESERVAÇÃO DIFERENCIAL  
E A QUESTÃO DO CANIBALISMO

Foi precisamente em torno desta questão do canibalismo que Delgado organizou, a pedido

de Carlos Ribeiro, a escavação da Gruta da Furninha (Peniche). Os resultados dessa escavação foram apresentados em 1880, na sessão de Lisboa do *Congrès International d'Archéologie et d'Anthropologie Préhistoriques* (Delgado 1884). A estratigrafia da gruta dividia-se em duas unidades principais (fig. 3). O depósito superior

J. DELGADO.

Pl. IV.

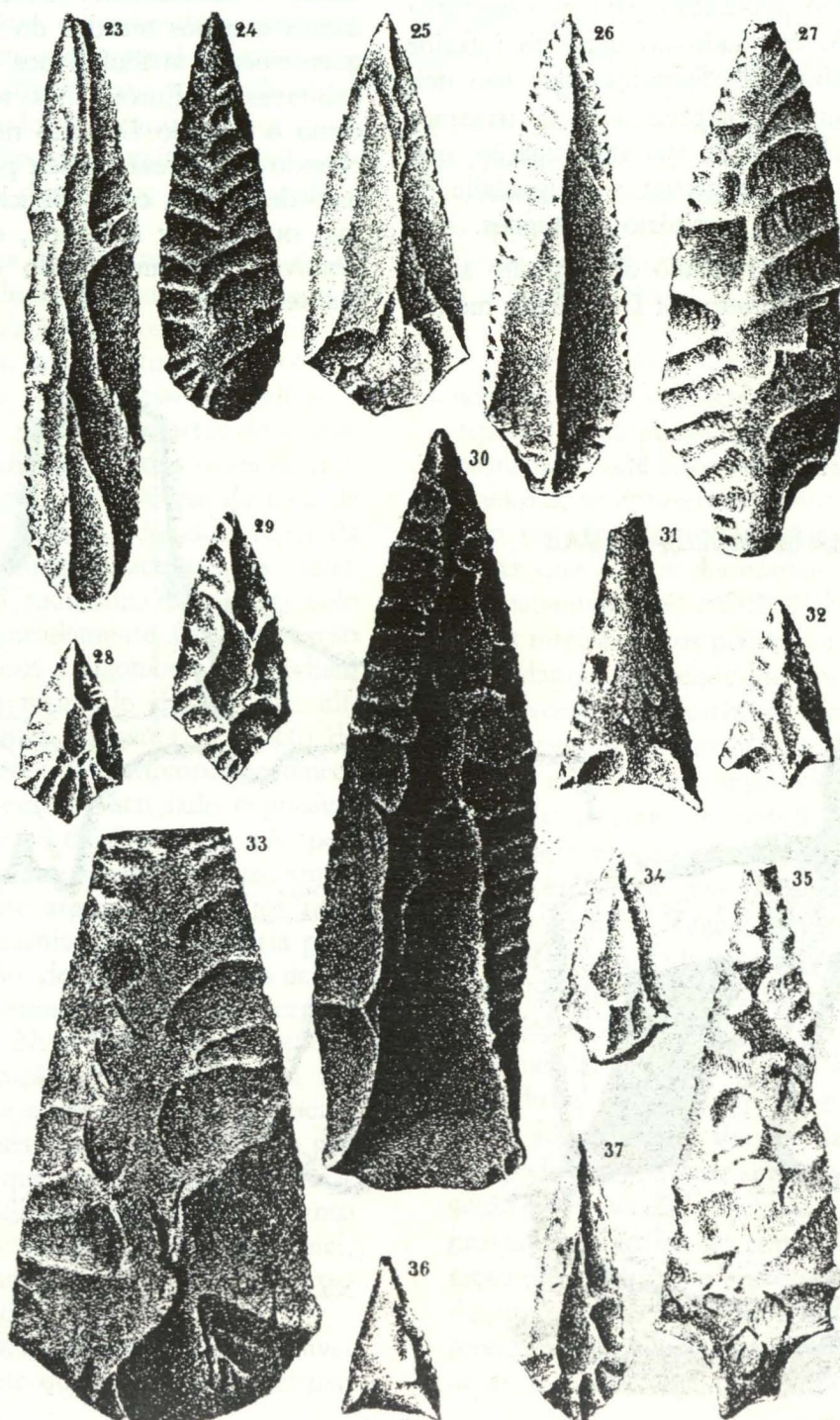


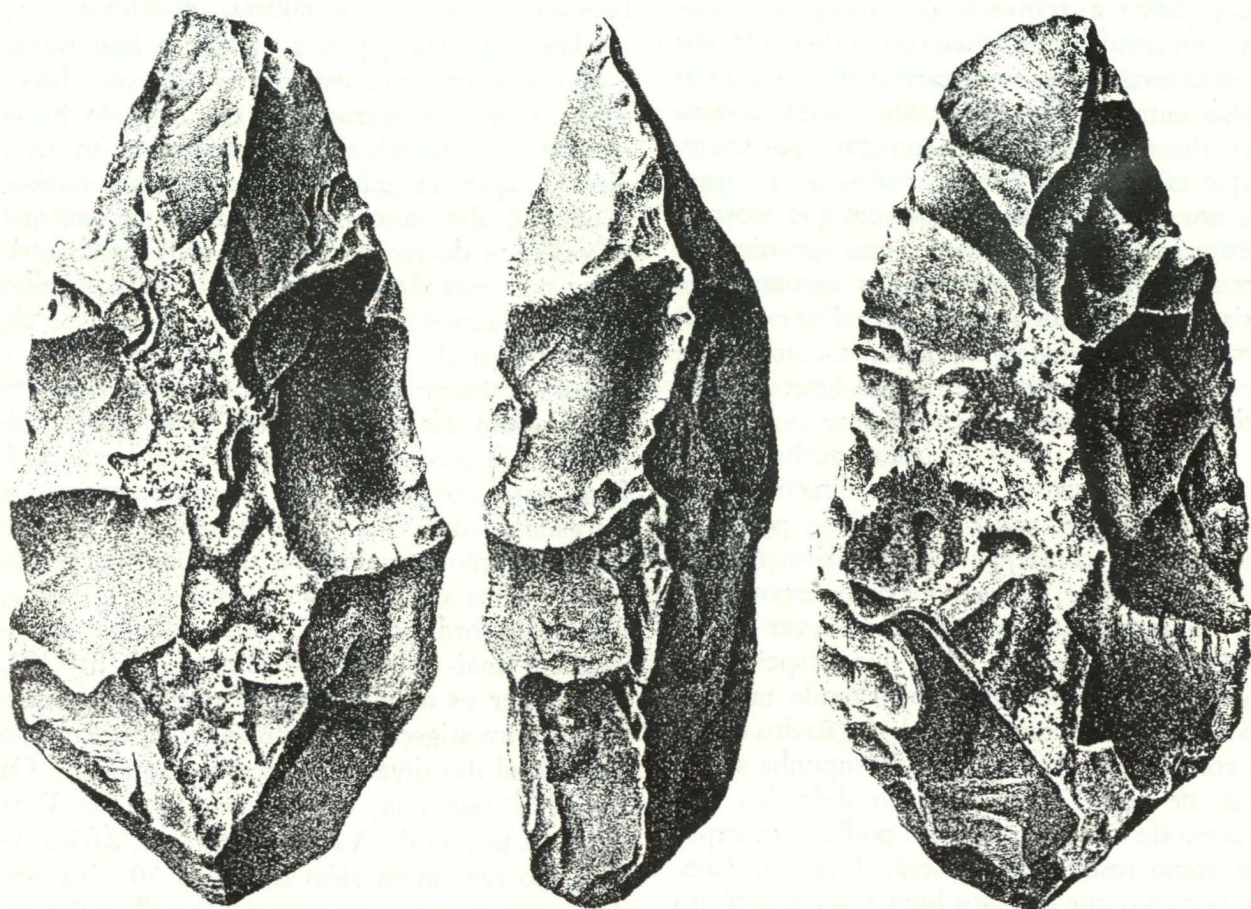
Fig. 4

continha grandes quantidades de ossos humanos associados a cerâmica e outros artefactos correctamente considerados por Delgado como de época neolítica, bem como alguns artefactos posteriormente reconhecidos como datando do Paleolítico superior, em especial algumas pontas solutrenses (fig. 4). O depósito inferior era constituído por areias quaternárias contendo diversos níveis ossíferos bem diferenciados. A fauna destes níveis

J. Delgado

realizada na Casa da Moura. De facto, a grande questão do momento era a da existência de seres humanos na Era Terciária, para a discussão da qual o Congresso tinha reunido em Lisboa, de forma a que pudessem ser localmente inspeccionados os achados de eólitos feitos por Carlos Ribeiro na Ota (1873), os quais haviam tido um grande impacto na Europa do tempo. É esta circunstância que explica, com toda a probabili-

Pl I



L. Couceiro lit.

Fig. 5

Lith. Pavia R do Moimho de Vento. 60

continha animais claramente extintos no continente europeu, como a hiena das cavernas, associados a um fragmento de mandíbula humana e a raros artefactos, nomeadamente um belo biface correctamente descrito por Delgado como uma «*hache de silex en forme d'amande du type de Saint-Acheul*» (1884:237) (fig. 5).

No entanto, a identificação da coexistência entre o homem e espécies extintas não era já uma descoberta excitante, como o teria sido 15 anos antes, aquando da primeira sondagem

dade, a razão por que Nery Delgado optou por dar mais ênfase na sua comunicação aos resultados obtidos no estudo do depósito superior, e o facto de os achados relacionados com o depósito inferior terem passado relativamente despercebidos nos debates travados no Congresso a propósito da escavação da Furninha.

O aspecto mais interessante do tratamento dado por Delgado ao depósito superior é uma vez mais a abordagem tafonómica com que lidou com o problema do canibalismo. A sua expe-

riência anterior na Casa da Moura tinha-lhe mostrado que, para poder afastar os problemas de amostragem como explicação possível para as diferenças na representação das diversas partes do esqueleto humano, a sua escavação tinha que ser exaustiva e cuidadosa. Foi assim que resolveu proceder à escavação do depósito por inteiro, tomando a precaução de crivar a totalidade dos sedimentos e de registar a proveniência espacial dos ossos. Isso permitiu-lhe apresentar observações quantificadas, e fundamentar os seus argumentos sobre a representação diferencial mediante um quadro estatístico contendo contagens para cada parte do esqueleto referidas a cada um dos diferentes *loci* discriminados durante a escavação (fig. 6). Este quadro mostrava por exemplo que não só os diferentes ossos não se apresentavam segundo as proporções em que ocorrem no esqueleto humano, como essa preservação diferencial afectava igualmente as extremidades distais e proximais do mesmo osso. Por exemplo, as extremidades distais de úmeros eram quase 4.5 vezes mais numerosas que as extremidades proximais, passando-se exactamente o inverso com os cúbitos. Nery Delgado aceitava que no caso dos elementos de menor dimensão este fenómeno pudesse, apesar do cuidado posto na escavação, ser consequência de distorções da amostragem, e que, no caso dos ossos esponjosos, a sua sub-representação se pudesse dever ao seu carácter mais perecível. No que respeita aos outros elementos do conjunto, e tendo também em conta a fragmentação e a calcinação dos ossos, bem como a presença do que ele supunha serem marcas de corte, Nery Delgado defendeu que se tratava de factos que apenas podiam ser explicados como resultando da acção humana. Concluiu portanto que os ossos humanos do depósito superior representavam vestígios de refeições canibais, e que os corpos assim consumidos deviam ter sido esquartejados no exterior da gruta, única forma de explicar a representação diferencial: a gruta teria funcionado como centro ritual onde diferentes peças do corpo humano, nem sempre as mesmas, haviam sido sucessivamente introduzidas, preparadas e consumidas.

Embora estas conclusões tivessem sido aceites por algumas das autoridades presentes no Congresso, nomeadamente por Schaffhausen, que viria subseqüentemente a produzir análises químicas que mostravam que pelo menos alguns dos ossos tinham efectivamente sido queimados,

a maioria da Comissão designada pelo Congresso para resolver a questão não concordou com Delgado. Entre os seus opositores contavam-se aliás personalidades tão influentes como Mortillet e Cartailhac. Este último, por exemplo, objectava com toda a razão que os dados disponíveis sugeriam a utilização da gruta como necrópole, e que situações semelhantes tinham sido registadas em dólmenes, sendo explicáveis tanto pela acção pós-deposicional dos carnívoros como pela prática de enterramentos repetidos, remexendo e danificando os ossos de sepulturas anteriores.

Uma vez mais, porém, o que é importante é que, independentemente de as suas conclusões estarem ou não correctas, Nery Delgado havia elevado os padrões de observação muito para além do que era prática corrente no seu tempo, o que foi aliás reconhecido pela Comissão, que não deixou de registar em acta um elogio unânime pela metodologia rigorosa do seu trabalho e pelo tratamento estatístico dos dados que ela tinha permitido. É precisamente esta procura de características específicas dos conjuntos ósseos que possam ser correlacionadas com comportamentos animais ou humanos igualmente específicos, que, combinada com a experimentação e alargada a contextos etnoarqueológicos, preside à investigação tafonómica e arqueozoológica moderna. Uma das figuras de proa desta última, Lewis Binford procurou, num trabalho publicado em finais dos anos 70 (Binford 1978:1-14), estabelecer os antecedentes históricos da observação e investigação de padrões de representação diferencial das diversas partes do esqueleto. Os trabalhos que cita, nomeadamente o de Dart sobre as jazidas de Australopitecos da África do Sul, não remontam além dos anos 50. Na verdade, porém, estes «primeiros» trabalhos tinham sido anteceditos, quase um século antes, pela obra pioneira de Nery Delgado.

Este aparente hiato na tradição científica de investigação das questões tafonómicas está ligado às mudanças de paradigma que sucessivamente afectaram a Arqueologia paleolítica desde a sua fundação. Na fase inicial, em que a avaliação da validade das associações entre artefactos e restos humanos, por um lado, e faunas extintas, por outro, era crucial para a polémica sobre a antiguidade do homem, elas tiveram uma importância decisiva. Uma vez resolvido esse problema, e tendo a ênfase sido colocada, nas

décadas subsequentes, sobretudo na tarefa de construir sequências culturais regionais, a atenção dos pré-historiadores voltou-se fundamentalmente para os artefactos e para a tentativa de deles extrair informação significativa do ponto de vista cultural/étnico. É pois só no contexto da «Nova Arqueologia», e das questões sobre a ecologia das populações humanas por ela levantadas, que a tafonomia dos depósitos arqueológicos volta a ser uma questão crucial para a resolução dos debates sobre a relação homem/animal (caça de grandes herbívoros ou necrofagia, estratégias oportunísticas ou logisticamente organizadas) antes do aparecimento do *Homo sapiens sapiens*. Vista em perspectiva histórica, a obra de Nery Delgado, embora sobressaindo pela metodologia rigorosa com que ele conduziu a sua abordagem, não deixa por isso de ser igualmente um produto do «espírito da época», de cujas preocupações comunga inteiramente.

#### 6. CONCLUSÃO

Nery Delgado foi um dos primeiros escavadores de jazidas arqueológicas de gruta, e em

particular um dos primeiros a escavar sítios solutrenses. Além disso, cabe-lhe o mérito de ter feito uma das primeiras descobertas de fósseis humanos do Paleolítico superior, o crânio da Casa da Moura, e de ter imediatamente reconhecido a importância do seu achado, dedicando uma extensa monografia à demonstração da sua cronologia quaternária. A abordagem geoarqueológica integrada que presidiu à apresentação das suas conclusões, e o seu estudo tafonómico dos restos faunísticos e humanos recuperados nas jazidas de gruta, tanto na Casa da Moura como na Furninha, fazem dele um precursor no desenvolvimento destes campos de estudo que desempenham um papel tão fundamental na Arqueologia contemporânea, e em particular na Arqueologia paleolítica. É pois de inteira justiça resgatar o seu nome do desconhecimento generalizado que ainda hoje o rodeia, e de o colocar no lugar que merece, ao lado de homens como Boucher de Perthes, Lartet ou Sautuola, na galeria das grandes figuras que em meados do século passado fundaram a disciplina, revelando a existência do seu objecto, o homem quaternário.



## BIBLIOGRAFIA

- BINFORD, L. (1978) — *Nunamiut Ethnoarchaeology*, New York, Academic Press.
- BREUIL, H. (1918) — Impressions de voyage paléolithique à Lisbonne. *Terra Portuguesa*, III: 34-39.
- CARTAILHAC, É. (1886) — *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, Paris, Ch. Reinwald.
- CHOFFAT, P. (1908) — Notice nécrologique sur J. F. Nery Delgado (1835-1908). *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*, 2.<sup>a</sup> série, VII-XXVIII:1-14.
- DELGADO, J. F. N. (1880) — *Da existência do homem em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas. I — Notícia acerca das grutas da Cesareda*. Lisboa, Comissão Geológica de Portugal.
- DELGADO, J. F. N. (1880) — Les grottes de Peniche et Casa da Moura, Portugal. Station et sépulture néolithique. *Matériaux pour l'histoire primitive et naturelle de l'homme*, XVI<sup>ème</sup> année, 2<sup>ème</sup> série, XI:241-247.
- DELGADO, J. F. N. (1884) — La grotte de Furninha à Peniche. in *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie préhistoriques. Compte-rendu de la neuvième session à Lisbonne (1880)*, Lisbonne, Académie Royale des Sciences, pp. 207-279.
- FRANÇA, J. C.; ROCHE, J.; FERREIRA, O. V. (1961) — Sur l'existence probable d'un niveau solutréen dans les couches de la grotte de Casa da Moura (Cesareda). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, XLV:365-370.
- GRAYSON, T. (1983) — *The establishment of human antiquity*. New York, Academic Press.
- GRAYSON, T. (1986) — Eoliths, archaeological ambiguity, and the generation of «middle-range» research. In *American Archaeology. Past and Future*, David J. Meltzer, Don D. Fowler e Jeremy A. Sabloff (eds.), Washington and London, Smithsonian Institution Press.
- HARLÉ, E. (1910-11) — Les mammifères et oiseaux quaternaires connus jusqu'ici en Portugal. Mémoire suivi d'une liste générale de ceux de la Péninsule Ibérique. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, VIII:22-85.
- LARTET, L. (1861) — Nouvelles recherches sur la coexistence de l'homme et des grands mammifères fossiles. *Annales des Sciences Naturelles (Zoologie)*, 15:177-253.
- RIBEIRO, C. (1873) — Sur la position des silex taillés découverts dans les terrains Miocène et Pliocène du Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques, Compte-Rendu de la 6<sup>ème</sup> session, Bruxelles 1872*, pp. 95-100.
- SMITH, Ph. (1966) — *Le Solutréen en France*, Bordeaux, Delmas.
- STRAUS, L. G.; ALTUNA, J.; CARVALHO, E.; JACKES, M.; KUNST, M. (1988) — New excavations in Casa da Moura (Serra d'El-Rei, Peniche) and at the Abrigos de Bocas (Rio Maior), Portugal. *Arqueologia*, 18:65-95.
- ZILHÃO, J. (1987) — *O Solutrense da Estremadura portuguesa. Uma proposta de interpretação paleoantropológica*. Trabalhos de Arqueologia 04, Lisboa, Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural.

## A ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES E LISBOA

FRANCISCO SANTANA

### ABSTRACT

*This is the beginning of a work to be printed and it can be integrated in the comemoration of the 125th anniversary of A. P. A.*

*There are three points to be considered: the gathering of all the elements about the Association itself, the search of everything, concerning the building situated at Carmo and the several interventions in the city life.*

*For the present only the first point is to be considered and also the period between 1863 and 1868.*

*This recollecting work is to be found in the available sources: the first bulletins, comemorative booklets, printed guides and some obscure handwritten inventories, works about specific sectors of the museum, correspondence and records of proceedings.*

O dobrar de cada quarto de século de vida da Associação tem constituído normalmente como que um patamar em que é possível avaliar o caminho já percorrido e encontrar nele estímulo para nova arrancada. Este trabalho, integrado na comemoração do 125.º aniversário da A. A. P., pretende facultar algum fruto de um certo olhar sobre o passado desta instituição.

Esgotar, em miúda análise, toda a actividade da Associação, seria tarefa ciclópica e impossível de levar a cabo. Houve, portanto, que privilegiar abordagem que, excluindo muitos outros aspectos interessantes, visasse escopo compatível com as limitações de tempo e outras do autor destas linhas. Dado que a Associação em Lisboa nasceu e tem vivido, dado que o seu funcionamento desde muito cedo esteve ligado a um dos mais belos monumentos da cidade e nele, desde muito cedo também, se instalou o nosso Museu Arqueológico, dado que, chamada a pronunciar-se e a intervir em muitos pontos do País, foram monumentos ou problemas da capital os que, na maior parte dos casos, mereceram a atenção da A. A. P., justificaram estas circunstâncias a opção traduzida no título que encima esta prosa — a Associação dos Arqueólogos Portugueses e Lisboa.

No tema assim delimitado consideraram-se três vertentes: a recolha de todos os elementos sobre a própria Associação e o Museu por ela

estabelecido, a de tudo o que respeita ao edifício do Carmo e a das várias intervenções na vida da capital (da participação em actos cívicos aos pareceres ou propostas sobre obras a realizar, das campanhas de defesa do património aos estudos olisiponenses). Um primeiro e já modesto projecto traduzir-se-ia em considerar estas três vertentes no período dos primeiros 25 anos mas mais não foi possível, por agora, do que considerar só a primeira dessas vertentes e só durante 6 anos(!); assim, o que começa por ser apresentado são os elementos obtidos sobre a Associação e o Museu no período decorrido entre 1863 e 1868.

As ambições deste trabalho são extremamente modestas, dado que ele mais não é que uma laboriosa recollecção, paciente acumular de dados, conhecidos uns, esquecidos outros. Pretendeu-se, sobretudo, coligir elementos sobre as peças do Museu, muitas vezes de proveniência desconhecida ou insuficientemente apurada. Para isso recorreu-se a múltiplas fontes: aos primeiros boletins publicados (antepassados remotos da *Arqueologia e História*), aos folhetos comemorativos, aos guias impressos e a alguns confusos inventários manuscritos existentes, às obras que diversos autores (Dornellas, Cordeiro de Sousa, Artur Lamas) dedicaram a sectores específicos do Museu e, também, à correspondência recebida e expedida existente e às actas das Assem-

bleias Gerais e das sessões do Conselho Facultativo (quando possível identificadas no texto, respectivamente, pelas iniciais AG e CF).

O recurso a boa parte da documentação manuscrita utilizada, arquivada em condições deficientes e que praticamente a haviam sepultado no esquecimento, foi possível em virtude do esforço de pôr alguma ordem num confuso amontoado de livros, publicações periódicas, fotografias, documentos, objectos vários, esforço levado a cabo por dois dos elementos que integraram a Direcção em exercício no triénio de 1988 a 1990, a Dr.<sup>a</sup> Elisabete Cabral e o signatário. Quando se verificam transcrições destes documentos, essa transcrição é feita actualizando a grafia e respeitando as maiúsculas e, normalmente, a pontuação.

Se algum interesse este trabalho tem reside ele em boa parte na reprodução fotográfica de muitas das peças mencionadas. Por isso aqui se regista a valiosa colaboração de António Ortigão Ramos.

Pretendeu-se com esta abordagem dos primeiros 6 anos de vida da Associação e do Museu coligir dados esparsos sobre as peças entradas no Museu e nele existentes (e sobre outras entretanto saídas mas que se considerou merecerem

referência: o grupo escultórico da rainha D. Maria I e a estátua do Neptuno que foi do Loreto). Pretendeu sobretudo o signatário garantir um melhor conhecimento da A. A. P., assim imperfeitamente traduzindo o quanto se honra em pertencer-lhe.

## A ASSOCIAÇÃO E O SEU MUSEU (1863-1868)

1863

«Acta da primeira reunião dos Arquitectos Portugueses, celebrada no dia 22 de Novembro de 1863.

Tendo-se reunido no referido dia às 11 horas da manhã em uma das salas do Grémio Popular <sup>(1)</sup> estabelecido na calçada do combro, os Il.<sup>mos</sup> Srs. Joaquim Possidónio Narciso da Silva, arquitecto da casa Real — João Pires da Fonte e José da Costa Sequeira, professores de arquitectura da academia Real das belas artes de Lisboa — Feliciano de Sousa Correia, Paulo José Ferreira da Costa, Valentim José Correia, Veríssimo José da Costa e Manuel José de Oliveira Cruz, arquitectos

(1) Era o Grémio Popular «Instituição fundada pela Maçonaria (...)» (A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I). Este facto e o de Possidónio da Silva ser mação e de, entre os sócios fundadores, pelo menos o serem também João Maria Feijóo, o duque de Loulé e Francisco José de Almeida, poderá sugerir pista para a abordagem das origens desta associação criada por arquitectos. Seria talvez levar longe de mais a consistência atribuível a essa pista o considerar como resultante de rivalidades entre diferentes organizações maçónicas a evidente má vontade entre Possidónio e Feijóo, que passagieramente o substituirá na presidência em 1867.

Estava o Grémio, à data da fundação da Associação, instalado na Calçada do Combro. Onde? Possidónio da Silva data carta para membro da Sociedade Arqueológica Lusitana de 1864 Novembro 14, «Casa da Associação no Palácio da Calçada do Combro n.º 177»; mas em minuta de outra para o mesmo, datada de Dezembro 16, ao «Palácio» é atribuído o n.º 127. Dornelas (*A Heráldica do Museu do Carmo*, «História e Genealogia», vol. I, Lisboa, 1913) afirma que teve lugar «a fundação da Associação dos Arquitectos Civis» no edifício com o n.º 172 (o que concorda com indicação constante do artigo dedicado à Associação no dicionário *Portugal*). O *Jornal do Comércio* de 1866 Fevereiro 16 publica convocatória para reunião dos associados do Montepio Filantropia Social «no edifício do grémio popular, calçada do Combro, n.º 127». O «Almanak Industrial, Commercial e Profissional de Lisboa para o anno de 1865 (...) por Zacharias Vilhena Barbosa» indica a Associação na Calçada do Combro, 127, e, no mesmo edifício, a Associação dos Carpinteiros, Pedreiros e Artes Correlativas, a Associação do Trabalho dos Chapeleiros Lisbonenses e a Associação Fraternal Lisbonense dos Serralheiros. A estas há que acrescentar a Associação Tipográfica Lisbonense; no relatório e contas de 1868 refere-se «A nova casa que o grémio popular destinou à associação tipográfica» e no relatório, do mesmo ano, da sua Comissão de Melhoramentos, a propósito de convites para uma exposição, afirma-se que «Na enumeração desses convites não podíamos nem devíamos esquecer a imprensa, os nossos irmãos de classe, e tão pouco as associações que convivem no mesmo lar, sobrelevando em selecção o Grémio Popular, não só como primeiro arrendatário da casa, senão também pela espontaneidade com que, para tudo, nos franqueia sempre todas as suas salas.» (a exposição mencionada é certamente aquela para cuja inauguração José Maria da Silva e Albuquerque e outros convidam por carta datada de 1868 Julho 13, «Casa da Associação Tipográfica Lisbonense, Calçada do Combro n.º 127»).

Dos números de polícia que surgem (127, 172, 177), números cuja semelhança faz admitir a hipótese de fáceis lapsos, inclino-me para o primeiro: é o que mais frequentemente surge indicado, a observação dos edifícios que lá vão sobrevivendo não contraria tal hipótese, como também não a contraria a análise dos processos de obras arquivados na C.M.L. Admitamos, pois, como extremamente provável, que a Associação dos Arquitectos Portugueses nasceu no edifício que ainda hoje ostenta o n.º 127, no lado esquerdo de quem desce a Calçada do Combro, esquinando para a Travessa da Condessa do Rio. A esta probabilidade dá foros de certeza a afirmação feita em convocatória para reunião da Associação Tipográfica Lisbonense de que «A casa da associação é nas salas do grémio popular, calçada do Combro, defronte do edifício dos Paulistas» (*Jornal do Comércio* de 1865 Setembro 16). Avancemos ainda outra hipótese, a de que os primeiros tempos de vida da nossa Associação tenham decorrido no 1.º andar do citado prédio: carta adiante mencionada refere o ocupante do «andar superior ao da nossa Associação» e de uma casa no pavimento térreo; dado que o prédio, além deste pavimento, só tem mais dois pisos e águas-furtadas, será aceitável que o 1.º andar fosse partilhado pelo Grémio e diversas associações. Acrescente-se que anúncio publicado no *Jornal do Comércio* de 1865 Outubro 10 indica o Grémio como instalado no 1.º andar do n.º 127.

da repartição das Obras Públicas, que todos haviam sido previamente convidados pelo mencionado Sr. J. P. Narciso da Silva para comparecerem neste local à hora indicada, a fim de lhes representar a propôr objectos de muito interesse para a classe, o referido Sr. tomando a palavra começou por ponderar a urgente necessidade que têm os architectos nacionais de se associarem e unirem para advogarem os legítimos interesses e as prerogativas que em todos os países civilizados são garantidas por leis protectoras a esta utilíssima classe da sociedade tão desprotegida e menosprezada entre nós por motivos injustos e assás notórios sendo talvez um dos principais a falta de acordo e união que até hoje (...) o que expunha, mostrando vivos desejos de que esta falta de concordância cessasse quanto antes, disse que, instigado pelo amor da classe a que pertence e conhecedor das vantagens que de futuro podem resultar, a todos os colegas, de uma bem entendida e sincera união, se dera ao trabalho de confeccionar um projecto de estatutos para a organização e regência da nova Associação, o qual desejava lêr; pedindo a todos os Srs. presentes que o esclarecessem com as suas reflexões e advertências, para se fazerem nos mesmos estatutos as alterações e emendas que se julgassem convenientes.

Passou então o mesmo Sr. Silva a lêr o aludido projecto, o qual, agradando em geral a todos os assistentes, motivou contudo algumas reflexões e propostas de emendas que na especialidade fizeram vários Srs.; mas, tendo-se advertido que este objecto, pela sua transcendência, merecia ser ponderado maduramente, devendo analisar-se um por um todos os artigos, para se pôrem em harmonia uns com os outros, dando-se-lhes depois a mais correcta redacção para serem submetidos à apreciação do Govêrno, o que se não podia executar nesta reunião preparatória, concordou-se por último que o projecto passasse por uma discussão mais rigorosa, tomando-se nota das indicadas emendas e considerando-se as que ainda (...) tivesse lugar esta reunião, à qual podiam comparecer todos os Srs., esclarecidos e preparados para uma discussão mais cabal.

O mesmo Sr. Silva disse mais que, desejando comunicar a todos os nossos colegas, sem excepção de pessoa, residentes e não residentes na capital, esta sua lembrança e deliberação, fizera diferentes avisos, entre os quais notou o que dirigira ao Il.<sup>mo</sup> Sr. architecto Lucas José dos Santos Pereira, encarregado das obras de restauração do monumento da Batalha, tendo deste Sr. uma atenciosa carta em resposta (que leu) declarando nela o referido Sr. que de bom grado aceita o convite, fazendo votos para que a sociedade dos architectos prospere. Os Srs. Cristóvão Leandro de Melo e João Teotónio de Matos, agregados à Academia de belas-artes, também foram convidados pelo Sr. Silva, esperando este que eles façam também parte da associação, assim como os Srs. architectos da academia Portuense, e Câmara Municipal.

A assembleia, antes de proceder à eleição da mesa que deve dirigir os trabalhos preparatórios, encarregou o professor José da Costa Sequeira de tomar nota do que se passou nesta reunião para redigir a competente acta, levantando-se a sessão pelas 3 horas da tarde.»

Esta é a transcrição (tão completa quanto o permite o estado do documento) da primeira acta de uma associação cujo primitivo núcleo era constituído por architectos e que parecia destinada a não visar outro escopo que o debate dos problemas e a defesa dos interesses da classe. Mas esta preocupação corporativa cedo foi acompanhada de outras e por elas acabou por ser ultrapassada; primeiro sinal deste facto foi a abertura da nóvel associação a sócios amadores.

Da acta de *Novembro 30* consta que a Associação iria permanecer entre as mesmas paredes que a haviam visto nascer: Possidónio da Silva informou ter-se entendido com os directores «da benemérita sociedade intitulada Grémio Popular», os quais se haviam prontificado a ceder uma sala mobilada e um quarto contíguo a esta.

1864

O problema das instalações não parece satisfatoriamente resolvido. Da acta de *Janeiro 22* consta que a direcção do Grémio afirmava não poder a renda «ficar por menos de 28\$800 réis

anuais, em razão da cedência que nos fizeram dos gabinetes anexos, da independência das comunicações, mobília e luzes, etc.» Foi decidida a aceitação da renda exigida. Na sessão de *Maio 12* (CF) foi lido officio da Comissão Administrativa da Associação Grémio Popular exigindo que a Associação dos Architectos satisfizesse «até ao dia 24 do corrente mês a renda dos quartos que ocupa no edificio em que se acha o Grémio, correspondente ao segundo semestre (...)».

Tendo já tomado posse das ruínas do Carmo, que entretanto lhe haviam sido cedidas, a Associação continuava funcionando nas instalações do Grémio Popular e lutando com falta de espaço, devida, sobretudo, à acumulação das amostras de materiais de construção recebidas das Direcções de Obras Públicas. Tendo o Ministério do Reino participado «não ser possível ceder à Associação a casa no edificio do extincto convento do Carmo que estava servindo de igreja por ser preciso à Guarda Municipal» e tomando em consideração que «nas duas salas que unicamente se alugam ao Grémio não é possível recolher-se tudo e a Associação celebrar as suas sessões», foi decidido (*Novembro 10* — CF) alugar mais uma ou duas salas. Em *Dezembro 9* (CF) foi lido officio da Direcção do Grémio declarando não lhe ser possível aceitar a proposta «para alugar o quarto contíguo» às instalações ocupadas. Em *1865 Março 18* (CF) participou o presidente «ter pedido ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. António Rebelo da Silva, que ocupa o andar superior ao da nossa Associação e uma casa no pavimento térreo, que cedesse esta (...) ao que S. Ex.<sup>a</sup> manifestou anuir»; mas em *Abril 17* (CF) esta hipótese é posta de parte. Em *Abril 24* (CF) foi lido officio da Direcção do Grémio Popular participando o aumento da renda para 50\$000 anuais e restringindo a utilização da sala das sessões. Foi decidido que «a nossa Associação fosse estabelecer a sua residência na igreja do Carmo, em qualquer instalação provisória que fosse possível fazer para esse fim, mas que se largasse as casas que ocupá-

vamos pertencentes ao Grémio» logo que terminasse o semestre. E, de facto, a sessão de *1865 Julho 13* foi já celebrada na arruinada igreja do Carmo, «em uma das capelas».

Em *1864 Fevereiro 26* surge a que poderá ter sido primeira menção a um futurível museu: é lida proposta do presidente para que se recolhessem as peças de interesse que se encontravam na capital e «nas Províncias em estado de abandono; dando-se assim começo a um museu de antiguidades pertencentes à Architectura». E logo em *Março 21* foi lida «a minuta do officio que a Associação pretende dirigir ao Governo, pedindo que se ponha à sua disposição o edificio arruinado da antiga igreja do Carmo desta cidade, para servir de depósito dos objectos de belas-Artes, arqueológicos, ou monumentais que se puderem encontrar na capital ou em quaisquer terras do Reino». Esta pretensão foi deferida e em *Julho 21* o presidente participou ter tomado posse das ruínas (da acta da sessão do Conselho Facultativo que teve lugar em 28 consta que «participou ter tomado posse de parte da igreja do Carmo, que se acha descoberta e em ruínas, que foi concedida pelo Governo à Associação dos Architectos por esta ter-lha pedido a fim de ali estabelecer um museu arqueológico de objectos que não se deteriorem estando expostos às intempéries das estações» e da de *Agosto 4* consta terem sido pagos «na Secretaria do Reino 6\$400 rs. de emolumentos pela portaria que concede à Associação a igreja do Carmo para na mesma estabelecer um museu arqueológico»<sup>(2)</sup>.

Em *1864 Outubro 9*, na 3.<sup>a</sup> sessão de Assembleia Geral, «(...) participou o Sr. Presidente que havendo solicitado a Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Fernando a Graça de se declarar Protector da nossa Associação, a fim de a coadjuvar no útil empenho de estabelecer um Museu arqueológico de fragmentos de antiga architectura no local da arruinada igreja do Carmo que

(2) Uma associação de architectos propunha-se instalar «um museu de antiguidades pertencentes à Architectura». Mas a diluição do carácter de associação de classe vai a par com um alargamento das finalidades atribuídas ao museu, designado já como «museu arqueológico» e abrigando peças de índole diversa e não só «fragmentos de antiga architectura». Mas o que entenderiam os responsáveis por museu arqueológico e por Arqueologia? A extrema latitude do conceito, que marcou o Museu e a própria Associação, é documentável em actas de *1878 Novembro 13* (AG) e *1884 Março 31* (AG): na primeira regista-se menção feita por Luciano Cordeiro à existência na Sociedade de Geografia de «dois globos muitíssimo antigos e por conseguinte arqueológicos»; da segunda consta referência de D. José Saldanha à concessão de medalha a Júlio de Castilho, autor da *Lisboa Antiga*, «para animar o laureado na continuação do estudo dessa especialidade arqueológica»; também é elucidativo o modo como ao ser proposto Alexandre Herculano para sócio efectivo, em *1876 Fevereiro 10* (CF), ele é designado como «distinto literato e arqueólogo».

nos foi concedida pelo Governo, o mesmo Augusto Senhor se prestara benignamente ao seu pedido (...). Falaram alguns sócios na necessidade de se fotografarem peças e se recolherem no «Depósito que a Sociedade pretende estabelecer». O facto de o monarca ter aceitado «o protectorado sobre o museu que a Sociedade pretende fazer» no Carmo foi também mencionado na Assembleia Geral de 22.

Diversos retratos de architectos vieram valorizar as instalações da Associação: em 1864 *Novembro 10* (CF) foi participado que Manuel José Carneiro brevemente remeteria o retrato do falecido architecto Costa Lima (em carta lida na Assembleia Geral efectuada em 11 Carneiro participa ter já principiado o retrato e que o levaria quando se deslocasse a Lisboa para ver «a exposição dos monumentos» a D. Pedro IV). É possível que de pouca utilidade tenham sido para o artista duas fotografias de mau retrato do falecido Joaquim da Costa Lima remetidas com carta de 1865 *Dezembro 6* por Tadeu Maria de Almeida Furtado o qual, tendo em vista a reprodução a óleo, acrescentava os informes seguintes:

«olhos azuis, cor clara mas muito rosada, cabelo grisalho alourado.»

Na mencionada sessão do Conselho Facultativo foi proposto e aprovado «que se mandasse pintar mais um ou dois retratos de architectos distintos, já falecidos, para serem colocados conjuntamente com o de Costa Lima nas salas da Associação no dia da sessão de Assembleia Geral do mês de Janeiro de 1865» e na de *Dezembro 9* foi comunicado que já estava a ser pintado o retrato de José da Costa e Silva.

Na já mencionada sessão de 1864 *Novembro 11* (AG) surge a primeira referência a peça que deveria integrar o futuro Museu: Valentim Correia e Paulo Ferreira da Costa lembram a necessidade de se adquirir «para o depósito que se pretende estabelecer (...) uma janela antiga, no estilo da architectura manuelina, que vai ser demolida nas obras de restauração do edifício de Belém». A peça devia ser pedida ao provedor da Casa Pia, do qual é, em 29, lido ofício comunicando não poder ainda efectuar-se a cedência. O provedor José Maria Eugénio de Almeida faz oferta da janela, conforme consta da acta de

1866 *Fevereiro 22* (AG); na sessão de *Abril 26* (AG) é lida carta assinada por Francisco António de Macedo «dando parte de estar apeada a janela pedida, pertencente ao edifício de Santa Maria de Belém, e as peças que a compõem numeradas e prontas para serem removidas para o nosso museu». No catálogo do Museu, publicado em 1876, a janela é indicada como estando no cruzeiro. No tomo III do nosso boletim, a p. 144, Possidónio da Silva designa-a como «única janela conventual» dos Jerónimos e afirma: «Foi a que ficou mais completa das três que se haviam construído no corredor dos claustros com a frente para a cerca» do convento. Sabina Hamm (*As capelas do dormitório do mosteiro de Belém, «Jerónimos — 4 Séculos de Pintura», 1992*) identifica-a como a janela-porta que ligava a capela do Sacramento à de Nossa Senhora das Dores; estas capelas ocupavam o espaço onde se situa hoje a torre central do dormitório. Esta peça viria untjar-se a outras, já existentes no Carmo porque encontradas nos entulhos, e que seriam, pelo menos, os brasões descritos por Dornelas sob os n.ºs 16, 18, 46 e 62 na obra mencionada na n. 1 e uma pedra com o signo de Salomão. Dornelas descreve ainda brasões que já em 1866 faziam parte do Museu e são aqueles a que dá os n.ºs 36 e 57; corrija-se, quanto ao primeiro, que o guia de 1891 não indica como ofertante João de Matos Gomes mas sim João António Pinto; quanto ao segundo, refira-se que Dornelas o dá como depositado por Ernesto da Silva e como pertencente à mesma família que um medalhão de mármore representando «duas cabeças de mãe e filha (...) ambas fallecidas no mesmo dia», depositado por Possidónio da Silva (ou «pelo sr. João Madeira», a aceitar-se a indicação constante do guia de 1876). Num rudimentar inventário manuscrito atribuível ao princípio deste século e existente no arquivo da Associação encontra-se menção (sob o n.º 133) da «Parte superior dum pingente dum arco da abobada da reconstrução da igreja de Santa Maria do Carmo» e (sob os n.ºs 294, 305, 311, 333, 336 e 381) de aduelas de arcos de abóbada igualmente provenientes das inacabadas obras de reconstrução (que são certamente as mencionadas a p. 15 de um outro inventário, de 1911, e, sob o n.º 19, em outro ainda, de 1915). A p. 16 do inventário de 1911, sob o n.º 96 no de 1915 e sob o n.º 309 no indicado em primeiro lugar encontra-se ainda

menção de um capitel e de mísulas, peças dificilmente identificáveis e também mais do que provavelmente existentes nas ruínas da igreja do Carmo antes da abertura do Museu. Também as campas do padre-mestre João Coelho e de João de Guimarães, alfageme de Santarém, são provenientes do Carmo e mencionadas (n.º 301) no inventário não datado e (n.º 26) em outro de 1922 (refere-se-lhes Cordeiro de Sousa nas *Inscrições Portuguesas de Lisboa* sob os n.ºs 538 e 476, respectivamente). Cordeiro de Sousa indica ainda como provenientes do Carmo (não, necessariamente, da igreja; podendo, portanto, ter entrado no Museu posteriormente) as inscrições a que atribui os n.ºs 511, 530, 541, 544 e 568. Esta última estava, de facto, integrada nas ruínas da igreja embora não, propriamente, no Museu. Cordeiro de Sousa (*ob. cit.*, pp. 22 e 23) informa que «Ao abrirem-se os caboucos para assentar no nosso museu a estátua da Rainha dona Maria I, de João José de Aguiar, encontrou-se uma lousa que o desabamento da abóbada do transepto da antiga igreja fizera cair em pedaços dentro da sepultura que cobria. Era a campa do Cardeal Mota» (que ficara sepultado «junto às grades do coro»). Sobre esta peça diz Dornelas (*ob. cit.*, p. 174) que «Foi encontrada nas escavações feitas na Igreja do Carmo para assentar a imagem de S. João Nepomuceno a meio do cruzeiro, onde hoje está a estátua de D. Maria I» (a divergência assinalável neste texto em relação ao anterior permite admitir que terá sido em 1889 — ano em que a imagem do santo abandonou Alcântara — que a pedra sepulcral de D. João da Mota e Silva passou a estar exposta). Também a actual versão do *Guiã do Museu Arqueológico* menciona, na capela-mor, «imagem de Santo Elias, de madeira estofada, do século XVII, que pertenceu à Igreja do Mosteiro do Carmo» e, na 2.ª capela do lado do Evangelho, ladeado os restos do túmulo de D. Mariana de Áustria, «duas cruces de ferro, que se elevavam na igreja do mosteiro do Carmo».

Em 1864 *Novembro 29* (AG) foi lida carta de Pedro de Roure Pietra, sócio correspondente em Tomar, remetendo o conhecimento do transporte em caminho de ferro de três pedras sepulcrais «pertencentes aos cavaleiros templários». No catálogo de 1876 são indicadas como depositadas e descritas como «Três adobos com o emblema usado pelos Templários, achados em

sepulturas de cavaleiros desta ordem (...)». No n.º 1 do *Arquivo de Architectura Civil* as peças são descritas como «três pedras que serviram de cabeceiras às sepulturas dos cavaleiros templários em Tomar» e indicadas como oferecidas (mas já não estão mencionadas no catálogo editado em 1891).

Na sessão de 1864 *Dezembro 27* foi lida carta de João Carlos Infante de Sequeira Correia da Silva oferecendo um portal de estilo árabe pretendido pela Associação; no acima citado número do jornal da Associação refere-se que o portal era proveniente de propriedade do ofertante em Tomar.

1865

Em *Junho 8* (CF) foi autorizada a compra da mesa que teria sido «a única que havia na casa em que teve lugar a conspiração patriótica de 1640».

É de *Julho 29* ofício da 2.ª Repartição da Direcção-Geral da Administração Política do Ministério do Reino que participa a cedência à Associação, após informação do Vigário-Geral da Patriarcal, da «estátua de madeira do condestável D. Nuno Álvares Pereira, actualmente guardada em uma capela do claustro da Igreja de S. Vicente de Fora» bem como de «uma urna em forma de sarcófago que existe no mesmo local». As duas peças não demoraram a ingressar no Museu, conforme se verifica por notícia publicada pelo *Jornal do Comércio* em *Dezembro 29*:

«(...) Na casa onde a sociedade celebra as suas sessões, que era a primeira capela do cruzeiro à parte da epístola, está colocado o túmulo do condestável D. Nuno Álvares Pereira. É de madeira, imitação do que havia antes do terramoto de 1755, que era de alabastro (...) A figura do condestável, imitando a primitiva, vê-se na mesma sala junto da janela do canto (...)»

Em *Agosto 24* (AG), prevendo-se realização de exposição, o abade Castro (António Dâmaso de Castro e Sousa) recomendava que entre os objectos a expor não fosse esquecida a espada do Condestável.

A acta da sessão de 1865 *Outubro 26* (AG) regista a decisão de se pedir uma pedra sepulcral com escudo de armas, da época de D. João III, «que se acha na Igreja do Largo da Anunciada hoje a cargo da Comissão encarregada das obras da mesma Igreja, nomeada pela Irmandade do Santíssimo da Freguesia de S. José, para ali ser estabelecida a Igreja Paroquial da dita Freguesia»; constava que a pedra iria ser empregada «nas obras como simples material». Na sessão de *Novembro 23* (AG) o abade Castro e Joaquim da Costa Cascais retomam o assunto, expressando o voto de que a peça integre «a colecção de relíquias da antiguidade que a Sociedade deseja recolher». Na de 1866 *Fevereiro 22* (AG) é dada conta de que Domingos Parente da Silva «prometera que bem depressa mandaria a campa com o escudo de armas que existia no convento das freiras da Anunciada». É a belíssima campa de Fernão Álvares de Andrade que Dornelas informa ter entrado «no museu em 26 de fevereiro de 1866» (*ob. cit.*, p. 177).

Em 1865 *Dezembro 14* (AG) participa o presidente que brevemente dariam entrada na Associação «as estátuas do túmulo de D. Mariana de Áustria (...) assim com a pia baptismal da Ajuda». As esculturas de Machado de Castro já lá estavam em 1866 *Janeiro 12*, conforme noticia o *Jornal do Comércio* dessa data.

A parte do túmulo existente na Associação vem mencionada no catálogo de 1876, com indicação de ter sido depositada «pelo sr. Pedro de Alcântara». No n.º 7 (1866 *Dezembro*) do *Archivo de Architectura Civil* a discriminação dos vários elementos vem acompanhada de indica-

ção de diferente entidade depositante ou ofertante: «cedência tudo do governo de Sua Magestade ao nosso museu»<sup>(3)</sup>.

Em 1869 *Julho 15* (CF) «Alguns membros do Conselho manifestaram desejo de que a urna do túmulo de D. Mariana de Áustria, que esteve na extinta igreja de S. João Nepomuceno, e a qual actualmente está na igreja de S. Vicente, por se achar já no nosso Museu a escultura que ornava o mesmo túmulo, fosse requisitada para ser armado e assim permanecer no Museu o dito túmulo»<sup>(4)</sup>.

A pia baptismal não vem referida nos primeiros catálogos mas já aparece em litografia de 1882 e dela diz Possidónio da Silva no tomo III do boletim:

«(...) pia baptismal da antiga igreja paroquial do Largo da Ajuda, pia em que depois se deitava de mólho o grão e o bacalhau de um regimento! Ali foram baptizados todos os filhos de el-rei D. João VI.»

Não parece possível determinar a data exacta da entrada desta peça, mas é de 1866 *Maió 1* ofício do Ministério da Guerra participando ter sido dada ordem «para ser entregue (...) a pia existente no quartel do regimento de infantaria n.º 1, e na qual são postos de molho alguns dos géneros do rancho das praças daquele corpo (...)»; ao mesmo assunto se refere outro, de 29.

O *Archivo de Architectura Civil* inclui, no seu n.º 3, um boletim respeitante ao trimestre de *Outubro a Dezembro de 1865* em que se refere a oferta feita pelo duque de Saldanha de «um lindo tanque (...) o qual s. ex.<sup>a</sup> possuía na sua casa de campo em Sintra».

<sup>(3)</sup> O citado número da revista inclui uma fotografia, acompanhada de minuciosa «Explicação da estampa do presente número» e a uma e outra teremos de regressar muitas vezes. O texto explicativo abre com a indicação seguinte: «A fotografia hoje distribuída com este jornal, representa uma parte, a esquerda principalmente, do museu de arqueologia da nossa associação; queremos dizer: um certo número de esculturas, e outros objectos artísticos, dos que até hoje têm sido reunidos naquela parte da igreja, em ruínas, do Carmo, que foi capela-mor». A parte direita da capela-mor encontra-se em fotografia reproduzida por Afonso de Dornelas em *A Heraldica no Museu do Carmo* e aí erradamente indicada como a reproduzida no n.º 7 do boletim.

<sup>(4)</sup> No seu n.º de 1859 *Março 4*, sob a epígrafe «Descuido de Vândalos», referira-se-lhe o *Jornal do Comércio* nos termos seguintes:

«Na igreja, hoje demolida, de S. João Nepomuceno, existiu o túmulo da rainha a sr.<sup>a</sup> D. Mariana de Áustria, mulher de el-rei D. João V.

«Os restos mortais daquela augusta senhora foram transportados para o real jazigo de S. Vicente de Fora, e para lá levaram o túmulo, que é uma preciosa peça de escultura em ricos mármorees.

«Pois ainda a ninguém lembrou mandar colocar o túmulo no jazigo. Está abandonado, segundo nos disseram, no jardim, exposto às intempéries e a ser mutilado. Primeiro estiveram na igreja amontoadas a um canto as diferentes peças dele e quando a sé se mudou para aquele templo, transportaram-no para o jardim, no pátio contíguo à igreja.

«O monumento foi executado sob a direcção e risco do célebre Joaquim Machado de Castro pelo escultor Francisco Leal, que gosa de grande e merecida reputação, e nesta obra deu ele provas do seu talento (...).»

Em *Janeiro* 22 foi lida carta (de que existe o original) de Paulo José Ferreira da Costa «oferecendo 12 estampas fotografadas de alguns edifícios do Minho; bem como dando notícia da existência de dois dedos de duas das estátuas do monumento da Snr<sup>a</sup>. D. Maria I, que um seu amigo se oferece a entregar, passando-lhe a Sociedade recibo».

Esta referência a dois avulsos dedos de duas das estátuas que integravam o monumento a D. Maria I justificam um pouco mais alargada referência a este.

Atenhamo-nos, por exemplo, ao resumido relato que Cordeiro de Sousa<sup>(5)</sup> faz das deambulações do monumento: «chegado ao cais de Belém em 1802 *Setembro* 3, foi carregado para a quinta real da mesma localidade; parece que, depois, «aproveitadas algumas pedras dos degraus para um tanque do Palácio da Bemposta, as peças principais foram levadas para o telheiro da Ajuda, onde estiveram desde 1828 a 1830, e dali para um barracão na Estrela»; eram essas peças, «além da estátua da Rainha, dois baixos-relevos para serem colocados nas faces laterais do pedestal», alusivos a «obras que a mesma Augusta Senhora mandou erigir nesta corte durante o seu governo», a Academia Real de Marinha e a Casa Pia; uma pedra com as armas reais, e outra lisa destinada à inscrição; e «quatro figuras alegóricas da Europa, África, Ásia e América, com seus plintos, que ficariam colocadas junto à base».

Uma primeira separação dos vários elementos constitutivos do monumento verificou-se em 1858, dado que, «por ocasião dos festejos do casamento do Rei D. Pedro V», as quatro figuras alegóricas «foram aproveitadas para ornamentar um monumento improvisado no Rossio.»<sup>(6)</sup>

Vários projectos vão sendo elaborados tendo em vista a colocação do monumento na Estrela,

«variando apenas entre o lado e a frente da Basílica, dentro ou fora do Jardim».

«Entretanto eram depositados no Museu Arqueológico do Carmo: a estátua da Rainha, as quatro pedras do pedestal, a as quatro figuras alegóricas com os respectivos plintos. Já não se sabia dos degraus, e de toda a silharia lisa!»

Quando foi depositado o monumento no Carmo? Em ofício de 1865 *Outubro* 9 da Repartição de Obras Públicas participa-se que, em resposta a ofício de *Junho* 30, fora ordenado que fossem transportadas «para a antiga capela-mor do edifício do Carmo as estátuas de mármore que existem em um telheiro pertencente às antigas obras do Real Palácio da Ajuda» (Eduardo A. da Rocha Dias, na sinopse que elaborou e a que deu o título de *A Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses desde a sua fundação até 11 de Novembro de 1889*, dá este ofício como apresentado em sessão de *Agosto* 24 o que, obviamente, é impossível e contraria indicação constando no mesmo de ter sido lido em *Outubro* 26, mas faz referência mais clara que o próprio ofício a qual era o monumento a remeter para o Carmo).

Em 1865 *Dezembro* 29 noticia o *Jornal do Comércio*:

«Hoje vieram para a casa da sociedade dos architectos, estabelecida na antiga igreja do convento do Carmo, três estátuas das que estavam destinadas para o monumento da Sr.<sup>a</sup> D. Maria I, no largo da Estrela.

As que vieram foram a Europa, a Ásia e a América, e falta ainda a África. São obras de excelente trabalho, e medem de altura 2,50 m, fora os ornatos que têm na cabeça, que têm 25 cm; são de belo mármore de Carrara.

Amanhã há-de vir a que falta, e estas quatro estátuas eram as que deviam ornar

(5) J. M. Cordeiro de Sousa, *O monumento da rainha D. Maria I*, «Olisipo», n.º 50 (Abril de 1950).

(6) Diz o *Jornal do Comércio* de 1858 *Abril* 18 que esse monumento seria «uma estatua colossal do hymineo» e que na sua base se colocariam «as estatuas que se esculpíram para o monumento da rainha D. Maria I, e que se supõem serem obra do celebre escultor Joaquim Machado de Castro». Esta notícia seria transcrita de «um jornal», tal como a inserta no número de 29 em que se corrige o erro e é cometido outro: «As quatro estatuas do pedestal representam as estações, e são obra do nosso bem conhecido escultor Aguiar (...)». As estátuas representam, como se sabe, as quatro partes do mundo. Mas saber-se-á mesmo, de ciência certa? Vasco Valente defendeu (*Pina Manique e o monumento a D. Maria I*, «Museu», vol. V, n.º 12, Abril de 1949) que as estátuas tidas como representando América, Ásia, África e Europa na realidade representavam, respectivamente, Amor da Pátria, Fidelidade, União das Virtudes e Felicidade Pública; Ernesto Soares aceita esta nova identificação (*Dicionário de Iconografia Portuguesa*. II Suplemento (V volume), p. 380).

o monumento. A que representa a rainha excede as outras em mais de 1 m, e tem mais peso (...).

Apesar de terem corrido seca e méca, não estão deterioradas; apenas têm alguns dedos quebrados.

Foram reclamadas pela sociedade dos architectos, e agora ali ficarão bem colocadas.»

Terá a estátua representando a África dado entrada no dia 30 e no dia 31, sob o título *Estátua Colossal*, regista o *Jornal do Comércio*:

«Hoje veio da Ajuda para a casa da sociedade dos architectos, no Carmo, a estátua colossal da sr.<sup>a</sup> rainha D. Maria I (...) Representa a rainha vestida à romana, coroada de louro, tendo a banda da ordem de Cristo (...)

A estátua da rainha com as outras, seus pedestais, degraus do monumento, e não sabemos se o pedestal (...) estavam numa casa no pátio das Castelhanas. Todas as peças que existem destinadas ao monumento virão para a sociedade dos architectos.

Doze horas se gastaram na condução da colossal estátua da Ajuda para o Carmo. Veio em uma grande zorra, puxada por três juntas de bois. Os homens trabalharam desde as cinco horas da madrugada até depois das cinco da tarde.

«Assim vai a sociedade dos architectos fazendo bom serviço às artes». E do número de 1866 *Janêiro 12* consta que também tinham dado entrada os baixos-relevos do pedestal e que já estavam «levantadas as cinco estatuas».

Na sessão de 1866 *Setembro 20* foi discutida proposta de Possidónio da Silva de, «para se fazer honrar o nome do falecido e desditoso escultor João José de Aguiar, autor da estátua colossal da Rainha A Senhora D. Maria 1.<sup>a</sup>, e das quatro que representam as partes do mundo, destinadas ao monumento que se pretendia erigir em frente da igreja da Estrela, e existentes

hoje em o nosso museu», se enviasse à Exposição de Paris «duas das mencionadas estátuas, que representam a Europa e a África». O assunto voltou a ser objecto de discussão na sessão de *Outubro 11* e foi decidido que as estátuas «não fossem à exposição senão depois de não restar dúvida alguma sobre se elas são do Artista João José de Aguiar»<sup>(7)</sup>. Na de *Dezembro 20* diz o presidente que, «em virtude do documento recebido ultimamente da legação de Roma, não duvida que possam ser enviadas à (...) exposição as duas estátuas (...) pois se mostra que aquelas esculturas fossem obras do falecido escultor português João José de Aguiar». Mas sócios houve que permaneceram cépticos e solicitaram parecer escrito da comissão nomeada para seleccionar as peças a enviar à exposição.

Na sessão de 1867 *Novembro 5* (AG), a propósito de representação dirigida pela Câmara ao ministro do Reino pedindo a colocação do monumento «dentro do jardim da estrela», os sócios Paulo José Ferreira da Costa e José da Costa Sequeira «compendiaram os trabalhos feitos em épocas diferentes por duas comissões nomeadas para tratar da colocação daquele monumento; a 1.<sup>a</sup> em 1849, sendo coadjuvada pelo Sr. Costa no projecto de gradeamento do jardim, que depois, segundo se referiu, foi sensivelmente alterado; a 2.<sup>a</sup> em 1852, sendo-o pelo Sr. Sequeira em dois projectos de modificações da parte architectónica do monumento que não foram executadas. Afirmaram ambos estes Srs. que a ideia de ambas as comissões foi sempre de levantar o monumento fora do jardim, no largo denominado do *Convento novo*; sustentaram com várias razões este pensamento, e impugnaram o alvitre apresentado pela Câmara Municipal na sua representação, declaram que votariam contra ele, no caso de que a Associação viesse a ser consultada sobre este assunto como era de esperar não só por ser da sua competência mas por ser ela a depositária das valiosas esculturas daquele monumento». Valentim José Correia e Joaquim da Costa Cascais ponderaram que esta solução implicava alterações no gradeamento do jardim. Ferreira da Costa e Costa Sequeira reduziram a

(7) Estas dúvidas surgiram logo que «a obra monumental foi apresentada a público» e seriam devidas a «detractores cheios de despeito» (Fernando de Pamplona, *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal*, vol. I, 18). Opinião diametralmente oposta à desses detractores e, também, de nenhum modo desinteressada, é a de Pina Manique que em 1805 *Janêiro 17* recorda ao visconde de Anadia ter este ouvido «dizer ao Grande Escultor do Rey da Prussia, que o dito Aguiar era já contemplado em Roma como o Grande Escultor da Europa». (A. N. T. T., Intendência da Polícia (Secretarias), L.<sup>o</sup> VIII, F. 92).

escrito as suas intervenções. Ambos os textos estão datados de 1867 *Novembro 14*. O do primeiro é um rascunho com diversas emendas e, sob o título de «Passeio da Estrela e projecto do monumento à Senr.<sup>a</sup> D. Maria 1.<sup>a</sup>», é como segue:

«Em 1849<sup>(8)</sup> foi mandado da Inspeção Geral das Obras Públicas para a Secretaria do Reino o projecto do gradeamento do Passeio, pórticos e monumento, que elaborei, e de que fui encarregado pela Comissão que tinha sido criada para este fim; qual era composta dos Ex.<sup>mos</sup> Snr.<sup>s</sup> Visconde da Luz, Eusébio Cândido Pinheiro Furtado e Engenheiro Bergara, sendo então Ministro o Ex.<sup>mo</sup> Snr. Conde de Tomar.

Com a saída deste Snr. da Presidência de Ministros e da Pasta do Reino este projecto parou, os desenhos voltaram para a Inspeção de Obras Públicas e o desenho do projecto do monumento bem como o modelo (curiosidade minha) que me foi entregue, por uma carta que escrevi ao Snr. Cons.<sup>ro</sup> Reboredo, pedindo-lho e alegando que dito modelo me pertencia, porque eu só o tinha apresentado para se fazer melhor ideia do seu efeito, e não me tinha sido mandado fazer por ninguém.

Seja-me permitido dizer neste lugar que antes de apresentar o modelo à Comissão tive o cuidado de o mostrar aos meus antigos amigos e discípulos (um deles já faleceu mas o outro ainda poderá certificar o que digo. Francisco de Paula Araújo Cerqueira e José António de Araújo Cerqueira). O 1.<sup>o</sup> deles julgava-o competentíssimo pela sua não vulgar habilidade, inteireza de carácter, e profissão, e o segundo, ainda que não considerado publicamente pelo mesmo modo foi sempre muito bem visto pelos seus discípulos e mestres. Estes dois amigos, estando eu vacilante na apresentação do modelo, por temer os zoilos da nossa terra, disseram-me que podia apresentar sem susto o meu projecto de aproveitamento das peças do monumento, que por ordem superior tinha ido ver a Belém e que se achavam num corredor subterrâneo, nas proximidades do Picadeiro, e me foram apresentadas encaixotadas pelo

almoxarife Mendes. Esta visita só me serviu para tomar as dimensões das quatro estátuas, que mal pude ver pelas juntas das tábuas dos referidos caixotes e por isso se verá que as atitudes das estátuas não são as mesmas, porque as não pude copiar mas somente representam os mesmos sujeitos. A estátua da Rainha tinha-a visto na Estrela num telheiro em que ela esteve por muito tempo junto à torre do lado do Nascente.

Sucedeu ao Ex.<sup>mo</sup> Snr. Conde de Tomar o Ex.<sup>mo</sup> Snr. Rodrigo da Fonseca Magalhães que, ou por razões de economia ou por quaisquer outras, não adoptou o projecto que o seu antecessor tinha adoptado. Por ordem do Ex.<sup>mo</sup> Snr. Intendente das Obras Públicas José Bento de Sousa Fava foi mandado abrir concurso entre os Arquitectos da Intendência para se fazer novo projecto para o gradeamento do Passeio somente. Foram os desenhos do concurso remetidos em 18 de Setembro de 51 e em ofício de 26 oficiou a Secretaria à Inspeção dizendo-lhe fora aprovado o Projecto de P. J. F. da Costa que é o que actualmente está executado, e tendo sido entregue à Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal esta lhe mandou fazer algumas alterações nos pórticos, que não são em tudo os meus, porque nem a altura deles nem as pilastras de cantaria são do meu projecto.

Dentro no Passeio deixou-se em frente da porta central da Igreja da estrela um círculo destinado à colocação do monumento da Senr.<sup>a</sup> D. Maria I.

Mais tarde foi mandado buscar a minha casa, por um correio, o projecto do monumento em desenho da parte do Ex.<sup>mo</sup> Ministro, e constou-me depois que se achava encarregado de projectar para aquele fim o Il.<sup>mo</sup> Snr. José da Costa Sequeira. E eu também, se me não engano, em ocasião de dirigir obras no Paço de Belém vi as outras pedras que estavam destinadas para o monumento dito; assim como vi o modelo primitivo que me consta está em poder do Snr. Sequeira.

O ofício de 26 de Setembro de 1851 mandado à Inspeção das Obras Públicas declarando que Sua Mag.<sup>de</sup> tinha aprovado o meu projecto, e outro ofício da Câmara Municipal, de 1 de Outubro de 51, agrade-

(8) Anterior versão, cortada: «Em 18 de Setembro de 1849».

cendo o oferecimento e o testemunho de muitas pessoas que ainda vivem poderão certificar se fôr preciso a verdade do que deixo dito: isto é, que o meu projecto foi feito antes do do meu Colega, o Snr. José da Costa Sequeira, por isso que foi apresentado em 1849 quando era Ministro o Snr. Conde de Tomar.

Com a presente narração não só tenho por fim mostrar que projectei para o passeio da Estrela, mas que de há muitos anos se tratava de aproveitar o monumento projectado (segundo se diz por Derrosse) e que se escolheu um local no Passeio da Estrela. À escolha do local assistiu, não me recordo se da 1.<sup>a</sup> se da 2.<sup>a</sup> vez Sua Mag.<sup>de</sup> El-Rei D. Fernando, o Ministro do Reino, o Inspector de Obras Públicas, a Câmara Municipal com seu Architecto, eu, como Architecto das Obras Públicas, e algumas outras pessoas, entre as quais me parece estiveram o Snr. Assis e o Snr. Joaquim Júlio de Carvalho.»

Depois da assinatura e da data encontra-se ainda o texto seguinte:

«O monumento da Snr.<sup>a</sup> D. Maria I está feito, deve ser o primitivo, concordamos que o pedestal não seja elegante, nem magestoso, mas não queiramos inovar... concordamos que na inauguração daquela peça, que por tantos anos tem estado em esquecimento, está o maior elogio que se faz a esta época.

Qual é a razão por que nós trouxemos para aqui estas estátuas, não foi pelo merecimento das suas esculturas?... Seja o pedestal simples, tal qual estava projectado e veio de Itália, com os mesmos baixos-relevos que denotam actos filantrópicos e religiosos da vida da Soberana, aquele em que a sua Estátua seja colocada.

Não queiramos ser senão conservadores para que depois de nós não venham inovar, nem tenhamos a persuasão de que o que nós fizemos hoje não poderá ser emendado amanhã por outros.»

O depoimento de Costa Sequeira consta de um caderno de oito páginas, contendo a de rosto o título: «Uma notícia fidedigna a respeito do Monumento destinado a perpetuar a memória

da Rainha A Senhora Dona Maria Primeira». Começa na terceira página o texto seguinte:

«Em Outubro do ano de 1852 recebe-

ram os professores substitutos de Architectura Civil e Escultura da Academia das Belas-Artes de Lisboa, José da Costa Sequeira e Francisco de Paula Araújo Cerqueira, uma portaria do Ministério dos Negócios do Reino, assinada pelo falecido Ministro e Secretário de Estado Rodrigo da Fonseca Magalhães e datada de 6 do dito mês, em a qual se lhes ordenava que dirigindo-se ao Palácio de Belém e examinando as cinco estátuas e demais peças de escultura destinadas a compôr o monumento que se pretendeu erigir no largo da Estrela, consagrado à memória da Rainha A Senhora Dona Maria Primeira, fossem encarregados de dirigir os trabalhos necessários para se levar a efeito aquela obra, propondo o que julgassem conveniente.

De pronto executaram os referidos professores as determinações que lhes foram ordenadas, e tendo exposto ao Ex.<sup>mo</sup> Ministro o que se lhes oferecia para o desempenho da sua comissão, receberam poucos dias depois a portaria do teor seguinte: *Cópia* — Ministério do Reino — 2.<sup>a</sup> D — 1.<sup>a</sup> R. L.<sup>o</sup> 3.<sup>o</sup> — N. 239 — 10 — 203 —. Tendo sido presente a Sua Magestade a Rainha o officio que a este Ministério dirigiu em data de ontem a comissão encarregada, pela Portaria de 6 do corrente, de dirigir os trabalhos necessários para o efeito de erigir-se um monumento consagrado à memória da Senhora Dona Maria Primeira, em lugar apropriado e fronteiro ao Templo do Coração de Jesus; officio em que a Comissão, participando haver examinado as cinco estátuas existentes no Paço de Belém, e que devem servir para o fim indicado, propõe à aprovação do Governo diversas providências: Manda A Mesma Augusta Senhora declarar à sobredita comissão para seu conhecimento e fins convenientes: 1.<sup>o</sup> Que na data de hoje se officia ao Vedor da Casa Real para fazer entregar aos membros da comissão as referidas cinco estátuas e peças de Escultura a elas inerentes e se ordena ao Inspector Geral das Obras Públicas do Reino que forneça todos os meios necessários para a condução daqueles objec-

tos artísticos; e bem assim que haja, não só de autorizar as obras, que pela comissão forem indicadas como precisas na localidade para onde forem as Estátuas, a fim de ali se proceder à limpeza e reparo delas e ao preparo de todas as peças que devem formar parte do monumento; mas igualmente de pôr à disposição dos ditos artistas o mestre e operários que porventura eles possam exigir para a execução do trabalho de que se acham encarregados.

2º. Que se, depois de examinadas as pedras que se julga serem partes integrantes do pedestal do monumento que outrora se projectou, se reconhecer que elas formam um todo completo, deverá a comissão tirar o respectivo desenho nos termos que indica, o qual remeterá a este Ministério para os fins convenientes.

3º. Que se, porém, faltarem algumas das partes essenciais da architectura do pedestal, deverá a comissão formar o projecto do que faltar, que será também enviado ao Governo para os efeitos devidos.

4º. Que, quando se dê a falta absoluta de todas as partes principais do pedestal, ou quando por outro motivo, pareça conveniente elaborar novo projecto, deverá a comissão tratar efectivamente de formar mais de um projecto, para que Sua Magestade Possa fazer escolha do que melhor lhe parecer. Paço das Necessidades em 15 de Outubro de 1852. Assinado — Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Para a literal observância das disposições da citada portaria, effectuaram os comissionados todas as diligências que estiveram ao seu alcance, dirigindo sem o menor prejuizo a condução das cinco estátuas, que existiam num corredor subterrâneo e escuro do sobredito palácio, para o demolido barracão de madeira que então estava contíguo ao edificio do Coração de Jesus, e ali se arvoraram e acondicionaram convenientemente, sendo depois examinadas pelo Ex.<sup>mo</sup> Ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães; e expondo-se a este as dificuldades que obstavam à plena observância do artigo 3º. da portaria, em consequência da falta da maior parte das pedras que deviam compôr o pedestal, do qual apenas se acharam algumas peças incompletas e mutiladas depositadas no vestíbulo do pica-

deiro anexo ao sobredito palácio, representaram a S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> os artistas o mau efeito que sobretudo ofereceria o antigo pedestal e peanhas das quatro estátuas decorativas que deviam ser colocadas em torno da grande estátua pedestre de mármore de Carrara representando a Augusta Rainha, se fosse rigorosamente executado o dito pedestal conforme o risco primitivo, cuja beleza e mau carácter de architectura não está em harmonia com as grandiosas formas e proporções das esculturas, mostrando, por consequência, a necessidade de se dar execução ao artigo 4º. da portaria (...).

O Ex.<sup>mo</sup> Ministro, conformando-se com esta proposta dos artistas, ordenou-lhes verbalmente que delineassem dois projectos para a construção de novo pedestal e partes accsórias, na ideia de se deverem levantar sobre ele a grandiosa estátua da Soberana de feliz memória, cuja altura é de 3,11 metros e as quatro estátuas que simbolizam as quatro partes do mundo, Europa, Ásia, África e América, que são também de mármore de Carrara, tendo cada uma 2,46 metros de altura, com os competentes baixos-relevos alegóricos, o brasão de armas reais, etc.

Depois de desenhados e prontos os indicados projectos foram submetidos à aprovação do Ex.<sup>mo</sup> Ministro, que (segundo disse S. Ex.<sup>a</sup> aos comissionados) tendo consultado Sua Magestade El-Rei o Senhor Dom Fernando, para ouvir o seu voto erudito e artístico, resolvera não dever aprovar nenhum dos projectos apresentados, julgando por melhor erigir tão somente sobre o pedestal a estátua da Soberana, desacompanhada das que representam as quatro partes do mundo, uma das quais (a América) já nós não possuíamos; e ordenou logo aos artistas que confeccionassem um terceiro projecto neste sentido, o que eles executaram com diligência e pontualidade para terem a honra de o apresentar, como de facto apresentaram, a S. Ex.<sup>a</sup>.

Depois de terem decorrido alguns dias, participou S. Ex.<sup>a</sup> aos artistas que o terceiro projecto fôra aprovado, ordenando-lhes que para a execução da obra passassem a elaborar o competente orçamento da despesa. Quando os artistas se ocupavam deste trabalho, foi-lhes ordenado pelo Ministro que o suspendessem temporariamente, atentas as difficul-

dades que se ofereciam quanto à propriedade do local para a colocação do monumento, ocupado já naquele tempo por um dos pórticos que formam a entrada do jardim da estrela; declarando formalmente S. Ex.<sup>a</sup> que, segundo a sua opinião e as pessoas muito inteligentes que havia consultado, não aprovaria jamais *que se levantasse dentro do jardim o pedestal em que devia firmar-se a magestosa estátua da Soberana, que carecia de lugar condigno e desafrontado!*

Assim ficaram e permaneceram as cousas até à presente data, depois dos porfiosos e árduos trabalhos dos dois artistas, um dos quais deixou de existir, com grave prejuizo da arte da escultura que cultivou com tantas provas de aptidão e proficiência.

Na mão do outro artista existem ainda os malogrados projectos, que nem sequer foram retribuídos, e as estátuas que a tanto custo e com tão importantes despesas foram executadas em Roma por um artista português (que morreu desditoso) debaixo da direcção do célebre Canova, pretendem agora aproveitá-las com justa razão as Autoridades constituídas. Queira Deus que as mal entendidas preferências, as emulações pequeninas e os exclusivismos que transtornam quase sempre as obras de arte entre nós, não contribuam para que deixem de se aproveitar utilmente e de collocarem em lugar decoroso estas belas produções da arte estatutuária que tanto podem concorrer para embelezamento da capital.

Resumindo a história dos complicados destinos que tiveram estas criações inanimadas, sujeitas às mesmas vicissitudes das criaturas humanas, tive por único fim prevenir e fazer acautelar as Autoridades (quaisquer que elas sejam, e ainda que se não prefiram

as que tiveram directa iniciativa neste negócio) para que meditem bem as principais condições de qualquer projecto, antes de o mandarem executar, para que não aconteça o que quase sempre tem acontecido entre nós, que vem a ser o infrutuoso aproveitamento de exorbitantes somas extraídas da substância do público, e, o que mais fatal e indecoroso é ainda, a vergonhosa sujeição às justas sátiras dos inteligentes nacionais e estrangeiros a que ficam expostas algumas das nossas obras!»

Na sessão de 1867 *Novembro 21* do Conselho Facultativo faz-se também referência à mencionada representação da Câmara, cuja cópia estava apensa a offício de 13, dirigido ao presidente pelo Ministério do Reino<sup>(9)</sup>. «O Conselho deliberou que a comissão que se achava encarregada da escolha do local para o monumento fosse também encarregada de formar a história do mesmo, que deve acompanhar o parecer que o Conselho tem de apresentar à Assembleia Geral da Sociedade, para depois ser enviado ao Governo, com as plantas e desenhos precisos (...)»<sup>(10)</sup>. António Tomás da Fonseca participou «que o modelo do monumento, primitivo, da Sr.<sup>a</sup> D. Maria I, que se achava em poder do Sr. Sequeira, está reparado, e as estátuas branqueadas para se poderem fotografar (...)»; disse o mesmo associado na sessão de *Dezembro 5* «que a comissão encarregada do parecer sobre o monumento da Sr.<sup>a</sup> D. Maria I só antes de ontem, dia 3, tinha podido ir a Belém ver o que existia de pedras destinadas àquele fim, que o que tinham encontrado não eram todas as precisas (...)». Como o que fora encontrado o fora «debaixo de um montão de madeiras velhas e entulho», tinham encarregado alguém de aí procurar o que faltava.

Em 1868 *Janeiro 16* (CF) A. T. da Fonseca participou ter ido com Valentim Correia «aos

(9) Minuta da resposta a este offício em 1867 *Novembro 18*, acha-se junta às exposições de Costa e Sequeira acima transcritas, com elas e outros documentos constituindo como que um «processo» respeitante ao monumento. Aqui se encontra outra minuta, de offício dirigido em 16 ao presidente da Comissão dos Melhoramentos da Capital, e outra ainda, de offício remetido ao Ministério do Reino em 1868 *Abril 22*.

(10) A «Planta do Largo da Estrela com as modificações projectadas» e relatório «apresentado à Associação pela Comissão nomeada em sessão de 5 de Novembro de 1867» foram publicados no n.º 10 (1867 Setembro) do *Archivo de Architectura Civil*. É evidente que a revista era publicada com algum atraso o que mais evidente se torna se nos lembrarmos que foi na sessão de 1868 *Setembro 23* do Conselho Facultativo que foi decidida a publicação do parecer solicitado sobre ser «colocado dentro do passeio da Estrela o monumento que existia destinado a ser colocado em frente do templo do Coração de Jesus». A publicação neste número de «uma gravura com a planta topográfica do Largo da Estrela contendo o projecto do melhoramento naquele local, apresentado pela comissão dos melhoramentos da cidade, e o da colocação do monumento à memória da S.<sup>a</sup> D. Maria I.<sup>a</sup> da nossa comissão para o dito fim nomeada» fora já decidida em sessão de 1868 *Janeiro 9* (CF).

telheiros das obras do Palácio da Ajuda examinar as pedras que existiam do monumento à memória da Sr.<sup>a</sup> D. Maria I.<sup>a</sup>, destinado para o Largo da Estrela, de cujo exame ficara sabendo que faltavam poucas pedras e essas mesmas podem existir envolvidas com muitos outros objectos que se acham armazenados nos mesmos telheiros; porém todos eles estão bastante deteriorados, pelo pouco recato com que têm sido armazenados».

Também na sessão de 1867 *Dezembro 5* Carlos Munró «apresentou duas fotografias diferentes tiradas do modelo do monumento à memória da Sr.<sup>a</sup> D. Maria I para escolher o que deve ser reproduzido para se publicar no n.º 9 do *Jornal da Associação*»<sup>(11)</sup>.

Na sessão de 1868 *Abril 6* (AG) foi lido e discutido relatório sobre o monumento. Foi posto à votação e aprovado:

«Se as esculturas de (...) Aguiar são dignas de fazerem parte de um monumento público que se pretende levantar à memória de S. M. a Rainha a S.<sup>a</sup> D. Maria I.»

Foi ponderada a vantagem de ser feito concurso para a elaboração do projecto de «um monumento em que as esculturas de Aguiar sejam convenientemente colocadas, visto que a parte architectónica do antigo monumento, pela sua inferioridade e estado da sua deterioração, não merece ser aproveitada».

Em 1872 *Fevereiro 29* (CF) «O Sr. Presidente propôs que fosse limpa a estátua da Sr.<sup>a</sup>

D. Maria I bem como as quatro estátuas pertencentes ao monumento que àquela diz respeito, e que esteve para ser erigida no Largo da Estrela em frente do templo do Coração de Jesus, para quando o imperador do Brasil o Senhor D. Pedro II visitar o nosso Museu (...) não veja a estátua de Sua Augusta Avó coberta de poeira, revelando achar-se ali em completo abandono». Foi decidido «que não só as mencionadas estátuas como todos os objectos de pedra que existem no Museu fossem lavados com água e escova, e os objectos não de pedra fossem limpos do pó de modo que não sofressem danificação alguma (...)». Na acta da sessão de 4/4 há passagem pela qual se depreende já ter tido lugar a visita do imperador<sup>(12)</sup>.

Ainda neste ano de 1872 foi ponderada a hipótese de o monumento ser colocado no Cais do Sodré<sup>(13)</sup>.

Por não muito mais que uma vintena de anos permaneceu todo o monumento no Carmo. O catálogo de 1876 indica como entidade depositante o Governo e, sob os n.ºs 483 a 490, enumera as estátuas da rainha e dos quatro continentes e três pedras para o pedestal da estátua de D. Maria I; o de 1891 indica, como pertencentes ao Estado e sob os n.ºs 2291 a 2299, as cinco estátuas e quatro pedras para o pedestal da principal e, sob os n.ºs 3901 a 3904, «Quatro pedestais cilíndricos, de mármore de Itália, pertencentes às estátuas das quatro partes do Mundo». Mas em 1896 a Câmara pretendeu que as estátuas fossem colocadas na Avenida da Liberdade, o que teve lugar em 1898, não sem renhida discordância da Associação<sup>(14)</sup>. Regista-se ofício

(11) A fotografia do projecto, acompanhada de texto descritivo, foi efectivamente publicada no n.º 9. Algumas das peças do monumento bem como notícia do mesmo encontram-se no número mencionado na n.º 3.

(12) Efectuou-se, de facto, na manhã de *Março 8*, conforme consta, por exemplo, do *Diário de Notícias* do dia seguinte e do n.º 1 da 2.ª série (1874) do então denominado *Boletim Architectónico e d'Archeologia*.

(13) Cfr. *Diário Ilustrado* de 1872 Novembro 26.

(14) Referem-se a essa discordância Cordeiro de Sousa (*ob. cit.*) e Sousa Viterbo (*Notícia de alguns escultores portugueses (...)*), Lisboa, 1900). Sobre o assunto são também de útil consulta os boletins da Associação (pp. 114 a 119 do n.º 8 do t. VII, p. 10 dos n.ºs 1 e 2, pp. 38 e 40 dos n.ºs 3 e 4 e pp. 66 a 69 dos n.ºs 5 e 6 do t. VIII). Integram o «processo» referenciado na n.º 9 minutas das actas da reunião de comissão nomeada para estudar a questão do monumento bem como da sessão de Assembleia Geral em que ela foi lida; estas actas são as transcritas no t. VIII do boletim, não sendo a transcrição integral pois à primeira foram suprimidos os parágrafos iniciais que são os seguintes:

«Aos 25 de Junho de 1898, pelas 8 ½ horas da noite, reuniu a comissão nomeada em assembleia geral de 5 do mesmo mês, encarregada de deliberar sobre a reconstituição do monumento a D. Maria I.

Estiveram presentes o digno par do reino sr. Francisco Simões Margiochi, presidente da comissão, o escultor sr. Queirós Ribeiro, e os architectos srs. Valentim Correia, Rosendo Carvalheira e Adães Bermudes, servindo o último de secretário.

O sr. Presidente leu o ofício da assembleia geral nomeando a comissão e explicou que os fins desta eram fornecer à mesa da Associação elementos para ela poder responder à consulta do sr. ministro das obras públicas que pediu o projecto, orçamento e indicação do local mais apropriado para a colocação definitiva do referido monumento.»

O orçamento (5.230\$000), apresentado por Aleixo de Queirós Ribeiro em 1898 *Agosto 29* acompanhado de algumas considerações e sugestões, encontra-se junto às minutas mencionadas.

de 1898 *Abril* 26, endereçado pelo conde de S. Januário a António Maria de Avelar, «dig.<sup>mo</sup> Engenheiro da Câmara Municipal de Lisboa», ofício que parece marcar o ponto final da resistência dos Arqueólogos:

«Não respondi logo ao ofício de V. Ex.<sup>a</sup> de 12 do corrente mês com relação à solicitada entrega das estátuas que fazem parte do monumento de D. Maria I, porquanto não obstante acatar devidamente a deliberação do ministério do Reino, tendo consultado a Assembleia Geral da Associação, à qual repugnava o desmembramento do monumento, e tendo-se verificado que o depósito de todas as peças do referido monumento tinha sido confiado à Associação no Museu do Carmo pelo ministério das Obras Públicas, era curial que se informasse esse ministério sobre o assunto e que se aguardasse a sua resolução.

Em ofício de 22 do corrente mês acaba de ordenar o ministério das Obras Públicas que se faça à Câmara Municipal de Lisboa a cedência provisória das quatro estátuas representando quatro partes do mundo, devendo as referidas estátuas voltar à posse do Estado, quando se construir o monumento a que são destinadas.»

A provisoriedade da cedência alargou-se a cerca de meio século pois, como escrevia Cordeiro de Sousa em 1950, as estátuas «lá foram para a Avenida, onde até há pouco todos nós as vimos». Situa o *Guia de Portugal* «Na altura da rua de Alexandre Herculano, do lado E (...) nos topos dos talhões, as estátuas das quatro partes do Mundo (Europa, Ásia, África e Oceania)»<sup>(15)</sup> e regista que foram substituídas pelas de Herculano, Garret, Castilho e Oliveira Martins. Artur Santa Bárbara, em 1949, parece remeter para um passado remoto a presença das estátuas na Avenida da Liberdade e informa, erradamente, que a estátua da Ásia estava «a olhar a da Europa, e a da África em frente da da América»<sup>(16)</sup>.

<sup>(15)</sup> Trata-se, obviamente, da América e não da Oceania. No mesmo lapso incorre Norberto de Araújo (*Peregrinações em Lisboa*, livro 14, p. 40).

<sup>(16)</sup> *As estátuas da Avenida*, «Flama», n.º de 1949 Maio 6.

<sup>(17)</sup> Norberto de Araújo, *ob. cit.*, livro 6.

Nos *anos 30* renasceu a hipótese de levar para a Estrela a estátua da rainha, que no Carmo permanecia, colocada, entretanto, «defronte da Capela-Mór, e no tópo da Nave Central»<sup>(17)</sup>. A polémica arrastou-se, até que a estátua de D. Maria I saíu do Carmo e foi finalmente reencontrar-se com as suas companheiras em Queluz, onde, afinal, começara por estar prevista a sua colocação.

Toda esta acumulação de dados terá valido a pena se algo tiver trazido de novo para a história do monumento. De qualquer modo, merecerá ela desculpa por se tratar de peças das mais notáveis que passaram pelo Carmo. De outra, igualmente conhecida e sujeita a deambulações várias, o Neptuno que foi do Loreto, algo veremos a seguir.

Em 1855 *Maio* 4 informava o *Jornal do Comércio*:

«Hoje começou a demolição do chafariz do Loreto; em breve descerá do seu trono o velho Neptuno; qual será o seu destino?»

E, em 13:

«Hoje foi apeada a estátua colossal do Neptuno do chafariz do Loreto. Foi numa zorra puxada por três juntas de bois para o depósito das Amoreiras (...).»

Em 1866 *Fevereiro* 6 o vice-presidente da Câmara Municipal, João de Matos Pinto, participava a Possidónio da Silva:

«À Câmara Municipal de Lisboa foi presente o ofício de V. S.<sup>a</sup> de 28 de Janeiro próximo passado pedindo (...) a estátua de Neptuno que antigamente figurava no chafariz do Largo do Loreto (...) por deliberação tomada na sessão de ontem concede a dita estátua como empréstimo (...).»

O *Jornal do Comércio* do dia 25 informa:

«Hoje veio para o museu da sociedade dos architectos civis a estátua do Neptuno,

que foi do chafariz do Loreto, e que estava arrecadada na casa da água, às Amoreiras.»

Diz Matos Sequeira<sup>(18)</sup> que do Museu do Carmo foi, em 1881, para o Reservatório dos Barbadinhos. É, de facto, de 1881 *Agosto 18* ofício em que o presidente da Câmara, Rosa Araújo, recorda que a estátua fora emprestada em Fevereiro de 1866 e, dada a decisão de a conceder «à direcção da companhia das Águas de Lisboa para esta a fazer colocar no seu reservatório sito na calçada dos Barbadinhos», pede entrega da mesma. Possidónio da Silva, comentando litografia executada em 1882, escreve, a p. 188 do tomo III do boletim:

«A estátua de maior vulto que figura no último plano é o Neptuno do antigo chafariz do Largo do Loreto. Tinha sido levada para um recanto da Mãe de água às Amoreiras, donde pudemos obtê-la para estar patente no Museu do Carmo. Ali se conservou, pelo espaço de 14 anos, exposta à apreciação dos conhecedores de Belas-Artes; porém, presentemente orna o pátio de um estabelecimento comercial pertencente a particulares!» A saída da estátua deixou vestígio de si nas actas: da de 1881 *Outubro 14* (AG) consta que «O Snr. Presidente fez ciente que já se tinha oficiado à Câmara Municipal de Lisboa e ao Sr. engenheiro da Companhia das Águas para virem retirar do museu da Associação a estátua de Neptuno (...).»

Neste século foi a estátua ornamentar a Praça do Chile, sendo aí substituída pela de Fernão de Magalhães. Terá temporariamente regressado aos Barbadinhos<sup>(19)</sup>, antes de ir para o Largo de D. Estefânia, onde se encontra.

Na sessão de 1866 *Fevereiro 8* (AG) foram participadas aos sócios diversas ofertas: D. Nemezio Mattos Ollero oferecera fragmentos do crânio do arquitecto da ponte de Alcântara e duas moedas de ouro romanas (estão referidas

no catálogo de 1876 — como depositadas, não como oferecidas, aliás — o de 1891 já só refere uma e Artur Lamas já não regista a sua existência); o conde de Penafiel oferecera «uma sepultura da família Montarroiio, com as armas da mesma família, da era de 1349; a qual foi achada na escavação que se fez em frente do seu palácio no ano findo»; o palácio do conde era às Pedras Negras<sup>(21)</sup> (trata-se do palácio chamado do Correio-Mor, que faz frente para a R. de S. Mamede, mais exactamente, para a meia laranja que nela existe e à qual é atribuído o mesmo nome que ao palácio).

Pela acta de 1866 *Fevereiro 22* (AG) se depreende que o Museu já teria aberto ou estaria próximo a abrir. Nessa sessão se pronuncia Costa Cascais sobre a necessidade de se fazer um catálogo do mesmo, sendo disso encarregado o sócio Manuel Maria Bordalo Pinheiro. Que o Museu foi aberto em 1866 consta da Advertência que precede o seu primeiro catálogo («(...) o Museu data somente de 1866») mas é esta mesma (!) publicação que, na sua contracapa, o dá como fundado em 1868; e o catálogo de 1891 recua o ano da fundação para 1864. Mas, como acima ficou dito, a abertura do Museu é de 1866: minuta de ofício de *Março 9* refere «O empenho que anima a Associação (...) em desejar reunir no Museu Arqueológico estabelecido no edifício gótico do Largo do Carmo as antiguidades artísticas que têm escapado ao vandalismo (...)»; ofícios de 12 e de 13, dirigidos às Câmaras dos Deputados e dos Pares, mencionam que «Havendo já no Museu Arqueológico da Associação (...) objectos de merecido valor, os quais estão expostos às 5.<sup>as</sup> feiras e domingos de cada semana (...)».

Ofício de 1866 *Março 6* do vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa autoriza o levantamento de «dois capiteis e uma pedra com inscrição que tudo pertence à Igreja de Santa Marinha desta Cidade». A inscrição seria de 1222 e as três peças eram de granito e depositadas por J. M. Feijó, de acordo com o catálogo de

(18) *O Carmo e a Trindade*, III, p. 474.

(19) Dado que Fernando de Pamplona, a p. 16 do vol. III do *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal* (volume que acabou de se imprimir em Novembro de 1957) afirma achar-se a estátua «no depósito da Companhia das Águas aos Barbadinhos».

(20) Cfr. *Catálogo das moedas e medalhas do Museu do Carmo*, Lisboa, 1907, pp. 9 e 11.

(21) Cfr. Dornelas, *ob. cit.*, pp. 177, 188 e 189.

1876 (no qual lhes são atribuídos os n.ºs 503 e 505; no de 1891 os capiteis têm os n.ºs 3848 e 3849).

Na sessão de 1866 *Março 23* foi participado pelo marquês de Sousa que à Associação havia sido concedida uma medalha de 1.ª classe na Exposição Internacional do Porto<sup>(22)</sup>.

Um officio de *Março 28*, em resposta a outro de *Fevereiro 19*, participava autorização para a Associação remover à sua custa para o Museu «duas campas, ou sarcófagos, assim como alguns fragmentos que ainda existem do Claustro abatido» do convento de Tomar; portaria do Ministério das Obras Públicas autorizando essa remoção foi lida na sessão de *Abril 26*. Dois cipos são referenciados em officios da Câmara Municipal de Tomar datados de *Maió 2* e *Maió 29*. Estes cipos constam do catálogo de 1876 com os n.ºs 350 e 351 e com a indicação de terem sido depositados por Pietro de Roure (aliás, Pedro de Roure Pietra); menciona-os também um incompleto inventário manuscrito «começado em 23 de Dezembro de 1880».

Officio de *Abril 24* do administrador do concelho de Faro refere-se à remessa de uma pia; anotação à margem do officio esclarece que se trata da peça conhecida por pia de Azamor. Ao mesmo assunto se referem as actas de *Fevereiro 8*, *Maió 29* e *Setembro 20*.

D. António José de Melo, chefe da 1.ª Divisão do Ministério da Guerra, participa em *Abril 28* que nessa data se passava ordem para serem entregues à Associação algumas peças existentes no extinto convento de S. Francisco de Santarém. Essas peças estão discriminadas de modo pouco satisfatório, o que justifica interrogação lançada à margem: «(Do tumulo de D. Fernando?)». Alguns anos decorreram ainda até que os objectos cedidos dessem entrada no Museu, pois é já de 1875 *Junho 3* novo officio de D. António de Melo, participando agora a expedição de ordens ao comandante de Artilharia 3 para que se não opusesse à saída dos objectos concedidos em 1866 e que são assim discriminados:

(22) Descrita por Artur Lamas, *ob. cit.*, pp. 47 e 48.

(23) Que, com o n.º 480, consta já do catálogo de 1876 e, tal como o de D. Fernando, com a indicação de ter sido depositado «pelo sr. Pedro de Alcântara».

«Lâmina de mármore preto, e pilares sobre que ela assenta. Um sarcófago situado à entrada da igreja todo quebrado e vazio. Portal gótico existente dentro de um palheiro no mesmo edificio.»

Em 5 participa a Companhia dos Caminhos de Ferro concessão de abatimento de 50 % no preço do transporte destes objectos bem como «no transporte de Lisboa a Santarém e volta, da zorra destinada à condução dos mesmos (...)». Dornelas (*ob. cit.*, pp. 167 a 169) estuda o túmulo de D. Fernando no aspecto heráldico e refere as várias menções feitas ao mesmo por Possidónio da Silva. O túmulo está referenciado no catálogo de 1876 com o n.º 481 e no de 1891 com os n.ºs 2300 e 2301. Neste catálogo e a propósito dos túmulos de D. Fernando e do infante D. Fernão Sanches<sup>(23)</sup> pondera-se: «Há quem censure terem-se tirado esses túmulos de onde estavam colocados, esquecendo o desprezo e abandono em que se achavam em 1866, nos edificios religiosos transformados em cavalariças ou praças de touros, e em que estes sarcófagos serviam de cabide para selas velhas, ou para bancos de ferramentas, assim como de tanque para beberem cavalos que tinham mormo. Bem haja quem salvou de sua completa destruição essas antigas obras de escultura portuguesa, recordações históricas e arqueológicas de tanta veneração e apreço para o nosso país». No n.º 6 (1875) do boletim Possidónio da Silva regista:

«Um rico objecto de esculptura de apurado gosto artistico do fim do XIV seculo, acha-se agora depositado no museu archeologico do Carmo, é o magnifico tumulo d'el-rei D. Fernando I, o qual estava na egreja profanada de S. Francisco de Santarem, e ha muito já vazio e quebrado, como havia notado Garret em 1833, lastimando então a sua ruina e abandono.»

No n.º 8 é incluída fotografia da tampa do túmulo e no n.º 10 da arca tumular e ambas estão acompanhadas de comentários de Possidónio; destaca-se do que diz no texto que acompanha a primeira:

«Felizmente foi salvo ainda a tempo, por nós, da total ruína (...) Ultimamente serviu a mimosa campá abaulada de *cavallete para as sellas velhas dos cavallos* do regimento da cavallaria, então aquartelado no edifício do extincto convento. Além d'isso, os soldados divertiam-se em tirar os olhos e quebrar os narizes dos bustos que orná esta obra prima de esculptura (...).»

A p. 170 do n.º 10 do tomo III (1881) do boletim, Possidónio da Silva descreve as circunstâncias em que ocorrera a verdadeira descoberta do túmulo de Fernão Sanches:

«Quando em 1866 fomos a Santarém evitar que as obras de arte que se achavam abandonadas, mutiladas e despresadas nas igrejas profanadas daquela cidade (...) notámos que na remota capela do Rosário de Nossa Senhora da Oliveira, da fundação de 1222, e junto da qual se edificou depois o convento de S. Domingos em 1225, havia, defronte do retábulo pertencente ao túmulo de Rui de Meneses, uma grande pedra lavrada a picão, encravada na parte e a sua tosca face no distorcimento da parede de alvenaria! Causou-nos admiração ver a pedra colocada por aquela forma, e a fim de verificar o motivo de semelhante construção, mandámos esburacar a parede dos dois lados da dita pedra (...) e veio a descobrir-se que estava entaipado o sarcófago (...).»

Em sessão de Maio 23 foi lido ofício da 1.ª Direcção do Ministério da Marinha e Ultramar participando a cedência de «quatro retábulos feitos em alabastro que pertenceram ao extinto convento de Santo António de Palhais e que actualmente se acham arrecadados na sacristia da ermida do estabelecimento que este Ministério possui em Vale de Zêbro». João Couto<sup>(24)</sup> ficou a dever ao incansável secretário-geral da Associação que foi António Machado de Faria a indi-

cação de menções feitas a estas peças por Possidónio da Silva, que afirmava:

«Ambas as esculturas, produto da arte indiana, que se supõe terem pertencido ao irmão de D. Vasco da Gama, foram-me oferecidas pelo falecido e meu chorado amigo Joaquim José Cecília Koll»<sup>(25)</sup>.

A estas indicações poderia juntar outra (ligeiramente diferente, mais precisa, embora, talvez, igualmente inexacta) constante n.º 8 da 1.ª série do nosso boletim, segundo a qual haviam sido essas esculturas «feitas na Índia e trazidas para Lisboa pelo filho de D. Vasco da Gama, D. Pedro da Silva, em 1537». A ligação aos Gamas e a procedência indiana arruma-as João Couto por igual entre «as fantasias do Sr. Possidónio da Silva». O que, quanto ao elo estabelecido entre os alabastros e familiares de Vasco da Gama (embora não necessariamente os mencionados), constitui alguma injustiça e abandono de pista aproveitável: o convento de Nossa Senhora dos Prazeres de Palhais<sup>(26)</sup>, muito próximo de Vale do Zêbro, foi fundado em 1542; fundou-o o franciscano espanhol S. Pedro de Alcântara, a pedido de D. Francisco da Gama<sup>(27)</sup>, que foi 2.º conde da Vidigueira.

Estas peças, «que outrora formaram parte de um retábulo da Paixão de Cristo»<sup>(28)</sup> e constituem «o retábulo de altar mais completo em Portugal»<sup>(29)</sup>, foram enviadas à Exposição Universal de Paris de 1867. Na sessão de 1866 Setembro 20 foi ponderado o valor de diversas peças existentes no Museu e que seriam enviadas à exposição: azulejos antigos, reprodução do púlpito de Santa Cruz de Coimbra, «o busto antigo de El-Rei D. Afonso Henriques, os dois retábulos de alabastro dos Gamas (...) dois anjos e um leão, obras de J. Machado de Castro».

A par de peças já mencionadas vimos aparecer uma das mais notáveis que o Museu possui: o busto de Afonso I. Na descrição da fotografia

(24) *Alabastros de Nottingham*, comunicação proferida em 1964 Outubro 17 e publicada no vol. XII de «Arqueologia e História».

(25) Indicado como depositante também no catálogo de 1876 (n.ºs 573 e 576 a 578).

(26) Esta invocação e não a de Santo António de Palhais é a que se encontra na entrada *Capuchos* da Enciclopédia Verbo, devida ao P.º Félix Lopes.

(27) Entrada *Palhais* da Enciclopédia Verbo.

(28) São obra da 2.ª metade do séc. XV e representam a traição de Judas e prisão de Cristo, a flagelação, a deposição no túmulo e a Ressurreição.

(29) Francis W. Cheetham, *Portugal e os alabastros medievais ingleses*, conferência proferida no Museu Nacional de Arte Antiga em 1981 Janeiro 16 (texto incluído no dossier de documentação da exposição efectuada em 1981 no Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória).

do Museu incluída no primeiro número da revista da Associação consta sobre a escultura:

«Este busto estava, ainda não há muitos anos, no sítio chamado a Alcáçova, na vila de Santarém. Diz a tradição que representa este busto o primeiro rei destes reinos, o esforçado D. Afonso Henriques; e parece ter sido colocado, em antigos tempos, sobre o frontão do real alcáçar. Tinha sido tirado do lugar em que ultimamente se achava, para o subtrair às irreverências e mutilações dos rapazes do sítio; e afinal foi adquirido pelo sr. Silva para o nosso museu.»

Rocha Dias (*ob. cit.*, p. 13) dá como mencionada em sessão de *Julho 16* a oferta de medalhas de prata antigas por Augusto Soromenho. Trata-se de 10 moedas arábico-hispânicas mencionadas por Artur Lamas (*ob. cit.*, p. 7) e descritas por M. F. de Vargas em apenso ao catálogo por aquele elaborado.

Estas moedas, hoje reduzidas a cinco, são neste número da revista estudadas por José Rodrigues Marinho.

Na sessão de *Dezembro 2* foi lida carta de Caetano Xavier de Almeida da Câmara Manuel oferecendo para o Museu «umas fotografias do Novo Lazareto de Lisboa, e do estado da sua construção em 1864».

O recurso à imprensa permite recensar ainda mais algumas peças — e importantes — entradas no Museu em 1866. O *Jornal do Comércio de Fevereiro 27* enumera, entre outras peças expostas, «uma credencia, em estylo gothico florido, pertencente á antiga capella de Ruy Telles de Meneses, em Santarem», o que torna admissível que a arca e estátua jacente do mordomo-mor da terceira mulher de D. Manuel I tivessem já ingressado no Museu <sup>(30)</sup>.

Em 28 o mesmo periódico refere a oferta por Diocleciano António Pedro Freire de «cinco medalhas de cobre de grande modelo» que são assim descritas:

«Uma representa o frontespício do convento da Estrella, tendo no reverso a planta da egreja, 1779.

Outra tem o emblema da dedicação do mesmo convento ao Coração de Jesus.

Outra, da mesma era, com as effigies de D. Maria I e do rei D. Pedro.

Outra para comemorar o consorcio do principe do Brasil D. João com a infanta D. Carlota Joaquina, 1785. A allegoria é uma pyra sobre a qual se vêem dois corações sustentados por dois genios; um terceiro genio tem o facho do hymeneo em uma das mãos e na outra uma corôa que se sobre põe aos corações.

Outra comemorativa da reedificação de Lisboa. No anverso está Lysia com um leão a seus pés, e mostra a Portugal as artes e o commercio, que vão receber novo impulso; no reverso tem o monumento do Terreiro do Paço e a legenda Magnanimo Restitutori.»

Artur Lamas não inclui Diocleciano Freire na relação de ofertantes inserta no seu trabalho mas as medalhas descritas no jornal em primeiro, terceiro e quarto lugares são, sem dúvida, as a que aquele autor atribui os n.ºs 5, 7 e 14 e às descritas em segundo e último lugares corresponderão os n.ºs 11 e 13 (*ob. cit.*, pp. 51 a 53).

Em *Março 26* é publicitada a vinda de «mais antigualhas para o museu»: do convento de S Francisco de Santarém o sarcófago de D. Constança, mãe de D. Fernando; do convento de Cristo o túmulo do D. Fr. Gonçalo de Sousa (aliás, só a tampa, não ainda a caixa tumular, que poderá ser uma das mencionadas em officios de *Fevereiro* e *Março* e portaria de *Abril* acima mencionados). Do primeiro consta no catálogo de 1876 que foi depositado por J. J. Passos e no de 1891 que era pertença do Estado; o segundo é em ambos indicado como depositado por Possidónio da Silva.

Sobre o túmulo de D. Gonçalo de Sousa diz o fundador da Associação (a p. 124 do n.º 8 do tomo II, de 1878, do nosso boletim):

«Este sarcófago estava colocado no meio de um jazigo construído de alvenaria dentro do adro da igreja de Tomar, do lado norte; porém já a abóbada tinha abatido e as pa-

<sup>(30)</sup> O já muito citado boletim publicado em *Dezembro de 1866* mostra «o formozissimo retabulo da capella sepulchral de D. Ruy de Menezes» estendido «sobre o pavimento» e informa: «Differentes partes d'este monumento se veem dispersas por varios logares do nosso museu (...) mas toda esta fabrica, que devemos á concessão do governo de Sua Magestade, e que se vai reunindo, será em breve levantada, e collocada em sitio proprio para podêr admirar-se, como merece.»

redes laterais haviam-se desmoronado quase até à base, estando o túmulo cercado por ortigas (...).»

Um inventário manuscrito, já deste século, refere-o sob o n.º 236 e dá-o como proveniente «da demolida capela de Santa Catarina em Tomar»; Cordeiro de Sousa (*Algumas inscrições portuguesas do Museu do Carmo*, sep. de «Arqueologia e História», Lisboa, 1924, p. 8) diz que:

«Esteve este túmulo no centro da ermida de Santa Catarina do Monte Sinai, primitivamente de Santa Maria do Castelo e depois de S. Jorge, que ficava no terreiro da entrada do convento de Cristo em Tomar», à esquerda da porta de Santiago, e opina que o «jazigo» referido por Possidónio da Silva «é evidente, era a pequena ermida.»

Já haviam entrado no Museu quando foi feita a fotografia publicada no n.º 7 (*Dezembro 1866*) do boletim dois marcos miliários vindos de Tomar (o maior está nessa fotografia, no lado esquerdo da capela-mor e o mais pequeno no lado direito).

1867

Em *Janeiro 22* foi participado o «oferecimento que fez à Sociedade o Il.º Sr. José Palha Faria de Lacerda de um ídolo de bronze e de uma estatueta de pedra, objectos antigos».

Na sessão de *Abril 4* foi aprovado que, a título excepcional, se colocasse em uma das salas o retrato de Possidónio da Silva; aprovado foi também que se «aproveitasse o oferecimento feito para este fim pelo nosso consócio o Snr. Marciano». Todavia, o retrato não consta nem do catálogo de 1876 nem do de 1891.

Por carta de *Junho 6* Manuel Maria Bordalo Pinheiro, que fora nomeado para «confeccionar o catálogo do Museu arqueológico» e para isso pedira a colaboração de Joaquim da Costa Cascais, participa que ambos sentiam a necessidade de serem coadjuvados por alguém com conhecimentos arqueológicos e epigráficos. Esta carta foi lida na sessão de *Julho 31*. A necessidade do catálogo tornou a ser referida na sessão de *Setembro 12* (AG), a propósito da reclamação

de diversas peças por parte da Câmara de Coimbra; face à proposta, de «que a comissão do catálogo averiguasse os objectos que pertencem à Associação e os que ali estão como depositados», Cascais «declarou que não havia comissão do catálogo» e que para esse fim simplesmente se tinham reunido alguns sócios, reunião que parece poder considerar-se informal e pouco operacional.

Na sessão de *Setembro 27* (AG) é mencionado que já haviam seguido para Coimbra os objectos pedidos.

1868

É de *Abril 16* ofício do director-geral das Obras Públicas participando que seriam entregues para ficarem em depósito no Museu «as grades de ferro da capela-mor e de outra lateral ao cruzeiro do Templo de Mafra, os modelos das estátuas que coroam os pórticos da entrada da sala das sessões da Câmara dos Dignos Pares do Reino e mais os objectos constantes da relação junta», os quais tinham sido mencionados em ofício da Associação de *Fevereiro 14*. A relação enumerava:

«Dois meninos e dois serafins de madeira que foram para a Intendência das Obras Públicas, por ocasião de se demolir a antiga Patriarcal.

Os restos de uma capela de madeira que parece ter sido da Igreja da Trindade.

Os restos do púlpito do refeitório do convento de S. Bento. Um modelo em gesso de uma das estátuas do monumento do Senhor D. José 1.º Duas espadas antigas. O modelo de madeira, do tamanho natural, de um molinete de ferro que há naquela Repartição. Uma colecção de esboços de ornatos e de outros objectos do edifício de Mafra.»

Destas peças estarão registados, talvez, os ornamentos da Câmara dos Pares nos catálogos de 1876 e 1891 sob os n.ºs, respectivamente, 545 e 2325. As grades de Mafra estão em ambos os catálogos localizadas na capela-mor; no de 1891 com as indicações seguintes:

«Oito grandíssimos vãos de grades de ferro forjado com ornatos de bronze cinze-

lados primorosamente; obra executada em Flandres em 1733; pertenceram à capela-mor da basílica de Mafra. Foram tirados desse monumento sob o frívolo pretexto de que impedia aos alunos do colégio militar verem o sacerdote quando dizia missa no grande altar: obtidas pelo sr. Possidónio da Silva.»

Nas sessões do Conselho Facultativo de *Abril 23* e *Maió 7* é feita referência a este assunto, na segunda encontrando-se mais especificação dos objectos recebidos: «as cancelas de duas capelas da real basílica de Mafra e os altos relevos das sobreportas da sala da Câmara dos Dignos Pares».

Em *Setembro 23* (CF) foi lido officio do Ministério da Guerra participando terem sido expedidas ordens ao inspector do Arsenal do Exército «para entregar por empréstimo a fim de irem enriquecer o museu do Carmo os seguintes objectos arqueológicos e outros também interessantes existentes no mesmo Arsenal: cinco medalhas cunhadas, 25 modelos de talha em madeira, 6 padrões de antigas medidas de líquido, de bronze, 9 ditas de antigas medidas de seco, também de bronze, 1 dito ordinário do sistema métrico dos que foram feitos no Arsenal, dito real do sistema métrico dos que foram feitos no mesmo Arsenal, dito de pesos antigos, de bronze, formando marco (...). Embora haja ponderáveis discrepâncias no que respeita à quantidade e à proveniência dos pesos indicados na acta desta sessão como emprestados pelo Arsenal do

Exército (no guia de 1876, a p. 38, uma «Caixa com pesos e medidas de sistema decimal, feitos em Lisboa», é indicada como depositada pelo Sr. J. M. Feijó (e como oferecida pelo mesmo no de 1891); diversos pesos e medidas são, a p. 41 do guia de 1876, dados como depositados pelo Sr. Pedro de Alcântara e, a acreditar na indicação constante de pp. 75 e 76 do guia de 1891, teriam sido adquiridos por Possidónio da Silva), poderemos admitir sem excessivo risco que os pesos e medidas hoje expostos na capela-mor deram entrada no Museu em 1868.

De *Outubro 15* é menção feita no C. F. de medalha atribuída à Associação na Exposição Universal de Paris de 1867, medalha em que seria necessário corrigir a denominação que nos era dada<sup>(31)</sup>.

Um officio do Ministério da Fazenda, datado de *Nóvembro 4*, participa que ao director da Casa da Moeda fora determinado que entregasse à Associação, conforme fora requerido, «a parte de um balanceiro do tempo do Senhor Rei D. Afonso 6.º»

Em *Novembro 12*, no C. F., o presidente dá parte «da aquisição que havia feito para o nosso Museu da base de um balanceiro que obteve da Casa da Moeda da era de 1685, o primeiro que houve naquela casa como se vê da legenda»; lembra o catálogo de 1891 que esta peça esteve em riscos de ser destruída «para cunhar moeda de bronze de 40 réis».

(Continua)

(31) Cfr. Artur Lamas, *ob. cit.*, p. 48.



Fig. 1 — No 1.º andar do n.º 127 da Calçada do Combro teve origem a Associação.

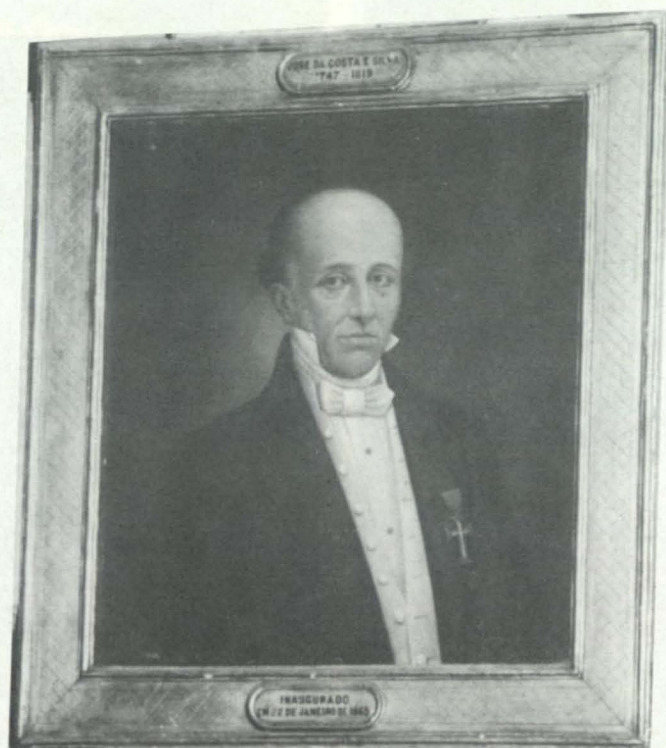


Fig. 2 — Arquitecto, foi um dos principais intérpretes portugueses do Neoclassicismo. O Teatro de S. Carlos e o Palácio da Ajuda são as suas mais conhecidas obras.

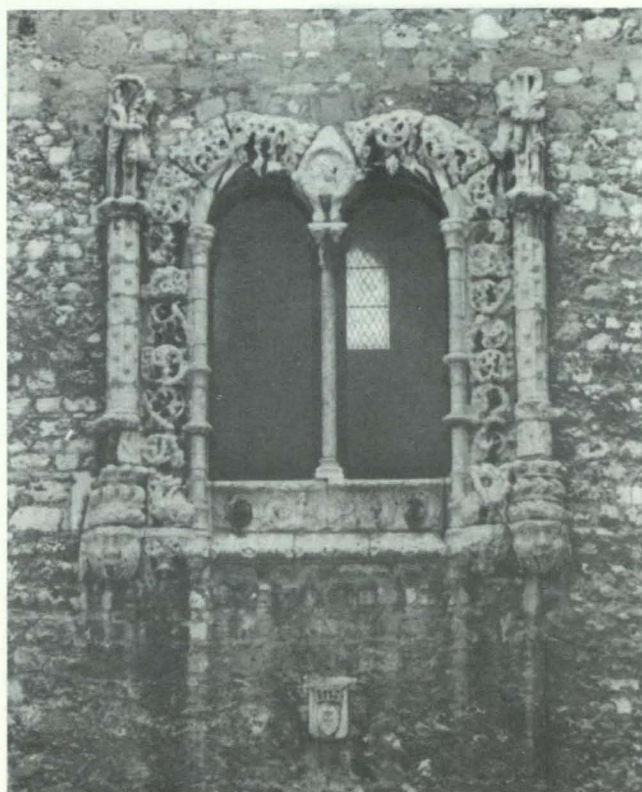


Fig. 3 — Janela proveniente do mosteiro dos Jerónimos onde era uma «das três que se haviam construído no corredor dos claustros com a frente para a cerca».



Fig. 4 — Escudo coroado com as armas dos Carmelitas.



Fig. 5 — Escudo coroado representando as armas dos Carmelitas.



Fig. 6 — Escudo de armas dos Castros, com paquife. Tal como o a seguir mencionado fazia parte do túmulo de D. Miguel de Almeida, conde de Abrantes, existente na igreja do Carmo.



Fig. 7 — Escudo das armas dos Almeidas, com paquife igual ao atrás mencionado.



Fig. 8 — Medalhão de mármore com cabeças de mãe e filha falecidas no mesmo dia.



Fig. 9 — Desta peça diz Dornelas: «Escudo timbrado com elmo a três quartos e paquife. Consiste n'uma pedra muito bem trabalhada e que tem um braço embutido. O braço desapareceu, havendo conhecimento pelo timbre que devia pertencer aos Andrades». Afirma ainda este A. que o escudo era «das armas da Família dos Andrades e Sousas, achado em Santarem».



Fig. 10 — Escudo em forma de lisonja, com as armas de Portugal, dos Henriques e dos Sás, Peixotos ou Alcoforados.



Fig. 11 — Leitura de Cordeiro de Sousa:  
-ESTA CAZA CARNEIRO IAZIGOOS E CAPPE-  
LLA SÃO DOS IRMÃOS ESCRAVOS DA CADEIA  
COMO CONSTA DA ESCRETTURA FEI-  
TA COM O CONVENTO NAS NOTTAS DE  
D.<sup>OS</sup> DE BAIRROS EM IVNHO DE 1660-



Fig. 12 — Leitura de Cordeiro de Sousa:  
A ORDEM 3<sup>A</sup> MANDOU FAZER A SUA CVSTA.....  
TODO O CLAVSTRO NO ANNO DE 1720 TE .....  
DE 1670



Fig. 13 — Campa do cardeal da Mota, se-  
pultado na igreja do Carmo junto às grades  
do côro. Está hoje enquadrada no que foi o  
nicho da Senhora da Piedade (que se abria  
na fachada direita da igreja do Carmo).



Fig. 14 — Imagem seiscentista de Santo Elias pertencente  
à igreja do Carmo.

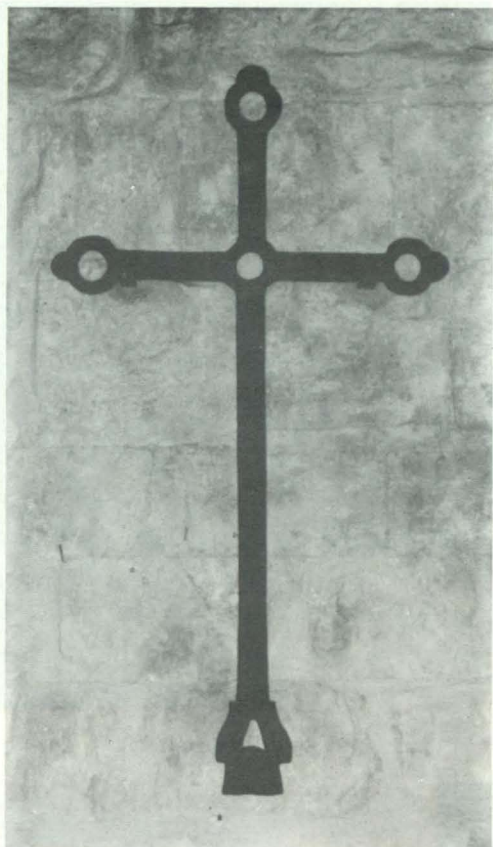
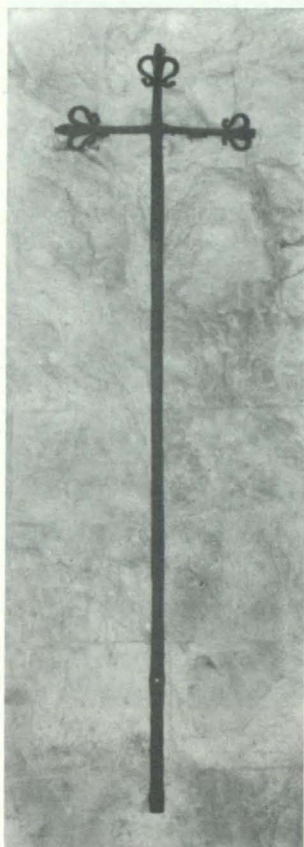


Fig. 15 — Cruz que se encontrava na igreja do mosteiro do Carmo.

Fig. 16 — Cruz que se encontrava na igreja do mosteiro do Carmo.

Fig. 17 — Estátua de madeira do Condestável, proveniente de S. Vicente de Fora.



Fig. 18 — Estátua e reprodução, em madeira, do túmulo de D. Nuno Álvares Pereira. Estas peças quando vieram para o Carmo estavam «em uma capela do claustro da Igreja de S. Vicente de Fora»  
O túmulo primitivo era de alabastro e foi destruído em 1755.



Fig. 19 — Espada dada como pertencente ao Condestável.



Fig. 21 — Esculturas de Machado de Castro pertencentes ao túmulo de D. Mariana de Áustria.



Fig. 20 — Campa com o braço dos Alvares de Andrade proveniente do convento da Anunciada.

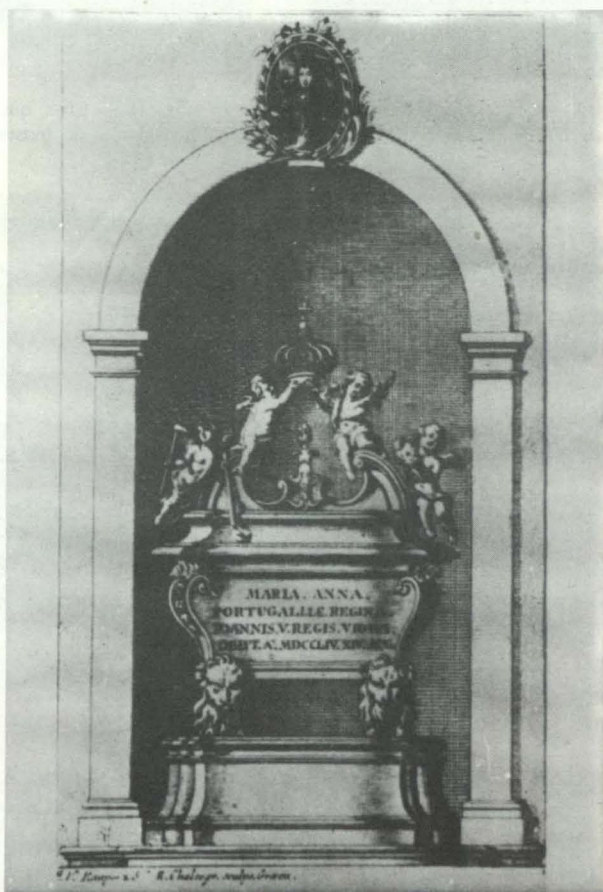


Fig. 22 — Reconstituição do túmulo de D. Mariana de Áustria.



Fig. 23 — Pia baptismal da antiga igreja paroquial da Ajuda.



Fig. 24 — Tanque proveniente da quinta do marechal Saldanha, em Sintra.



Fig. 25 — A capela-mor foi o espaço em que se agruparam as peças constitutivas do Museu Arqueológico do Carmo nos seus primeiros tempos. Esta fotografia reproduz o lado esquerdo da capela e nela vemos a estátua de D. Maria I e também as que representam a África e a América; pode também atentar-se em algumas peças mencionadas neste texto: à direita, o tanque oferecido por Saldanha; à esquerda, a taça de Azamor e, atrás desta, marco miliário e o túmulo de D. Frei Gonçalo de Sousa.

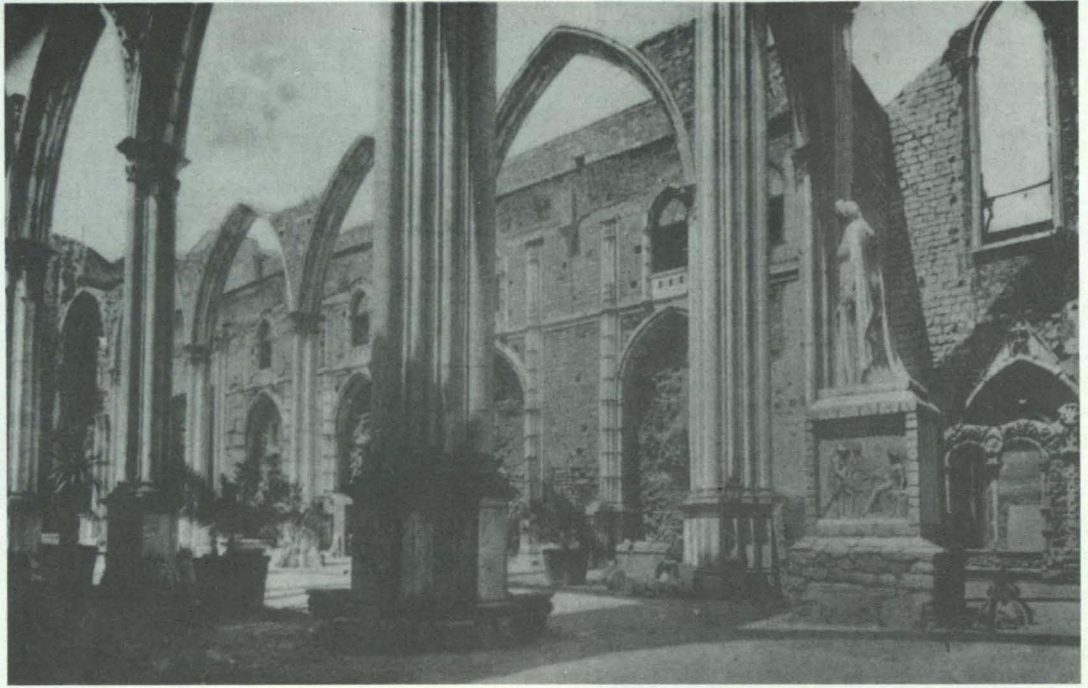


Fig. 26 — A estátua de D. Maria I quando colocada no transepto; no braço esquerdo do mesmo vê-se a janela dos Jerónimos.

*(Esta fotografia foi-me gentilmente cedida pelo Prof. Fernando Castelo-Branco)*

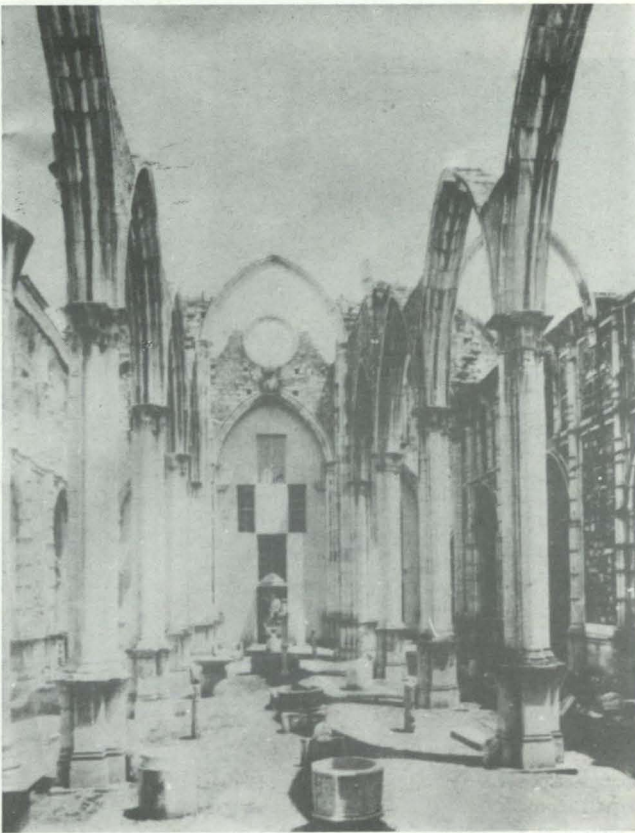


Fig. 27 — No topo da nave central e em frente à capela-mor encontra-se a estátua de Neptuno; na mesma ou em muito aproximada localização lhe sucederam as estátuas de S. João Nepomuceno e de D. Maria I. Em primeiro plano vê-se a já mencionada pia baptismal da Ajuda.



Fig. 28 — A estátua de Neptuno no Largo de D. Estefânia.



Fig. 29 — Pedra sepulcral com brasão da família Montarroio, proveniente da zona do palácio do Correio-Mor.

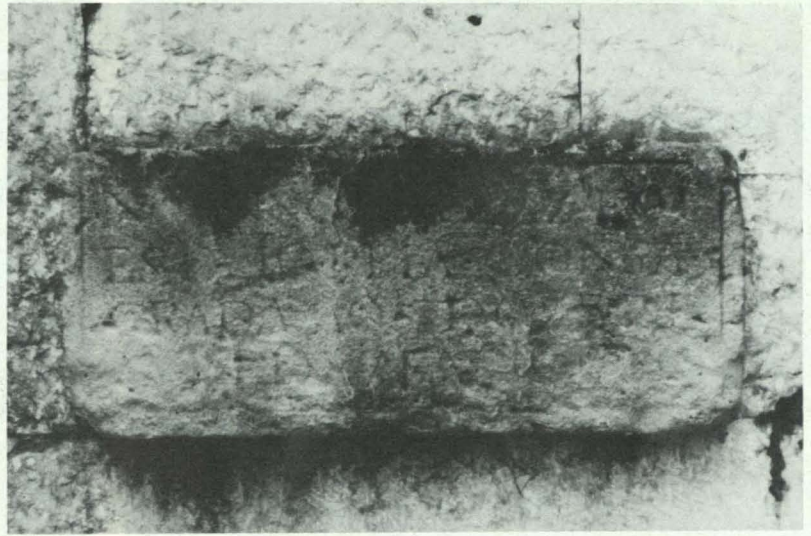


Fig. 30 — Inscrição proveniente da igreja de Santa Marinha. Leitura de Cordeiro de Sousa:  
 NO ANNO DE 1222 FOI  
 ESTA IGREIA CONSA  
 GRADA AOS DOZE DI  
 AS DE DEZEMBRO



Fig. 31



Fig. 32

Figs. 31, 32, 33, 34 e 35 — Túmulo de D. Fernando I, proveniente de S. Francisco de Santarém, visto de vários ângulos.



Fig. 33



Fig. 34



Fig. 35



Fig. 36 — Túmulo de Fernão Sanches, proveniente da capela do Rosário de Nossa Senhora da Oliveira, de Santarém.



Fig. 37



Fig. 38



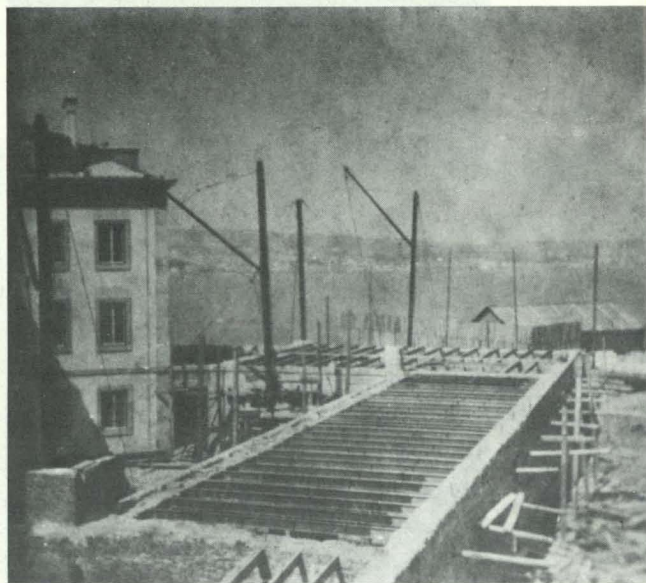
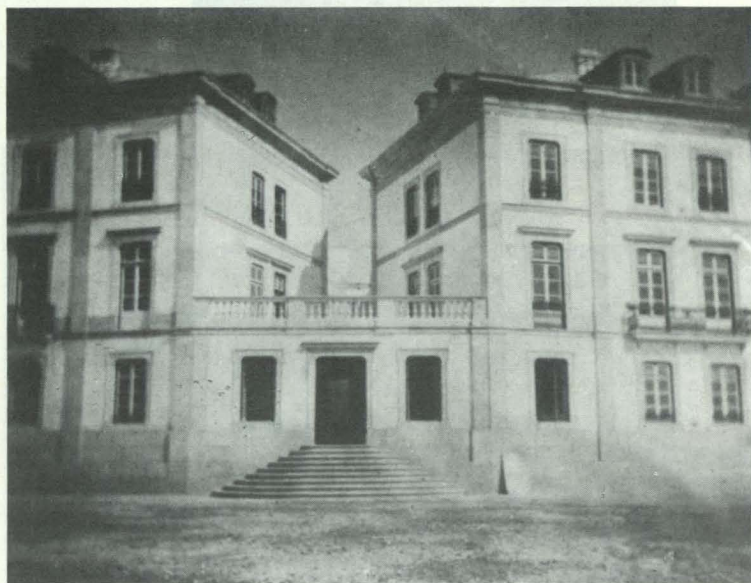
Fig. 39



Fig. 40

Figs. 37, 38, 39 e 40 — Alabastros pertencentes a um retábulo da Paixão. São provenientes de Santo António de Palhais e representam, respectivamente, a traição de Judas e prisão de Cristo, a flagelação, a deposição no túmulo e a Ressurreição.

Fig. 41 — Busto proveniente da alcáçova de Santarém; admite-se que represente D. Afonso Henriques.



Figs. 42 e 43 — Fotografias do Lazareto de Lisboa em 1864.



Fig. 44 — Túmulo de Rui Teles de Menezes.



Fig. 45 — Medalha de cobre comemorativa da inauguração da estátua equestre. Legenda: MAGNANIMO RESTITUTORI. No exergo, a data, MDCCLXXV. No reverso baixo-relevo de Machado de Castro, que está no monumento, no lado Norte. Por cima, na orla, a legenda: POST FATA RESURGENS. No exergo: OLISIPO.



Fig. 46 — Medalha comemorativa da edificação do convento do Sagrado Coração de Jesus: oferta de Diocleciano Freire. No anverso vê-se a fachada da igreja, sem as torres laterais, e lê-se a seguinte legenda: ACCEPTI. BENEFICII. HOC. POSUIT. MONUMENTUM.

O numismata Artur Lamas observa:

*-Este lado da medalha é muito interessante. Além da ausência das torres, muitas outras diferenças existem entre a fachada da gravura e a do próprio edifício. Segundo parece, para a medalha foi copiada a fachada do primitivo projecto, o qual, depois de esta ter sido cunhada e já durante o seguimento das obras, foi alterado. E por isso bom documento para a historia do Templo referido-. No reverso planta do edificio com legenda: VESTIGIUM TEMPLI.*



Fig. 47 — Medalha dos mesmos tema e ofertante da anterior. No anverso bustos conjugados e laureados à direita de D. Maria I e de D. Pedro III; legenda: MARIA. I. ET. PETRO. III PORTUGALIAE. REGIBUS. No reverso moldura ornamentada contendo legenda em cinco linhas: SANCTISSIMO. CORDI- IESU. - PRIM. TEMPLUM. - AEDIFICATUM - PIO. PA- PA. VI. No exergo a data, em duas linhas: ANNO. DOMINI - MDCCLXXXIX.



Fig. 48 — Medalha dos mesmos tema e ofertante das duas anteriores. Da descrição de Artur Lamas:

*-No centro de um circulo radiado um coração, com chaga aberta, donde escorrem tres gotas de sangue, dentro de uma corôa de espinhos; da parte superior sahem chammas. Está apoiado num grupo de tres cabeças de seraphins, e em volta do circulo radiado vêem-se mais quatro. Leg.: IPSI. CULTUS. GLORIA. ET. IMPERIUM. Rev. No campo, em sete linhas, a legenda: CUI. BENEFICIUM. - ACCEPTAE. PROLIS. DEBETUB. - A. D. IMPEII. LUSITANI. - FIRM. IOREM. - STABILITA- TEM. - A. D. MDCCLXXXIX. Por cima da legenda ha uma leve ornamentação de pannos e fitas, e por baixo outra, feita com dois môlhos de espigas de trigo, atados com uma fita, e dois ramos de videira, com folhas e cachos-.*



Figs. 49 e 50 — O sarcófago de D. Constança, proveniente de S. Francisco de Santarém, visto dos lados direito e esquerdo.



Figs. 51 e 52 — O túmulo de D. Fr. Gonçalo de Sousa, proveniente do convento de Cristo, visto de ângulos diferentes.

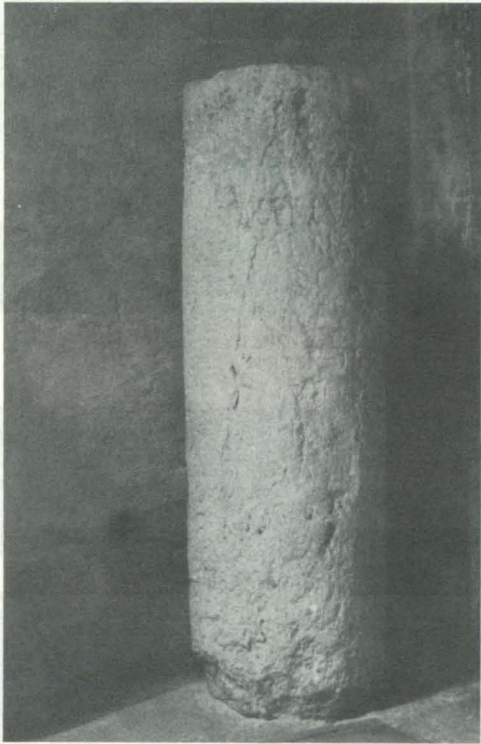
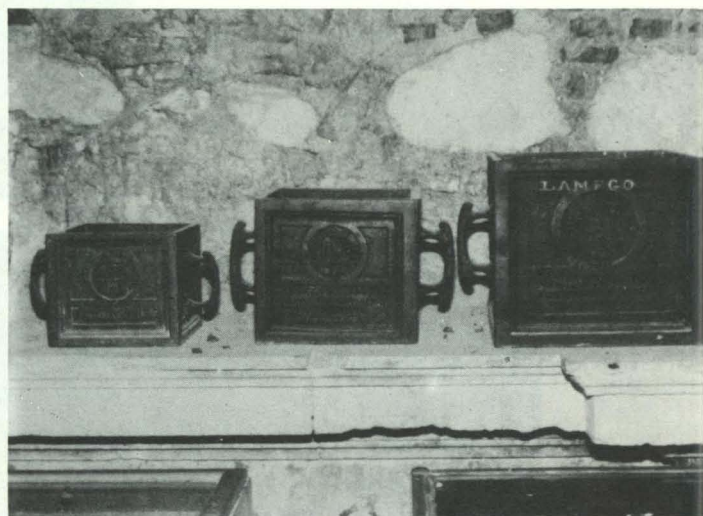


Fig. 53 — Marco miliário. «Foi encontrado n'uma quinta de Thomar, e entregue pelo proprietario á camara municipal d'aquella cidade, que o cedeu ao nosso museu». («Archivo de Architectura Civil», n.º 7).



Fig. 54 — Marco miliário proveniente de Tomar, datado de 275 d.C. Estes marcos são estudados pelo Prof. Justino Mendes de Almeida em artigo incluído nesta revista, sob os n.ºs XVIII e XXI.



Figs. 55, 56, 57 e 58 — Coleções de pesos e medidas existentes no Museu.



Fig. 59 — Balaceiro do tempo de D. Afonso VI.

## SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO MUSEU DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS

Fernando CASTELO-BRANCO (\*)

No património cultural da Lisboa oitocentista, os seus museus são um dos valores a considerar, e com relevância.

Nas maiores cidades do século passado concentraram-se diversas instituições que foram núcleos e centros geradores de desenvolvimento literário, artístico, científico e cultural. No nosso país, a diferença entre o dinamismo desses núcleos e a reduzida actividade assinalável na generalidade dos pequenos centros urbanos levou Damião, personagem de *A Capital*, de Eça de Queiroz, a aconselhar Artur Corvelo a instalar-se em Lisboa, pois «a capital é, no fim de tudo, o único ponto vivo desta fétida lesma morta que se espapa à beira do velho Atlântico, sob o nome desacreditado de Portugal»<sup>(1)</sup>.

Afirmção fortemente caricatural, injusta, especialmente para com o Porto e Coimbra, cujas actividades culturais, precisamente nessa época, atingiram um valor inconstável, contudo expressa, com as restrições indicadas, uma situação característica do século passado. É que em Lisboa existia de facto um fervilhar de actividades culturais, um conjunto de organismos impulsores e proporcionadores de vida cultural nos seus variados aspectos, parte dos quais, aliás, não têm sido considerados nem estudados devidamente nas suas actuações e influências. Não será significativa a afirmação de Henri Lefebvre de que «curiosamente, Marx e Engels não exploraram a cidade como local de nascimento, quadro social e condição de uma série de ideologias e de conhecimentos: razão e nacionalidade, ciência e cientificidade, filosofia e especulação»<sup>(2)</sup>?

Pois um dos elementos a ter em conta nesse quadro de actividades, nesse conspecto de vida cultural de uma cidade, são precisamente os museus. E um dos museus a considerar na Lisboa do século XIX é o da Associação dos Arqueólogos Portugueses, nessa altura denominada Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses.

No panorama museográfico da Lisboa actual, salvo erro, é um museu modesto nas suas dimensões, no valor e volume do património aqui guardado. Mas nos meados do século passado, diferente era a sua relevância.

Há já bastantes anos, pesquisando num velho jornal tema muito diferente, encontrámos a notícia de ter tido o Museu da Associação dos Arqueólogos, nos oito dias durante os quais estivera aberto ao público em Abril de 1876, nada menos do que 1370 visitantes, e, durante igual período do mês seguinte, 1576<sup>(3)</sup>. Tal é, sem dúvida, índice de um interesse bem acentuado pelo Museu e de desempenhar este um papel cultural e educativo assinalável.

Não foi diferente a ideia colhida por nós num velho *Guide Illustré de Lisbonne*, onde se lê:

«Le musée est important et curieux: il possède d'excellents exemplaires d'archéologie historique, pétrifications, etc. Le musée reçoit tous les jours de nouveaux objets qui viennent l'enrichir; l'Etat et quelques particuliers y ont déposé d'intéressants exemplaires archéologiques, les confiant à l'Associa-

(1) *A Capital*, 7.ª edição, 1946, p. 94.

(2) *O Pensamento Marxista e a Cidade*, (C) Casterman 1972, tradução de Maria Idalina Furtado, Editora Ulisseia, sem data, p. 67.

(3) *A Arqueologia Nacional e o Turismo*, Lisboa, 1967, Separata do vol. LXXIII da revista *Ocidente*, p. 33, nota 6.

tion qui continue à employer tous ses efforts pour assurer au musée archéologique le degré de haute importance auquel il a droit.»

O prestígio usufruído pelo museu no século passado está igualmente acentuado e de forma incisiva em obra publicada em Madrid, da autoria de Francisco e Hermenegildo Giner de los Rios e intitulada *Portugal — Impresiones para servir de guia al viajero*. A advertência colocada no início do volume está datada de Junho de 1888. Todavia, a obra reporta-se provavelmente a um período anterior. Com efeito, nela se censura a pequena verba concedida às Academias de Belas Artes de Lisboa e Porto, dizendo ter sido atribuída a ambas, em 1836:

«La cantidad de 32 contos de reis (unos 35.000 duros), y hoy cuesten las dos menos de la mitad de esta suma»,

acrescentando em nota:

«Al menos en 1878, á cuyo año pertenecen los datos que tenemos á la vista»<sup>(4)</sup>.

E como Gerald Moser, em seu artigo *O Lusófilo exemplar Francisco Gomes de los Rios*, diz haver vestígios de terem viajado os dois irmãos para Portugal em 1879, 1880, 1886, 1890, 1893 e 1897, pensamos que provavelmente a verba referente a 1878 foi registada durante a viagem realizada no ano seguinte<sup>(5)</sup>.

Especialmente importante é, parece-nos, a descrição do Museu feita nessa obra, dando-nos uma ideia bastante pormenorizada da sua constituição em 1879, ou cerca desse ano:

«... comprende once secciones, sobre cuya clasificación habría no poco que decir: arqueología prehistórica, petrificaciones (cuyo lugar no parece ser una institución de esta clase); arqueología histórica; sigilografía; instrumentos de música (sección que no va ano-

tada en el índice); obras de platería; retratos de personajes más ó menos ilustres, muchos de ellos contemporáneos; escultura antigua y moderna; antigüedad de mármol y metales (denominación bastante extraña); modelos de arquitectura, azulejos y muestras de materiales de construcción, y por último, antigüedades en piedra (otro título difícil de legitimar).

En la primera de estas secciones se hallan algunos huesos, ya originales, ya reproducciones; hachas, cuchillos y otras armas; patenas y vasos; joyas y algunos cuadros representando yacimientos, monumentos megalíticos y otros objetos prehistóricos, y que han sido utilizados para las lecciones de arqueología dadas en la Asociación, en 1866<sup>(6)</sup> por uno de los más reputados arquitectos y arqueólogos lusitanos, el Sr. J. Possidonio N. da Silva, á quien el Museo debe inestimables servicios. Las «petrificaciones» se reducen á 24 ejemplares, entre los cuales, así se comprenden verdaderos fósiles (v. g., *ammonites, belemnites, cardium, terebratulas*, etc.), como trozos de yeso fibroso, caliza, etc., que no es fácil entender la causa de encontrarse en aquel sitio, como no sea en concepto de materiales que sirven para la fosilización de los restos orgánicos. En la sección denominada «Arqueología histórica» se hallan algunas lámparas, vasos, cipos y mosaicos romanos, algunos proyectos arquitectónicos, un Calendario rúnico del siglo XII, y un vaciado del soberbio púlpito de Santa Cruz de Coimbra, de cuyo original ya hablaremos. En la de sigilografía unos 150 sellos portugueses de diversas épocas, entre originales y vaciados; y en la de instrumentos musicales, 16 procedentes de China, depositados por el actual ministro vizconde de San Juanuario. En punto á obras de platería ú orfebrería, sólo posee el Museo 39 fotografías de la importante colección de piezas portuguesas,

(4) *Portugal*, pp. 95-96.

(5) Este artigo foi publicado na revista *Vértice*, Julho-Agosto de 1960, vol. XX, n.º 202-203.

(6) Teve repercussão esse curso. Possidónio da Silva, em carta de 24 de Outubro de 1885, escreveu:

«Já se nomeou o Lente na Universidade para o curso de Antropologia e Arqueologia prehistórica? (...) Eu muito estimei que o Governo acordasse em abrir esse curso; e mesmo todas as minhas preceverantes diligências eram para ele se criar em Portugal; e sempre serviu eu ter alcançado estabelecer-se esse estudo na nossa Associação pois foi passado quase dois meses, que o Governo apresentou a proposta no Parlamento.»

*Epistolário da Biblioteca Municipal de Coimbra*, Coimbra, 1961, vol. I, p. 225.

pertenecientes al rey D. Fernando, y que corresponden, por lo común, á los siglos XVI á XVIII; y en la sección de retratos de arquitectos y arqueólogos (entre ellos el de nuestro Amador de los Ríos) se encuentran algunas cartas, fotografías y grabados de monumentos y construcciones de diversas épocas y países; la pieza más interesante es una pintura en vitela del célebre iluminador Francisco de Holanda, cuyo manuscrito da tanta importancia al libro de Raczyński, y del cual ya en otra ocasión hemos hablado.

Las «obras de escultura antigua y moderna» son, principalmente, sarcófagos y estatuas sepulcrales. Entre ellas deben citarse: la urna de la princesa doña Constancia, madre de D. Fernando I; es del siglo XIV, y tiene en la tapa una figura de hombre, que indica — según dicen — que este sepulcro sirvió también de enterramiento á aquel rey, cuyo segundo sarcófago se halla asimismo en el Museo; el de D. Gonzalo de Sousa (1469), limosnero mayor de Alfonso V; el de D. Fernando Sanches, que está representado de lado, y no tendido sobre las espaldas, como es uso; la tapa del de Ruy de Menezes (1528); inscripciones, escudos, bustos, capiteles y algunas estatuas de escultores modernos portugueses, como Aguiar y Machado. La sección de «mármoles y metales» (que comprende, por cierto, algunas obras en madera) ofrece algunos relieves, bustos, estatuas y fragmentos, vidrios, inscripciones, pesos, armas, medidas antiguas, etc. Entre estos objetos descuellan algunos relieves góticos; una estatuilla egipcia, de bronce; el busto de madera del Papa Juan XXII, de principios del siglo XIV; algunas obras y fragmentos de alabastro, que representan asuntos de la Pasión y se suponen hechos en la India (cuyo arte cristiano comienza á interesar tan vivamente); un bajo relieve en mármol italiano, que se atribuye á Alberto Durero, y figura la Crucifixión; y algunos azulejos antiguos, especialmente trece holandeses, que no dejan de tener importancia por lo que parece puede haber influido los Países Bajos en la cerámica portuguesa.

También se encuentran azulejos antiguos en la sección siguiente, denominada de «modelos de arquitectura, azulejos y materiales de construcción»; entre ellos los hay muy

curiosos de los siglos XV y XVI, con tal cual que parece árabe; los modelos de la Acrópolis de Atenas, reconstruída, del Panteón, de la pirámide de Cécrope, del Circo Máximo y otros monumentos romanos, etc., juntamente con muestras de piedras, madera, loza, cales, ascillas, ladrillos y demás materiales que se hallan ó fabrican en los distritos de Oporto, Leiria, Villa-Real, Faro, Beja, Lamego, Lisboa, Vianna, Viseo, Evora y Borba, y algunos ejemplares de mármoles artificiales italianos, etc., constituyen el resto de esta sección.

Por último, en la de «antigüedades en piedra» hay algunas estatuas de escaso interés, pilas, inscripciones y lápidas sepulcrales, portadas, ventanas, capiteles, columnas, y otros fragmentos arquitectónicos y un importante sarcófago romano del siglo IV, con el coro de las musas figurado en alto relieve. Quince monedas romanas y árabes componen la microscópica colección numismática del Museo.»

Apontam-se duas deficiências para o Museu. Uma advinda das suas instalações:

«En las poéticas ruinas do *Carmo* (...) se halla el naciente Museo Arqueológico, establecido en 1866 por la Real Sociedad de Arquitectos civiles. El estado del edificio, donde no hay bastante espacio cubierto para exponer debidamente los ejemplares, es tan gran inconveniente para su colocación y estudio, como ventajoso para la impresión pintoresca del conjunto.»

A outra, surgida em virtude de ser de criação recente, não tendo podido ainda seleccionar devidamente as peças expostas, e por isso tal

«Hace que en este pequeño Museo hayan encontrado cabida ciertos objetos de muy dudosa importancia.»

Salienta estar o Museu em crescimento, pois

«Además de algún que otro mueble antiguo portugués y de una serie de piezas de cerámica francesa, también antigua y muy agradable, pero que todavía no se halla incluída en el Catálogo, como tampoco otros

objectos que se ven en los armarios, lo cual prueba que el Museo va aumentando cada día. Le deseamos el mejor porvenir.»

Mas nesta obra apontam-se ainda mais dois aspectos positivos relativos ao Museu. Um deles, demonstrativo do interesse despertado por esta instituição, é existirem aí, em depósito, peças pertencentes a particulares:

«Según resulta de la sumaria relación publicada en 1876 por la Sociedad, muchos objetos son pertenecientes á particulares, que los han entregado al Museo en calidad de depósito, á fin de aumentar la importancia de sus colecciones; ejemplo en que resalta el influjo de Inglaterra (donde tan frecuentes son esta clase de generosos servicios) y digno de ser imitado entre nosotros.»

E em 1879 Martins Sarmiento felicitava Possidónio da Silva «pelos magníficos presentes que tem tido o Museu do Carmo, de que V. Ex.<sup>a</sup> é a alma» e no ano seguinte dizia-lhe: «folgo com as novas aquisições que V. Ex.<sup>a</sup> tem feito para o seu querido Museu e que cada vez mais o enriquecem»<sup>(7)</sup>.

O outro aspecto que mereceu elogio aos irmãos Giner de los Rios é possuir o Museu um catálogo, facto notório, dada a modéstia da sua situação:

«Por lo demás, aunque el Museo Arqueológico de Lisboa, sostenido por una modesta corporación privada y perteneciente á una nación tan pequeña, sea inferior al nuestro, mantenido por el Estado, dotado de un personal más que numeroso y correspondiente á un pueblo de 17 millones de habitantes, es bastante digno de servirle de ejemplo en ciertos puntos; v. g: en el del Catálogo; pues en cuanto al del antiguo Casino de Embajadores, nadie será osado á afirmar en qué siglo podrá ver luz pública. Tiene el Museo lisbonense, en efecto, Catálogo publicado en 1876.»

Este o testemunho sobre o Museu da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Por-

tugueses, pois, como já lembrámos, assim se denominava nessa altura a Associação dos Arqueólogos Portugueses, testemunho que nos parece merecer ser recordado e divulgado, porque supomo-lo pouco ou nada conhecido entre nós, actualmente, e marca bem o valor e interesse que adquiriu o Museu, em 1879 provavelmente, ou entre essa data e 1888. E concorda com a afirmação feita por Martins Sarmiento em 1878 de que «o edifício do Carmo vai-se restaurando e o Museu chamando, como deve, a atenção dos estrangeiros»<sup>(8)</sup>.

Outro capítulo pouco conhecido da história do Museu da Associação dos Arqueólogos é ter existido aqui o primeiro museu da cidade. Com efeito, o primeiro museu de temática olisiponense aqui foi criado. Pela sua importância e significado, este aspecto merecia ser exposto com uma minúcia e base documental incompatíveis com uma intervenção oral. Por isso nos limitaremos a apontar alguns tópicos, os quais cremos permitirão dar uma ideia correcta do alcance dessa ocorrência.

Em Maio de 1910 na Câmara Municipal de Lisboa estava a encarar-se, ao que parece de um modo particularmente interessado, a criação do que é denominado como Museu Histórico da Cidade de Lisboa. Eis o que se lê na acta da sessão do município de 25 desse mês:

«O sr. vereador Thomaz Cabreira participou à Câmara ter-se instalado no dia 22 do corrente, nos Paços do Concelho, pelas 2 horas e meia da tarde, a comissão directiva do Museu Histórico da Cidade de Lisboa, constituída por ele orador, que pela Câmara fora nomeado presidente dela, e pelo sr. D. José Pessanha, delegado da Academia de Belas Artes; Gabriel Pereira, delegado da Associação dos Arqueólogos Portugueses e Eduardo Freire de Oliveira, arquivista da Câmara Municipal de Lisboa.»

Para organizar o Museu, a edilidade busca dois apoios: o da Academia de Belas Artes e o da Associação dos Arqueólogos. Havendo então em Lisboa uma escola superior onde se ensinava História, o Curso Superior de Letras, a Academia das Ciências com vários sócios cultivando

(7) *Cartas inéditas de Francisco Martins Sarmiento a Joaquim Possidónio da Silva*, in *Boletim de Trabalhos Históricas*, edição do Arquivo Municipal de Guimarães, 1933, n.º 1, pp. 27 e 35.

(8) *Idem, ibidem*, n.º 1, p. 25.

de forma notável este ramo do saber e alguns com obra valiosa de interesse lisiponense, museus com índole artística e histórica, a escolha desses dois organismos para a comissão repretenta, sem dúvida, um testemunho de valorização bem expressivo.

Além disso, parece haver um desejo forte de tornar realidade rapidamente esse museu, pois, como se diz na acta, «a comissão iniciara logo os seus trabalhos, começando por nomear seu secretário o funcionário Carlos Ulrico Teixeira de Magalhães. Em seguida a comissão estabeleceu as linhas gerais sobre que deve ser organizado o museu» e resolveu ainda «fazer um apelo a todas as pessoas que possuam documentos ou objectos relativos à história da cidade de Lisboa, para que os cedam ou simplesmente os emprestem ao museu ou nele os depositem. Os delegados da comissão directiva visitaram em seguida à sua instalação o arquivo da Câmara para procederem à escolha dos objectos e documentos que são dignos de figurar no mesmo museu. As reuniões da comissão ficaram marcadas para as 2.<sup>as</sup>, 4.<sup>as</sup> e sábados de cada mês. Declarou ainda o orador que a comissão já possui muitos elementos para o museu e que tenciona propor que se inscreva em orçamento uma verba para fazer face a algumas despesas que como é natural se necessitam fazer»<sup>(9)</sup>.

Meses depois é proclamada a República e, decorrido pouco mais de um ano, em Julho, o vereador Nunes Loureiro apresentou a seguinte proposta:

«Para execução do decreto com força de lei de 20 de Abril de 1911, proponho:

- 1.º – Que sejam suprimidas as cerimónias cultuais na casa e igreja de Santo António de Lisboa;
- 2.º – Que sejam extintos todos os lugares da mesma casa e igreja, ficando ao serviço municipal os funcionários que queiram desempenhar os serviços compatíveis com as suas categorias e aptidões e o requeiram à Câmara até ao dia 15 do próximo mês de Agosto;

3.º – Que seja criado e instalado no edifício da igreja um museu municipal, devendo nomear-se uma comissão de três vereadores encarregada de organizar o referido museu e elaborar o respectivo regulamento;

4.º – Que os rendimentos da extinta casa e igreja continuem a constituir receita privativa, que será aplicada ao museu ou a qualquer outro fim de utilidade social, e, sendo a casa e igreja propriedade desta Câmara, proponho que se represente a sua ex.<sup>a</sup> o ministro da justiça para que no regulamento do decreto de 20 de Abril de 1911 se determine expressamente que a casa e igreja de Santo António de Lisboa com todos os seus bens e rendimentos continui na posse e administração da Câmara Municipal de Lisboa.»

Esta proposta foi aprovada<sup>(10)</sup>. Portanto, relativamente ao museu, apenas se arranjou um local para o instalar. O mesmo vereador, em Maio do ano seguinte, apresenta nova proposta:

«1.º – Que a 4.<sup>a</sup> Repartição elabore o projecto e orçamento das obras indispensáveis no edifício da extinta casa e igreja de Santo António para adaptar a Museu da Cidade de Lisboa;

2.º – Que uma comissão composta de um vereador e dois funcionários da Câmara seja encarregado (sic) de seleccionar os objectos existentes no Arquivo, Repartições da Câmara e extinta Casa e Igreja de Santo António que interessam à História da cidade de Lisboa.»

Aprovada por unanimidade, em seguida o mesmo vereador propôs que a referida comissão fosse constituída pelos srs. Agostinho José Fortes, Dr. Joaquim Köpke e Gomes de Brito<sup>(11)</sup>.

Decorridos nada menos de oito anos, a questão do museu municipal volta à tona. Em Agosto

(9) Sessão de 25 de Maio de 1910 — *Actas das Sessões da Camara Municipal de Lisboa de 1910*, pp. 364-365.

(10) Sessão de 6 de Julho de 1911 — *Actas das Sessões da Camara Municipal de Lisboa no ano de 1911*, p. 400.

(11) Sessão de 16 de Maio de 1912 — *Actas das Sessões da Camara Municipal de Lisboa no ano de 1912*, pp. 321-322.

de 1920, o presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, Alberto Ferreira Vidal, apresentava mais uma proposta relativa ao museu:

«Considerando que por deliberação de 6 de Julho de 1911 foi suprimido o culto na Casa e Igreja de Santo António e mandado criar e instalar no edifício da igreja um museu municipal; Considerando que o edifício da supracitada igreja, que por si só é um monumento artístico, que só se presta a um museu de Arte Sacra principalmente; Considerando mais a tradicional veneração do povo de Lisboa e ainda estranhos têm ainda pela memória de Santo António que, diz a lenda, nasceu naquele local:

#### Proponho

- 1.º — Que o edifício da igreja de Santo António seja adaptado a Museu de Arte Sacra, devendo a 4.ª Repartição confeccionar as vitrines e mostruários precisos para neles se expor a indumentária, livros e objectos artísticos ou matéria valiosa e ainda aqueles que tendo característica histórica relativa à casa de Santo António ou com ela se relacionem, sejam dignos dessa exposição.»

Mas sugeria ainda mais:

«Que no átrio e dependências do primeiro pavimento se vão dispor as inscrições lapidares, esculturas, brasões, emblemas, etc. restos derivados da demolição ou reparo dos edifícios da cidade, objectos encontrados nas escavações, medalhas, numismáticas, selos, tudo enfim que seja elemento para documentar a vida da cidade, não só nos tempos idos mas ainda nas diversas formas da sua actividade moderna indo assim formando o núcleo do futuro Museu Municipal.»

Foi esta proposta aprovada por unanimidade <sup>(12)</sup>.

Em suma, numa década, na Câmara de Lisboa, relativamente à criação de um museu municipal, apresentaram-se propostas, esboçou-se a estrutura do museu por duas vezes, formaram-se duas comissões. Mas o museu não se fez e parece mesmo nunca se ter iniciado a sua montagem, como se depreende da lamentável situação da igreja de Santo António em 1924, segundo o que nessa data diz Raul Proença no *Guia de Portugal*:

«Templo de linhas elegantes e um dos mais interessantes monumentos da arquitectura religiosa do séc. XVIII, hoje destinado a depósito de materiais da Câmara.» <sup>(13)</sup>

No entanto manifestou-se — e com persistência — empenho na criação desse museu e ainda em 25 de Maio de 1921 «o sr. Rodrigo Simões (...) quanto à aquisição de objectos de arte não estava de acordo com o Sr. Paiva e Pona, entendendo que a Câmara deveria proteger a arte nacional, com incitamento aos artistas portugueses, procurando assim enriquecer as salas dos Paços do Concelho e o seu futuro Museu» <sup>(14)</sup>.

Entretanto, na Associação dos Arqueólogos Portugueses, um grupo de estudiosos de Lisboa forma uma Secção de Arqueologia Lisbonense, cuja sessão constitutiva teve lugar na noite de 27 de Dezembro de 1912. Tivemos a ideia de sugerir ao Dr. Francisco Santana que nas páginas da *Revista Municipal* se descrevesse a actividade dessa Secção. De facto, publicou nesta «Revista» o Dr. Joaquim Parro o sumário das actas, pondo assim ao alcance dos estudiosos notícias de muito interesse, especialmente olisiponense, como é natural, serviço digno de louvor e agradecimento.

Assim, ficamos a saber ter em 17 de Abril de 1913 sido largamente discutida a proposta de D. José Pessanha de se comemorar o 50.º aniversário da Associação com uma exposição de Lisboa Antiga, tendo em 18 de Junho seguinte sido aprovado o programa do que denominaram Exposição Olissiponiana:

<sup>(12)</sup> Acta da Sessão de 5 de Agosto de 1920 — *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Camara Municipal de Lisboa*, ano de 1920, pp. 553-554.

<sup>(13)</sup> *Guia de Portugal*, Edição da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, vol. I, p. 273.

<sup>(14)</sup> *Actas das Sessões da Camara Municipal de Lisboa*, no ano de 1921, p. 261.

### GRUPO 1.º

*Cerâmica* — produtos das antigas olarias de Lisboa e seu termo.

### GRUPO 2.º

Plantas, perspectivas e vistas panorâmicas de Lisboa, anteriores à transformação da cidade (1880).

### GRUPO 3.º

Bibliografia Lisbonense:

- a) Monografias e panegíricos;
- b) Roteiros;
- c) Folhinhas e calendários;
- d) ... mapas divisionários das paróquias;
- e) Crônicas e memórias acerca dos edifícios civis e religiosos da cidade.

### GRUPO 4.º (*vária*)

Documentos diversos que interessam à etnografia da cidade.

Em 28 de Novembro desse mesmo ano foi resolvido designá-la por Exposição Olisiponense. Nas sessões seguintes continuou-se a tratar da exposição, que foi inaugurada pelo Presidente da República Dr. Manuel de Arriaga, o qual escreveu no livro dos visitantes ser a Exposição Olisiponense «uma verdadeira ressurreição de arte e duma época longínqua em que o Belo tinha entre nós mais culto do que nos últimos tempos».

Publicou-se um bom catálogo da Exposição e a seu respeito comentou o Dr. Francisco Santana que, graças a ele, se verifica «que o Grupo 1.º se manteve, o 2.º se desdobrou em 2.º (Planos — plantas anteriores à transformação da cidade (1880) e 3.º (vistas e aspectos da cidade, seus bairros e monumentos), o 3.º agora designado 4.º pouco se alterou:

- a) Monografias;
- b) Roteiros, folhinhas, calendários, folhetos e mapas divisionários das paróquias;
- c) Crônicas e memórias acerca de edifí-

cios civis e religiosos de Lisboa e o 4.º passando a 5.º manteve o mesmo conteúdo».

No ano seguinte, na sessão de 26 de Fevereiro, um vogal da Secção, Jesuíno Ganhado, «declarou que se deve, desde já proceder à arrumação na sala Olisiponense, dos objectos que figuraram na Exposição do 50.º aniversário da Associação dos Arquólogos» e a 18 de Junho D. José Pessanha exortou a Secção «a trabalhar e não se deixar adormecer à *sombra dos loiros colhidos pela Exposição Olisiponense*».

Decorridos alguns anos, essa exortação encontrou eco. Em 6 de Maio de 121, «Garcez Teixeira propôs que se nomeasse uma Comissão encarregada de organizar o Museu da Secção Olisiponense», em 17 de Março do ano seguinte Afonso de Ornelas «declarou que levantará o problema de instalação do Museu da Cidade na próxima Assembleia Geral», em 31 desse mesmo mês Soares O'Sullvand sugeriu que *alguns objectos oferecidos à Associação — que estiveram na Exposição Olisiponense — deviam ser oferecidos ao projectado Museu da Cidade*» e foi ainda nomeada uma comissão, constituída por Afonso de Ornelas, Soares O'Sullvand e César da Silva, para, conjuntamente com os conservadores, preparar a instalação do futuro Museu. Em 28 de Abril o Presidente da Secção, Jesuíno Ganhado, «declarou que a proposta de D'Ornelas sobre a fundação do Museu da Cidade foi submetida à apreciação da Câmara, na sessão da passada 5.ª feira, que a aprovou». No mês seguinte, no dia 29 «Garcês Teixeira — a propósito da criação do Museu da Cidade — pediu informação sobre o âmbito que se deve atribuir a Lisboa *para o fim do seu Museu*. Falaram vários sócios, tendo-se chegado à conclusão que por Museu da Cidade deve entender-se o da Capital do País, *na área compreendida pelas barreiras* — o que foi aprovado.

Finalmente, no dia 10 de Junho desse ano de 1922, foi inaugurado o Museu. Sob a epígrafe *Museu da Cidade*, o jornal «O Século» publicava no dia seguinte uma notícia, da qual parece-nos justificar-se a leitura:

«A inauguração do Museu da Cidade, na Associação dos Arqueólogos — instalada no Museu Arqueológico — realizou-se como fora anunciado, perto das 12 horas. O sr.

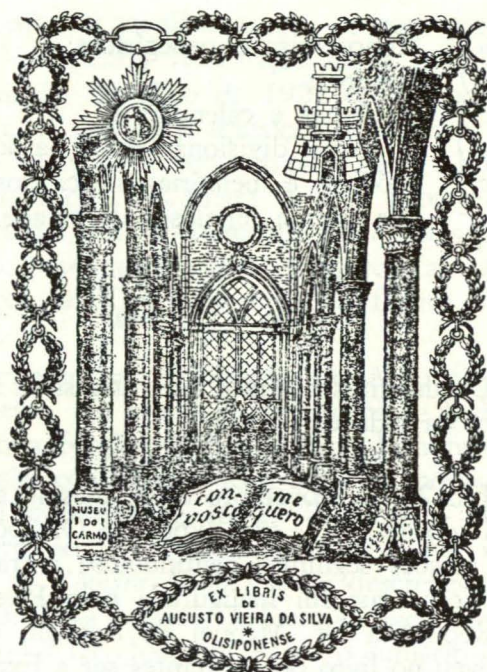
Presidente da República chegou às 11.45, acompanhado pelos seus secretários, aguardando-o à entrada do edifício os arqueólogos srs. Frazão de Vasconcelos, Matos Sequeira, Quirino da Fonseca, Garcez Teixeira e dr. Xavier da Costa. Momentos depois deu-se início à sessão solene, a que presidiu o Chefe do Estado, secretariado pelos srs. Agostinho Estrela e dr. Xavier da Costa. Após um rápido discurso deste último, usou da palavra o sr. Matos Sequeira, em nome da Associação dos Arqueólogos, narrando os esforços realizados por esta colectividade científica e congratulando-se com a presença dos representantes dos municípios e das Juntas Gerais dos Distritos. Respondeu-lhe o sr. Agostinho Estrela, presidente do Senado Municipal, sendo em seguida lido o auto da inauguração do Museu, que foi assinado em primeiro lugar pelo sr. dr. António José de Almeida e depois pelos representantes dos municípios, Juntas Gerais dos Distritos, Juntas de Freguesia e mais pessoas presentes. O Museu da Cidade, que fica provisoriamente instalado na Associação dos Arqueólogos, contém interessantes colecções numismáticas, de cerâmica, de utensílios encontrados nas escavações, gravuras e quadros da Lisboa antiga, tudo do mais alto valor.»<sup>(15)</sup>

Devemos acrescentar ter a Secção de Arqueologia Lisbonense, no dia 10 de Julho, decorrido precisamente um mês sobre o acto inaugural do Museu de Cidade, escolhido por unanimidade para o seu director o grande olisipógrafo Engenheiro Augusto Vieira da Silva<sup>(16)</sup> e que, decorridos pouco mais de nove anos, no dia 5 de Julho de 1931, foram no Palácio Galveias solenemente inaugurados a Biblioteca e Museu Municipais<sup>(17)</sup>.

Apresentámos alguns aspectos da história do Museu da Associação dos Arqueólogos, os quais julgamos terem mostrado com evidência e fundamento a sua importância no conspecto museológico português. Mas seja-nos permitido salientar mais dois pormenores.

O Museu da Cidade resultou da Exposição Olisiponense, o que traduz a valia e diversidade dos materiais expostos. Mas outras exposições igualmente valiosas promoveu a Associação dos Arqueólogos. Uma delas foi consagrada aos tapetes de Arraiolos. Referindo-se ao estudo de D. José Pessanha sobre esse tema, publicado em 1917, a revista *Terra Portuguesa*, dirigida por Virgílio Correia, afirmou ter aí reunido «o jovem e erudito etnógrafo uma série de dados concernentes à célebre indústria transtagana, utilizando já os ensinamentos derivados da bela *Exposição de Tapetes de Arraiolos* que, por sua

gráfico português. Mas seja-nos permitido salientar mais dois pormenores.



Augusto Vieira da Silva foi sócio n.º 875 da Associação dos Arqueólogos Portugueses, tendo sido eleito, com a categoria de efectivo, em Fevereiro de 1913.

Criado pela Associação o Museu da Cidade, foi logo escolhido para seu director. O seu *Ex-Libris*, com o desenho das ruínas do Museu do Carmo, à esquerda a legenda *Museu do Carmo* e ao centro *convosco me quero*, mostra bem o seu apego ao Museu e à Associação dos Arqueólogos.

<sup>(15)</sup> *O Século*, n.º 14.487 de 11 de Junho de 1922.

<sup>(16)</sup> Todos os informes sobre a Secção de Arqueologia Lisbonense foram colhidos no trabalho: *As Actas das Secções de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, sumariação e notas de Joaquim Parro, notas e índices de Francisco Santana publicado in: *Lisboa-Revista Municipal*, 1983-1984, 2.ª Série, n.ºs 5-6, 7 e 8-9-10.

<sup>(17)</sup> O Auto da inauguração foi publicado nos *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais*, Lisboa, 1931, n.º 1-2, pp. 24-25.

principal influência e sob a sua direcção, se realizou no Museu do Carmo, de Lisboa»<sup>(18)</sup>.

Outro aspecto há a não esquecer, mas a salientar devidamente. As peças reunidas no Museu da Associação dos Arqueólogos, para além do seu valor intrínseco, foram em muitos casos, talvez na maioria dos casos, aí recolhidas para serem salvas da destruição. Apontemos apenas um exemplo através das palavras de uma estudiosa da nossa arte:

«Valentim Correia — arquitecto que dirigia trabalhos no mosteiro dos Jerónimos — que era sócio fundador da Real Academia (sic) dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, comunica, numa das assembleias daquela associação realizada a 27 de Julho de 1865, a necessidade de se adquirir uma janela antiga que vai ser demolida nas obras do mosteiro de Belém. Essa janela, geminada e ricamente decorada, encontra-se hoje no Museu Arqueológico do Carmo.»<sup>(19)</sup>

Mostram estes elementos aqui apontados algo sobre a importância do Museu da Associação dos Arqueólogos, mas também alguns aspectos dos méritos da Associação dos Arqueólogos.

Quando nas páginas de uma revista de cultura literária, científica e artística, publicada no Porto e dirigida por insigne figura daquela

cidade, encontramos, em 1928, consignados os numerosos trabalhos apresentados na Associação dos Arqueólogos, pareceres emitidos, uma exposição realizada, indicadas algumas das suas secções — arqueologia histórica, diplomática, heráldica e genealogia, bibliologia e bibliografia — e se afirma que «tem sido grande a actividade científica-literária desta agremiação»<sup>(20)</sup>, quando Jaime Cortesão, no seu relatório como director da Biblioteca Nacional de Lisboa, referindo os esforços desenvolvidos para se construir um novo edifício para a Biblioteca, não deixou de assinalar que «a Câmara Municipal de Lisboa, a Academia das Ciências de Lisboa, a Associação dos Arqueólogos ocupavam-se do caso e davam-nos inteiro aplauso»<sup>(21)</sup>, isto são, salvo erro, provas do prestígio da Associação dos Arqueólogos e o reconhecimento do bom nível da sua actuação. E já Hubner elogiara o seu Boletim<sup>(22)</sup>.

Pretendemos entreabrir o conhecimento da importância do Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses e desta instituição. E julgamos que, se estudiosos vierem a efectuar pesquisas e a divulgar mais aspectos esquecidos ou pouco conhecidos da sua actuação e realizações, a Associação dos Arqueólogos Portugueses surgirá para muitos, com alguma surpresa, como uma das mais meritorias instituições científicas, não apenas de Lisboa, mas do País.

(18) *Terra Portuguesa*, Janeiro de 1918, vol. III, n.º 24, p. 248. Está assinado R. V. iniciais que não conseguimos identificar entre os colaboradores da revista. Será uma gralha de V. C., iniciais de Virgílio Correia?

(19) Maria do Rosário Gordalina — *As Obras Revivalistas do Século XIX no Mosteiro de Santa Maria de Belém*, in: *Romantismo — Da Mentalidade à Criação Artística*, Sintra, 1986, p. 258.

(20) *Portucale*, Porto, 1928, vol. I, pp. 117 e 220-221.

(21) Jaime Cortesão — *Páginas Olisiponenses*, Lisboa, 1975, p. 83.

(22) «Não estranho que o Dr. Hubner elogiasse o Boletim que V. Ex.ª dirige. Uma publicação que se tem mantido através da indiferença com que entre nós são tratadas as nossas antiguidades, é um grande exemplo de perseverança e de amor pela ciência. É preciso ter uma verdadeira paixão por estas cousas para não esmorecer em face dum público tão ... esquisito» — *Cartas inéditas de Francisco Martins Sarmiento a Joaquim Possidónio da Silva*, in: *Boletim de Trabalhos Históricos*, 1933, n.º 1, p. 41. A carta está datada de 19 de Novembro de 1881.

Pelo seu interesse, quer como complemento à nossa conferência, quer pelo que exprime do apreço tributado nesse já remoto ano de 1914 à Associação dos Arqueólogos Portugueses e à sua Secção de Arqueologia Lisbonense, transcrevemos três trechos e uma nota da comunicação apresentada por Vítor Ribeiro à Academia das Ciências de Lisboa, com a data de 26 de Março de 1914 e publicada no fascículo n.º 3 do volume IX do *Boletim da Segunda Classe* dessa Academia:

#### A VELHA LISBOA E OS ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA NA CAPITAL

«A benemérita Associação dos Arqueólogos Portugueses acaba de tomar a iniciativa louvável de realizar no seu edifício social, no venerando monumento arruinado do Carmo, uma *Exposição Olisiponense*, na qual se reúnem interessantes documentos gráficos, literários, indumentários e cerâmicos, respeitantes à vida antiga da formosa cidade do Tejo. A iniciativa teve, como não podia deixar de ter, o incondicional aplauso, não só da *Academia das Ciências*, que ali acode com os elementos comprovativos do interesse que sempre lhe têm merecido os estudos arqueológicos da capital, como também de quantas associações e academias científicas, e de quantas pessoas doutas e ilustradas em Portugal existem<sup>1</sup>.

A compreensão do alto valor desta *Exposição*, se a ela acudirem todos os elementos, que certamente acodem, não carece de afirmar-se, porquanto e tanto mais que, em Portugal se nota uma sensível carência de estudos e trabalhos definitivos, que facilitem ao cidadão culto, o conhecimento da história retrospectiva das terras da sua Pátria, dos pormenores, tão poéticamente belos, da vida e costumes

<sup>1</sup> «*Exposição Olisiponense*. — *Louvor*. — Tendo terminado a *Exposição Olisiponense* no Museu do Carmo e tendo em atenção a importância que ela apresentou pelo recheio de grande valor etnológico e histórico que continha, principalmente em cerâmica, cartas, planos, estampas e espécies bibliográficas acerca de Lisboa e ainda por haver constituído por si um excelente meio de ilustração histórica e cívica populares, o sr. Ministro da Instrução mandou louvar a secção de arqueologia lisbonense da Associação dos Arqueólogos Portugueses, que com tanta proficiência levou a efeito a exposição». (Notícia do *Século* de 14 de maio de 1914).

... ..

Foi êle (J. Possidónio da Silva) que, em 1864, fundou — a *Associação de Architectos civis e Arqueólogos Portugueses*, actualmente denominada — *Associação dos Arqueólogos*, que de uma maneira tão brilhante comemora a sua meia centúria, organizando uma secção especial de — *Lisboa antiga* e promovendo a *Exposição Olisiponense*, que por seu turno motiva esta minha singela comunicação à Academia. E o fim a que viso, fazendo-a, é mostrar-vos, ou antes lembrar-vos, que nesta última metade do século que findou, é quasi exclusivamente áquela *Associação*, e a esta *Academia das Ciências*, quer por si mesmas, em acção colectiva e social, quer pela voz, pela pena e pelas diligências dos seus membros, que a Arqueologia portuguesa deve os seus melhores e mais relevantes serviços. E não só a Arqueologia pátria em geral, senão que a arqueologia olisiponense em especial, acharam nestas duas corporações científicas os seus mais dilectos, dedicados e proficientes cultores.

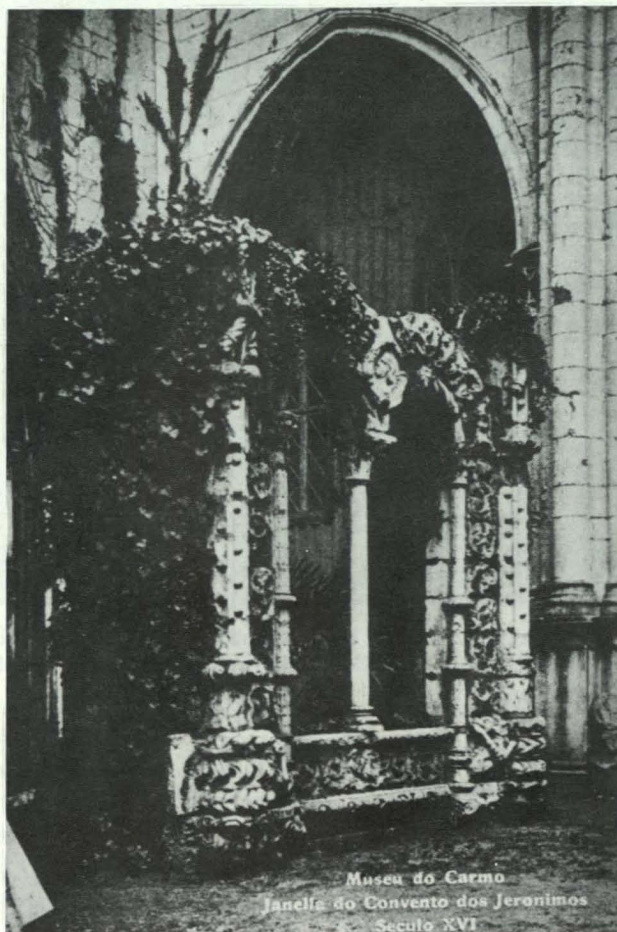
O fundador da Associação dos Arqueólogos obtêm do Govêrno as ruínas históricas do Carmo, cheias de entulhos e de lixo, e ali estabelece o primeiro Museu arqueológico, iniciando a publicação do *Boletim social*, primeiro chamado — *Arquivo de Architectura Civil*, repositório de estudos, de memórias, de monografias e artigos sôbre os nossos artistas e os nossos monumentos.

... ..

De tudo quanto deixo dito se comprova a tése que me propuz defender, de que, para os estudos de arqueologia olisiponense, essencialmente têm contribuído os esforços, embora não oficialmente conjugados, mas espiritualmente convergentes, da — *Academia das Ciências* e da — *Associação dos Arqueólogos*, já pelas suas publicações como corpos colectivos científicos, já pelas obras e estudos dos seus sócios.»

Estas afirmações e estes juízos, actualmente por serem pouco conhecidos, pareceu-nos haver interesse em recordá-los.

FERNANDO CASTELO-BRANCO

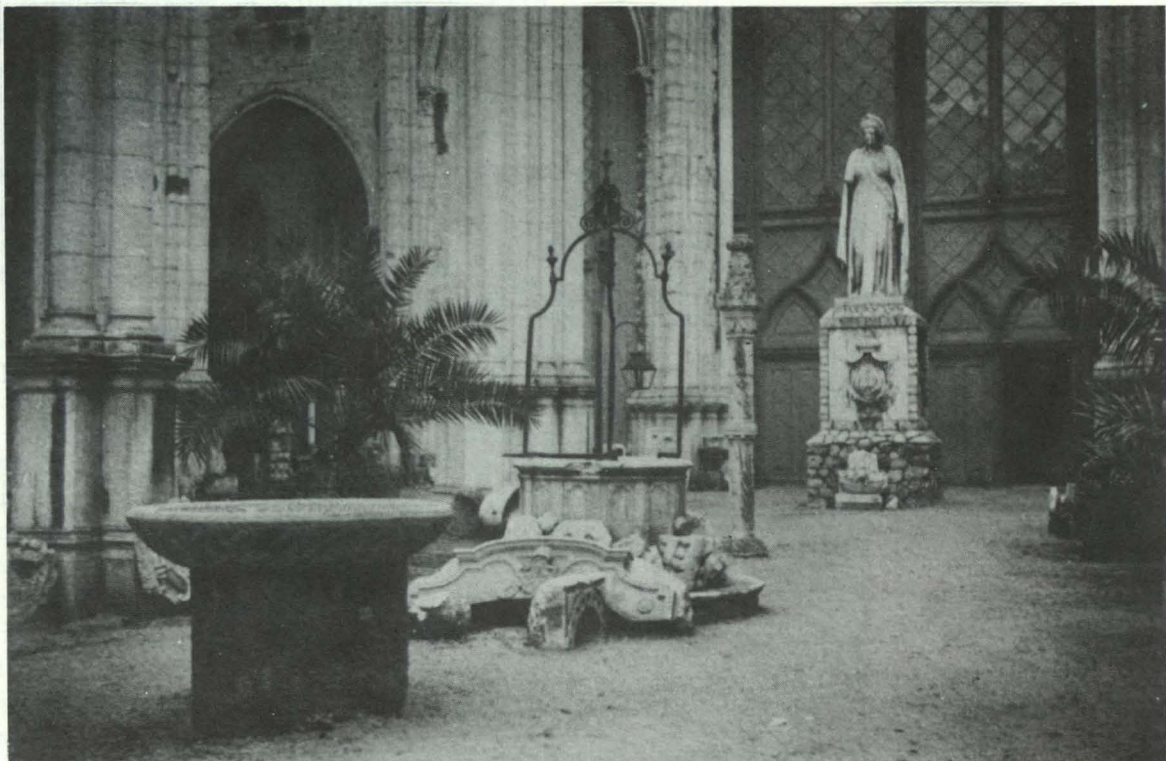


Museu do Carmo  
Janela do Convento dos Jerónimos  
Século XVI

A janela manuelina do Convento dos Jerónimos anteriormente à sua colocação na actual parede que fecha a capela-mor da igreja do Carmo.

Pelo seu interesse, quer como complemento  
 a nossa conferência, quer pelo que expõe de

Paulo de Paula da Silva



Trecho da nave central da igreja do Carmo em época já distante. Vê-se a bacia de pedra trazida de Azamor, o pelourinho de Évora de Alcobaça e a estátua de D. Maria I (de José António de Aguiar), recolhida no Museu até ter sido colocada em Queluz, junto ao Palácio. Ao fundo a antiga divisória da capela-mor.

## A INSCRIÇÃO DO ARCO DA RUA AUGUSTA

Justino MENDES DE ALMEIDA (\*)

### ABSTRACT

*The Author studies a latin inscription carved in the Arco da Rua Augusta in Lisbon.*

Inscrição, sim, porque o Arco não oferece dúvidas, e a sua simbologia é por de mais conhecida. Na verdade, quem não sabe que no Arco se encontram as estátuas de Viriato, Vasco da Gama, do Marquês de Pombal e de D. Nuno Álvares Pereira, encimadas pela Glória que coroa o Valor e o Génio, e ainda as estátuas alegóricas do Tejo e do Douro, trabalhos de Vítor Bastos e do francês A. C. Calmels? Obra monumental (*opus regum...*), à semelhança da que se vê em outras capitais europeias, em honra de heróis que perpetuam a história de um Povo, bem se situava à entrada da rua que um decreto de 5 de Novembro de 1760 determinara se chamasse *Augusta* e que «nela se arruassem os mercadores de tecidos de lã e de seda».

Quem não sabe ainda que um arco para a Rua Augusta fora já previsto no projecto de Eugénio dos Santos no séc. XVIII? Mas que o concurso, para a sua construção, só se realizou em 1843, que foi ganho por Veríssimo José da Costa, apenas executado em 1862, segundo um projecto diferente, e concluído em 1873?

E a inscrição? Quem conhece a sua origem e autor, e o seu significado?

O povo, que tudo explica, mas à sua maneira, tem uma interpretação para as siglas P. P. D.: «Pra passar debaixo.» Quem se ri de tal explicação, não consegue, contudo, apresentar, em geral, outra melhor.

Que diz então o latim do Arco da Rua Augusta?

Corria o ano de 1872, quando em Outubro Sua Majestade mandou ouvir, por intermédio do Ministério das Obras Públicas, a Academia Real das Ciências de Lisboa, acerca da inscrição que deveria ser gravada no plinto e platibanda do Arco da Rua Augusta, que, no projecto do escultor Calmels, tinha a seguinte redacção:

HONOR

ABNEGATIO

SCIENTIA

GLORIA VALOREM ET GENIVM REMVNERAT.

Pretendia o autor da epígrafe que as palavras *honor* e *abnegatio* correspondessem ao português *honra* e *abnegação*, o que de imediato foi contestado por um dos académicos, que propôs a substituição por *próbitas* ou *eximia probitas* e *magnanimitas*; por outro lado, acentuava o académico, *valor* é um «barbarismo manifesto», que deveria ser substituído por *bellica virtus*; por sua vez, a palavra *genium*, de sentido muito diverso daquele que o escultor pretendeu exprimir, deveria dar lugar a *ingenium* ou, de preferência, a *magnum praestans* ou *summum ingenium*; por último, a forma verbal *remunerat*, por falta de cunho clássico, deveria ser substituída por *praemio donat*.

O ministro das Obras Públicas aceitou a contestação da Academia e determinou que no monumento se gravasse a seguinte inscrição:

(\*) Da Universidade Autónoma de Lisboa.

PROBITAS  
MAGNANIMITAS  
SCIENTIA  
GLORIA . BELLICAM . VIRTUTEM . ET SVMVM . INGENIVM  
PRAEMIO . DONAT.



O escultor opôs-se a tal proposta, alegando que o texto da inscrição desvirtuava o pensamento que, ao princípio, se pretendia exarar, o que levou o Ministro a consultar de novo a Academia, que, desta vez, pela voz de Augusto Soromenho, como relator, e de D. José de Lacerda, se pronunciou como veremos a seguir, tendo em atenção os objectivos do estatuário, con-

cluindo pela impossibilidade de manter a inscrição proposta e defendida pelo escultor. Mais ainda: o parecer dos académicos finaliza pela exclusão absoluta da inscrição, tal como a concebera o escultor Calmels. Entre outras razões, alegavam os académicos que a Epigrafia tem leis imprescriptíveis, «preceitos que não é permitido transgredir. A primeira dessas leis é a da uni-



que não foi inteiramente respeitado o pensamento dos académicos responsáveis pelo parecer que veio a merecer a aprovação do ministro das Obras Públicas.

★

Eis, no espaço que permite um simples artigo, a história do latim do Arco da Rua Augusta,

e a sua interpretação. Mas, mais importante do que o significado do texto, é a finalidade do monumento: evocação dos heróis que fizeram *Portugal*, e cujo exemplo nunca será de mais recordar como lição aos vindouros.

*Em anexo:* fac-símile do parecer dos académicos.



22-10-1872

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS  
DE LISBOA

Senhores.

Examinai por ordem da Segunda Classe o processo relativo à inscrição que deve ser gravada no plinto e platibanda do arco da rua Augusta, acerca da qual o Governo de Sua Magestade pelo Ministério das Obras Publicas mandou ouvir a Academia Real das Sciencias. Cumpro como devo as determinações da Classe, sentindo que ella não exerceu papel mais competente em taes assumptos. A inscrição, tal como se acha no projecto do esculptor Calmeida é a seguinte:

HONOR  
ABNEGATIO  
SCIENTIA

GLORIA VALOREM ET GENIVM REMUNERAT.

Um dos nossos consocios, profundo conhecedor e abalizado cultor das Letras classicas, consultado pelo Ministro, já fez ver que as duas palavras HONOR e ABNEGATIO não denotam em Latim o mesmo que as palavras honra e abnegação em portuguez, devendo, a fim de ser substituída por Probitas ou Eximia probitas, a primeira, e por Magnanimitas a segunda. — VALOR — continua o nosso consocio — é um barbarismo manifesto, que deve ser supprido por Bellica virtus; — GENIVM, cuja significação é muito diversa da que teve intenção de exprimir o esculptor, deve substituir-se

por Ingenium, ou, melhor ainda, por magnum praestans ou  
summum ingenium, e finalmente o verbo REMUNERAT, que  
não tem cunho clássico, por praemio donat. Confermando-se  
com opinião tam auctorizada, Sua Excellencia o Ministro das  
Obras Publicas ordenou que a inscripção se gravasse do seguinte  
modo:

PROBITAS

MAGNANIMITAS

SCIENTIA

GLORIA. BELLICAM. VIRTUTEM. ET SUMMUM. INGENIUM

PRAEMIO. DONAT.

A isto se oppoz todavia o estatuario, allegando que a inscripção  
concedida nestes termos não exprime o pensamento que preside á  
composiçáo, e Sua Excellencia o Ministro desjandis ser esclarecido  
a este respeito, consulta a Academia. E minha opinião que  
ella não poderá concordar com o esculptor, nem subterver a  
opiniáo do nosso illustre consocio.

Entendemos, antes de mais nada, na intenção do estatuario.

— "A estatua da Gloria - diz elle no seu relatorio - está collocada  
sobre tres degraus formando um throno: no primeiro está  
"escripto Scientia, no segundo Abnegação, no terceiro sobre  
"o qual descansam os pés da estatua, lê-se Honra para Lem-  
"brar que a Gloria só se adquire pelo trabalho e pelo  
"Cumprimento do dever."

Vamos ver que o intento do esculptor está, pelas meias

que empregou, muito longe da sua realisação.

Não, platinando do arco lê-se: A Gloria remunera o valor e o genio. Esta inscripção, ou, para fallar com mais propriedade, este rotulo ou etiqueta tem unicamente relação com as tres figuras do grupo, que corôa o arco. Em que relação estão com elle as palavras inscriptas nos tres degraus superiores? E' o que é impossivel descobrir. Indica-se que só se pode alcançar se a gloria pela Honra, pela Abnegação e pela Sciencia? Não, que a posição da estatua da Gloria indica somente que ella está e' superior, que está sobranceira a tudo. Tentando de demonstrar que nenhuma das palavras gravadas no plintho indica, que o trabalho e o cumprimento do dever conduzem á gloria - como pretende insinuar o estatuário. Fazi' só uma observação. Descrevendo as figuras lateraes, diz elle que "o genio appoia a mão sobre o segundo degrau, onde está inscripta Abnegação, por que esta virtude é necessaria para realisar as obras que o genio concebe". Se, pois, a unidade indispensavel n'uma inscripção está quebrada, se a Abnegação - do segundo degrau tem relação exclusiva com a estatua do Genio, que, ao mesmo tempo, entra no sentido geral do quario como da inscripção, se a estatua do Talio collocada em igual posição, não tem conexão alguma com as palavras inscriptas nos degraus que occupa, como pode pretender o artista que se descubra ou haja realmente enlaçamento a Sciencia do 3º degrau e a Honra do terceiro com a Gloria que sobranceira no grupo?

Era-me fácil, se este parecer não houvesse de ser apresentado a pessoas illustradas, proseguir nestas considerações para demonstrar a impossibilidade de manter a inscripção, proposta e defendida pelo artista só em vista do grupo, considerada em relação ao pensamento que presidiu á execução. Mas ha razões mais fortes que determinam a exclusão absoluta da inscripção como a concebeu o escultor Calmeil, ou como a modificou o nosso illustre conselheiro, ouvido pelo Ministro, e estas razões, Senhores, são mais da ordem competencial.

Tracta-se d'uma inscripção. Convem não esquecer que a epigraphia tem leis imprescriptiveis, precitos que não é permittido transgredir. A primeira dessas leis é a da unidade, que obriga a ligar todos os membros da inscripção entre si, a um pensamento unico, para exprimir uma só ideia, para um certo e determinado fim. Deste modo as tres palavras Honor, Abnegatio, Scientia, ligam-se ao quarto nominativo Gloria e formam com elle um só sujeito dependente do verbo remunerat, e não poderia obstar a isso a divisão por pontos (que era inadmissivel) por que este signal epigraphico (e não orthographico) indica apenas a separação das palavras e nunca a differença de applicação. Mas esta traducção, embora as leis do estylo lapidear, daria um notavel contrasenso, para não dizer um disparate. Não

a salvando as substituições propostas.

A segunda lei determina que a inscripção indique clara e precisamente o fim para que se levantou o monumento. - E' triste que ninguem tivesse ainda pensado nisso. Qual é aqui o monumento? O arco. E' devido-se o retulo d'um azeiteiro do arco, d'um adorno do monumento, de que poderia prescindir-se sem que elle perdesse a sua significação, e esquecer-se que o que é indispensavel é dar a razão de ser do arco, e se quizerem, conjunctamente, a significação allegorica e historica das figuras que o adornam? Por que está ali Viriato, Mano e Alvarus Pereira, Vasco da Gama e o Marquez de Tombal? Ninguem o sabe. Diz-se apenas que as figuras que estão lá em cima representam a Gloria encando o Talve e Senio. Para aqui. Tentámos de parte suada o que está feito. - Attendámos unicamente a que o Estado teve uma idea elevada, ordenando o levantamento do arco da sua Augusta, e que o artista, com o talento que todos lhe conhecemos, tractou de realisar por meio da estatuaria esse pensamento. Formemos, pois, uma inscripção, que, ligando, como diz o artista, todos os sujeitos separados, forme um todo,

é de uma idea completa, exacta e clara do intuito com que foi levantado o monumento. Naque voad proprio, Senhor, respeito, como vereis, o pensamento do estatuario e dou perfeita idea do que dictou a construcção do arco. - É a seguinte:

GLORIAE  
VIRTVTI.                      INGENIO  
INDUSTRIAE. BELLI. ET. TOGAE. DOTIBVS  
EX. PVBLICO. CONSILIO DICATVM

ou talvez melhor:

VIRTVTIBVS  
MAIORVM  
VI. SINT. OMNIBVS. DOCUMENTO  
EX. PVBLICO. CONSILIO. D.

Examinando, porém, como engenheiro director o espaço que deve existir, digo, que deve conter a inscripção, reconheci que era impossivel adoptar pela sua demasiada extensão, qualquer das epigraphes propostas.

Proporho por isso, que eliminada a ultima linha da 1.<sup>a</sup> se inserira apenas a commemoracão, como se praticava muitas vezes na antiga

Roma, com as siglas P.P.D. (pauina publica  
dicatum); ou se adopte a 2.<sup>a</sup> como, talvez, mais  
adequada ao monumento e á sua significação.

Vos, Senhores, resolvereis o que julgardes mais  
acertado.

Lisboa, 22 de outubro de 1872

Augusto Soromenho  
C. J. de Lacerda

## DAS DISSIDÊNCIAS PARTIDÁRIAS AO REGICÍDIO

(FIGURAS, FACTOS E SOMBRAS, 1901-1908)

JOAQUIM PARRO

### RÉSUMÉ

*Le présent travail a pour intention étudier les principaux faits politiques de la première décennie du présent siècle — c'est-à-dire presque la dernière, 1901-1910, de la monarchie portugaise.*

*Après avoir présenté un résumé des événements de cette époque du royaume de D. Carlos de Bragança — mort au Terreiro do Paço avec le Prince D. Luís-Filipe — l'auteur s'occupe des dissidences ou scissions partidaires vérifiées aux Partis rotatifs, le Régénérateur et le Progressiste, et des acérées querelles parlementaires suscitées, notamment, pour les questions des Tabacs et des Avances à la Maison Royale — paiements sans auctorization du Parlement.*

*Faite une retrospective à celle époque-là — on y trouvait une élite politique sans parallèle en autre période du libéralisme, monarchique ou républicain — il traite, particulièrement, de l'organisation du ministère dictatorial de João Franco (João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco, magistrat, très affectueux au souverain) fondateur en 1901 du Parti Régénérateur Liberal — dissident du Parti Régénérateur.*

*Cette scission a produit des conséquences très dangereuses pour la monarchie: l'extinction du système rotatif, sustentation ou appui du régime, dans lequel les progressistes (du Parti Progressiste de José Luciano de Castro, juriste et jurisconsulte) s'alternaient au pouvoir avec les régénérateurs (du Parti Régénérateur de Hintze Ribeiro, gouvernant et Docteur ès Droit) et l'élection de quatre députés républicains — du Parti Républicain de Afonso Costa, Avocat, jurisconsulte, Professeur à la Faculté de Droit — orateurs exceptionnellement aguerris et courageux.*

*Impulsé pour les questions des «Avances» et aussi pour la grève académique de l'Université de Coimbra — agitées dans les deux Chambres, des Députés et des Pairs — le président du Conseil, João Franco, avec l'agrément ou approbation du monarque, renferma le Parlement.*

*Etonnés, ressentis, les dissidents progressistes — scission vérifiée en 1906 dans le Parti Progressiste — group ou Parti Politique conduit par José Maria d'Alpoim, deux fois Ministre de la Justice, coalisé avec le Parti Républicain et quelques régénérateurs, se mettent à conspirer et à l'organisation des réunions secrètes.*

*Ce procédé donna lieu à l'élaboration d'un Décret — sujet à l'approbation du Roi, de vacances em Vila Viçosa — dont l'objectif serait la déportation vers les colonies des principaux opposants; le régicide, de 1 de Fevereiro de 1908, vint au moment où le souverain et la Famille royale rentrent à Lisbonne... das une après-midi calme, ciel bleu, sans nuages, soleil accueillant — très benin.*

*L'auteur fait ensuite plusieurs considérations sur l'attentat — pendant lequel, au-delà de D. Carlos et D. Luís-Filipe, furent aussi abattus les deux régicides — et finit son étude assurant: une fois que nous n'avons pas des Actes ou quelques preuves des activités préparatoires, le régicide restera immergé dans un mystère insondable quelle obscurité impénétrable, enveloppant les assassinats du Roi e du jeune Prince...*

Da autorizada lição de Guizot — corroborada por Thierry, Fustel de Coulange e historiadores de meados do século passado à actualidade — é lícito concluir que os elementos primários da

história científica são os documentos, quaisquer que sejam os factos neles exarados, e a análise crítica ou interpretação dos factos, elaborada «super partes» pelo historiador, como juiz im-

parcial, ao qual cabe decidir sobre o sentido ou significado dos monumentos ou textos — integrando-os se foram incompletos e preencher as lacunas se omissos.

A época histórica que, sucintamente, nos propomos estudar integra-se no último decénio da Monarquia portuguesa abrangendo os primeiros oito anos, incompletos, da primeira década do século XX, dos dezanove em que decorreu o reinado de D. Carlos, fértil em acontecimentos desfavoráveis, na sua maioria, ao regime: entre outros, ocorridos de 1890 a 1900, o Ultimatum inglês de 1890, a revolução republicana de 31 de Janeiro de 1891, a instabilidade do Executivo com o recurso a ministérios extrapartidários — os dois governos neflibatas do General João Crisóstomo e o de José Dias Ferreira — uma ou outra ditadua de permissão — por todas, a de Hintze-João Franco de 1895-1897 — a crise financeira, com ameaça de bancarrota, a eleição de três deputados republicanos — Paulo Falcão, Xavier Esteves, sob a égide do então jovem Professor de Direito Afonso Costa — os chamados «deputados da peste», eleitos pelo Porto, por se terem solidarizado com a população portuense contra o cordão sanitário, imposto pelo governo à capital do Norte.

No alvorecer do nosso século, precisamente em 1901, surgem as duas dissidências — e não apenas uma como geralmente se escreve — verificadas no Partido Regenerador com a formação dos Partidos Regenerador-Liberal de João Franco e Nacionalista de Jacinto Cândido, seguindo-se as acesas e por vezes tumultuosas querelas parlamentares, postas ao rubro com as questões dos Tabacos e dos Adiantamentos à casa Real, a falência do rotativismo (com os governos progressistas de José Luciano de Castro e regeneradores de António de Serpa Pimentel, depois de Hintze Ribeiro, alternando-se no Poder) a dissidência de José Maria de Alpoim do Partido Progressista, em 1905, a revolta dos cruzadores «D. Carlos» e «Vasco da Gama» — cujos implicados defendidos pelo advogado monárquico José de Aruela foram postos em liberdade — a greve académica de Coimbra, o Governo e a ditadura de João Franco, a intentona revolucionária de 28 de Janeiro de 1908, chefiada por republicanos e dissidentes progressistas, finalmente, três dias depois, o regicídio em que perderam a vida o Rei D. Carlos e seu filho e sucessor, o Príncipe D. Luís Filipe — toda uma cadeia de factos, de

suma importância, para a História de Portugal contemporâneo, de que existe abundante documentação bibliográfica e intérpretes, nem sempre imparciais, em razão de simpatias partidárias ou paixão política, senão facciosa.

Abstraindo de convicções amplamente liberais que reivindico desde a juventude — consentâneas, aliás, com a Disciplina, fundamento da Ordem e com a Ordem, pressuposto da verdadeira Liberdade — entremos, pois, na análise, interpretação e desenvolvimento do tema histórico a servir de epígrafe ao presente estudo.

Assente num escol de notáveis políticos — simultaneamente, estadista, oradores, jornalistas de ideias — a Monarquia sossobrou corroída de erros, alguns de longa data, agravados com a ambição partidária, nem sempre oportuna, dos que proclamavam servi-la.

Permita-se-nos a insistência: raras, raríssimas — a não ser, talvez, nos quarenta anos da Regeneração — foram as épocas da História de Portugal tão pródigas em homens públicos como o período intercalar, entre aquele notável movimento político, imposto por Saldanha em 1851, e a implantação da República, correspondente, pois, aos últimos reinados da monarquia.

Numa visão retrospectiva, apenas à primeira década deste século, última do regime deposto, nela avultam figuras políticas da categoria dos seguintes professores universitários: Dias Ferreira, João Arroyo, Teixeira de Abreu, José Tavares, Afonso Costa, Atur Montenegro, Abel de Andrade, Joaquim Pedro Martins, Francisco Joaquim Fernandes, Caeiro da Mata e dos, mais tarde, chefes do Partido Regenerador, Doutores Hintze Ribeiro e Júlio de Vilhena, todos da Faculdade de Direito; Costa Lobo da Faculdade de Matemática, Egas Moniz da de Medicina, Augusto José da Cunha da Escola Politénica de Lisboa, Moreira Júnior, o popular «Moreirinha», da Escola Médica, também da capital.

E ainda: José Luciano de Castro, chefe do Partido Progressista, com os correligionários Manuel Afonso Espregueira, Veiga Beirão, Conde de Penha Garcia, Eduardo Vilaça, Sebastião Telles, D. João de Alarcão, Eduardo José Coelho, António e Alexandres Cabral; regeneradores Anselmo de Andrade, Teixeira de Sousa, Júlio de Vilhena, Campos Henriques, Pimentel Pinto, Wesceslau de Lima, José de Azevedo Castelo Branco, sobrinho de Camilo; regeneradores-libe-

rais João Franco, José de Novais, Vasconcelos Porto, Martins de Carvalho, Ayres d'Ornelas, Malheiro Reymão, Luís de Magalhães; dissidentes José Maria de Alpoim, João Pinto dos Santos, António Centeno, Egas Moniz, Moreira de Almeida, Viscondes de Ribeira Brava, Pedralva e Ameal; enfim, Jacinto Cândido do Partido Nacionalista e Afonso Costa, António José de Almeida, Alexandre Braga e João de Meneses, do Partido Republicano.

No dealbar do século XX, encontrava-se no Poder o Partido Regenerador em alternância com o Partido Progressista que, ao fim de quatro anos, voltava à oposição: esboçava-se já a cisão dos regeneradores, promovida por João Franco, a quem não foi distribuída qualquer pasta ministerial, e que dispunha de um grupo parlamentar de 25 deputados, dispostos a obedecer-lhe na senda de «Vida Nova». As divergências entre os dois dirigentes, Hintze-Franco, acentuaram-se após a morte de Serpa Pimentel com a eleição do primeiro, para o substituir na chefia do Partido Regenerador.

Por aquela altura numa visita ao seu correligionário Júlio Vilhena, Franco teria desabafado de «não estar já em idade de «sofrer» o Hintze» ao que o ilustre escritor e académico respondera: «a mim é que você não me sofre porque estou doente!»: continuava «*in itinere*» a cisão franquista.

Foi, efectivamente, na sessão parlamentar de 12 de Fevereiro de 1901 que João Franco, «leader» do Partido Regenerador no Parlamento, manifestou oposição ao projecto de lei sobre a concessão de terrenos no Ultramar, submetido pelo Governo de Hintze à apreciação da Câmara. Franco — orador eloquente, por vezes agressivo — colocou-se, abertamente, na oposição ao introduzir substanciais emendas no projecto governamental, motivo por que Hintze o destituiu, avocando a si as funções de «leader» no Parlamento.

Pouco depois — ao discutir-se a reforma do imposto predial — o deputado Malheiro Reymão, em atitude de ostensiva rebeldia à disciplina partidária e ao Governo de Hintze Ribeiro, seu chefe, atacou o projecto governamental — numa intervenção acalorada em que se viu apoiado por João Franco e seus amigos no Parlamento: esava concretizada a primeira grande cisão parti-

dária e, com ela, o primeiro e estrondoso desmoronamento, precursor da derrocada da monarquia.

Despeitado, para não dizer surpreendido com a atitude do grupo franquista, Hintze procurou ilaqueá-lo, de qualquer influência política, com a alteração da Lei eleitoral determinando que os concelhos rurais fossem integrados nos círculos das grandes cidades (onde predominavam os adeptos de Franco e dos republicanos) obstando, assim, à eleição dos rebeldes que só conseguiram eleger um deputado, Melo e Sousa, e dos adversários da monarquia que não obtiveram um único representante no Parlamento.

Entretanto, João Franco — sob o pendão do Partido Regenerador-Liberal — percorria o País de lés-a-lés, em propaganda dos princípios liberais, «rasgadamente liberais», incrustados no seu Ideário, descentralizador, moralizador da administração pública, censor dos processos rotineiros, superados, do rotativismo proclamando que «o País não pode ser eternamente ludíbrio de regeneradores e progressistas».

Ainda nesse ano, em fins de 1901, o Partido Regenerador sofreria, por outro lado, uma segunda cisão perpetrada pelo Centro Nacional — fundado por Jacinto Cândido, antigo Ministro da Marinha e do Ultramar — transformado no ano seguinte em Partido Nacionalista: na fase apartidária, o Centro Nacional — aglutinando um escol de individualidades católicas e políticas, entre as quais, o Conde de Casal Ribeiro, Barros Gomes, Professor Almeida Garrett, da Faculdade de Matemática, o jornalista Fernando de Sousa — arvorou como programa, a difusão da doutrina social da Igreja tal como estava, então, perfilhada na Encíclica Rerum Novarum, de Leão XIII: defendia a democracia cristã mas sem objectivos políticas — aberto a todos os cidadãos independentemente de filiação partidária. Como epílogo da sua evolução, o Centro Nacional — mas sem a adesão de todos os filiados — transformava-se em Partido Nacionalista, com acerbas críticas ao rotativismo e seus prosélitos.

Jacinto Cândido defendia a reforma dos costumes políticos e governativos, advogava apaixonadamente, sem eufemismos, o abandono da «Vida Velha» com a entrada franca na «Vida Nova», aliviando as classes laboriosas e menos protegidas da carga fiscal, e proferia como que

uma sentença a qual, infelizmente, não perdeu actualidade: «a revolução há-de fazer-se; ou seja bem ordenada, disciplinada, de cima para baixo, do governo para o povo, e então reinará vida nova, e entraremos num período de felicidade e de paz, ou seja, quando o governo não possa, não queira ou saiba fazê-la, de baixo para cima, da periferia para o centro, em ondas de anarquia que subverterão tudo e todos».

Embora condenassem a Ditadura — essencialmente contrária aos seus princípios políticos e «à alta noção de Liberdade» — Jacinto Cândido estudava, à data do regicídio, uma aliança eleitoral proposta por João Franco, seu amigo pessoal e antigo correligionário, «que aceitaria, na convicção de um próximo regresso à normalidade constitucional, corroborada por uma benéfica e desejada renovação parlamentar».

Após uma exaustiva actividade, mas inglória, de quatro anos no poder, rudemente atacado no Parlamento e na Imprensa, durante o debate sobre a cobrança dos direitos aduaneiros, o Governo de Hintze pediu a dissolução da Câmara que lhe foi concedida. Realizadas as eleições, em que obtivera a esperada e tradicional maioria, o seu destino estava, porém, traçado: o Parlamento envolveu-o na grave questão dos Tabacos ante a qual se digladiavam duas correntes: a que defendia a «régie», ou exploração pelo Estado, e a que preconizava o monopólio entregue à iniciativa privada. Favorecendo, em princípio, a primeira solução — mas não querendo comprometer-se — o Governo alvejado por todos os lados da Câmara, apresentou a demissão sucedendo-lhe, no Poder, em obediência aos cânones rotativos, o Partido Progressista de José Luciano de Castro.

Logo a seguir, o Governo — agora nas mãos dos progressistas — sofreu, nas duas Câmaras, violentas arremetidas da opposição em consequência da velha questão do concurso e arrematação do negócio dos Tabacos, com fabulosos interesses em jogo, do qual foi preterida a poderosa firma do Conde de Burnay: os parlamentares exigiam a transparência na operação e pediam explicações sobre a suspensão de alguns jornais que se ocuparam do assunto — por todos os órgãos republicanos «O MUNDO» e «A VANGUARDA».

O Ministro do Reino sugeriu a demissão do Governo mas o Presidente do Conselho, embora paráltico dos membros inferiores mas de invulgar lucidez, conseguiu obstar à queda do minis-

tério eximindo-se, assim, à nomeação para aquela pasta, de primacial importância política, de José Maria de Alpoim o qual contava na Câmara dos Deputados com um importante grupo de amigos e — constava — dispunha-se a substituir José Luciano de Castro na direcção do Partido Progressista.

Ressentido por José Luciano não lhe dar a consideração política, a que se julgava com direito, Alpoim, intimamente contrariado, deu a adesão às cláusulas do contrato dos Tabacos, lidas e aprovadas em Conselho de Ministros, felicitando o Presidente do Conselho, José Luciano de Castro, pela resolução de tão importante problema político — «ótimo para o Tesouro Público»: a má vontade de José de Alpoim, que sobraçava a pasta da Justiça, contra o Partido Progressista agravou-se com a nomeação para Ministro do Reino, em substituição de Pereira de Miranda, do seu adversário político — o igualmente transmontano Eduardo José Coelho.

A aprovação, em Conselho de Ministros, do contrato dos Tabacos foi qualificada de imoralidade administrativa pela opposição, que promovia violentas campanhas na Imprensa e aguardava que a Comissão de Fazenda se pronunciasse sobre tão importante problema: o parecer da Comissão, rejeitando por unanimidade, o contrato aprovado em Conselho de Ministros, não se fez esperar. O Ministro da Justiça, José de Alpoim — já então membro da Câmara dos Pares — solidarizou-se com a Comissão da Fazenda, constituída por apreciável número dos seus amigos políticos, atitude que teve como consequência a demissão das suas funções ministeriais onde foi substituído pelo Professor da Faculdade de Direito, Doutor Artur Montenegro: assim nasceu a dissidência progressista liderada pelos percursores José de Alpoim, João Pinto dos Santos, António Centeno, Egas Moniz, Moreira de Almeida e Visconde de Ribeira Brava.

Os ataques ao Governo progressista intensificaram-se nas duas Câmaras e assumiu aspectos demolidores, apaixonados, na Imprensa, nomeadamente, nos jornais «O Século», «Novidades», «O Dia», órgão dos dissidentes, e na «Carta de Lisboa», colaboração habitual escrita por José de Alpoim no diário portuense «O Primeiro de Janeiro».

Na Câmara dos Deputados, José Luciano exaltava as vantagens que, da execução do novo contrato dos Tabacos, revertiriam para o Estado,

mas esses benefícios foram, energicamente, contestados por dois amigos de Alpoim — João Pinto dos Santos e António Centeno. A seguir, na Câmara dos Pares, o Presidente do Conselho lamentou a cisão aberta no Partido Progressista por alguns dos seus antigos correligionários, a quem acusou de ingratitude: salientando os lucros que do novo contrato adveriam para o Estado, repetiu a argumentação aduzida, momentos antes, na Câmara electiva, insistência refutada por João Franco, João Arroyo, Dantas Baracho e José Maria de Alpoim, principalmente alvejado, o qual, ante a expectativa da Câmara, afirmou, em determinada altura da sua intervenção: «É triste que um homem chegado à idade do Sr. José Luciano de Castro, e doente, manche a sua alma de ódios ruins, de paixões mesquinhas e de pequenas misérias» acrescentando que «sentia as injúrias e lembrava o tempo em que velava o leito do insultador» (Rocha Martins, «D. Carlos — História do seu Reinado», pp. 464 e seguintes).

Reabertas em Agosto de 1905, as Câmaras encerraram logo no mês seguinte: em sinal de protesto, José de Alpoim e seus amigos dirigiram um manifesto ao País em que acusam o governo de — para tentar ilaquear a questão dos Tabacos — infringir a Carta Constitucional ao encerrar o Pralamento cujo funcionamento, obrigatório de três meses com as habituais prorrogações, foi cerceado protelando, intencionalmente, a aprovação de importantes diplomas legislativos e a discussão do Orçamento Geral do Estado.

Entretanto, de todos os pontos do País, o governo progressista recebia mensagens exortando-o a iniciar «Vida Nova» — sugerida, aliás, pela primeira vez, por Carlos Lobo de Ávila ao Rei D. Carlos — a instaurar a moralidade administrativa e estimular as Câmaras legislativas à produção de trabalho útil.

José Luciano — que já pedira a dissolução do Parlamento — volta a insistir nesse sentido, junto do Rei, que lha não concede. O velho e adestrado político apresenta a demissão do ministério mas o Rei, reiterando-lhe a confiança, encarrega-o de formar novo Gabinete que, ao ser apresentado no Parlamento, é recebido com apupos e gritaria («fora, fora o governo tabaqueiro»).

Após uma breve viagem a Madrid — inscrita na sua importante obra de política externa — no regresso, ao passar a fronteira

D. Carlos recebeu um relatório confidencial informando-o de que, no País recrudescia a agitação política, agravada ainda e sempre... com o contrato dos Tabacos. Com a intenção de acalmar os espíritos, fiel ao sistema rotativo, na recepção régia improvisada na estação do Rossio, o soberano teve a ocasião de, discretamente, incumbir o chefe do Partido Regenerador, Hintze Ribeiro, de organizar um novo governo, apto a substituir o anterior, presidido por José Luciano.

Por reflectir o desgosto e abalo moral sofridos pelo hábil e persistente estadista, permita-se-nos a transcrição de um episódio, relatado pelo antigo Ministro das Obras Públicas e de Marinha e Ultramar, Conselheiro António Cabral — ao tempo Secretário de Estado da Presidência do Conselho — no livro «Alexandre Cabral» consagrado à memória de um seu irmão que foi, igualmente, brilhante homem público e último Reitor da Universidade de Coimbra no tempo da Monarquia:

«Como era da praxe — escreve António Cabral — os ministros que saíam do poder foram ao Paço, a apresentar a El-Rei e à Rainha os seus cumprimentos de despedida. (...) José Luciano apresentou ao Senhor D. Carlos as despedidas do Gabinete, a que presidira, e agradeceu-lhe, em nome de todos os ministros, a gentileza com que ele e os seus colegas tinham sido tratados pelo Soberano. El-Rei e nós ouvíamos em silêncio as palavras de José Luciano.

— Uma circunstância desejo fazer notar a Vossa Magestade — disse o velho estadista — é que nunca tive de vir pedir a Vossa Magestade que intervisse para sanar qualquer conflito havido entre mim e os meus colegas;

— Isso é verdade — afirmou El-Rei (...) E, agora, concluiu José Luciano, uma coisa quero dizer a Vossa Magestade: é que com o sr. Hintze Ribeiro hei-de eu ajustar as minhas contas!

E despediu-se do soberano, que, silencioso e comovido, sem replicar uma só palavra, lhe apertou a mão, bem como a cada um de nós, os restantes ministros demissionários.»

O ajuste de contas de José Luciano surgiu, cinquenta e oito dias depois, com a demissão de Hintze Ribeiro, e a chamada ao Poder dos Regeneradores-Liberaes, de João Franco, dissidentes, portanto, do Partido Regenerador, extinguindo-se, assim, o sistema rotativo, ou seja, a principal alavanca da Monarquia.

Consoante o seu programa e reiteradas declarações, João Franco obediente aos princípios, amplamente liberais, propunha-se, entre outras medidas, respeitar a minoria republicana, a independência do poder judicial, limitar a competência do Juiz de Instrução Criminal, elaborar a nova lei eleitoral e uma outra sobre a responsabilidade dos ministros, reformar os Serviços de Contabilidade Pública, intensificar obras de fomento económico, enfim, publicar todo um apreciável pecúlio de providência tendentes a instaurar a «Vida Nova», de «Verdade», de há muito preconizada: apesar de tão auspicioso programa, a agitação política, dentro e fora das Câmaras, prosseguia num ambiente de dúvida e de hostilidade ao governo franquista. Por sua vez o recém nomeado Presidente do Conselho, em plena campanha eleitoral, intervinha em comícios e reuniões onde era recebido e aclamado em verdadeira apoteose, vendo cada vez mais aumentar as adesões ao seu Partido e programa de Governo.

As eleições — ao invés das habituais manipulações dos galopins — decorreram num ambiente de ordem, seriedade e isenção, proporcionando a entrada na Câmara electiva de quatro republicanos, de expressiva representatividade: Afonso Costa, Lente da Universidade, famoso advogado e orador, António José de Almeida, médico rejeitado pela Faculdade de Medicina, grande tribuno, Alexandre Braga e João de Meneses, ambos causídicos de nomeada, orador combativo, espontâneo e eloquente o penúltimo.

Agradavelmente sensibilizado, D. Carlos não se eximiu a felicitar o Presidente do Conselho, que empenhara a palavra de honra na legitimidade do escrutínio.

Uma vez reabertas, as Câmaras não produzem trabalho metódico e útil: nos Pares, João Arroyo empolava o conteúdo de uma célebre, histórica e algo «misteriosa» carta, escrita pelo Rei a Hintze, em Maio de 1906, e intimava o ex-pre-

sidente do Conselho a exhibi-la: solicitada a autorização de D. Carlos, verificou-se que o conteúdo de carta versava sobre a recusa, e razões aduzidas, do Rei em conceder o adiamento das Cortes, pedido por Hintze, atitude que provocou a demissão do Partido Regenerador, ao fim de cinquenta e oito dias: na Câmara dos Deputados, a despeito da qualidade e abundância de excelentes discursos — em regra, repetimos, os políticos de então eram, simultaneamente, estadistas, oradores e jornalistas de ideias — os debates protelavam-se, e as votações nem sempre davam satisfação às necessidades públicas geralmente sentidas.

A discussão da nacionalidade do Ministro da Fazenda, Ernesto Diesel Schröeter, ocupou algumas sessões parlamentares perfeitamente supérfluas, para não dizer inúteis. Tratava-se de apurar, em última análise, se o financeiro Schröeter, a quem a oposição denominava de austríaco, tinha ou não capacidade para o exercício de direitos públicos, porquanto, tendo nascido em Portugal, ao atingir a maioridade, não optou pela nacionalidade portuguesa: perfilhando, expressamente a Carta Constitucional como, aliás, o Código Civil de Seabra, o princípio do «*jus soli*», ao atribuir a nacionalidade portuguesa a todos os indivíduos nascidos em Portugal, o Conselheiro Schröeter, nascido em território nacional, embora filho de pai estrangeiro, no exercício de actividades privadas, não tendo optado pela nacionalidade do progenitor, adquiria legitimamente a nacionalidade portuguesa com a correlativa capacidade para o exercício de direitos políticos e civis. Os capciosos discursos da oposição foram contestados, com êxito, por Martins de Carvalho, exímio jurisconsulto, e José Tavares e Teixeira de Abreu, insignes Professores de Direito Civil na Universidade de Coimbra.

Abstraindo de outras sessões, intercalares entre o Governo de João Franco e a ditadura, encabeçada politicamente pelo mesmo estadista, a discussão dos Adiantamentos à Casa Real sobrelleva, em importância e adversas consequências, a todas até então apreciadas no Parlamento.

No debate sobre a Reforma da Contabilidade Pública — importantíssima reorganização de que resultaram disposições legais, mantidas na I República e na República Corporativa — o deputado dissidente António Centeno declarou que alguns funcionários públicos tinham beneficiado de adiantamentos, à margem da lei e impunidade

dos chefes de Serviços. Escrupuloso na instauração de uma «Vida Nova», de «Verdade» — numa gesta de honradez e transparência, embora inoportuna — João Franco, interrompendo o orador, afirmou que alguns Governos rotativos haviam concedido adiantamentos à Casa Real não desejando o seu ministro da Fazenda, nem ele próprio, Presidente do Conselho, prevalecer-se de qualquer concessão, prevista na nova Lei de Contabilidade Pública, adrede a resolver a questão. Pelo contrário, tais adiantamentos seriam, oportunamente, submetidos à aprovação do Parlamento.

Rarefeita da surpresa, a oposição — que guardara religioso silêncio, ante a intervenção de João Franco — exigiu, acto contínuo, imediata, peremptória justificação dos adiantamentos, feitos pelo Tesouro à Casa Real, sem a aprovação prévia do Parlamento: a questão dos adiantamentos constituiu certo e profundo golpe, a agravar os que anteriormente sofrera e estaria ainda para sofrer, arremessado conta o regime monárquico.

Porém, a maior parte das verbas adiantadas — verificou-se «ex-post» — destinavam-se a manter a dignidade e prestégio da lista civil, fortemente cerceada, e a satisfazer despesas contraídas por D. Carlos com as visitas efectuadas por Chefes de Estado a Portugal — Rei Eduardo VII, de Inglaterra, Kaiser Guilherme II, da Alemanha, Afonso XIII, de Espanha e Presidente Émile Loubet, da República francesa — e correlativas retribuições, plenas umas e outras, de importantes e positivos resultados diplomáticos.

Por outro lado, numerosos serviços públicos encontravam-se instalados em edifícios pertencentes à Casa Real, constituindo-se o Estado devedor das respectivas rendas, cujo atraso e falta de pagamento ascendia a avultadas importâncias: impunha-se, pois, organizar a contacorrente, o encontro de contas, dos débitos e créditos recíprocos.

Empoladas, com renhidas campanhas de Imprensa, as investidas no Parlamento — contra o Rei e contra o governo de João Franco — assumiram extraordinária violência — a que se associaram as galerias as quais, mais uma vez, tiveram de ser evacuadas.

As intervenções mais veementes foram, na Câmara dos Pares, a de João Arroyo — preterido pelo Rei na ascensão ao Conselho de Es-

tado, a que se achava com direito — e a que proferiu na Câmara dos deputados o representante da minoria republicana, Afonso Costa que, após uma análise exaustiva da situação financeira — sob a prevenção do Presidente, Tomás Pizarro de Melo Sampaio, de lhe retirar a palavra — exclama, com energia, dirigindo-se a João Franco:

«Pedir uma administração honrada e honesta quem não teve a honradez de pagar à Nação o que indevidamente desviou dos cofres públicos... é, pelo menos, assombroso!..»

O Presidente interrompeu, mais uma vez, o orador advertindo-o de que não devia discutir a pessoa do Rei e que o seu discurso estava «a seguir um tal caminho que a Mesa receia que profira qualquer expressão que a obrigue a intervir. (...) É um pedido que dirijo ao ilustre Deputado, em nome do Regimento, da lei e em meu próprio nome». Mas Afonso Costa, depois de exortar João Franco a mencionar as pessoas que aproveitaram com os adiantamentos, acrescenta: «a Nação ordena e declara indispensável que essas pessoas reponham as quantias desviadas, com todos os juros (...) e não consentirá no aumento da lista civil (...) nem em outro modo acomodaticio de pagamento.

E mais ordena o povo, solenemente, que, logo que tudo esteja pago, diga o Sr. Presidente do Conselho ao rei: — Retire-se, Senhor, saia do País, para não ter de entrar numa cadeia, em nome da lei!..».

Levanta-se sussuro, com todos os deputados de pé, a agitação a aumentar, vozes a gritar «Ordem!», «Ordem!», o Presidente a agitar a campanha, mas Afonso Costa corajoso, dominando o tumulto, insiste:

«Por muito menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I, rolou no cadafalso, em França, a cabeça de Luís XVI.»

Com nova advertência do Presidente convidando Sua Ex.<sup>a</sup> — era assim que se tratavam os políticos de então — a retirar as últimas expressões, sob pena de lhe ser aplicado o Regimento, o «leader» republicano repete: «Por

muito menos rolou no cadafalso a cabeça de Luís XVI»; no meio de grande confusão, a Câmara deliberou aplicar ao deputado a censura regimental, com suspensão de exercício das suas funções. Obrigado pela força armada, Afonso Costa sai do edifício das Cortes acompanhado dos deputados Alexandre Braga, António José de Almeida e João de Meneses, seus correligionários, e por João Pinto dos Santos, Moreira de Almeida e António Centeno, amigos de José de Alpoim, e João Arroyo, Par do Reino.

Reaberta a sessão, reocupadas as galerias, João Franco pretextou as boas intenções do Rei reiterando a promessa, para que não subsistissem dúvidas, de que o seu Governo liquidaria, com transparência e exactidão, as operações financeiras consideradas ilegais, contraídas entre a Casa Real e o Estado.

Com ásperas censuras ao Governo, usaram da palavra o dissidente João Pinto dos Santos — que após a implantação da República ficaria fiel à Monarquia — os republicanos António José de Almeida — exortando os soldados, com as baionetas «a fundarem uma Pátria nova» — e Alexandre Braga que denominou o regime monárquico de «Falperra de manto e corôa», motivo por que, coercivamente, foi encerrado o debate, no meio de uma atmosfera de tumultos fomentada por republicanos, dissidentes, alguns regeneradores e manifestações do povo que enchia as galerias.

Impossibilitado de neutralizar os ataques deferidos nas Câmaras contra o Governo, João Franco sugeriu ao Rei o adiamento da sessão parlamentar: o soberano opôs-se. Porém, em carta particular ao Chefe do Governo, concluía: (...) «Claro está que se não houver outro remédio dentro da legalidade teremos de o fazer... mas com pena da minha parte.»

Por sua vez, os dissidentes — com os problemas da concessão dos sanatórios da Madeira e dos vinicultores do Sul, que exigiam vantagens já reconhecidas aos produtores do Douro — prosseguiram no Parlamento a tarefa demolidora; os republicanos promoviam comícios, extraordinariamente concorridos, distribuíam propaganda nos quartéis e na Armada; a Carbonária — de Luz de Almeida, António Maria da Silva e do comissário-naval Machado dos Santos — intensificava a missão secreta para que foi criada, ou

seja, preparava a revolução; em Lisboa explodiam bombas que adensavam o ambiente de temor e a expectativa de graves acontecimentos.

#### GREVE ACADÉMICA DE COIMBRA

Não seria ainda a tão desejada Revolução nem tão pouco intentona ou movimento revolucionário, mas, na série inelutável, senão lógica, de factos que contribuíram para a queda da Monarquia, eis que surge a histórica greve académica de Coimbra, promovida pelos alunos da Faculdade de Direito, em manifestação de protesto contra a acintosa e preconcebida — sustentavam os estudantes — reprovação do licenciado José Eugénio Dias Ferreira no «Acto de Conclusões Magnas», ou seja, nas provas de doutoramento, em ciências jurídicas realizadas, na Sala dos Capelos ou dos «Actos Grandes», nos dias 28 de Fevereiro e 1 de Março de 1907: solidarizando-se com o candidato preterido, os escolares aproveitaram a oportunidade de se insurgir contra o regime e métodos dos estudos, professados na sua Escola, que detinha o monopólio de ensino do direito, e reclamavam a criação de mais duas Faculdades congêneres — em Lisboa e no Porto.

Ao contrário do que alguns sustentam, a greve, que alastrou as outras escolas de ensino superior e secundário, embora promovida por estudantes republicanos — Ramada Curto, Carlos Olavo, Alberto Xavier, Campos de Lima, António Granjo — não se propunha objectivos políticos e a ela aderiram escolares monárquicos, entre os quais Frederico Franco, filho do então Presidente do Conselho e aluno distinto da Faculdade de Direito. Os estudantes da Universidade de Coimbra tiveram eloquentes defensores no Parlamento — nomeadamente, no verbo arrebatador do grande tribuno republicano António José de Almeida:

«A questão é grave — afirmou — e os termos em que foi posta são sérios. (...) O partido republicano tem sido inteiramente alheio a este movimento da Academia. Inteira e absolutamente alheio. Mas se o partido republicano vir que se movem hostilidades contra alguns estudantes, intervirá. (...) Nem se admitem perseguições, nem se admite que o brio académico seja enxovalhado. Era

o que faltava!... (...) Não. Pelo que pessoalmente me diz respeito gastarei o melhor da minha iniciativa e queimarei o melhor da minha vida para protestar em comícios, pelo País além, contra o atentado monstruoso, se ele chegar a realizar-se. (...) Nós contamos com os rapazes desta geração (...) mas pagarlhe-emos adiantado, porque desde já cordialmente seremos com eles.»

Com o pretexto de que o Parlamento — considerado o foco insurreccional dos acontecimentos de Coimbra — esgotara o prazo de funcionamento, João Franco adia os trabalhos parlamentares com a leitura de um Decreto, assinado pelo Rei, declarando encerradas as Cortes Gerais da Nação Portuguesa.

Reflectindo, porém, o Presidente do Conselho decidiu pôr o Gabinete à disposição do soberano que lhe reiterou a confiança. João Franco permitiu-se observar que a atitude do Rei repeteria a situação política de 1895, no Governo de Hintze, em que sobraçando a Pasta do Reino, as Câmaras permaneceram encerradas durante dois anos (por graça, comentamos, eram alcunhadas o «Solar dos Barrigas», título de uma peça teatral então em cena). Segundo Rocha Martins, à observação de Franco, o soberano retorquiu:

— «E porque não? a acção extraordinária de 1895, liquidou uma situação perturbadora, e confusa, semelhante à de agora.»

(...) Em resposta, João Franco perguntou:

— «E as minhas declarações?» (de liberalismo ínsitas no seu programa).

#### DITADURA DE JOÃO FRANCO

Ao despedirem-se, D. Carlos que antes afirmara «se formos derrotados desertaremos ambos» — estendeu-lhe, cordialmente a mão «ficando convicto de que não hesitaria»: e, com efeito, não hesitou. Da reunião efectuada com alguns marechais do seu Partido, ficou assente que o ministério governaria em ditadura «até poder de novo reunir-se utilmente o Parlamento» — tratar-se-ia, portanto, de uma ditadura de transição, o mesmo é dizer, efémera.

No entanto (omissão imperdoável) instaurava-se a ditadura, autolimitada até ao momento em que o Parlamento pudesse funcionar, sem a obrigatoria reunião do Conselho de Estado infringindo-se, assim, o preceituado no artigo 11.º, com remissão para o § 4.º do artigo 74.º, da Carta Constitucional.

A ditadura foi, energicamente combatida por todos os partidos e na capital respirava-se um ambiente de ódio e de repulsa, com tumultos e desordens, fabrico e explosão de bombas facto que — segundo o célebre juiz Veiga do Tribunal de Instrução Criminal — «só acontecia quando o Conselheiro João Franco se encontrava no Poder».

Reagindo, o Presidente do Conselho fazia a apologia do Governo salientando os objectivos, de progresso económico e social, que se propunha dinamizar. Embora de uma honradez inconcussa, o carácter enérgico, impulsivo, neutralizava-lhe, por vezes, promessas feitas de boa fé e ideias de que se proclamava arauto. E assim, depois de ter afirmado que só o Parlamento era a entidade competente para julgar «com direito, razão e força moral» a questão das dívidas ao Tesouro, mandava, com as Câmaras encerradas, publicar no «Diário do Governo», o decreto de liquidação dos adiantamentos — decisão contrária à opinião do Rei que, por essa altura, lhe confessava:

«Deixa-me dizer-te que se me oferecem as mais sérias dúvidas sobre a oportunidade de lançarmos neste momento a questão da Casa Real. Estamos dentro duma fogueira que desejamos apagar e não se apaga fogo lançando-lhe lenha. (...) Poder-se-ia, talvez, esperar um pouco, até deixarmos acalmar um pouco mais as paixões, que tão acessas estão nos políticos.»

Acontecimentos, a abreviar a derrocada, sucediam-se em catadupa: a demissão, arbitrária, do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José Neto: uma vez que não existia a Lei de Separação a renúncia, contra a vontade do Prelado, teria de ser requerida ao Ministro da Justiça, formalismo essencial não acatado; as entrevistas de D. Carlos e de João Franco ao enviado especial do jornal parisiense *Le Temps*, José Gualtier, em que o monarca teceu críticas acerbas contra os Partidos, o Parlamento e políticos; e as adesões ao

Partido Republicano de Augusto José da Cunha, Lente da Escola Politécnica, membro da Câmara dos Pares e antigo ministro da Coroa, e de Anselmo Braamcamp Freire, também Par do Reino, erudito historiador e fidalgo da Casa Real.

O antigo ministro, primoroso escritor e académico Júlio de Vilhena que, com a morte de Hintze — seu antigo condiscípulo e companheiro de casa em Coimbra, e também Doutor em Direito — ascenderia à chefia do Partido Regenerador, numa campanha contra a ditadura no jornal *O Popular*, à guisa de profecia, escreveu: «Isto termina, fatalmente por um crime ou por uma revolução»: a tentativa revolucionária desmantelou-a o Governo em 28 de Janeiro de 1908; o crime consumar-se-ia três dias depois no Terreiro do Paço.

A intentona revolucionária gorou-se com as prisões, no desaparecido elevador da Biblioteca, na zona do Chiado, do deputado republicano Afonso Costa, dos dissidentes Egas Moniz e Visconde de Ribeira Brava e do tenente Álvaro Poppe. Além desses cabecilhas, foram igualmente detidos António José de Almeida — cuja prisão causou vigorosa reacção nos meios populares — e João Pinto dos Santos, conseguindo evadir-se para Espanha, com autorização do próprio Rei, o chefe da dissidência progressista, Dr. José Maria de Alpoim, e, para parte incerta, os Viscondes do Ameal e de Pedralva, seus correligionários.

O governo de João Franco não ficou inactivo: o Ministro da Justiça, Teixeira de Abreu, elaborou um decreto aprovado em Conselho de Ministros — que submeteu à assinatura de D. Carlos, em Vila Viçosa — autorizando o Governo, sem julgamento, a expulsar do País ou a enviar para as colónias, «os que atentassem contra a segurança do Estado» — ao assinar o Decreto de 31 de Janeiro, lavrou D. Carlos a sentença final, irrecorrível, cuja execução se concretizou com a sua morte e do Príncipe, seu filho, e extinção da ditadura.

## O REGICÍDIO

A ditadura provocou em Lisboa o recrudescimento da atmosfera revolucionária, exacerbada com a conspiração de 28 de Janeiro de 1908, e assinatura real do Decreto de 31 desse mês e ano.

Enquanto os monárquicos se degladiavam — envolvidos em ódios, quesílias e intrigas — as fileiras do Partido Republicano tornavam-se cada vez mais numerosas, activas e resolutas, com as adesões das massas populares e de personalidades, da vida intelectual e social, desiludidas ante a incapacidade, a inércia, do regime tradicional e a ajuda monetária dos dissidentes progressistas, destinada à aquisição de bombas e material de guerra.

Constava — e era certo — que a Família Real, após a quadra festiva de Ano Novo, que prolongara, regressaria de Vila Viçosa no dia 1 de Fevereiro; que o Presidente do Conselho, João Franco, recebera ameaças de morte; que elementos anarquistas realizavam reuniões secretas: o prognóstico, porém, da morte de D. Carlos e de D. Luís Filipe não estava no limbo dos acontecimentos possíveis, nem no cálculo de probabilidades dos espíritos mais esclarecidos ou melhor informados.

Confrontando as versões dos actos preparatórios e do regicídio, nem sempre coerentes senão contraditórias, uma existe que se nos afigura aceitável, por verosímil, escrita por um tal António de Albuquerque (do Alardo do Amaral Cardoso Barba de Meneses e Lencastre, de seu nome completo) reviviscência, lançada para o nosso século, das frondosas árvores genealógicas do conquistador de Malaca, Afonso de Albuquerque, e do cronista das «Décadas da Ásia», João de Barros, florescentes no século XVI — áureo dos Descobrimentos.

António de Albuquerque foi o autor audacioso, mas deplorável, do então disputado romance «O Marquês da Bacalhoa» cujo escopo consistiu em conspurcar a vida íntima de D. Carlos e de outros personagens palacianos, facto de que viria a arrepender-se, à hora da morte, pedindo o perdão da Rainha D. Amélia.

Além do «Marquês da Bacalhoa», António de Albuquerque — com indícios de ser, ele próprio, um dos comparsas do regicídio — escreveu uma outra obra — «Execução do Rei Carlos» editada em Bruxelas, em 1909 — rara para não dizer quase esquecida, mas achega preciosa na clarificação, sob certos aspectos, da ainda impenetrável sombra que envolve as mortes do Rei e do Príncipe.

À guisa de depoimento, António de Albuquerque — em férias de veraneio e mundanismo na cidade de Granada — diz ter recebido a visita

do seu amigo Fabrício de Lemos, personagem fictícia ou talvez pseudónimo do autor, o qual ao referir-se à última reunião dos conjurados, que levaram a efeito a execução do Terreiro do Paço, afirmou:

«Foi naquele casarão de Xabregas, teu conhecido — depõe Fabrício de Lemos — que pela última vez nos reunimos na véspera do grande dia. (...) O juiz Veiga que por um momento conseguira, graças à sua perspicácia, entrever-nos, pedira a demissão enjoado com a hipocrisia, crueldade e desatinos do ditador». Seguidamente, Fabrício assevera que a assistência na adega de Xabregas, naquela noite chuvosa — «chovia a cântaros» — de véspera do regicídio, era constituída por quinze portugueses, um italiano, um francês e um catalão». E acrescenta: «Dezóito homens ao todo, mas decididos e sinceros, suficientes para levarem a cabo o mais justo dos intuitos embora perigoso». (...) Apenas o último entrara, logo o Buiça se levantou para falar no meio do maior silêncio: lembro-me como se fosse hoje» — assinala-se a expressão de flagrante veracidade.

Na breve alocução, Buiça sugeriu a liquidação de toda a Família Real, «embora o ideal dos presentes — esclareceu — condene como inumano e injusto arrancar a vida ao mais celerado dos homens». (...) «Lembrem-se de que da sua morte depende o bem-estar e a vida de centenas dos nossos camaradas»: nem um só, dos conjurados, se levantou aderindo, assim, na totalidade, à ideia de Buiça, ao sugerir a liquidação da família real.

O depoimento de Fabrício de Lemos prossegue: «... o Costa então levantou-se e proferiu com voz sombria, ameaçadora, as seguintes palavras: — Amanhã, morrerão todos, embora à custa das nossas vidas. Sentimo-nos felizes por poder dá-las pela nossa causa e salvarmos assim os nossos camaradas.

Um apoiado tremendo ressoou pelas abóbadas da adega. (...) A condenação fora votada por unanimidade.»

Foi Buiça quem distribuiu os grupos, sendo o primeiro constituído por seis portugueses que aguardaria a passagem da carruagem real no Ter-

reiro do Paço — «a «porta» de maior perigo e de maior glória»; os dois restantes postar-se-iam um em Santos e o outro em Alcântara. E Fabrício, meticoloso, elucida: «Escapavam do primeiro (grupo) cairiam às balas dos restantes». Quanto ao ditador, João Franco, «estava seguro da sua morte, pois ordens haviam sido já dadas a tal respeito como todos sabiam».

Carabinas e pistolas Brown foram distribuídas pelos assistentes. No regresso, alta noite, à saída da adega, por uma porta escura, tomaram uma tipóia deixando o Buiça no Terreiro do Paço que lhes lembrou, «indicando com a mão», o local onde, «na arcada fronteira» do antigo Ministério da Fazenda (depois das Finanças, actual da Agricultura e Pescas) se deviam encontrar, no dia seguinte, às duas horas» (catorze modernamente).

Na véspera, como informou Fabrício de Lemos, tinha chovido com intensidade mas as nuvens, que ainda toldavam o céu ao amanhecer, dissiparam-se ao dardejear de um Sol benéfico, acolhedor, quase primaveril, captando da superfície do rio reflexos irisados de um mar de prata. A tarde manteve-se desanuviada e soalheira tal como a natureza prodigaliza, por vezes, no período intercalar Inverno-Verão, em generosa dádiva de bem-querer, a esta histórica e pitoresca cidade de Lisboa — Princesa do Tejo.

Pouco passava das dezasseis horas, unidades militares, sob o comando do General Craveiro Lopes, tomam posições no Terreiro do Paço onde já se encontravam, estacionados, efectivos policiais a aguardar o desembarque, na Estação do Sul-e-Sueste ou dos Vapores, da Família Real: correu a notícia de que o comboio, em que viajavam os régios vajantes, sofrera um descarrilamento na Estação de Casa Branca, sem quaisquer consequências — além do susto.

Povo no vasto Terreiro — o suficiente para aclamar o Chefe do Estado. Os Infantes D. Afonso — este no seu automóvel, rara aspiração para aquele tempo — e D. Manuel, Ministros, deputados e outras individualidades franquistas, a oposição absteve-se, tomam posições na gare onde apresentam cumprimentos ao Rei e seus familiares desembarcados, momentos antes, do vapor « D. Luís».

Organiza-se o préstito: num «landau» descoberto — ingénua resolução! — tomam lugar a Família Real, o Príncipe D. Luís Filipe em frente do Rei e o Infante D. Manuel em frente

da Rainha D. Amélia; as personalidades presentes ocupam as diversas carruagens das quais, a quarta, pertencia a João Franco.

Os cavalos da carruagem real, ajazados a preceito, arrancam a trote moderado. Em breve percorrem a faixa ocidental da vasta Praça. De súbito, em frente ao Ministério da Fazenda, percutiu um relampejo de tiros. Num ápice — tem a palavra Fabrício de Lemos — «o Costa saltou como um tigre às trazeiras do «landau» e disparou o certo revólver contra o rei, o qual caía pesadamente sobre a Rainha, (...) «enquanto o Príncipe Real alvejou mortalmente o Costa, o qual caiu por terra uivando como uma fera. E quase ao mesmo tempo, rolava a alguns passos de mim, o Buiça mortalmente ferido».

O Rei foi morto, com um tiro na nuca, por Alfredo Costa: e o Príncipe Real? Fabrício não nos informa. Versões autorizadas, porém, são unânimes em atribuir a morte de D. Luís Filipe ao Buiça, sem contudo referirem o sítio ou o local de onde o regicida saiu. O último Presidente do Conselho da Monarquia, Conselheiro Teixeira de Sousa, na obra «Para a História da Revolução» esclarece que «a carruagem — após a morte do Rei — seguiu. Quando voltava para a Rua do Arsenal, de um dos arcos do Ministério do Reino (depois do Interior, actual de Administração Interna) saiu um homem alto, de barbas negras, coberto com um capote escuro, o qual fazendo um movimento da cabeça para lançar fora um chapéu mole que trazia, simultaneamente apontou uma carabina de cano brilhante, que desfechou para a carruagem real».

O homem da carabina, comprada no armeiro Heitor Ferreira, com estabelecimento no Largo de D. João da Câmara, no Rossio, era — soube-se «a posteriori» — Manuel da Silva Buissa, professor do ensino particular, que alvejou mortalmente o Príncipe D. Luís Filipe o qual momentos antes, ainda de pé, e resistindo à trepidação do veículo, lhe rispostou de pistola em punho; deliberado, resolutivo, no meio da confusão e do tiroteio Buiça, quando se propunha desfechar de novo a arma contra a carruagem real, foi impedido por um oficial, o tenente Francisco Figueira Freire, de concretizar o seu intento: porém, de joelho em terra, feriu a tiro o adversário que, por sua vez, o abateu à espadeirada, sendo morto pela polícia.

No esboço gisado deste horroroso quadro, profundamente trágico, sobressai a sublime figura da Rainha D. Amélia, varonil Senhora que, alcançada com as mortes do marido e do primogénito bem amado, procurou salvar das mãos assassinas — cobrindo com sua figura a Mãe-mártir e profligando um dos cirminosos com um singelo ramo de flores — o único filho sobrevivente, o Infante D. Manuel, saído da pavorosa refrega ferido num braço.

Após o regicídio, o Presidente do Directório do Partido Republicano Doutor Bernardino Machado — Professor da Faculdade de Filosofia, antigo ministro da Coroa, que declinara as convicções monárquicas — «proferiu palavras de piedade à memória dos mortos» sublinhando que «o Partido Republicano é um Partido de princípios, de discussão, de propaganda. (...) Se não provoca a violência, não recua também diante dela». Surpreendidos, perplexos, entre os dirigentes republicanos surgiram duas correntes: uma, que desejando aproveitar o ambiente revolucionário e a desorientação política, propunha-se implantar a República; outra mais moderada, que prevaleceu, repudiou o derramamento de sangue e qualquer atitude de transigência com o regicídio.

Urge perguntar: teriam o Buiça e o Costa, autores materiais do atentado, cúmplices e encobridores?

Cúmplices do atentado seriam os conjurados que participaram nas reuniões preparatórias, especialmente na véspera, os que foram distribuídos pela «portas» ou vigias do Terreiro do Paço, Santos e Praça da Armada, em Alcântara, e os que facilitaram ou auxiliaram a sua execução: uns e outros, à falta de provas, ficarão — talvez para sempre — imersos na densa escuridão das sombras, opacas, sombrias, da tragédia. Cúmplices dos mais comprometidos — senão autores morais ou mandantes — foram os dissidentes progressistas, por todos, o seu chefe Dr. José Maria de Alpoim.

De estatura avantajada, paquidérmica, robusto e adiposo, José de Alpoim foi um dos maiores oradores parlamentares do seu tempo, jornalista exuberante — as «cartas políticas» no *Primeiro de Janeiro* consagraram-no — político irrequieto, versátil mas hábil, cuja suprema aspiração, depois de ter sido Ministro da Justiça, por duas vezes, de ascender à Câmara dos Pares

e ao Conselho de Estado, era a de suceder a José Luciano de Castro na chefia do Partido Progressista.

Como dissemos, na questão dos Tabacos, Alpoim, então Ministro da Justiça, solidarizou-se com os colegas de Gabinete e aprovou, com entusiasmo, as cláusulas do contrato. Pouco depois, aderiu ao parecer da Comissão de Fazenda rejeitando as disposições contratuais, ou seja, deu o dito por não dito, numa atitude oposta à que tinha adoptado no Conselho de Ministros: numa carta histórica em que contesta e responde a uma outra de Alpoim, José Luciano (educada a diplomaticamente) anunciou-lhe, conformando-se com o parecer de todos os colegas, a assinatura, pelo Rei, do Decreto em que o exonera de Ministro da Justiça — assim surgiram os dissidentes, a enfraquecer o sólido Partido Progressista, tal como os correligionários de João Franco, em 1901, contribuíram para desagregar o Partido Regenerator ao fundarem o Partido Regenerator-Liberal.

Nos círculos políticos de então, os dissidentes — a quem alcunhavam de «buissidentes» — eram considerados não apenas cúmplices e sim autores morais, mandantes ou instigadores, do regicídio. Teixeira de Sousa — ao compulsar o Processo do atentado — recomendou ao então juiz de Instrução Criminal, Dr. Almeida Azevedo, no momento em que lho restituía:

— «Isto não pode aparecer em público, porque é a vergonha dos dissidentes....»

A falta de provas concretas — o Processo desapareceu e jamais foi publicado — não é lícito considerar os dissidentes autores morais do regicídio, sem embargo da sua activa participação na tentativa revolucionária de 28 de Janeiro, em conformidade com o depoimento do panfleitário e jornalista republicano João Chagas, recolhido por Raúl Brandão, no Tomo I das suas *Memórias*, em Março de 1908:

«O Alpoim foi quem nos forneceu as armas. Foi o que ele fez. Nós tínhamos os homens, eles deram-nos as armas e bons contos de réis.»

Antes, Chagas — ao constar que Alpoim formaria o novo Governo, após o regicídio — declarou ao mesmo escritor:

«Eu já disse: escrevo logo um artigo com este título «O Regicida», se ele e os seus amigos nos atraíçoarem....»

Ora Alpoim não interveio no regicídio pela simples razão de que, após o «28 de Janeiro», fugira para Espanha, com autorização do Rei e assentimento do Governo.

Vaidoso, turbulento, José de Alpoim arrougou-se, mais tarde, segundo Júlio Brandão, a presunção de que João Chagas coisa alguma sabia acerca do regicídio: «Não sabe nada. (...) Só eu e outro sabemos em que casa foi a reunião, quem a presidiu, e quem trocou ao Buiça o revólver pela carabina»: a reunião ter-se-ia realizado numa casa da Costa do Castelo com a assistência de 30 pessoas!

Comentamos: trinta pessoas — e até metade — parece-me gente a mais, dado o objectivo que se propunham, a morte do Rei, reunidas numa artéria lisboeta tão central (do Rossio lá são apenas uns breves dez minutos) com poucas «casas» — a atear a desconfiança do juiz Veiga e seus asseclas, ou seja, a «secreta» de João Franco.

José de Alpoim foi cúmplice do atentado e, possivelmente, o mais destacado encobridor contra o qual há a assacar a presunção — verdadeira até prova em contrário — de, na fuga para Espanha, no automóvel do jornalista portuense Gaspar Baltar, ter transportado documentos, talvez imprescindíveis, para a descoberta da verdade.

Vem a propósito lembrar um episódio, verídico, ocorrido, há bem dúzia e meia de anos, entre duas personalidades falecidas, ambas do meu conhecimento pessoal, uma delas saudoso amigo — desde recuados tempos em que foi meu professor no velho Liceu de Nun'Álvares, em Castelo Branco: o Doutor José Lopes Dias, médico, escritor, historiador da Medicina com projecção internacional — que teve a gentileza de me relatar o facto — e um titular, da antiga nobreza, familiar de um deputado dissidente, altamente qualificado. Foi o caso de o venerando fidalgo, bacharel formado em direito, caridoso e sempre receptivo a novas amizades, ter informado o Doutor Lopes Dias de que, no seu solar, numa aldeia dos arredores de Castelo Branco, guardava uns «papéis» que lhe haviam sido enviados de Lisboa, antes do regicídio, postos à disposição do seu interlocutor e amigo para oportuna leitura.

Decorrida uma breve semana, o ilustre médico e historiador, em novo e casual encontro, manifestou ao titular o desejo de se deslocar à pitoresca aldeia beiroa, afim de proceder à leitura da, talvez, preciosa documentação. Foi, porém, dissuadido do intento, ante a declaração do hospitaleiro titular segundo a qual teria mandado inutilizar os «papéis» — como dizia — «por não conterem qualquer assunto de importância ou interesse».

Que «papéis» seriam?

Presumivelmente, a luz clara, irradiante, a emitir seus luminosos raios sobre as opacas, impenetráveis sombras do regicídio. Talvez — quem sabe? — as actas das reuniões e outros documentos, imprescindíveis ao esclarecimento da verdade histórica, transportados por José Maria de Alpoim para aquela aldeia da Beira Baixa, ou por dois dos seus criados que, na tarde do regicídio, se encontravam nos arredores da Guarda, perto da fronteira, e declararam, espontaneamente, num estabelecimento de vinhos, que «já não havia Rei em Portugal, porque aquela hora já devia estar morto».

Do exposto é lícito concluir que o chefe dos dissidentes progressistas, com estreitas relações no Paço, foi dos principais cúmplices do atentado que vitimou D. Carlos e o Príncipe D. Luís Filipe — seus amigos.

«De muitas coisas — escrevia na sua «Carta de Lisboa», de 22 de Abril de 1915, para *O Primeiro de Janeiro* — estou repeso, e delas hoje se admira a minha inteligência, e peço perdão à minha própria consciência e até aos homens!».

«Palavras — esclarece o Conselheiro António Cabral — de um arrependido, a quem Deus na Sua infinita misericórdia, terá perdoado pelo muito que sofreu! Coração em que se albergavam somente rancores passageiros, alma, infe-

lizmente, transviada, José de Alpoim possuía notáveis qualidades, que, se tivessem sido bem guiadas, o poderiam ter levado a ser um dos homens mais notáveis e mais úteis do seu tempo».

Do ódio contra o Rei constitui prova indiscutível o seguinte episódio que, à maneira de epílogo, não resistimos a assinalar: horas depois do regicídio, conversava José de Alpoim com D. Miguel de Unamuno, na «Plaza Mayor» de Salamanca, quando recebeu a notícia do assassinio de D. Carlos.

Ao transmití-la a um outro português também exilado, talvez o inolvidável Pad'Zé, da boémia académica coimbrã, ao tempo advogado em Lisboa, jornalista do *Mundo*, orador nos comícios republicanos — que viria a suicidar-se meses depois em circunstâncias misteriosas — Alpoim peremptório, imperturbável, declarou: «Olha, lá morreu o canalha!». Pouco depois, ao comentarem o acontecimento — no hotel onde se encontrava Guerra Junqueiro — ante a surpresa dos presentes, despediu-se com o pretexto do que ia enviar um telegrama de pêsames à Rainha D. Amélia.

Comentário de Junqueiro para Unamuno, que ficara horrorizado:

«Onde o vê, o bandido, logo que chegue a Lisboa, o seu primeiro gesto será o de ir ao Paço cumprimentar a Rainha.»

Assim sucedeu, na verdade: o regicídio foi o dobre plangente dos funerais da Monarquia cujo trajecto — do Terreiro do Paço à Rotunda onde ficou sepultada, em 5 de Outubro de 1910 — levaria pouco mais de dois anos e meio a percorrer...

## BIBLIOGRAFIA

Algumas obras consultadas:

- ALBUQUERQUE, António de... do Alardo do Amaral Cardoso Barba de Meneses e Lencastre — *A Execução do Rei Carlos*, Bruxelas, 1909.
- BRANDÃO, Raúl — *Memórias*, vols. I, II e III, Lisboa.
- CABRAL, António Ferreira ... Paes do Amaral — *As Minhas Memórias Políticas: «Na linha de Fogo»; O Agonizar da Monarquia»; Alexandre Cabral*, Lisboa, 1923, 1930 e 1931.
- CARNIDE, Conde de — *Na Intimidade de João Franco*, Lisboa, 1955.
- COSTA, Sousa — *Páginas de Sangue*, Buiças, Costas & Comp.<sup>a</sup>, Lisboa, 1932.
- FRANCO, João Ferreira ... Pinto de Castelo Branco — *Cartas d'El-Rei D. Carlos a João Franco Castelo Branco seu Último Presidente do Conselho*, Lisboa, 1924.
- GUEDES, Armando Marques — *Páginas do Meu Diário*, Lisboa, 1957.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *Obras de Afonso Costa: Discursos Parlamentares*, vol. I, 1900-1910, Lisboa, 1953 (1953)
- Idem e COSTA*, Fernando Marques da — *Bernardino Machado*, Lisboa, 1978.
- MARTINS, Rocha — *D. Carlos — História do Seu Reinado*, Lisboa, 1928.
- REIS, José Alberto dos ... e MARNOCO e SOUSA — *A Faculdade de Direito e o seu Ensino*, Coimbra, 1907.
- SOUSA, António Teixeira de — *Para a História da Revolução*, dos volumes, Coimbra, 1912.
- VILHENA, Júlio Marques de — *Antes da República*, dois vols., Coimbra, 1916.
- XAVIER, Alberto — *História da Greve Académica de Coimbra*, Coimbra, 1962.
- COIMBRA, Anuário da Universidade de — Anos lectivos de 1906, 1907, 1908 e 1909.

## PALADINOS, DITADORES E REGICIDAS

Fernando MARQUES DA COSTA (\*)

*Nunca se viu que um regime  
fosse capaz de eliminar  
o seu sucessor.*

MAQUIAVEL

Há oitenta anos, em circunstâncias conhecidas de todos, o Rei de Portugal foi assassinado às mãos de dois desgraçados que escolheram uma bárbara maneira de conquistar o seu lugar nos dicionários biográficos.

Trata-se indiscutivelmente de um assassinato político, parte, involuntária sem dúvida, mas parte de um confronto mais vasto que passou à História como o que opôs monárquicos e republicanos. Esta é a evidência, mas também o erro mais simples em que se pode incorrer, o reducionismo mais ineficaz, a síntese talvez inútil.

Claro que é *contra* a monarquia que Buiça e Costa agem. É claro que são republicanos e que é *pela* república que o fazem, convictos de que com o seu gesto apressariam o fim do regime que odiavam.

O regicídio influenciou na história. Sem dúvida. Mas como? Acelarou ou retardou a queda da monarquia? Tornou mais simples ou mais difícil a mudança de regime? Que teria sucedido a Portugal se João Franco – D. Carlos tivessem continuado no poder durante mais alguns anos? Ter-se-ia caminhado para uma guerra civil? Ter-se-ia evitado a república? Ou, por outro lado, ela teria sido fruto de um processo político e social mais violento e, portanto, capaz de em curto tempo produzir mudanças mais profundas, que talvez lhes tivessem garantido um longevidade diferente?

É possível, e até intelectualmente interessante, especular sobre cada uma destas questões. Mas, creio, todas elas passam ao lado de outras que lhes são prévias. A oposição entre dois regimes de *natureza* diversa: hereditariedade e

sufrágio, é um acontecimento de tal modo forte do ponto de vista simbólico e de tal modo radical do ponto de vista do discurso político, já que não se trata apenas de uma revolução na esfera do poder, mas nos símbolos e na cultura do poder, que se sobrepoz, no seu tempo e na historiografia, ao conflito social e político que se exprimiu em torno dessas duas bandeiras.

Quando se olha de 1908 em diante o regicídio parece um acto condenável mas compreensível, desnecessário mas explicável, um efeito perverso de uma crescente republicanização das massas urbanas, um fruto amargo da decadência da monarquia aos olhos dos seus súbditos.

A república construía-se e sonhava-se de maneiras diversas: nos escritórios das profissões liberais, nas redacções dos jornais, nos cafés ou nas tabernas, na messe dos oficiais de Bernardino Machado comungava, pelo verbo, a sua paixão republicana aos bexigosos caixeiros reunidos num qualquer clube recreativo. Os males eram evidentes, as críticas demolidoras, o futuro radioso, porque justas e democráticas as reformas propostas para Portugal.

Todos, no fundo, sonharam a seu modo a república. Uns, crenes na razão, no espírito positivo e na missão que transportavam em si, sonharam-na regeneradora, pacificadora, final. Modelo acabado de virtudes, cadinho de transmutação libertadora das consciências subjugadas pela corrupção e o clericalismo, fábrica incansável de cidadãos conscientes sobrepondo os interesses colectivos aos interesses individuais ou de classe. Sonharam, afinal, a república que queriam construir.

Mas outros sonharam-na também. São homens de que a história não guarda registo, nem nome, nem biografias, nem páginas com discursos empolgados, excepto quando regicidas, presidenciais, ou violadores notórios da ordem pú-

(\*) Do ISCTE.

blica. Anónimos, de resto, mas actores reais e óbvios, agentes directos da revolta, das convulsões, da ânsia expressa na vida quotidiana de quem viveu o fim da monarquia e a república. Sonharam, afinal, a república que queriam viver.

Mas as suas noites eram feitas de desigualdade, por isso diversas as portas que davam acesso ao seus sonhos. A república era a mesma, mas diverso o que cada um queria dela. Apesar de tudo muitos acreditaram que na sua diversidade ela comportaria a mudança, a salvação.

O regicídio vinha na sequência dessa *euforia de salvação* que crescia dia-a-dia. Que mobilizava e exaltava, que conspirava civilizada ou carbonariamente.

Julgo que ninguém terá proposto o assassinato régio. Mas quantos não terão sonhado a sua solução pessoal, ou para a implantação da república, ou para o seu governo, ou para a sua chefia, ou para não importa o quê.

A procura de uma *solução* estava nas preocupações diárias «da rua». A morte de D. Carlos era uma solução que os republicanos não defendiam, que os paladinos não propagandeavam, mas que vulgares mortais podiam conceber.

Mas se ao contrário do que fizemos agora olharmos para o regicídio como quem tem que olhar para trás no tempo, da perspectiva de quem sabe qual foi a solução final de tudo aquilo, o assassinato régio perde significado e importância, a república deixa de parecer uma solução, a questão do regime passa a ter uma importância diminuta, a revolução de Outubro deixa de parecer um ponto de viragem na história contemporânea.

Vista daqui a história é diversa. A monarquia não cai vítima da cabala jacobino-maçónica. A república não cai vítima da ascendente corrente católico-autoritária. O Rei não morre para que triunfe o barrete frígio, nem Sidónio Pais para que se reponha a república no seu curso normal, nem a noite sangrenta serve para consolidar qualquer facção no poder.

Vista daqui a história *dos factos políticos* é menos importante, no sentido em que é menos explicativa, se comparada com a análise, na longa duração, da crise do modelo de legitimação do poder político.

No dia 5 de Outubro de 1910 D. Manuel exila-se, a substituir o símbolo régio fica uma mulher semi-nua, farta e generosa, como as soluções dos paladinos, e o estandarte azul e branco

é substituído pelo verde rubro da nova bandeira. Saneiam-se os talassas e integram-se com condescendência os adesivos. Republicanizam-se alguns costumes, crisma-se o bolo-rei e medem-se religiosamente as cabeças dos jesuítas, legisla-se abundantemente, reforma-se, mas também se reprime, apela-se à unidade e gere-se a divisão partidária, a facção pessoal, o escândalo e mesmo aquele semi-regicídio que representa a morte do Presidente-Rei.

Independentemente dos elogios ou das críticas que no tempo se dirigiram à monarquia ou à república, em ambos os regimes existiu a consciência clara de que o poder político era *ilegítimo*, que era exercido descricionariamente, e, portanto, que todos os meios de oposição ao poder eram *legítimos*.

A oposição exerceu-se no parlamento, na imprensa, nos comícios, na propaganda de massas, antes e depois de 1910, mas também à bomba, por levantamento de quartéis, em greves mais ou menos violentas. Cargas de polícia, sangue nas ruas e assassinatos políticos ensombream os dois regimes que se confrontam com um mesmo problema: *a ilegitimidade do poder*.

Homens respeitáveis como Afonso Costa, que participou em inúmeras conspirações para derrubar de forma ilícita o poder político da monarquia ou da república, escritores ilustres como Aquilino Ribeiro, que foi um conhecido bombista, aceitaram e entenderam os meios ilegítimos de conquistar o poder *como normais e necessários*.

A monarquia era um regime inquinado, que não se poderia conquistar por via eleitoral, foi o raciocínio de muitos e o que levou o Partido Republicano Português a abandonar o sufrágio como forma de conquistar o poder. Onde, a revolta, a bomba, o fornecimento de armas ao povo, arregimentado em grupos carbonários por essas hortas que circundavam Lisboa, foram as soluções escolhidas.

E, neste sentido, republicanos, paladinos e regicidas estavam a agir, independentemente do juízo sobre a natureza de cada um dos actos, como uma oposição bloqueada. Porém, o problema que fica por resolver é porque motivo esta situação se repete após 1910, ou melhor se mantém, e os mesmos ou outros, sociológica ou politicamente idênticos, repetirão actos semelhantes como forma de oposição ao poder.

Vista nesta perspectiva a mudança do regime, apesar da sua importância simbólica, não representa ponto de viragem.

O regicídio vem na sequência de uma cultura política de violência como meio para atingir uma solução política e tem que ser entendido à luz do seu tempo, e não de acordo com o que hoje representa um atentado.

A violência não advinha tanto da alternativa política que se propunha, nem da *razão* que se julgava deter, mas da consciência de que o acesso ao poder era impossível sem recurso à violência: ou à revolta, ou há revolução, ou ao atentado.

Mesmo quando os actos são individuais, como é o caso deste, eles retratam a consciência da inexistência de outras alternativas em que se confiasse.

As soluções políticas que estão em causa na Europa de então são todas elas «radicais» em relação ao poder constituído, quer pelo modelo de sociedade que defendem: o caso do comunismo ou do anarquismo p.ex., quer pela natureza do regime que defendem: caso do republicanismo.

O acesso ao poder das oposições «radicais» coloca a questão eleitoral no centro da luta política, como no caso português, onde o sistema capacitário, a divisão dos círculos, o cacicato e a fraude eram impeditivos da credibilidade do sistema político e da confiança nos seus mecanismos de rotação do poder como meio de o reformar.

É certo que os dirigentes republicanos hesitam, até 1909, em enveredar decisivamente pela via revolucionária em detrimento da eleitoral. Mas cada crítica à fraude eleitoral, à repressão, aos escândalos, aos excessos e, desde João Franco, à ditadura monárquica são incentivos constantes à tomada de consciência política por parte da população urbana.

Progressivamente, o discurso dos paladinos distancia-se dos republicanos, radicaliza-se, excede-se, autonomiza-se. A semente frutifica por si. Maçonaria e carbonária crescem sem capacidade de controlo da direcção política do partido. O discurso político ganha uma autonomia própria, a que a debilidade da estrutura de direcção política não consegue dar resposta, nem controlar.

Pouco importa, aliás, que republicanos e paladinos sejam uma e a mesma pessoa. Se os distingo aqui é apenas para realçar esse momento

de viragem fundamental em que o espírito reformador do republicanismo, vai ser ultrapassado pela lógica de reprodução da base de apoio político para derrubar o poder.

O publicismo republicano é o primeiro grande movimento de propaganda de massas. É o «afonsismo», em particular, o primeiro movimento populista. A acção política é centrada na obtenção do apoio político das massas, o discurso político radicalizado para responder a esse fim.

Não é por acaso que o democratismo é a grande bandeira política dos paladinos republicanos antes de 1910. Nem é por acaso que é essa a promessa que mais grosseiramente violam ao chegar ao poder. Mas nem o crisma que o velho PRP sofre, após a cisão de 1911, em Partido Democrático, serve ou chega para iludir o *prolongamento da ilegitimidade do poder*.

Entre a monarquia e a república não há ruptura mas continuidade num conjunto de tensões sociais e problemas de sistema político que só encontrarão «solução» na década de trinta, com o Estado Novo: com o advento dos autoritarismos.

A *República* sonhada pelos republicanos, positivista e reformadora e ideal, alimentada a custo desde a derrota do 31 de Janeiro foi dando lugar, desde a viragem do século, a um projecto político que os paladinos divulgaram persistentemente.

O essencial do seu discurso político de propaganda revela claramente um conjunto de contradições que nunca foram capazes de resolver. Não tanto, por insuficiência própria, mas porque efectivamente no seu tempo não tinham ainda solução.

A questão social e, no domínio do sistema político, a questão da democracia são preocupações predominantes do discurso republicano. A consciência de que era necessário gerir uma conflitualidade social, no sentido de lhe estabelecer balizas é evidente nas referências ao papel regulador do estado. Mas não era menos evidente a consciência de que a democracia sendo o sistema desejável não era aplicável a qualquer sociedade, isto é, era necessário primeiro dirigí-la, corrigí-la e transformá-la, emancipá-la enfim.

E é justamente esta percepção da necessidade de sobrepor à questão democrática a *direcção* da sociedade, no sentido de lhe limitar a con-

flitualidade que impedia a normalização de uma solução política, de reformar ou mesmo revolucionar primeiro de forma dirigida e de acordo com *os anseios nacionais* que é comum aos políticos que mais marcaram esse período de transição: João Franco, Afonso Costa, Sidónio Pais, Oliveira Salazar.

Os problemas da autoridade do poder, da democracia política e da representatividade são questões essenciais na crise do modelo político e serão comuns a monarquia e república.

Neste sentido João Franco tenta a ditadura transitória e constitucional no quadro da monarquia: governa com o parlamento dissolvido e o apoio do rei. Afonso Costa tenta o autoritarismo populista de ficção democrática, num sistema de partido dominante que hegemoniza o sistema político e impede a rotação no poder. Sidónio Pais (que teve a antecede-lo Pimenta de Castro) tenta um autoritarismo populista de modelo castrense. Oliveira Salazar torna efectiva a ditadura política, define-a, estabelece-lhe as regras, os eleitos e os excluídos, reprime com critério, por sistema e não por conjuntura, recusa o populismo na acção, mas guarda-o no discurso sobre o sentido da revolução: «enquanto houver um português sem casa e sem pão a Revolução continua».

São evidentes as diferenças entre eles, mas inquestionável a identidade dos problemas e a direcção da solução: o autoritarismo. A crise da monarquia tende para a solução ditatorial, a república será um episódio político no percurso dessa transição e corresponde essencialmente à crença de que a alteração na natureza do regime podia inverter o sentido da crise política.

Será o discurso político republicano (e a própria vida política da república) que melhor contribuirá para operar a passagem do modelo liberal ao centralismo autoritário na direcção política, na condução económica e na contenção da sociedade.

O homem que mais claramente opera a passagem entre o discurso ideal dos republicanos e o discurso dos paladinos à conquista do poder, no fundo o que melhor teoriza o problema do poder político republicano, é Afonso Costa. E é possível acompanhar no seu pensamento político o evoluir de um conjunto de contradições que serão decisivas na passagem das democracias liberais aos regimes autoritários.

AFONSO COSTA:

O ESTADO REVOLUCIONÁRIO

Em Maio de 1913, num debate parlamentar, Afonso Costa deu este pequeno retrato de si:

«Não há ninguém na pátria portuguesa que tenha sido mais caluniado e injuriado, mais maltratado na imprensa do que eu, e até em alguns que já adquiriram foros de imprensa decente eu fui anavalhado até ao fundo da minha alma. Sabem porém todos, o incomparável desprezo com que assisti a essa campanha, que se destinava a entibiar os passos de um combatente da república, e que hoje se destina a ilaquear os actos de um ministro da república.»

O seu desprezo pelos ataques não envolve apenas uma posição pessoal, mas deve-se, sobretudo, ao facto de os considerar, na sua essência e origem, como ataques dirigidos ao regime. E se o seu desprezo pelos inimigos da república (do regime) é soberano é caústica a forma como os combaterá.

Ele não foi apenas a charneira de toda a actividade política. Nem apenas o centro de todas as atenções. Como Norton de Matos muito justamente observou, ele foi o *Chefe* em Portugal, entre 1910 e 1917.

A questão da natureza do regime foi o *argumento* político que subsumiu a questão política e social. Ela representou, na prática, a primeira tentativa sistemática de utilizar a associação entre o que politicamente se defendia e o que se julgava serem «as aspirações do País» e a «consciência nacional». E era a interpretação que delas se fazia que ditava a exigência na defesa da república, o rigor no combate aos seus inimigos e mesmo o retardar de algumas das reformas prometidas: como as eleitorais por exemplo.

Em 1912 declara:

«Fez-se a república por um acto violento contra o poder constituído, porque a monarquia estava divorciada inteiramente de consciência nacional, por que a república era uma forma mais perfeita e mais em harmonia com as aspirações do País.»

Armados do catecismo positivista os paladinos republicanos procuraram encontrar respostas para a questão social, mas, ao contrário dos movimentos radicais do seu tempo os republicanos tentaram impor uma regra de conciliação de interesses em que o estado fosse o árbitro e o regulador dessa conflitualidade, reflexo claro da questão da totalidade e do consensus da sociologia positivista.

Já em 1907, quando do debate parlamentar sobre o descanso semanal, Afonso Costa expõe claramente esta preocupação «(...) obra de justiça não alimenta a luta de classes, antes a atenua quando possível. Obra de direito, não é a favor de uns contra os outros, mas sim em benefício de todos».

As exigências da propaganda política, ou seja a percepção da necessidade de alargar a base de apoio social ao futuro regime, fazem com que aumentem desde 1907 as referências às classes trabalhadoras como objecto do projecto republicano, e ao carácter democrático das instituições dessa república a haver.

Ao contrário do Estado Novo, que resistiu sempre a enveredar por um autoritarismo populista, os paladinos republicanos, mas muito em particular Afonso Costa, utilizaram o populismo quer como instrumento de propaganda, antes de 1910, quer como instrumento de controlo do poder político, entre 1910 e 1915.

Desde 1907 que Afonso Costa afirma sem reboços:

«São as chamadas classes superiores que têm perdido Portugal: serão as classes trabalhadoras, as mais humildes, mas as mais úteis e activas, as de maior fé, e as de maior dedicação as que contribuirão para a salvar.»

E com esta bandeira mobilizaram Lisboa para o assalto final à monarquia.

Uma vez implantado o novo regime a sua defesa será o principal argumento de que Afonso Costa se servirá para desenvolver uma política que alguns historiadores têm chamado de *radical*.

Para isso, e seguro de um poder que liderava com o apoio e o recurso «à rua»: um poder tipicamente populista, Afonso Costa lançou mãos à obra de construir uma «*república radical, progressiva, democrática, avançada*» à qual a questão social se devia submeter.

A república legislou abundantemente, mas a aplicação dessas leis foi diminuta e, sobretudo,

os agentes sociais ignoraram-nas ou contestaram-nas violentamente, mesmo quando elas lhes eram manifestamente favoráveis.

Do mesmo modo que recusava qualquer reconciliação nacional com a intervenção de elementos não republicanos, colocando-se assim em oposição a António José de Almeida, e mesmo, pontualmente, a Bernardino Machado, Afonso Costa recusou também as reivindicações sociais porque estas partiam, segundo ele, de interesses de classe e não de regime. Tentarei apontar alguns exemplos.

#### REPÚBLICA: FISCALIDADE E RIQUEZA

A política financeira de Afonso Costa é feita essencialmente à custa de uma política fiscal, a par da contenção das despesas públicas, sendo sistematicamente acusado de a preferir ao desenvolvimento de novas fontes de riqueza.

Os contribuintes reagiram violentamente, quer manifestando a sua oposição ao governo quer procurando compensar o acréscimo tributário com novas receitas. A questão das rendas de casa é ilustrativa.

Em 1913 Afonso Costa afirma no parlamento:

«(...) eu manifesto toda a minha estranheza pelo procedimento dos senhorios de Lisboa, aumentando descaradamente as rendas das casas. Isto não se justifica por princípio algum, principalmente num país onde realmente só povo tem trabalhado para se conseguir a regeneração nacional. Os grandes proprietários deviam convencer-se de que, pelo facto da sua grande riqueza, devem suportar um imposto progressivo devido ao estado. Num país onde quasi todos são pobres, quasi que a primeira e única coisa a fazer seria até pedir desculpa por pagar, relativamente, tão pouco. Eles não foram aumentados nas suas contribuições por serem senhorios, mas sim serem ricos, o que é diferente.»

E terminava explicando as consequências da incompreensão dessa evidência:

«Numa luta de interesses entre a democracia e o capital ganancioso, forçosamente ganhará a democracia, principalmente se se

atender a que, no actual momento, os grandes proprietários são inimigos da república a a tentam perturbar por todos os processos.»

Fundava essa sua posição não «por ódio aos ricos (...) [porque] eles constituem a matéria excelente para a democracia, o rico é indispensável para a democracia visto que se não houvesse ricos os pobres não podiam viver. Também não sou apologista de se tirar a riqueza aos que a possuem para a distribuir pelos pobres, porque os ricos — eles não gostam muito da frase — são os detentores do manancial de que deve alimentar-se o Estado».

Para ele essa política legitima-se porque, ao contrário dos teóricos individualistas, ele entende que o estado tem que ter uma acção social e económica que os teóricos individualistas negam, e negam-no porque segundo Afonso Costa têm «a única solidariedade que um teórico individualista nunca perde: como homens de dinheiro [são] solidários com todos os que o têm».

Mas não se entenda por isto que Afonso Costa mantém um discurso de confronto constante com as classes possidentes. Antes procura frequentemente atraí-las por outros meios e outros benefícios à república, numa política de equívoco que caracterizou o seu discurso quer à direita quer à esquerda. Em Maio de 1913, por exemplo, propõe a extinção do imposto sobre a dívida pública por considerar que «o portador de títulos já não é considerado, como antes, um credor do Estado, mas um colaborador».

## REPÚBLICA: RAZÃO E PODER

Jaime Cortezão ao definir politicamente Afonso Costa escreveu:

«(...) chefe de um partido radical, sem coragem de enfiar pelo caminho que esse título lhe impunha (...) fazia entre as classes conservadoras e populares uma política de equívoco, toda de puro dano porque poupava os inimigos irreductíveis e distanciava-se dos únicos capazes de lhe dar apoio.»

Este depoimento levanta duas questões: Afonso Costa não foi apenas o *Chefe* de um partido radical, teve uma prática política radical, mas fez também, indiscutivelmente, «entre

*as classes conservadoras e as populares uma política de equívoco».*

É que o radicalismo de Afonso Costa não tem subjacente aquilo a que poderíamos chamar «uma opção de classe», que é no fundo o que Cortezão condena no seu depoimento. O que para Afonso Costa está permanentemente em causa é a defesa do regime, repreendendo a questão social em toda a sua extensão, como contrária aos interesses nacionais, porque contrária à república que os sintetizava.

A «política de equívoco» é a tentativa de conciliar pelo direito de cima para baixo a questão social, mas também a política de repressão à esquerda e à direita dessa questão.

Quando em Março de 1913 renuncia a toda a actividade partidária explica claramente:

«(...) eu fui sempre contrário à diferenciação de agrupamentos republicanos enquanto não se reconstituísse e puzesse em marcha a *Nação* sob a égide e o impulso das novas instituições e que se mais tarde em divergência com os antigos companheiros (...) não foi porque eu quizesse efectivar prematuramente um programa especializado que pudesse opor — a outros programas políticos, mas porque fui sempre implacável na defesa das liberdades já conquistadas e no combate aos reaccionários de todos os matizes e inacessível à doutrina da tolerância e da captação quanto aos inimigos da república.»

Afonso Costa acreditava no fundo numa *ditadura purificadora* capaz de garantir, antes das opções políticas, uma reforma profunda das instituições e das mentalidades à boa maneira positivista, capaz de garantir a irreversibilidade do regime. Por isso, e para isso, ele defendia o partido único, de todos os republicanos. Fiel a essa ideia combateu tudo e todos, explorou a defesa do regime como o principal argumento contra os monárquicos, os conservadores republicanos, o movimento operário e sindical. Apoiou-se para isso no controlo total do sistema político e no apoio das massas urbanas.

Tendo sido um dos principais cultores do democratismo republicano no período de propaganda, ganhou uma enorme popularidade e ascendente sobre as massas urbanas, não afectas ao movimento sindical.

Em Outubro de 1911 ao pronunciar-se sobre a composição dos tribunais que iam julgar os insurrectos monárquicos afirmou:

«Mas o estrangeiro vendo que nós não aceitávamos o jurí comum julgou naturalmente que se iria recrutar o jurí aos carbonários, aos grupos de atiradores civis, aos voluntários, os quais são, como se sabe, tidos como gente da pior espécie, de tudo quanto há de mais mau e de mais horroroso, quando é certo que esses indivíduos saiem da parte mais luminosa e inteligente, e são os melhores cumpridores dos seus deveres, desenvolvendo em todos os lances uma actividade e uma dedicação dignas de toda a consideração, em defesa e progresso da república.»

E será com eles que contará até 1915 para a defesa intransigente da *sua política* que considera a *da república*.

Afonso Costa considerou sempre que a república estava ameaçada por um conjunto de perigos. Eles advinham quer das forças monárquicas, quer das clericais, quer ainda, do movimento sindical, que sempre considerou secundária a questão do regime. Mas mais do que isso ele considerava o sistema legislativo intocável, irreversível como hoje se diria, e que as tentativas parlamentares para a revisão de alguma legislação eram na sua essência ataques ao próprio regime e como tal deviam ser combatidos.

Assim considerou por exemplo, a Lei da Separação das Igrejas do Estado:

«Até hoje, aqueles que se propõem melhorar a lei pertencem a duas categorias: uns não conhecem a lei e falam dos seus defeitos; outros se tivessem alguma proposta de modificação a apresentar à lei ... seria para a destruir.» (1912)

Mas ele foi tendo progressivamente noção que essa *legislação purificadora* não encontrava em inúmeros domínios qualquer eco na sociedade. Em Dezembro de 1914 afirma:

«A república, hoje mais do que nunca carece de defender-se, não porque lhe falte nenhum dos seus apoios essenciais, mas porque tem havido erros, porque a lei não se tem cumprido.»

Afonso Costa sabia, e afirmou-o logo em 1911, que «quanto maior fosse a nossa acção, tanto mais viva, maior e indignada era a reacção que se manifestaria (...)» mas não compreendeu que a sua política intransigente e radical teve duas consequências: polarizou as tensões sociais o que politicamente lhe foi fundamental para controlar o poder político, mas impediu as condições de aplicabilidade das leis.

A intransigência levou-o ao autoritarismo doutrinário não assumido, isto é feito sempre em nome da consolidação do regime. Para a defesa da república «à maneira republicana» Afonso Costa tinha defendido desde 1913 que «ela precisava de se rodear das chamadas *leis de defesa*, que não eram nem mais nem menos do que leis de estabilização».

A primeira vertente dessa política foi a apreensão dos jornais. «Não se pode retirar da legislação portuguesa tudo quanto respeita à apreensão de jornais e publicações, porque Portugal está ligado a uma convenção que permite a apreensão de publicações pornográficas. De maneira que eu pergunto a mim mesmo, porque se deve impedir a impressão de publicações que podem desnortear pessoas e fazer delas instrumentos de agitação social.»

A questão para ele é clara. A apreensão não se justifica «desde que os jornalistas queiram escrever por forma a não darem lugar a apreensões». Este é um caminho que lhe provocou, como se pode calcular, os maiores conflitos, ao remeter para a competência do governo a definição do que era *bom* e do que era *mau* para a república.

Com dificuldade se defendeu já das acusações de censura, retorquindo ainda «o que vejo é que não se sabe bem o que é censura prévia, e que se confunde censura prévia com apreensão». Para ele «todas as medidas de prevenção ou repressão que haja a tomar para manter a ordem, são em benefício do País e da república, e só a isso se pode atender».

As acusações de violação da liberdade de imprensa, e à de ditadura financeira juntavam-se ainda as acusações de *abuso do poder*, nomeadamente quanto a uma política de suspeição constante movida por motivos políticos aos cidadãos.

Afonso Costa não hesita neste ponto: «O que diz a história do mundo inteiro e a história das tentativas políticas, é que todos têm culpas em maior ou menor grau. O facto de os tribunais

terem posto muitos deles em liberdade não quer dizer que não sejam culpados, mas simplesmente que se lhes não provou a culpa (...) mas quem cumpre o sagrado dever de velar pela república tem na sua consciência sempre a dúvida: não lha mostra, mas à primeira tentativa é reenviado para o carcere».

Numa permanente política de assunção do arbítrio declara, após a revolução de 14 de Maio: «o que [ela] pediu realmente foi que as pugnas partidárias, *pelo menos as inoportunas e inadaptáveis à situação*, não continuassem a inquietar a alma portuguesa» (1915).

A questão operária é também ela reveladora de alguns problemas de concepção do modelo político da república que serão decisivos na transição, que a república protagoniza da monarquia liberal ao Estado Novo.

Quando em 1907 Afonso Costa discutiu no parlamento monárquico a questão do descanso semanal afirmou, contraditando os que entendiam ter o operariado poder para se defender:

«(...) nada disso é exacto: o operário, como o empregado, é quase sempre um fraco e um menor, impotente para impor os seus legítimos direitos, ainda os mais simples e elementares como o repouso semanal.»

Nesta convicção procurou construir a obra legislativa da república, isto é, que era a própria república, e na própria república que cabia e estava a defesa dos seus direitos.

Logo após 1910 é reconhecido o direito à greve, mas Afonso Costa recusa-se a incluí-lo na constituição afirmando: «que não se lhes nega o direito à greve, o que se reconhece é que ele não tem cabimento no nosso código político» o que para ele se explicava porque esse direito «não pertencia a todos os cidadãos, mas somente a duas classes, operários e patrões» não podendo portanto ser considerado matéria constitucional.

A república legislou abundantemente sobre problemas que se prendiam com o mundo do trabalho. É, com surpresa, primeiro, e com violência, depois, que Afonso Costa recebe as reacções negativas dessa política.

Quando da proposta de eliminação da contribuição industrial ao operariado de Lisboa, em Maio de 1913, disse:

«É claro que a classe operária deve ser eximida da contribuição: não se pode prescindir disso. Quanto ao operário de Lisboa, porém, era urgente. E foi essa a proposta do governo: mas foi recebida na ponta da espada.»

Quanto à lei de acidentes de trabalho afirma, em Dezembro de 1913, «e o que é para estranhar é que os operários a quem ela beneficia não a tenham recebido com o devido entusiasmo, não como homenagem ao governo, mas à república, que desta forma tão bem os serviu. Deu-se mesmo o caso de que, ao passo que os industriais e patrões procuravam embaraçar a lei, e o governo facilitava a sua execução, os operários quando se tratou da constituição do tribunal apresentavam um protesto, com o pretexto de que havia associações dissolvidas, impedidas de funcionar».

A república, e ele como principal legislador que «tão bem os serviu» não quis aceitar nunca a evidência do movimento sindical e sempre que este se entrepôs entre a república e o operariado reagiu violentamente, recusando-se sempre a aceitar as formas organizativas do conflito social que tivessem origem classista.

Aquando dos tumultos de 1913 Afonso Costa contesta a interpelação da Câmara nestes termos:

«S. Exa. confundiu classes populares, as classes proletárias, com agitadores de profissão ou com os especuladores que existem dentro dessas classes (...) as classes populares, as classes trabalhadoras nenhuma razão têm para se encontrar desgostosas com a república (...) Numa Reunião socialista em Évora disseram que pouco lhes importava que Portugal fosse uma república ou uma monarquia. É preciso não incluir na mesma categoria os especuladores e as pessoas de boa-fé, ingénuas e mesmo outros desvairados por um espírito doentio de amor aos princípios. A república continuará a seguir por este caminho de beneficiar o pobre, mas não precisa de intermediários de má fé.

Estava demarcada uma fronteira bem clara e, passo a passo, torna-se mais nítida: «tenho trinta anos de propaganda a favor do socialismo, bem entendido que melhore cada vez mais as condições das classes pobres,

mas tenho também trinta anos de propaganda contra o sindicalismo revolucionário. (...) O sindicalismo não pertence ao partido republicano: o sindicalismo revolucionário é um sindicalismo de assassinos.»

Não se estranha assim que a organização sindical anarquista e sobretudo a Casa Sindical, que acaba por mandar fechar, sejam violentamente combatidas por Afonso Costa que afirma insistentemente, contra todas as evidências da extensão do movimento sindical, que há uma diferença nítida entre o operariado e o sindicalista, que a república não necessita de intermediários na negociação de interesses de classes:

«Não estou disposto a que os operários sejam mitificados por uma dúzia de *souteneurs* da sua desgraça. Fez-se do sindicalismo uma obra estúpida de exploração para os operários. É preciso distinguir entre o operário e o sindicalista: aquele é sofredor, trabalhador, é republicano e estima o País, e não quer senão que o deixem trabalhar, o sindicalista é o contrario. A Casa Sindical é uma arremedo de Confederação do Trabalho [para] fazer uma dominação semelhante à Ordem de Jesus em relação às outras congregações (...) Elas [as associações] têm no Estado o maior protector, porque a república não teve outra origem senão o Povo, e não quer outra base senão o povo; mas imaginar que havemos de tratar com o povo, com aquele que verdadeiramente sofre, por intermédio de meia dúzia de especuladores, não aceitamos esse papel.»

Para Afonso Costa a questão é clara, «o Estado pode e deve dialogar directamente com as associações profissionais nas questões que digam exclusivamente respeito aos seus exclusivos interesses profissionais e não deve nunca aceitar a mediação de uma central sindical e muito menos a solidariedade de classes para questões do domínio extraprofissional de cada uma delas». E clama bem alto no parlamento: «*misturados não*».

O conflito em torno da questão das rendas de casa, em Junho de 1913, que deu origem a violentos tumultos, é ilustrador do modo como se entende a relação entre o Governo e as associações:

«Se os inquilinos tivessem feito um movimento de solidariedade, se se aproximassem e o governo estivesse em frente de uma resistência ordeira perante as exigências dos senhorios, o governo interviria e traria à Camara a medida necessária que resolveria a questão». Mas perante qualquer outra forma de luta que não «a resistência ordeira», sempre que não «se aproximassem do governo» Afonso Costa reagia violentamente, reafirmando sucessivamente que a república tinha que se defender contra os ataques às instituições e ao governo.

«Agitadores (...) que hão-de acabar por ocupar os lugares destinados aos vadios» ou «bandidos de delito comum [que] (...) têm os seus lugares nas penitenciárias», «parte da escumalha que, infelizmente, todas as capitais têm» são as formas como Afonso Costa trata o sindicalismo e o movimento anarquista.

Para ele o que havia era que «deixar à frente do operariado os que partilham dele e que podem ser chefes naturais, mas inspirando-se em princípios de honestidade e de pureza individual e social, que sejam ao mesmo tempo uma afirmação de correcção moral e de patriotismo, de humanitarismo que falta a esses selvagens, mais criminosos do que desvairados, que pululam no sindicalismo internacional, e que entraram em Portugal por meia dúzia de idiotas que não têm senão a sua própria incapacidade para fazer alguma coisa de jeito.»

Mesmo quando, em 1917, a questão dos assaltos convulsionava a vida de Lisboa e arredores, Afonso Costa reconhecendo a origem do Mal, a fome no fundo, insiste em afirmar que os tumultos se devem apenas à agitação sindical e anarquista.

Ele próprio, a 12.05.1917, afirma em Conselho de Ministros «que a necessidade do trigo deve sobrelevar à do carvão» e que «é preferível aumentar a dívida pública a que amanhã haja fome no País». O ministro do fomento, na eminência de um conflito com as irmandades que pode relançar a questão religiosa apela à cautela «porque não acha oportuno quaisquer actos que provoquem da parte dos católicos hostilidades à república; tanto mais que estamos sob a ameaça da *revolução da fome*».

Mas, mesmo assim, Afonso Costa insiste no parlamento a 25.05.1917 «os indivíduos que assaltaram, não eram dominados pelo sentimento de falta de pão e dificuldades de subsistências, mas sim pelo propósito de destruir, de perturbar. Eram pessoas mais ou menos ligadas a elementos anarquistas ou sindicalistas (...)».

Desses confrontos, como reconheceu, resultaram «morto três agentes da autoridade e feridos vinte dezenas com alguma importância».

A sua incompreensão dos problemas do mundo operário e sindical, fruto da própria mundividência do positivismo, vai ao ponto de não compreender a inserção da mulher no mundo do trabalho e as solidariedades implícitas afirmando:

«Quanto à mulher cuja criança morreu, a falta principal foi dela que faltou aos seus deveres de mãe para incorporar-se no grupo dos saqueadores.»

#### ENTRE DOIS REGIMES

É certo que entre as diversas experiências autoritárias por que Portugal passou (entre 1906 e 1930) são grandes as diferenças, quer nos meios, quer nos problemas, quer nas soluções. Mas há um conjunto restrito de tópicos que atravessa todas elas, que se sobrepõe às diferenças entre Afonso Costa e Oliveira Salazar ou entre Sidónio Pais e João Franco.

Em primeiro lugar, a questão partidária é decisiva para consolidar uma ruptura progressiva entre poder político e democracia liberal. Os partidos passam a ser conotados com a incapacidade de gerar plataformas de poder, o seu fraccionamento aparece como a própria negação da sua função e são constantes os apelos a unificação das famílias políticas: os monárquicos em torno de D. Carlos, os republicanos em torno de *um* partido republicano, p.ex.; ou ao *partido único* como Afonso Costa que apela sistematicamente à reunificação de *todos os republicanos* num único partido ou Salazar que apela à união de *todos os portugueses* numa única expressão partidária.

Mas é também constante o recurso a soluções extrapartidárias e extraparlamentares: governos funcionando com o Parlamento dissolvido (J. Franco), governos suprapartidários (União

Sagrada) ou extrapartidários o que significa necessariamente extraparlamentares em muitos casos.

O sistema partidário e o sistema eleitoral estão em crise profunda, e todas as soluções que se formulam apontam claramente ao longo desses anos para modelos autoritários.

Em segundo lugar o problema económico e financeiro nacional coloca-se de forma decisiva no centro da visão reformadora da sociedade. Se é certo que, ao longo da república, a polémica lançada em torno de leis como as da família ou da Separação das Igrejas do Estado parece apontar uma pluralidade de pontas por onde se quis pegar na «questão nacional», não é menos verdade que para Afonso Costa a questão financeira é que era a decisiva para controlar os mecanismos políticos que poderiam garantir a transformação da sociedade. É o que tenta entre 1913 e 1914. É o que Salazar tentará de imediato, com sucesso aliás. É através do «problema financeiro» que Salazar reformará todo o Estado, anulando, pela consciência social da importância desse problema, a capacidade de resistência do aparelho burocrático. A revolução de 28 de Maio transformará a questão financeira no problema político central, os resultados dessa política são o garante da estabilização do regime durante toda uma década.

A «questão colonial» será outro dos problemas que atravessará essas três décadas, desenvolvendo-se ao seu lado o discurso nacionalista que os republicanos começaram por utilizar de uma forma mais sistemática e que, anos mais tarde, o Estado Novo transformará num eixo decisivo da sua ideologia.

O Estado sofre ao longo de todos estes anos e regimes um processo de minimalização no seu papel simbólico no contexto do discurso político. Ele é aliás o referencial comumente odiado pelos grupos sociais que se tornam então significativos. O discurso sobre a Nação crescerá de intensidade e conotações salvíficas. Será em seu nome que se passará a separar o que é legítimo do que é ilegítimo.

Entre a monarquia liberal e o autoritarismo do Estado Novo a república democrática é apenas um período de transição, sem qualquer autonomia fora desse grande ciclo, e a que a mudança de regime emprestou um ilusório carácter de individualidade.

## A POLÍTICA ATLÂNTICA DE EL-REI DOM CARLOS

(RESUMO DA COMUNICAÇÃO)

Henrique BARRILARO RUAS

I. Razão deste colóquio; um aniversário do que não se fez (1907:23 ou 24 de Maio — partida do Rei para o Brasil (chegaria ao Rio de Janeiro a 7-VI).

II. Sentido geral da minha participação.

III. Dom Carlos: personalidade; obra científica e artística; acção política; objectivos, condicionantes, meios.

IV. O atlanticismo da política real:

a) valorização do Triângulo estratégico Continente - Açores - Madeira (visita régia);

b) defesa e valorização do Ultramar: (em alguns casos, definição geográfica):

1 — as províncias africanas ocidentais: Cabo Verde (contra pretensões alemãs), Guiné, S. Tomé e Príncipe (a importância internacional do caçu) e Angola;

2 — as províncias orientais (reflexos da política geral) — a visita do Príncipe Real (1907);

c) o Brasil: o incidente Agosto de Castilho:

— a boa relação permanente;

— o projecto da visita régia (Camelo Lampreia, João Franco, o pensamento do Conde de Arnoso (ocasião: 1.º centenário da abertura do Br. ao comércio internacional);

— papel da 'colónia portuguesa';

d) a Aliança Inglesa: do *memorandum* (Acta do Conselho de Estado) de 11.1.90, isto é, o «Ultimatum», ao Tratado de Windsor (14.X.99); o Tratado de Arbitragem entre Portugal e a Inglaterra (16.XI.1904: seu resultado próximo: sentença arbitral do Rei de It.<sup>a</sup> a favor de Portugal quanto à fronteira de Angola, que poderia ter ficado pelo Bié!);

e) papel do Rei na política europeia; um agente de rara qualidade: Soveral;

f) o Rei e o Exército.

### BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Luís Vieira de (1941) — *D. Carlos I (Elementos de História Diplomática)*, 2.ª ed.  
MORAES SARMENTO, J. Estêvão de (1891) — *Portugal e a Neutralidade de Hespanha*.  
CAVALHEIRO, Rodrigues (1960) — «D. Carlos I e o Brasil», in *Política e História*, pp. 125-143 (o estudo é de 1943).  
RIBEIRO DA SILVA, J. M. (1967) — *El-Rei D. Carlos e o Exército*.  
FRANCO, João (1914) — *Cartas de El-Rei D. Carlos a João Franco Castelo Braico, Seu Último Presidente do Conselho*.  
CABRAL, António (1972?) — *Cartas de El-Rei D. Carlos a José Luciano de Castro*.

tar um telhado de tesouro. Uma análise mais aprofundada levou-nos a uma surpreendente descoberta.

Orlando Ribeiro assim o define no seu livro «Geografia e Civilização», em 1961:

«O telhado de tesouro é de quatro águas, bastante inclinado, assente numa série de barrotes divergentes, que sustentam a cumieira (*madre*), e cujo afastamento se mantém por meio de uma trave (*nível* ou *aspa*): ao conjunto dá-se geralmente o nome de *asna* ou *tesoura*; quando as dimensões do telhado são muito pequenas, a aspa pode ser suprimida. A maior parte tem perfil trapezoidal mas, quando a superfície a cobrir é exígua, toma a forma de uma pirâmide aguçada. Carácter muito importante: os *telhados múltiplos* nunca cobrem inteiramente um edifício mas apenas cada uma das suas salas ou corpos principais que o constituem.»

E mais adiante:

«Umás vezes formam beiral, outras são recuados em relação às paredes mestras. Muitos têm uma quebra a pouca altura, com uma fiada de telhas pouco inclinadas por cima das paredes exteriores; outras vezes os ângulos salientes arrebitem-se, rematados por uma telha de bico revirado, ou por um ornato de barro ou folha de forma lanceolada.»

Tavira, mais do que outras terras costeiras algarvias poupadas em 1755, constitui, pela sugestiva frequência de telhados deste tipo, local de reflexo de relações marítimas com o Oriente, desaparecendo estes para Norte e para o interior, na opinião do mesmo autor, com excepção de Castro-Marim, Palmela e Lisboa, em construções antigas.

Seguindo o trajecto desta influência do Oriente para as antigas colónias portuguesas, em África, e para o Brasil, Orlando Ribeiro consi-

dera, em determinada altura, referindo-se a Angola:

«Nada, no litoral ocidental da África negra, se assemelha às cidades da contracosta, que a penetração muçulmana e as relações marítimas com a Índia haviam multiplicado. Aqui, todos os estabelecimentos portugueses foram autênticas criações, ao mesmo tempo feitorias e fortalezas, em locais escolhidos pelas vantagens defensivas e facilidades de comunicação.»

Referindo-se já à capital de Angola, dirá mais à frente:

«A despeito da importância do seu comércio, que um porto seguro e abrigado facilitava, até à abolição do tráfico de escravos, que levou a procurar outros recursos económicos, Luanda foi uma cidade estagnada. Os telhados múltiplos continuaram a reproduzir-se, como o principal modelo das poucas dúzias de casas que possuíam esta cobertura. Como em Tavira, e um pouco por análogas razões, eles persistiram num porto africano — único e por isso precioso e significativo testemunho da sua longa viagem entre o Oriente e o Algarve.»

E já nas conclusões, repisará deste modo:

«Tavira guarda os derradeiros vestígios da época das grandes navegações, em cujos primórdios o Algarve largamente participou: ela e Luanda mostram como a civilização portuguesa foi, ao mesmo tempo, receptiva e difusora.»

Esta comunicação mais importância não terá do que referir a existência de um imóvel com «telhado de tesouro», em Angola, em local diverso daquele que, tradicionalmente, e em literatura da especialidade, era considerado como sendo o único ponto da África Ocidental que

o ostentava — Luanda. A partir de agora, há a considerar outro — Ambriz, vila importante até à década de 60, não por acaso um notável porto, objecto de competição das maiores potên-

cias coloniais ao tempo, verdadeira porta para o exterior, por onde saíram, ao longo dos séculos, os produtos mais importantes do Norte: escravos, produtos mineiros e agrícolas.

# ESCAVAÇÕES DE DOIS CARNEIROS NAS RUÍNAS DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO VENCIMENTO DO MONTE DO CARMO

Maria Cristina NETO  
(Centro de Antropobiologia do I. I. C. T.)  
Eduardo da CUNHA SERRÃO  
Francisco SANTANA

## RÉSUMÉ

*Les auteurs ont fouillé deux charniers de la 2ème chapelle du côté de l'Épître et ont trouvé des ossements (surtout humains, étudiés séparément), de la céramique, des verres, des cuirs, des matériaux de bâtiment, etc. Chronologie la plus probable: construction de la fin du XVIe siècle comblée avec des décombes du XVIIe au XIXe.*

## 1. ANTECEDENTES

No decurso de trabalhos de reparação do pavimento da Segunda Capela do lado da Epístola da arruinada Igreja do Carmo onde a Associação dos Arqueólogos Portugueses tem instalado o seu Museu desde 1865 — trabalhos esses efectuados pela Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais — foram detectados, no início do mês de Junho de 1982, dois «carneiros» que continham ossadas humanas, alguns elementos arquitectónicos e outros materiais muito fragmentados e heterogéneos.

Entendendo a Direcção da A. A. P. que se impunha a exploração destes dois monumentos, foi para tal pedida, em 2-12-83, autorização pelos seus sócios e arqueólogos Maria Cristina Neto e Eduardo da Cunha Serrão, a primeira, Secretária da Secção de História, o segundo, Presidente da mesma Associação; o pedido foi deferido por Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Cultura, tendo-nos sido comunicada essa decisão pelo ofício n.º 6279, p.º n.º 82/1(210) de 17-04-1984.

A exploração foi iniciada apenas em 18-6-84 por vários motivos, avultando só então ter sido possível a prometida e indispensável colaboração por parte da Direcção-Geral dos Edifícios e Mo-

numentos Nacionais que, no Carmo, continuava efectuando várias obras de beneficiação.

A equipa de trabalhos arqueológicos ficou constituída pelos dois requerentes da autorização e pelo também signatário Francisco Santana, 1.º Vice-Presidente da Associação e Vice-Presidente da Secção de História.

## 2. A SEGUNDA CAPELA DO LADO DA EPÍSTOLA ALGUNS DADOS HISTÓRICOS

Sem pretendermos esgotar agora este aspecto num relatório que principalmente descreve trabalhos arqueológicos, recordemos, mesmo assim, o que sobre esta Capela da Igreja do Carmo, escreveu em 1939, Gustavo de Matos Sequeira, na sua obra *O Carmo e a Trindade* (Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, vol. I, cap.º XXI, p. 371):

«A outra capela do lado da Epístola, primeiro chamada *dos Santos Reis*, e, depois, *da Conceição*, foi dada, em 1573 (por escritura de 16 de Maio), a Alvaro Pacheco

e a seu genro António Fernandes das Póvoas casado com Mayor Pacheco; Alvaro Pacheco era Cavaleiro Fidalgo da Casa de El-Rei e Provedor das Alfândegas e Portos do Reino, e o Póvoas era Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo (2).

Foi aqui sepultado Diogo Fernandes das Póvoas.

Tinha um retábulo e algumas figuras de brutesco, e no arco, prendiam-se as grades de ferro que encerravam a Capela.»

A nota (2) do texto que transcrevemos, remete para o «Masso 4 do Cartório do Convento do Carmo, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.»

### 3. MORFOLOGIA DOS CARNEIROS

São ambos constituídos pelos seguintes elementos: câmara, um átrio com degraus e cobertura.

O primeiro a ser explorado, o mais próximo da actual entrada da Capela, tem as seguintes características:

Átrio — Comp. 1,35 m; larg. 0,67 m; acesso por intermédio de 3 degraus.

Câmara — Comp. 2,52 m; larg. 0,90 m; altura 1,97 m.

E o segundo carneiro:

Átrio — Comp. 1,45 m; larg. 0,65 m; com 4 degraus.

Câmara — Comp. 2,45 m; larg. 0,90 m; altura 2,22 m.

As paredes de ambos estão toscamente rebocadas, não exibindo hoje ornamentações de qualquer género (pintura ou azulejaria), e as estruturas eram cobertas por lajes regulares de calcário, ambas com orifícios facilitando o seu levantamento para acesso aos degraus dos átrios.

O eixo maior dos dois carneiros é paralelo ao eixo maior da Capela, medindo este cerca de 8 m (a largura da Capela é 5,50 m); distam um do outro cerca de 0,67 m.

### 4. ESPÓLIO

Foi exumada quantidade apreciável de ossos humanos, muitos deles bastante fragmentados, destacando-se, pelo seu bom estado de conservação, os crânios, para cujo estudo se ofereceram espontaneamente o Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico do Museu Bocage e o Centro de Antropobiologia do I. I. C. T. Os resultados desse estudo, efectuados por Luís Lopes e pela signatária, foram apresentados no Colóquio Comemorativo dos 600 Anos do Convento do Carmo, promovido pela A. A. P. em 1989.

Este conjunto não vem isento de ossos de grandes mamíferos, nomeadamente de cavalos. Por se tratar de inumações acompanhadas de entulho, o interesse antropológico destes ossos reside, não só no seu estudo antropométrico, mas também na detecção da percentagem provável dos sexos e idades nele contidos e de algumas patologias que evidenciem, dando, portanto, informações quanto a aspectos biodemográficos, patológicos e bio-sociais do período a que pertencem.

Também abundavam os fragmentos de loiças pintadas atribuíveis aos sécs. XVII ao XIX, de cerâmicas de uso comum vidradas mas não decoradas, definindo estas duas variedades recipientes tais como pratos, tijelas, cangirões, bichas, etc.

Recolhemos ainda fragmentos de azulejos policromos de «tapete», do séc. XVII na maioria, outros mostrando ornamentações exclusivamente em azul, com motivos amplos e estilizados, estes peculiares aos meados dos sécs. XVII-XVIII.

Todos os exemplares recolhidos, tanto de loiças como de azulejaria, estão muito fragmentados, denotando, pelas cronologias diversas e pela variedade das unidades a que pertenceram, que a sua presença no local resulta da acumulação de entulhos trazidos de vários outros locais; assim concluímos que este espólio é pouco concordante com as funções desempenhadas pelos carneiros.

Escasso e inexpressivo é o restante material recolhido, constituído por fundos e gargalos de garrafas de vidro, e ainda uma sola de coiro, de calçado com a extremidade truncada, forma esta peculiar aos sécs. XVII e XVIII.

Também dentro das criptas foram encontrados alguns materiais de calcário trabalhado, destacando-se duas pirâmides com 0,45 m de altura e 0,41 m no lado da base com os vértices

partidos e outra semelhante, mas propositadamente truncada, com 0,29 m de altura, 0,55 m no lado da base e 0,40 m no lado da truncatura.

Tratar-se-á certamente de elementos arquitectónicos, pela sua simplicidade difíceis de se identificarem com a estrutura primitiva da Igreja do Carmo. De calcário também, são alguns raros fragmentos com caracteres inculpidos, revelando lendas muito incompletas, portanto eligíveis.

##### 5. INTERPRETAÇÃO

Dispondo dos dados arqueológicos que a escavação nos ofereceu, concluímos que apenas as duas estruturas (os carneiros) se vinculam à antiga Igreja, tendo servido, com muitas probabilidades, para recolha dos restos mortais da família à qual a Capela foi doada em 1573.

O espólio que continham não é, de forma alguma, coerente com o que deveria ser o conteúdo de jazigos; de facto, em vez de objectos de culto cristão, restos de madeira e de ferragens de caixões, acessórios de vestuário e adorno (botões, fivelas, contas, pedaços de calçado — apenas um exemplo — e até de tecidos), o que vemos, evoca sim, já o dissemos, entulhos atirados para dentro dos carneiros, depois do Terramoto de 1755, e de várias proveniências. Até as ossadas, dispostas desordenadamente e fragmentadas, podem atribuir-se a outros moti-

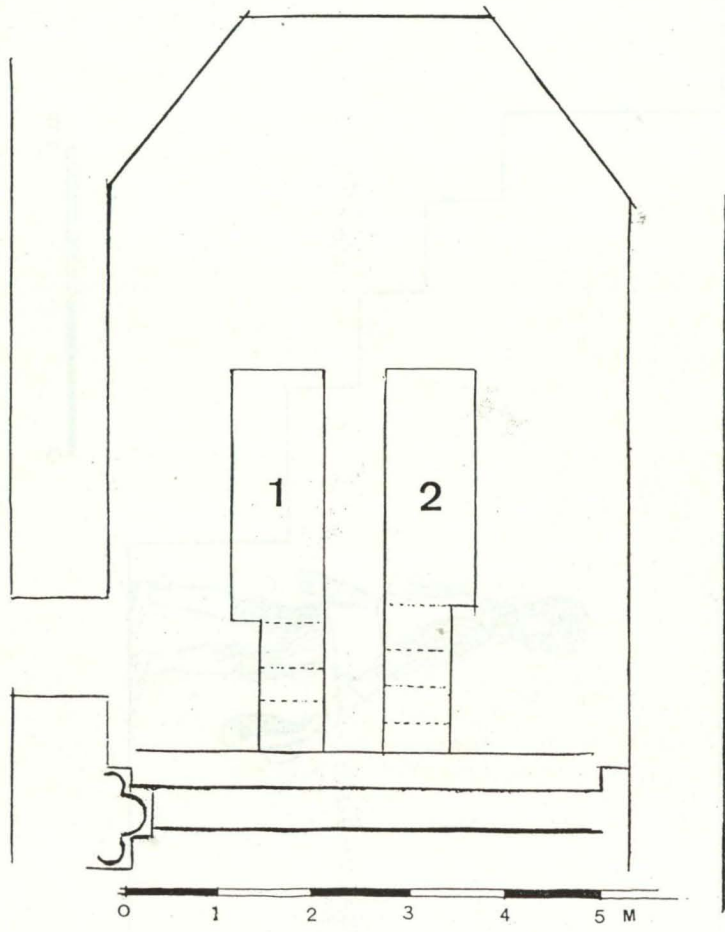
vos, convindo recordar as várias funções dadas às ruínas da Igreja depois de 1755: cemitério, vasadouro público e cavalaria da Guarda Municipal.

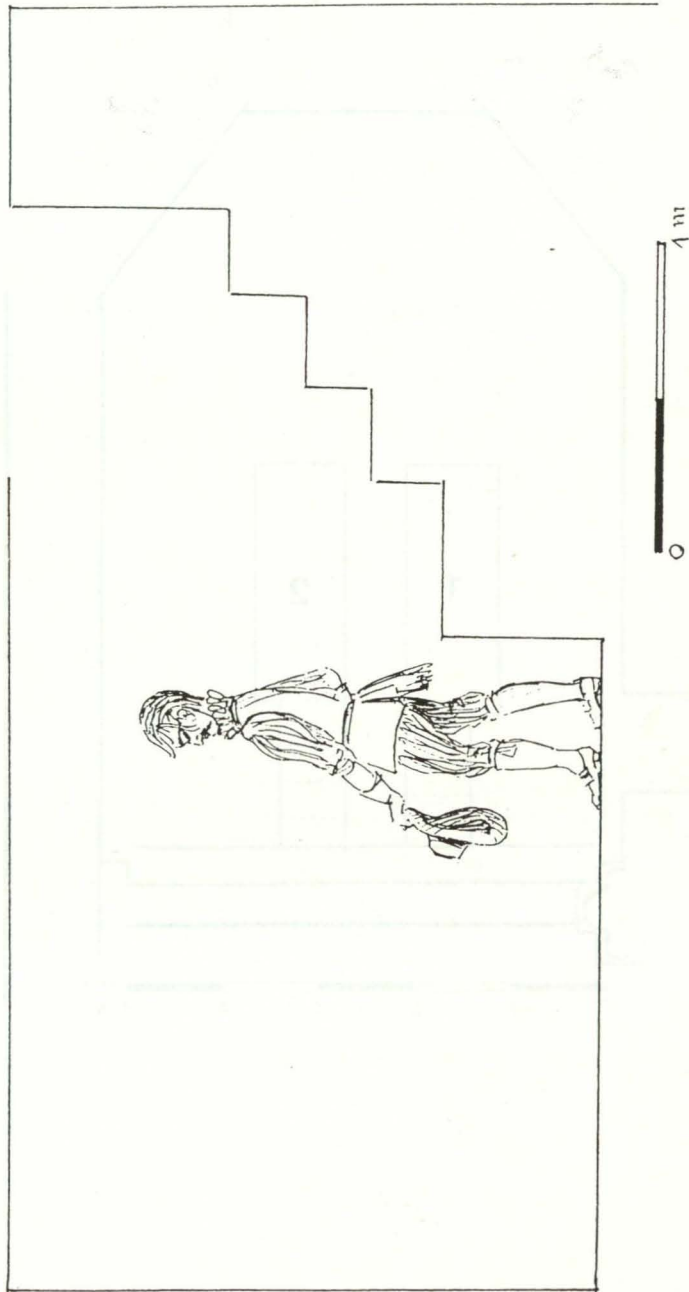
Quanto à cronologia dos carneiros, não nos repugna admitir (e não obstante apenas dispormos de dados sobre forma e dimensões), que correspondam à época da doação às famílias dos Pachecos e dos Póvoas, portanto, aos finais do séc. XVI, muito embora possam ter sido posteriormente objecto de alterações.

##### 6. CAUTELAS TOMADAS SOBRE A FUTURA UTILIZAÇÃO CONSERVAÇÃO DOS CARNEIROS

Principalmente por fazerem parte da estrutura global da arruinada Igreja do Carmo, tomámos as devidas cautelas para que se mantenham, no futuro, como documentos complementares da mesma; assim, terminada a escavação, foram ambos limpos e cobertos pelas lajes que constituíam as tampas, sendo fácil retirá-los para ingresso de eventuais estudiosos que os queiram visitar. Mas considerámos coerente recolocar as ossadas, o que foi feito após o estudo acima mencionado.

Todo o espólio foi, assim, incorporado no património do «Museu Arqueológico» da Associação dos Arqueólogos Portugueses.





Composto e impresso nas oficinas gráficas de  
RAMOS, AFONSO & MOITA, LDA.  
R. de A Voz do Operário, 5-A - 1100 LISBOA

Depósito Legal N.º 73 446/93

